

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração - Doutorado em Administração

Júnia Carla Ferreira Carvalhar

**O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS POR CRIANÇAS
NA PRIMEIRA INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA NAS
VULNERABILIDADES DAS FAMÍLIAS**

Belo Horizonte

2024

Júnia Carla Ferreira Carvalhar

**O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS POR CRIANÇAS
NA PRIMEIRA INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA NAS
VULNERABILIDADES DAS FAMÍLIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Rezende Pinto

Área de Concentração: Estratégia e Marketing

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C331c	Carvalho, Júnia Carla Ferreira O consumo das tecnologias digitais por crianças na primeira infância e a influência nas vulnerabilidades das famílias / Júnia Carla Ferreira Carvalho. Belo Horizonte, 2024. 270 f. : il. Orientador: Marcelo de Rezende Pinto Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração 1. Tecnologia da informação e da comunicação. 2. Tecnologia digital. 3. Crianças. 4. Vulnerabilidade. 5. Comportamento do consumidor. 6. Pais - Entrevistas. 7. Análise do discurso. I. Pinto, Marcelo de Rezende. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título. SIB PUC MINAS CDU: 681.3-053.2
-------	--

Júnia Carla Ferreira Carvalhar

**O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS POR CRIANÇAS
NA PRIMEIRA INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA NAS
VULNERABILIDADES DAS FAMÍLIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de Concentração: Estratégia e Marketing

Prof. Dr. Marcelo de Rezende Pinto - PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Ramon Silva Leite - PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Ester Eliane Jeunon - Faculdade Pedro Leopoldo (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Gustavo Tomaz de Almeida - UEMG (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Marcus Wilcox Hemais - PUC Rio (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024.

*Dedico aos meus pais, **Silvio (in memoriam) e Nina**, por serem alicerce, por serem amor sem medida e por tudo o que fizeram para eu “ser quem sou”. Dedico aos meus filhos, **Catarina e Gabriel**, que dão sentido e significado ao meu presente e projetam luz para o meu futuro. Dedico, ainda, ao **Lipe, Nanda, Xande, Mateus e Pedro**, também razões do meu viver!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser alicerce e luz. Agradeço às pessoas que dedicam vida e amor por mim e são torcidas incansáveis: meus amados pais, Silvio (*in memoriam*) e Nina, e meus amados filhos, Catarina e Gabriel (embora vibrem e se orgulhem - *palavras deles* -, foram os que mais sentiram a minha ausência ao longo desses cinco anos de doutoramento). Agradeço às minhas irmãs Diva (minha atriz predileta) e Aninha por serem presença e proteção para mim e para os meus filhos. Ao meu irmão Silvinho pela torcida e ao meu irmão Luiz Carlos por ser alegria e por sempre acreditar em mim. Agradeço à minha cunhada Ana e aos meus cunhados Lucas e Zé Eduardo pela torcida durante a jornada.

Agradeço aos meus sobrinhos-afilhados, Lipe, Nanda e Xande, e aos meus sobrinhos Mateus e Pedro, por serem amor e afeto em minha vida. Também agradeço aos meus afilhados Pedro e Ana Paula pelo amor e por compreenderem a minha ausência. À incansável tia-madrinha Virgínia, pelas orações e palavras de incentivo. Agradeço ao meu namorado Gustavo, pelo amor, orações e por “nunca desistir de nós”, mesmo em tempos de turbulência e desafios. Agradeço ao meu sogro, Sr. Roberto, e à minha sogra, Terezinha, pelas orações e acolhida. E aos tios Paulo e Maria, por tanto afeto e real torcida.

Agradeço aos amigos: Jana, por tudo o que fez por mim e por ter viabilizado o acesso às famílias, Paula, pela torcida e oração constante, Helga, por ser alegria e parceria na caminhada, Maraísa, pelas trocas e companheirismo, Zete, por ser a minha fiel escudeira, Pauli, por ser exemplo de coragem e por ser a minha *designer*, Wal e Nena, pelo amor e incentivos constantes, Jay, Cris Silva e Mari Soares e Sil, por acreditarem em mim de maneira tão genuína, Dri Vilhena pelas conversas amorosas, Dani Moreira pelas orações e boas risadas, à Berna e Chimbida, pela presença e cuidado, à Daniele Moreira, Ju Lopes, Marcília, Rê Soares e Silvia, por serem importante presença, Marcinha, pela fé inabalável, Lili e Clara, por verdadeiramente se importarem, Gutenberg por ser luz e proteção, e a todos os amigos que fizeram parte desta importante jornada.

Agradeço ao corpo diretivo das EMEIs, determinante para o trabalho de campo, devolutivas e estratégias de comunicação, além de toda a equipe envolvida. Agradeço, ainda, aos queridos Laura e Jhones, por abrilhantarem os nossos eventos, e aos meus alunos por torcerem e me acompanharem em diferentes etapas desta tese. Também agradeço à PUC Minas, representados pelos queridos coordenadores Soraya Pongelupe e José Eustáquio Lopes, e ao Centro Universitário UNA, instituições em que leciono, pela concessão de bolsas de estudos que custearam as mensalidades do doutorado.

Agradeço à Paola por ser incansável “na arte de nos ajudar” com os processos da Secretaria do PPGA. E agradeço, de maneira especial, ao meu querido orientador, Marcelo, por ser apoio, competência, força e serenidade e gentileza. E, também, aos membros da banca: Ester, Gustavo, Hemais e Ramon. Tenham certeza de que as contribuições realizadas na Banca de Qualificação foram consideradas com muita atenção e apreço.

A todos e todas, o meu sincero muito obrigada!

O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade, hoje?

Simone de Beauvoir

RESUMO

As Tecnologias Digitais da Informação e do Conhecimento (TDICs) deram início a uma nova ordem social. Embora os países desenvolvidos e os em desenvolvimento não estejam sendo modificados de forma igualitária, as tecnologias digitais alteraram e permanecem alterando as dinâmicas do comportamento de consumo, inclusive no ambiente familiar. É urgente e necessário compreendermos como as famílias, em especial as crianças, consomem as TDICs e quais os seus impactos. Neste sentido, fomos confrontados com linhas teóricas opostas em que, de um lado, há os estudiosos que acreditam no consumo das tecnologias digitais para o desenvolvimento das crianças e, do outro lado, estão aqueles que enfatizam os seus malefícios. Ao voltarmos o nosso olhar para as crianças da primeira infância, de zero a seis anos de idade, precisamos de ainda mais atenção sobre o que acessam e consomem, já que estão na fase inicial do seu desenvolvimento e da sua capacidade de aprendizado. O amadurecimento do cérebro, a obtenção de movimentos, a base da interação social e afetiva são alguns dos acontecimentos dessa fase, além da formação dos valores primários. E se, junto a tudo isso, contemplarmos as crianças pertencentes a famílias de baixo índice socioeconômico, em contextos vulneráveis, ampliamos o nosso desafio. Assim, à luz dos preceitos da *Transformative Consumer Research* (TCR), o objetivo do presente estudo é “Analisar como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças”. Como posicionamento paradigmático, a visão de mundo está alinhada aos pressupostos do Interpretativo (fronteiriço com o Humanismo Radical) e do Transformativo. Para as descobertas, como pesquisadores transformativos e etnográficos, realizamos a imersão nos lares de 14 famílias com crianças de até seis anos de idade, oriundas de duas EMEIs da região do Barreiro/Belo Horizonte. São famílias de baixo NSE, moradoras de regiões periféricas em BH/MG, imersas em um contexto histórico que reflete as desigualdades estruturais brasileiras, mas com acesso às TDICs. Realizamos entrevistas em profundidade com os pais das crianças, além de técnicas de observação com uso do Diário de Campo. Para a compreensão, recorremos à Análise de Discurso (AD), na perspectiva Francesa. No caminhar da tese, contemplamos as oito fases da TCR, incluindo as coproduções com as famílias participantes da pesquisa e demais envolvidos (gestores e corpo docente das EMEIs) para os eventos de devolutivas que foram realizados, além de ampla comunicação dos resultados da tese. Sobre estes, ao identificarmos o protagonismo/antagonismo da tecnologia nos lares, a influência da rede de apoio, o mal gerado antes, durante e após o consumo pelas crianças, além da considerável redução no bem-estar dos envolvidos, compreendemos que o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, potencializa as vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social da criança, alterando a dinâmica da família. Neste sentido, a tecnologia se encontra em um lugar de transversalidade, impactando as demais categorias da vulnerabilidade do consumidor. Acreditamos que contribuímos com a sistematização de indicadores para compreensão das vulnerabilidades potencializadas pelo consumo das TDICs, à luz das concepções teóricas de Brenkert (1998) e Hill and Sharma (2020) e dos pressupostos da TCR, com os estudos de Marketing direcionados às crianças na primeira infância de famílias vulneráveis e, ainda, com a ampliação das discussões sobre o tema em instituições de ensino e sociedade.

Palavras-chave: consumo das TDICs. Primeira infância. Vulnerabilidade. TCR.

ABSTRACT

Digital Information and Knowledge Technologies (DICTs) have ushered in a new social order. Although developed and developing countries are not changing equally, digital technologies have changed and continue to change the dynamics of consumer behavior, including in the family environment. It is urgent and necessary to understand how families, especially children, consume DICTs and what their impacts are. In this sense, we have been confronted with opposing theoretical lines in which, on the one hand, there are scholars who believe in the consumption of digital technologies for children's development and, on the other hand, there are those who emphasize their harmful effects. When we turn our attention to early childhood children, from zero to six years of age, we need to pay even more attention to what they access and consume, since they are in the initial phase of their development and learning capacity. Brain maturation, movement acquisition, and the basis of social and emotional interaction are some of the events that occur during this phase, in addition to the formation of primary values. And if, along with all of this, we consider children from low socioeconomic families in vulnerable contexts, our challenge becomes even greater. Thus, in light of the precepts of Transformative Consumer Research (TCR), the objective of this study is to "Analyze how the consumption of ICTs by children in early childhood, in the family environment, relates to children's vulnerabilities". As a paradigmatic position, the worldview is aligned with the assumptions of Interpretive (bordering on Radical Humanism) and Transformative. To make our findings, as transformative and ethnographic researchers, we immersed ourselves in the homes of 14 families with children up to six years old, from two EMEIs in the Barreiro/Belo Horizonte region. They are low SES families, living in peripheral regions in BH/MG, immersed in a historical context that reflects Brazilian structural inequalities, but with access to TDICs. We conducted in-depth interviews with the children's parents, as well as observation techniques using Field Diaries. To understand the subject, we used Discourse Analysis (DA) from a French perspective. During the course of the thesis, we contemplated the eight phases of TCR, including co-productions with the families participating in the research and other stakeholders (managers and faculty of the EMEIs) for the feedback events that were held, in addition to broad communication of the results of the thesis. Regarding these, when we identified the protagonism/antagonism of technology in homes, the influence of the support network, the harm caused before, during and after consumption by children, in addition to the considerable reduction in the well-being of those involved, we understood that the consumption of TDICs by children in early childhood, in the family environment, increases the physical, cognitive, emotional and social vulnerabilities of the child, altering the dynamics of the family. In this sense, technology is in a transversal place, impacting the other categories of consumer vulnerability. We believe that we have contributed to the systematization of indicators for understanding the vulnerabilities enhanced by the consumption of ICTs, in light of the theoretical concepts of Brenkert (1998) and Hill and Sharma (2020) and the assumptions of TCR, with Marketing studies aimed at children in early childhood from vulnerable families and, also, with the expansion of discussions on the topic in educational institutions and society.

Keywords: consumption of DICTs. Early childhood. Vulnerability. TCR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Níveis de bem-estar dos consumidores em pesquisas com TDICs	44
Figura 2 -	Ruas, fachadas e espaços internos de alguns lares participantes	74
Figura 3 -	Lembranças entregues às famílias participantes	75
Figura 4 -	Pesquisadores em momentos de interação com as crianças	76
Figura 5 -	Sinais de alerta sobre o uso problemático de jogos digitais	78
Figura 6 -	Desenhos, livres e direcionados, produzidos pelas crianças.....	80
Figura 7 -	Produção coletiva de desenhos com as crianças	80
Figura 8 -	Desenhos explicados por meio da oralidade	81
Figura 9 -	Participação em momentos de café e lanche	82
Figura 10 -	Momentos de lazer: bola com as crianças e banho no cachorro	82
Figura 11 -	Msgs de agradecimento e envio de registros às famílias após campo ...	83
Figura 12 -	Diálogos via WhatsApp após a imersão no campo	84
Figura 13 -	Presentes e encontros realizados após a imersão no campo	85
Figura 14 -	As preferências “no brincar”.....	120
Figura 15 -	Desenho produzido por vontade própria da criança	121
Figura 16 -	Quartos de dormir e de brincar	122
Figura 17 -	Desenhos livres	123
Figura 18 -	Consumo de tecnologia e alimentação, simultaneamente	137
Figura 19 -	Prints do vídeo do Kwais, consumido pela <i>Filha Esteves</i>	156
Figura 20 -	Prints de mais um vídeo do Kwais, consumido pela <i>Filha Esteves</i>	156
Figura 21 -	Registros das crianças da <i>Família Melo</i>	161
Figura 22 -	Potencialização das vulnerabilidades a partir do consumo das TDICs por crianças na primeira infância	179
Figura 23 -	Convite via agenda com pedido de confirmação de presença	191
Figura 24 -	Reforço de divulgação na véspera do evento	191
Figura 25 -	Convite para professores e funcionários das EMEIs	192
Figura 26 -	Evento na EMEI 2	193
Figura 27 -	Criança participante do evento de devolutiva	193
Figura 28 -	Slide inicial da Apresentação Visual	194
Figura 29 -	Capa da Apresentação Visual	194
Figura 30 -	Sumário os tópicos-macro da Apresentação Visual	195
Figura 31 -	Pilares de sustentação para equilíbrio do consumo da tecnologia	196
Figura 32 -	Exemplo de cenário projetados na tela branca, durante esquetes	197
Figura 33 -	Exemplo de apresentação da situação-problema e intervenção sugerida	198
Figura 34 -	Reflexões do campo relacionados à situação-problema #1	198
Figura 35 -	Reflexões do campo relacionados à situação-problema #1	199
Figura 36 -	Propostas de intervenção relacionadas à situação-problema #1	200
Figura 37 -	Capa do Planner/Agenda entregue à família durante o evento	201
Figura 38 -	Seção do Planner para o Planejamento Semanal em Família	202
Figura 39 -	Publicações nos stories do Instagram da EMEI 1, durante o evento	203
Figura 40 -	Momento da entrega dos livros sorteados	204
Figura 41 -	Momento da apresentação musical	204
Figura 42 -	Comunicado direcionado às famílias participantes	205
Figura 43 -	Comunicado direcionado às professoras, auxiliares e funcionários	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Pressupostos filosóficos e Crenças básicas do Paradigma Transformativo	67
Quadro 2 -	Natureza Humana e Crenças básicas do Paradigma Transformativo ...	68
Quadro 3 -	Caracterização dos participantes da pesquisa - 1a fase	104
Quadro 4 -	Caracterização dos participantes da pesquisa - 2a fase	106
Quadro 5 -	Principais critérios para elaboração das categorias de análise	114
Quadro 6 -	Potencialização das vulnerabilidades a partir do consumo das TDICs por crianças na primeira infância, aplicada à nossa pesquisa	180

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise de Discurso

APP – Application/Aplicativo para celular

BH – Belo Horizonte

BES – Bem-estar Subjetivo

CDC – Código de Defesa do Consumidor

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

GEMACONS – Grupo de Estudos em Marketing, Consumo e Sociedade

MEC - Ministério da Educação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

QV – Qualidade de Vida Geral

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SUS - Sistema Único de Saúde

TAM - *Technology Acceptance Model*

TCR – *Transformative Consumer Research*

TDHA – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TDICs – Tecnologias Digitais da Informação e do Conhecimento

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TIC – Tecnologias da Informação e do Conhecimento

TOD – Transtorno Opositor Desafiador

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização	21
1.2 Problema de pesquisa e Objetivos Geral e Específicos	29
1.3 Justificativa e Relevância da Tese	30
2. REVISÃO DA LITERATURA	35
2.1 Vulnerabilidade	35
2.2 Bem-estar	40
2.3 <i>Transformative Consumer Research</i> (TCR)	48
2.4 Consumo das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) ..	55
2.5 Possibilidade de articulação teórica	61
3. MÉTODO	64
3.1 Posicionamento paradigmático	64
3.2 Percorso metodológico	69
3.2.1 Participantes da pesquisa	70
3.2.2 Métodos de produção de dados	73
3.2.3 Métodos de análise de dados	85
3.2.4 A TCR de volta ao campo de pesquisa	90
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	93
4.1 Primeira Parte: percurso, caracterização e contexto	94
4.2 Segunda Parte: as categorias de análise	112
4.2.1 Relação da família com a criança, via tecnologia	116
4.2.2 A rede de apoio da família	126
4.2.3 Quando o consumo da tecnologia permeia para o bem e para o mal ...	132
4.2.4 Impacto do consumo no bem-estar das crianças e famílias	145
4.2.5 O consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades	155
4.3 Terceira Parte: as devolutivas às famílias participantes e envolvidos	186
4.3.1 Etapa: Pré-Evento	189
4.3.2 Etapa: Evento	192
4.3.3 Etapa: Pós-Evento	205
5. CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	207
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICES	230

PRÓLOGO

*Uma pandemia de três anos e três meses¹, duas contaminações por Covid-19, uma pancreatite medicamentosa em decorrência da primeira contaminação, duas severas crises de cálculo renal, o meu divórcio, o noivado com o novo amor, o nascimento de um sobrinho, uma nova afilhada, novos projetos de trabalho, o crescimento dos meus filhos e as suas diversas descobertas e, infelizmente, o falecimento do meu pai²...
“Cabem tantas alegrias e tantas tristezas”
nesse extenso período em que se elabora uma tese...*

Neste momento, em que o doutorar-se provoca-me³ a escrever sobre mim (pesquisadora que sou, para além de outros papéis como mulher, mãe, filha, educadora...), modestamente e reflexivamente, repito as perguntas que Donna Mertens a fez, em seu artigo *Transformative Mixed Methods: Addressing Inequities*: “[...] qual é o papel do pesquisador na promoção da justiça social? Como os pesquisadores podem abordar questões de poder e desigualdades como meio de promover os direitos humanos?” (Mertens, 2021, p. 803).

Desfiar sobre as minhas vivências pessoais e acadêmicas, as escolhas que fiz e sigo fazendo, ao longo desse processo (sempre com a ideia que escolher por algo é abrir mão de outro), as inquietações como indivíduo e pesquisadora, a forma como me percebo no mundo e como articulo o que a mim é apresentado... traz uma sensação mista, de desejo pela escrita, mas de receio pelo desafio que foi posto. Mas o desafio me move... É assim que eu me percebi desde muito nova. Sou a quarta dos cinco filhos, de uma família unida e muito especial. Uma família com muitos capítulos felizes, mas que, em meados da década de 1980, foi verdadeiramente impactada por uma das mais graves crises da economia brasileira. Na época, a nossa família, que já contava com meus pais e os cinco filhos, nascidos entre 1971 e 1980, além da minha avó materna, que morava conosco, foi “retirada” da classe média e se tornou parte da classe baixa. No Brasil, passaram a existir os ricos e os pobres, sendo estes últimos em

¹ Cinco de maio de dois mil e vinte e três. Uma sexta-feira. A data histórica marcou “o fim da pandemia”, por meio do comunicado apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) após três anos e três meses desde a adoção da emergência global, em janeiro de 2020. Disponível em “O fim da pandemia? – Espaço do Conhecimento UFMG”. Acesso em 02 dez. 2023.

² Infelizmente, o meu pai faleceu no dia 02.11.2023 e, como já tinha lido para ele parte do meu Prólogo e a dedicatória, optei por manter boa parte sem alteração em respeito a esse momento e à nossa história.

³ Diferentemente do apresentado neste Prólogo, utilizo a primeira pessoa do plural em toda a tese por acreditar na força do coletivo para a construção desse trabalho. Nesta estrada, muitas mãos estão conectadas às minhas: as do meu orientador, a quem agradeço imensamente, as dos participantes da pesquisa, as dos meus filhos, da minha mãe... e outras tantas mãos, juntas, em prol dessa realização!

um número muito maior. Mesmo as famílias que intensificaram a sua força de trabalho no mercado (lembro do meu pai trabalhando muito mais do que já trabalhava), não conseguiram evoluir em relação à renda (taxas de inflação sem precedentes). A pobreza se instaurou.

Embora ainda criança, compreendi que ser classificada integrante da classe baixa não tinha a ver com a pobreza de um indivíduo, em si. Na época, ainda nos considerávamos muito ricos em saúde, acesso às informações, conexão e base familiar. Quando menciono essa questão, recorro às teorias de Bourdieu (2002), discutidas em seu artigo “*The forms of capital*”, e às de Granoveter (1973), que discorre sobre a importância dos laços fracos nas relações entre os grupos, diferente de muitas propostas de estudos que buscam analisar os laços fortes (em modelos de rede). Lembrando que o que Bourdieu denomina de capital social, Granoveter chama de laços. Meus pais sempre valorizaram a cultura, que inclui o conhecimento. Meu pai formou-se como Torneiro Mecânico, em 1959, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁴, e a minha mãe fez Magistério, no Colégio Particular Afonso Arinos (BH), em 1967. Mesmo com muito sacrifício, sabiam da importância da formação acadêmica, embora não tenham conseguido cursar o ensino superior.

Voltando à questão da crise econômica... Antes deste cenário, estudávamos em escolas particulares do bairro (morávamos no conjunto Teixeira Dias, no Barreiro/BH, mesma região em que estão as famílias participantes da pesquisa). No auge da crise, fomos transferidos da rede particular de ensino para a rede municipal. Também saímos de atividades extracurriculares como ballet, judô e futebol. E isso trouxe um lado positivo para nós, filhos (sim, tenho a doce mania de perceber que tudo na vida tem um bom motivo para acontecer), já que meus pais se desdobraram, ainda mais, para gerar sentido e significado no nosso processo de ensino-aprendizagem. Meus pais montaram uma “minibiblioteca” na nossa própria casa (imóvel pago ao longo de 25 anos no programa do Banco Nacional da Habitação/BNH). O meu pai (um dos homens mais inteligentes que conheci), construiu cada estrutura da biblioteca e suas devidas prateleiras, do teto ao chão, rodeando todo o cômodo. Eram livros, enciclopédias, dicionários e revistas, que atendiam não só à nossa família, mas à comunidade local. A minha mãe se dedicava exclusivamente à família, já que éramos muitos e meu pai “trabalhava fora”.

⁴ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi criado em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas, para atender a uma necessidade nacional: a formação de mão de obra para a indústria de base. Já na ocasião, estava claro que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país. Fonte: <https://www.unisenaipr.com.br/sobre-nos/historia-unisenai#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Nacional%20de%20Aprendizagem,desenvolvimento%20industrial%20para%20o%20pa%C3%ADs>. Acesso em 06 set. 2023.

Tenho deliciosas lembranças do meu pai, com os cinco filhos, sentado à mesa de jantar (que quase não comportava todos nós), após chegar do trabalho, compartilhando conosco tudo o que sabia e conhecia sobre as teorias e a vida... Em um desses dias especiais, usou laranja (representando o Sol) e o limão (representando a Terra) para elucidar o movimento de translação e rotação da terra (e eu também fiz dessa forma com os meus filhos). Em outro, construiu um relógio, com as ferramentas que montou na oficina do porão de casa, para ensinar as horas e a noção de dias, semanas, meses e anos. Naquela mesma mesa, que ainda existe nesta casa, pois meu irmão mais reside lá (*“Naquela mesa ele sentava sempre e me dizia sempre o que é viver melhor; naquela mesa ele contava histórias, que hoje na memória eu guardo e sei de cor - Trecho da canção ‘Naquela mesa’, de Canção de Nelson Gonçalves e Raphael Rabello*) também jogávamos o jogo de tabuleiro *War*, que eles compraram para conhecermos sobre os continentes e desenvolvermos raciocínio-lógico.

Os meus pais também montaram um espaço de “sala de aula”, no outro espaço do porão da nossa casa, onde brincávamos de escolinha, junto aos amigos e vizinhos. E para além dos muros da nossa casa, nos levavam aos desfiles de Sete de Setembro em BH/MG, às grutas de Maquiné e Lapinha, próximas à capital, às praias do Rio de Janeiro e Espírito Santo (todos os passeios e viagens feitos em uma Variant II, acredite). Foram longos anos nessa casa e a certeza de que, muito do que sou, é fruto da minha infância e da minha experiência nesse contexto familiar.

Certamente, influenciada pelas minhas experiências e relações vivenciadas na infância, inclusive as de consumo, já percebia e relevância de tudo isso para a formação de uma criança. Eu e meus irmãos fomos moldando o nosso caráter, as nossas visões sobre o mundo, o que é certo e errado, o que valorizamos ou não... a partir dos discursos e comportamentos dos nossos pais. E, hoje, como mãe de uma adolescente de 14 anos (Catarina) e uma criança de 10 anos de idade (Gabriel), sempre reflito sobre a minha responsabilidade e os desafios de educar. E, principalmente, educar por meio do consumo (numa ampla perspectiva) e de seus desdobramentos.

Há tempos, portanto, venho constantemente refletindo como acontecem as relações familiares na era da tecnologia digital. Como as famílias, e em especial as crianças, consomem as TDICs, no ambiente familiar, e o que priorizam consumir? Os pais e mães que trabalham fora do lar conhecem a realidade do consumo tecnológico dos seus filhos? As famílias, conectadas em rede, estão mais desconectadas emocionalmente e sentimentalmente? Sei que a pandemia da COVID-19 também trouxe mudanças significativas. A maior parte dos lares ganhou artefatos tecnológicos para suportar o trabalho em *home office* (pais/responsáveis) e o

ensino à distância (filhos). Enfim, as famílias estão cada dia mais expostas às tecnologias digitais e ao consumo da informação mediado por elas.

Neste contexto, sinto-me inquieta nos diversos papéis que exerço, incluindo o de mãe e pesquisadora. Neste último, percebi a possibilidade de problematizar essas questões em busca de possíveis respostas para mim e, quem sabe, para as famílias que também se sentem, muitas vezes, “vencidas pela tecnologia” ou até otimistas em relação a ela, desde que de forma consciente e orientada. Fiz pesquisas sobre o tema no meu contexto social, entrevistei profissionais do corpo diretivo de EMEIs, fiz muitas pesquisas exploratórias e, algo aconteceu: os meus olhos começaram a brilhar! Sim! O meu professor-orientador Marcelo Pinto sempre disse sobre a importância de estudarmos algo que tivesse esse poder...

Outra descoberta, que trouxe muito sentido e significado na minha jornada de doutorado, foi a de ser uma pesquisadora transformativa. Percebi que a minha visão de mundo está fortemente conectada aos pressupostos filosóficos do paradigma transformativo, com vistas à transformação social. Isso aconteceu ao longo de estudos diversos na jornada do doutorado, em especial ao fazer parte do Grupo de Estudos em Marketing, Consumo e Sociedade (GEMACONS), ligado ao Programa de Pós-graduação em Administração da PUC Minas, e como aluna da disciplina *Transformative Consumer Research* (TCR), também com o meu orientador. Ao adentrar à tese, em si, estudar com mais afinco as teorias da TCR e afins, além da imersão no campo de pesquisa, não tive dúvidas: que alegria é ser pesquisadora transformativa. É assim que, embora extremamente desafiador, a pesquisa tem sentido e significado para mim. Para Mick et al. (2012) a TCR muda profundamente a nossa visão, como pesquisadores, quando nos confrontamos com as mais diversas questões que as ligam a grupos vulneráveis (ou às práticas que possam aumentar a vulnerabilidade do consumidor).

Sinto uma grande satisfação por saber que esse estudo trará contribuições para a academia, mas sinto uma satisfação imensurável por acreditar que contribuirá, de alguma forma, para o bem-estar dos sujeitos envolvidos, na medida em que se tornam mais críticos e conscientes no processo de consumo. Ao realizar a devolutiva, preconizada na TCR, para as famílias (crianças e pais/responsáveis) e para as EMEIs (corpo diretivo e professores) sinto que cumpro a parte mais nobre da minha missão, não apenas como pesquisadora, mas como pessoa, já que tenho consciência da importância da infância na formação de um ser humano. E sigo sendo transformada, a cada dia... enriquecedora.

Agradeço o tempo e atenção à leitura deste texto e da tese.

1 INTRODUÇÃO

“Os vulneráveis podem obter exatamente o que querem, mas o que querem pode prejudicá-los involuntariamente e injustamente (bem como sua família e/ou comunidade)” (Brenkert, 1998, p. 9).

Sábado, 13 de abril de 2024, 11h45.

Lar da Família Esteves

A Filha Esteves é autista, com cinco anos, faz uso de medicação. Teve que buscar auxílio particular, de alguma maneira, porque no Sistema Único de Saúde (SUS) não conseguiu no início, que foi tão difícil. Agora, está fazendo acompanhamento pelo SUS. A Mãe Esteves está desempregada, recebendo seguro-desemprego. Antes, quando trabalhava, a Filha Esteves era cuidada pela avó. “O pai dela (Filha Esteves) foi morto aqui, perto do barracão, mas ela só tinha seis meses. Mas vez ou outra, vejo ela ‘conversando’ com o pai, olhando para o alto do muro que cerca o beco” (Mãe Esteves).

Quarta-feira, 24 de abril de 2024, 9h10.

Lar da Família Farias

"Meu pai era motorista e minha mãe era doméstica, mas deram tudo para mim e meu irmão. A família do meu pai era muito rica, menos meu pai, que era adotivo. Passamos muita humilhação por isso, mas eu e meu irmão estamos bem, mesmo meus pais tendo falecido cedo, porque nos deram a base. E nos criaram para sermos independentes. (...) Não somos ricos, mas somos felizes, graças a Deus (Mãe Farias)".

Sábado, 11 de maio de 2024, 10h30.

Lar da Família Melo.

“Ele me batia demais. Era muito ruim pra mim e pros meus filhos. Um dia, ele me bateu tanto que peguei uma faca e matei ele aqui, bem aqui no chão desse quarto. Eu já tinha ido na polícia e nada adiantou. Era ruim demais pra nós (Mãe Melo)”. E, depois, completou: “eu era nervosa demais, fiz muita coisa errada, usei drogas, saí do trabalho, mas agora tô melhor. Tô tomando medicação, aceitaram eu de volta no trabalho e tô melhor pras crianças também” (Mãe Melo).

Os fragmentos do Diário de Campo, junto aos outros registros e vivências no campo de pesquisa, trazem nuances do contexto histórico, socioeconômico e cultural das famílias participantes da nossa pesquisa. Podemos dizer que a *Família Esteves*⁵ está inserida em um contexto de pobreza. A *Mãe Esteves* sem trabalho e recebendo o seguro-desemprego, enfrenta dificuldades de auxílio pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para os tratamentos da filha com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, sente as consequências pela perda brutal do pai da sua filha, logo no início da vida da criança. A *Mãe Farias*, por sua vez, demonstra uma realidade aparentemente distinta, marcada por um passado simples e de humilhações, mas com a narrativa sobre a importância dos seus pais para o seu presente. Embora nesse discurso demonstre uma visão positiva sobre a vida, mesmo diante de situações socioeconômicas e culturais desfavoráveis, percebemos os reflexos da repetição do ciclo de desigualdade de geração em geração.

E, por fim, a *Família Melo* apresenta um contexto mais dramático, em que, diante da violência doméstica vivida, comete um homicídio para ter ‘paz e segurança’. Além da violência física e psicológica sofrida, a vulnerabilidade dessa família é marcada pelo uso de drogas pela *Mãe Melo* e as consequências dos traumas vivenciados pelas crianças. Mesmo a *Mãe Melo* sinalizando a sua recuperação por meio da medicação e reintegração ao trabalho, é visível a fragilidade dos membros da família e a dificuldade para superar as adversidades vividas.

Além dos recortes apresentados, durante a imersão no campo de pesquisa, acessamos muitos ditos, não ditos e interdiscursos (Pêcheux, 2014; Orlandi, 2007; e Indursky, 2016) que nos conectam à realidade das famílias e, conseqüentemente, às suas vulnerabilidades (Hill & Sharma, 2020; Brenkert, 1998). Conhecemos cenários convergentes, embora com as suas especificidades, e fomos constantemente confrontados com as mais diversas questões sobre a vulnerabilidade (Mick et al., 2012). Como enfatizam Hilhorst and Bankoff (2013), a vulnerabilidade é, realmente, parte de um contexto social complexo e este contexto precisa ser levado em consideração nos estudos sociais.

Neste sentido, o movimento da *Transformative Consumer Research* (TCR) ou Pesquisa Transformativa do Consumidor, em tradução livre, abarca pesquisadores interessados nos estudos do consumo, com ênfase no bem-estar e na vulnerabilidade dos indivíduos (Crockett et. al, 2013; Mick, Pettigrew, Pechmann, & Ozanne, 2012; Pinto, Almeida & Ássimos, 2021). São incentivadas pesquisas que busquem aprimorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas

⁵ As famílias participantes estão identificadas por sobrenomes fictícios como Esteves, Farias, Melo, entre outros, apresentados nos quadros 3 e 4: Caracterização dos participantes da pesquisa.

ou impactadas por práticas de consumo, proporcionando à sociedade alguma proposta ou solução construtiva para os efeitos negligentes do Marketing (Mick et. al., 2012). Um dos seis compromissos da TCR, inclusive, é a ênfase nos contextos sociocultural e situacional (Mick et al., 2012). Portanto, como pesquisadores transformativos e, também, etnográficos, esse é o ‘nosso jeito de fazer pesquisa’: adentrar, conhecer, compreender, considerar e respeitar o contexto dos participantes. Numa perspectiva Etnográfica, Geertz (1973) também discute a importância da imersão do etnógrafo no contexto cultural e a necessidade de compreender profundamente as práticas e símbolos locais.

Além disso, tanto a TCR quanto a Etnografia, bem como a Análise de Discurso (AD) - estratégia de análise dos dados da presente tese -, preconizam a importância de darmos voz aos participantes, por acreditar que eles têm algo importante a dizer. E essa voz não é de uma única direção, ou seja, é um diálogo (Uriarte, 2012). Neste sentido, não basta apenas que nós, pesquisadores, percebamos os participantes da pesquisa como consumidores vulneráveis - vulnerabilidade observada (Hill & Sharma, 2020) -, pois é preciso que eles também se reconheçam vulneráveis - vulnerabilidade experimentada (Hill & Sharma, 2020) ou autopercepção (Brenkert, 1998).

Dito isso, direcionamos o nosso olhar para o estudo de interesse dessa tese: o consumo das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) por crianças da primeira infância, no ambiente familiar, e a influência na vulnerabilidade dos envolvidos. São crianças pertencentes às famílias moradoras de regiões periféricas de Belo Horizonte/MG, das classes C e DE (Critério Brasil 2015), que estudam em EMEIs e vivem em contextos vulnerabilizados. Lembramos que a primeira infância se refere ao período que abrange os primeiros seis anos completos ou 72 meses de vida da criança, conforme lei sancionada em 08 de março de 2016, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano⁶.

Reconhecemos, assim, que o consumo da tecnologia não acontece de forma isolada, mas está profundamente entrelaçado com os contextos históricos, socioeconômicos, culturais e, ainda, pela situação familiar. E que o consumo das TDICs por crianças e adolescentes, bem como as influências nos seus comportamentos, estão alterando toda a dinâmica familiar (Strasburger, 2019). Ao mesmo tempo, sabemos que o acesso às tecnologias digitais e aos

⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em 06 dez. 2022.

dispositivos que as suportam não representa a única maneira de estar e relacionar (Brito & Vitorino, 2022), mas as estruturas organizacionais e os métodos de comunicação entre pessoas foram consideravelmente impactados (Arruda Filho et al., 2019).

Assim, a Internet e as TDICs deram origem a um novo modelo social pautado no poder da informação, descrito como a Sociedade da Informação (Castells, 2013). “A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança” (Castells, 2013, p. 14). A partir de então, grandes transformações surgiram em âmbitos fundamentais da realidade social, cultural, política e econômica (Moore, 2014). Existe, portanto, significativa mudança nos padrões de consumo e na utilização do tempo de trabalho e de lazer, já que há novas formas de interação entre os próprios indivíduos, e os indivíduos e as empresas (Arruda Filho et al., 2019). Um novo modo de viver foi criado e/ou adaptado diante das necessidades contemporâneas.

Percebemos, também, diferentes linhas de pensamento ao estudarmos sobre o consumo das TDICs por crianças, no ambiente familiar. Assim, em consonância com as diretrizes da TCR (Mick et. al., 2012), estudamos as correntes existentes, para, a partir de então, adentrarmos no campo e compreendemos sobre o consumo das tecnologias digitais pelas crianças, em especial de celulares, TVs e tablets, no contexto das famílias pesquisadas. Essas vertentes teóricas estão apresentadas no capítulo subsequente. De toda forma, já avançamos que, de um lado, há teóricos entusiastas que acreditam indiscutivelmente no poder das tecnologias digitais para potencializar as experiências das crianças, incluindo as da primeira infância. No outro extremo, está a linha de pensamento que defende os efeitos nocivos do consumo de tecnologias por crianças. Podemos dizer que o campo teórico se encontra em permanente progresso, ainda em processo de consolidação, e que segue se expandindo em diversas direções, demandando novas reflexões e pesquisas (Tocantins & Wiggers, 2021).

Segundo alguns estudiosos, os nativos digitais (Prensky, 2001, 2010, 2012)⁷ - indivíduos que nasceram e cresceram imersos em tecnologias digitais -, possuem relação próxima com a tecnologia, com acesso a variados dispositivos digitais (Pedró, 2015), e passam um tempo significativo *online*, acessando as redes sociais ou outros locais do ambiente virtual por meio de dispositivos como smartphones, computadores e tablets (Kesharwani, 2020). Os

⁷ Nesta pesquisa, definimos por utilizar o termo Nativos Digitais proposto por Prensky (2001, 2010, 2012) e amplamente utilizado nos tempos atuais, apesar de conhecermos outros como Infância hiper-realizada (Narodowsky, 1998), Geração Net Tapscott (1999) e Homo Zappiens (Veen e Vrakking, 2009).

nativos digitais, portanto, representam consumidores com uma conexão à tecnologia distinta de outros grupos, já que, desde a sua infância, têm a internet com uma presença arraigada em seu desenvolvimento pessoal e social desde a infância (Raggiotto et al., 2023). Alguns ainda demonstram maior necessidade de controle quando consomem informação, quando comparados a consumidores mais velhos (Kirk et al., 2015).

Assim, temos consciência de que as apropriações das TDICs pelas crianças e como elas se relacionam com essas tecnologias no dia a dia têm se revelado um fenômeno complexo para análise e em constante evolução. Não foram todas as pessoas, inclusive as crianças, que reagiram à interatividade da mesma maneira. As crianças “se distinguem umas das outras em suas apropriações, em seus modos de sentir e significar suas vivências” (Tocantins & Wiggers, 2021, p. 81). Há, portanto, um entendimento limitado sobre como elas percebem e respondem aos anúncios online, bem como consomem informações por meio das tecnologias digitais. E como consomem as próprias TDICs. E ter essa compreensão é fundamental para os profissionais de marketing (Lim et al., 2021).

Neste sentido, somos convidados a refletir sobre as práticas discrepantes de marketing que, “sob certas condições, têm um impacto negativo nos consumidores e na sociedade” (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012, p. 54). E a sugerir programas que minimizem esse efeito negativo do marketing na construção do bem-estar do consumidor, principalmente os mais vulneráveis da sociedade, como crianças e pobres (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012). Até porque “os investigadores transformadores do consumo não podem presumir que as injustiças sociais (ou seja, os problemas) surgirão procurando por eles. Eles têm que procurar os problemas” (Ozanne & Fischer, 2012, p. 100). Então, é o momento de seguir em frente!

1.1 Contextualização

Estamos vivendo a chamada quarta revolução industrial, que teve início na virada do século XXI. Baseada na transformação tecnológica, essa revolução é caracterizada por uma internet mais onipresente e móvel - por sensores menores, mais potentes e acessíveis -, e pelo avanço da inteligência artificial e do aprendizado automático (Schwab, 2016). Assim, a Internet e as TDICs deram início a uma nova ordem social e grandes transformações na forma de consumo, inclusive familiar. Mas os países desenvolvidos e os em desenvolvimento não estão sendo modificados de forma igualitária. A construção atual de uma nova ordem mundial não apenas exclui muitas pessoas, mas também priva-as da possibilidade de alcançar

desenvolvimento. Viver em condições de pobreza e lidar com a incerteza diária limita drasticamente sua opção de escolha (Hilhorst & Bankoff, 2013).

Por isso, há uma preocupação de que as transformações oriundas dessa sociedade da informação aumentem em diversas perspectivas, ainda mais, a distância entre os países desenvolvidos e o restante do mundo (Moore, 2014). Connor (1993, p. 33) já dizia sobre o receio da expansão da tecnologia não contribuir para a acessibilidade geral da informação, ao contrário, dela “consolidar ou até aumentar o desequilíbrio na posse ou no avesso à informação”.

Quando comparamos o Brasil aos outros países da América Latina, há destaque positivo para o Brasil. Porém, pensando em vários “brasis” dentro de um só País, o acesso desigual às TICs agrava, ainda mais, as desigualdades sociais nas diferentes regiões (Belloni, 2010; Corrêa et al., 2014; Lugones, 2009). Vale lembrar, porém, que “as experiências de mensuração do processo de desenvolvimento e consolidação da Sociedade da Informação possuem caráter ainda preliminar e, no Brasil, análises desagregadas por estado são ainda inexistentes” (Corrêa et al., 2014).

Com essa perspectiva de estudo, acreditamos que o Manual de Lisboa (Lugones, Suárez & Alves, 2009), seja uma importante referência para os nossos estudos, apesar dos seus 15 anos de publicação, já que busca mensurar a Sociedade da Informação nos países da América Latina. Para Lugones et al. (2009), ao mesmo tempo em que a tecnologia digital integra conhecimento e pessoas com acesso 24 horas/dia às TDICs, em países desenvolvidos, pode ter grande efeito de exclusão para os que não têm acesso ao seu uso, principalmente nos países de baixa renda da América Latina. O seu impacto é extremamente heterogêneo, em grande parte determinado pelas características das diferentes regiões e populações e pelos esforços deliberados feitos para aproveitar suas vantagens e reduzir seus aspectos negativos.

Sobre o aspecto da renda, vale destacar que “a visão de que indivíduos de baixa renda⁸ somente teriam condições de arcar com bens de necessidades básicas, pois a compra de supérfluos seria prejudicial a eles, cede lugar para a crença de que o consumo não é mais um problema para esse segmento” (Hemais et. al, 2014, p. 59). Os autores também dizem que ainda

⁸ Como referência para a classificação de “baixa renda”, podemos considerar os indicadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que descreve as faixas de renda mensal familiar utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda, sendo renda muito baixa (menor que R\$ 1.650,50) e renda baixa (Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09). Disponível em https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/09/240906_cc_64_nota_12_rendimentos.pdf. Acesso em 15 out. 2024.

há muitas possibilidades para discussões sobre os consumidores de baixa renda, em uma perspectiva do Marketing, como acontece na Economia.

Mesmo conscientes das diferenças existentes, podemos dizer que, atualmente, em todo o mundo, as pessoas usam informações mais intensamente em suas atividades como consumidores e compartilham essas experiências em ambientes digitais. A informação pode contribuir para que indivíduos tenham maior controle sobre a sua vida, pois “[...] às pessoas mal informadas são frequentemente negados os seus direitos porque lhes falta o poder para exercê-los” (Moore, 2014, p. 281).

Para ampliarmos as nossas discussões, analisamos principais dados da pesquisa TIC Domicílios 2024⁹, publicada em 23 de outubro de 2024. O estudo apresenta um relevante panorama sobre o acesso às TICs no Brasil, o uso do computador, da internet e do celular, as habilidades e as atividades culturais na Internet, no contexto familiar. A pesquisa indica que há cerca de 159 milhões de usuários de Internet no País, sendo que, destes, 100% são da classe A, 99% da classe B, 91% da classe C e 68% da D-E. Numa perspectiva de domicílios, sete em cada oito lares estão conectados. Sobre as regiões do Brasil, as regiões Sul e Sudeste concentram os maiores índices de uso de internet, com 90% e 85%, respectivamente. Sobre os 29 milhões de domicílios sem acesso, a pesquisa mostra que a falta de intimidade com as redes foi o motivo citado com mais frequência. Ainda segundo a pesquisa, é pelo celular que os brasileiros mais acessam à internet, seguida da televisão e, depois, do computador.

A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024¹⁰, também realizada pelo Cetic.br, desde 2012, tem como objetivo compreender de que forma a população brasileira, de nove a 17 anos de idade, utiliza a internet e como trata os riscos e as oportunidades advindas desse uso. Apesar da nossa pesquisa ter como sujeito as famílias com crianças da primeira infância (zero a seis anos de idade), o que não corresponde a população-alvo do referido estudo, optamos por discorrer brevemente sobre alguns resultados, já que podem ser inspiradores no campo de pesquisa.

⁹ O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) é responsável pela produção de indicadores sobre a Internet no Brasil. Estes indicadores são a base para elaborar políticas públicas sobre tecnologias digitais. Realizada anualmente, desde 2005, a TIC Domicílios “tem o objetivo de mapear o acesso às TICs nos domicílios urbanos e rurais do País e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais”. Fonte: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2024_principais_resultados.pdf. Acesso em 12 nov. 2024. Sabemos que o nosso projeto considera as famílias com crianças na primeira infância, ou seja, até os seis anos de idade. De toda forma, como o nosso sujeito de pesquisa são as famílias, acreditamos na relevância da TIC Domicílios para a nossa análise.

¹⁰ https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2024_principais_resultados.pdf. Acesso em 12 nov. 2024

De acordo com a pesquisa, 93% das crianças e adolescentes estão online, sendo que 99% são da classe AB, 93% da classe C e 91% da classe D-E¹¹. O dispositivo principal utilizado por eles é o celular (98%), sendo que na faixa etária de nove e 10 anos (a menor faixa etária participante da pesquisa) 89% das crianças também acessam por esse dispositivo. Destas 89%, 67% têm a posse do celular, ou seja, possuem aparelho próprio e não precisam usar os dos responsáveis. Considerando o ano de 2015 em relação ao ano de 2024, a pesquisa mostra o crescimento do acesso à internet pelos celulares e TVs. Desde 2019, o acesso pela TV ultrapassou o acesso pelo computador, que está em queda vertiginosa. Um dos grandes motivos para a ascensão da TV, neste sentido, é o crescimento dos serviços de *streaming*¹².

Uma variação interessante que a pesquisa nos apresenta e que tem muita conexão com o nosso estudo, refere-se ao local em que o acesso às TDICs é feito, por classe social. Considerando “a casa”, há acesso equiparado, ou seja, as famílias da classe AB acessam 100%, da classe C também 100% e da classe DE acessam 97%. Já em deslocamento, identificamos uma considerável discrepância: as famílias da classe AB acessam 74%, e das classe C e DE apenas 44% e 33%, respectivamente. Dessa maneira, compreendemos que o local de maior consumo por crianças e adolescentes é no ambiente familiar, já que muitos utilizam a rede de acesso da própria casa (e não possuem acesso exclusivo no celular).

Neste caso, ao analisar o consumo de tecnologia por essas crianças e adolescentes, há de se considerar esses outros espaços de interação. Belloni (2010) ressalta que é fundamental reconhecermos que as mídias digitais fazem parte do cotidiano das pessoas, mas com diferente intensidade, principalmente quando consideramos as classes sociais. Assim, no nosso estudo, também buscamos compreender, na percepção dos pais, como acontece o consumo da tecnologia nas casas de avós paternos e maternos, vizinhos e amigos do círculo social.

Sobre as plataformas digitais, 83% das crianças e adolescentes possuem perfil próprio no Whatsapp, Instagram, TikTok, YouTube e Facebook, sendo da maior presença para a menor. Considerando as crianças de nove e 10 anos, esse número representa 60%. Ao analisarmos as habilidades para uso da internet, a maior parte diz que sabe verificar quanto dinheiro gastou com algum aplicativo (habilidades operacionais), se um site é confiável e se uma informação encontrada na internet está correta (habilidades informacionais), reconhecer quando alguém está sofrendo *bullying* na internet e excluir pessoas da lista de contatos ou amigos (habilidades

¹¹ Verificamos que a definição de classe econômica é pelo Critério Brasil 2015, sendo 1= A, 2 = B, 3 = C e 4 = DE. Disponível em <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2024/domicilios/>. Acesso em 12 nov. 2024.

¹² Desde 2019, consumo semanal de streaming no país cresceu 320%. Fonte: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/04/09/desde-2019-consumo-semanal-de-streaming-no-pais-cresceu-320.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 21 out. 2023.

sociais) e sabe postar na Internet vídeos ou músicas de autoria própria (habilidades criativas). Já quando são perguntados se sabem diferenciar conteúdo patrocinado e não patrocinado online, como em um vídeo ou em uma postagem em redes sociais (habilidade criativa), quase a metade diz que não. E, ainda, se sabem ajustar as configurações de privacidade, por exemplo, nas redes sociais (habilidades operacionais), a maioria relata que não possui essa habilidade.

Para finalizar os principais achados da TIC Kids Online Brasil 2024, quando perguntados sobre os riscos no ambiente digital, 29% dos usuários relataram ter passado por situações ofensivas, que os deixaram chateados ou que não gostaram. Sobre permissão para uso da internet quando estiverem sozinhos, a maioria dos pais permite se for para assistir a vídeos, programas, filmes ou séries (68%), jogar online (66%) e usar as redes sociais (57%). Sobre o consumo em excesso, agora considerando a faixa etária de 11 a 17 anos (a pesquisa apresenta dessa maneira), 24% tentaram passar menos tempo na internet, mas não conseguiu, 22% navegaram na internet sem estar realmente interessado(a) no que via, 22% passaram menos tempo que devia com sua família, amigos ou fazendo lição de casa porque ficou muito tempo na internet, 16% se sentiram mal em algum momento por não poder estar na internet e 15% deixaram de comer ou dormir por causa da internet.

Com o intuito de também contribuir para a análise do fenômeno da nossa pesquisa, acreditamos na importância de visões distintas sobre determinada realidade (Mick et. al., 2012). Assim, trazemos algumas reflexões da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) sobre o tema em questão que, em consonância “com as demandas apresentadas pelo uso precoce, excessivo e prolongado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Internet, telefones celulares, redes sociais e jogos de videogames, online e off-line”¹³, tem emitido alertas sobre o uso excessivo de telas¹⁴.

Assim, em outubro de 2016, a SBP publica o seu primeiro Manual de Orientação intitulado Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital¹⁵. O documento traz orientações direcionadas a cada um dos públicos envolvidos: pediatras, educadores e escolas, pais, crianças e adolescentes. Considerando as crianças e os adolescentes, em especial, traz um alerta inicial: “nas telas do mundo digital tudo é produzido como fantasia e imaginação para distrair ou afastar do mundo real – portanto, não se deixe enganar no mundo virtual”. Além desse documento,

¹³ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22496c-MO_-_DepVirtual_MenosVideos_MaisSaude.pdf. Acesso em 20 out. 2023.

¹⁴ Dentre os Grupos de Trabalho que a SBP possui, o de “Saúde na Era Digital” é o responsável pelos estudos realizados e compartilhados.

¹⁵ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/publicacoes/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em 19 out. 2023.

outros sete foram produzidos e publicados, entre dezembro/2019 e maio/2023, sempre com atualizações, recomendações e alertas para os públicos diretamente envolvidos, inclusive na época da pandemia do COVID-19. Notamos que apenas o Manual “Benefícios da tecnologia para todas as crianças e adolescentes: mais Aptidão, mais Saúde”¹⁶, de março/2023, é o único com um “tom” mais entusiasta sobre o uso da tecnologia. Ele foi produzido pela nova gestão (2022-2024).

Como ponto de partida, a SBP determina o tempo aceitável de exposição, por faixa etária: nenhum contato com telas ou videogames para menores de dois anos, até uma hora por dia, dos dois aos cinco anos; entre uma e duas horas por dia, dos seis aos 10 anos; e entre duas e três horas por dia, dos 11 aos 18 anos¹⁷. Assim, enfatiza que esse é o limite de tempo para crianças e adolescentes estarem em contato com a tecnologia, de uma maneira geral, e sempre com supervisão dos responsáveis. De acordo com a SBP, “estudos científicos comprovam que a tecnologia influencia comportamentos através do mundo digital, modificando hábitos desde a infância, que podem causar prejuízos e danos à saúde”¹⁸. Destacam, ainda, que “os benefícios e prejuízos dessas tecnologias permanecem sendo foco de atenção de todos os profissionais que lidam com as questões da saúde durante a infância e a adolescência e demandam novas legislações a respeito”¹⁹.

No Brasil, a Constituição Federal (1988) no artigo 5º inciso X, assegura proteção à privacidade e, no artigo 227º, a proteção integral da criança e do adolescente como prioridade absoluta de acordo com a Convenção dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069 de 1990, em seus artigos 240 e 241 descreve como crime a produção de fotos, imagens ou transmissão de conteúdo com cenas de sexo explícito ou pornografia e foram alterados pela Lei 10.764 de 2003 para incluir a ilicitude da conduta no âmbito da Internet e tornar as penas mais graves. O artigo 73º do ECA prevê ainda, que a inobservância às normas de prevenção aos direitos da criança importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos da lei. (Manual de Orientação: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital, SBP, p. 1/2)

A lei número 12.965, de 2014, conhecida como o Marco Civil da Internet, aborda, em seu artigo 29, a importância do controle e supervisão parental e a educação digital como medidas de proteção neste contexto de aceleradas transformações tecnológicas. Essas medidas

¹⁶ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23903c-ManOrient - BenefTecnol todas crc e adl-MaisAptidao MaisSaude.pdf. Acesso em 20 out. 2023.

¹⁷ <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/criancas-no-celular-saiba-o-tempo-ideal-para-cada-idade/>. Acesso em 20 out. 2023.

¹⁸ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/publicacoes/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em 19 out. 2023.

¹⁹ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/publicacoes/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em 19 out. 2023.

visam suavizar os impactos dessas mudanças nas famílias, com um foco específico nas rotinas e experiências de crianças e adolescentes. Entretanto, tanto os pais quanto os educadores nas escolas precisam adquirir habilidades para desempenhar esse papel de mediação e devem ser plenamente conscientes dos riscos e limitações inerentes a essa responsabilidade. Também devem, periodicamente, informar às crianças e os adolescentes sobre a importância de cultivar hábitos saudáveis.²⁰

Em relação aos jogos, a SBP ressalta que na lucrativa indústria do entretenimento, o consumo de jogos tornou-se uma das atividades que estimulam o sistema de recompensa cerebral, de forma semelhante à iniciação e ao consumo de algumas substâncias químicas psicoativas. Além disso, enfatiza que uma vez que a dependência dos jogos se instala na infância ou adolescência, o tratamento se torna notavelmente complexo e desafiador, frequentemente persistindo ao longo da vida adulta. É possível constatar que, nos últimos anos, “os pediatras vêm atendendo, em números cada vez maiores, crianças e adolescentes cuja saúde e desenvolvimento foram afetados por seu uso de smartphones, jogos ou internet” (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019, p. 8).

Outra questão importante para refletirmos é apresentada por Bauman and Raud (2018). Segundo os autores, um dos benefícios da Internet é atenuar algumas das maiores angústias da nossa sociedade contemporânea, que são a solidão e a exclusão. Porém, para os pensadores da linha de pensamento ao extremo dessa, a internet aumenta ainda mais a exclusão daqueles que não têm acesso privilegiado às novas tecnologias. E essa consideração inclui as crianças de famílias menos favorecidas. Ao mesmo tempo, reforçamos que muitos fatores podem reduzir o acesso à informação e que há uma preocupação, cada vez mais iminente, de que a sociedade da informação possa trazer ainda mais discrepância na sociedade, entre aqueles que tudo têm e o restante da população. Grupos diversos - pobres, pessoas sem instrução e com deficiência, por exemplo -, estariam prejudicados frente aos outros (Moore, 2014). E, ainda, há classes inteiras de indivíduos que não possuem acesso às TDICs, por um desejo de não fazer parte da revolução tecnológica (Hoffman, 2012).

De toda maneira, muitas iniciativas seriam necessárias, principalmente do poder público, com o intuito de informar e orientar esses indivíduos e tentar reduzir a assimetria apresentada. Conforme destaca Moore (2014), é fundamental a iniciativa pública alicerçada em importantes argumentos: da cidadania (todos têm deveres, mas também direitos), da eficiência

²⁰ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/publicacoes/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf. Acesso em 19 out. 2023.

(o funcionamento da sociedade é melhor quando os indivíduos estão bem informados) e o da equidade (a maior parte da população não dispõe de recursos para comprar o acesso às tecnologias digitais).

Sob uma perspectiva semelhante, Carmo (2017) destaca que o desenvolvimento do pensamento crítico nas pessoas representa um dos desafios fundamentais para a competência em informação. Assim, oferecer a grupos vulneráveis a oportunidade de se aproximar e ter acesso a uma educação focada em informação poderia, potencialmente, impactar as características ou circunstâncias que definem a condição de vulnerabilidade desse grupo específico. Essa abordagem visa modificar ou influenciar o ambiente, assim como as condições físicas, sociais, econômicas e de trabalho em que esses grupos estão inseridos, na esperança de melhorá-las. Quanto mais vulnerável alguém for, mais desafios poderá enfrentar em áreas específicas ou aspectos de sua vida (Carmo, 2017). E “a vulnerabilidade da baixa renda é interesse de discussão ao redor do mundo” (Almeida, 2020, p. 34).

Estamos cientes, até o presente momento, que a internet proporciona diversas possibilidades, estimulando a interação, a criatividade, o aprendizado e a socialização, trazendo benefícios inclusive para crianças e adolescentes. Contudo, é imperativo ressaltar que a internet constitui um espaço aberto, permitindo que qualquer indivíduo ao redor do mundo insira conteúdo e interaja com outros. Dessa forma, é possível que ocorram atividades ilícitas, comportamentos irregulares e danos para crianças e adolescentes (Kelli, 2023).

O caminho seria encontrar formas de ajudar as famílias com crianças da primeira infância a ensiná-las a navegar no mundo digital, para ter uma experiência digital ética, segura e criativa, e não as protegê-las deste mundo? Ou deveríamos orientar as famílias no controle do consumo das TDICs, em busca de um equilíbrio? Ou o consumo das tecnologias digitais, seja como for, é maléfico para as crianças da primeira infância, sendo necessário blindá-las? Como a tecnologia está verdadeiramente presente na vida da criança da primeira infância, no ambiente familiar? Como pesquisadores transformativos, estudamos exatamente essas “questões do mundo real que afetam o bem-estar do consumidor” (Crockett et al., 2013, p. 1173) para compreender e sugerir ações que possam diminuir a vulnerabilidade e gerar mais bem-estar no processo de consumo.

1.2 Problema de pesquisa e Objetivos Geral e Específicos

À luz das diretrizes da TCR, essa tese tem o seguinte problema de pesquisa: "Como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças?"

Sobre o consumo das TDICs pelas crianças, existem duas correntes antagônicas que, apesar de compartilharem um traço de determinismo tecnológico em sua essência, realizam uma análise ambígua das razões e consequências do acesso das crianças às tecnologias digitais (Nascimento, 2014). Além disso, lembramos que “as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. A difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários se apropriam dela e a redefinem” (Castells, 1999, p. 69).

Já a vulnerabilidade possui uma história diversificada e robusta dentro das ciências sociais, emergindo primariamente como uma estrutura teórica que nos permite examinar grupos em situação de risco, desigualdades sociais ou contextos perigosos (Baker & Mason, 2012). Hilhorst and Bankoff (2013, p.1), destacam que, de maneira simples e clara, “a pobreza, o esgotamento dos recursos e a marginalização” tornam o indivíduo vulnerável. E considerando a vulnerabilidade no consumo, partimos do conceito de Brenkert (1998, p. 8): “alguma pessoa (P) é vulnerável a outro agente (moral ou causal) (A) com relação a algum dano/harm (H), em um contexto particular (C)”, sendo “inerentemente específica do objeto e do agente”.

Sobre o contexto particular, lembramos que as famílias participantes da nossa pesquisa possuem baixo índice socioeconômico, residem em bairros populares de Belo Horizonte, nos arredores das referidas EMEIs, e pertencem às classes C e DE. Neste caso, vale considerarmos que, “alguns aspectos vão além da utilização da Internet como um meio de comunicação e de informação e adquirem uma carga simbólica que representa para a população de baixa renda muito mais do que o simples acesso à tecnologia” (Cardoso, Fernandes e Martins (2017, p. 370).

E, para investigar o nosso problema de pesquisa, temos como seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças, a partir das diretrizes da TCR.

Objetivos Específicos:

- Identificar a relação da família com criança, via tecnologia, incluindo a influência da rede de apoio.
- Revelar quando o consumo da tecnologia inclina-se para o bem e para o mal, numa perspectiva da criança e da sua família.
- Compreender o impacto do consumo no bem-estar das crianças e do seu núcleo familiar.

Sobre o primeiro objetivo específico, ao identificar como a família (em especial os pais) se relaciona com a criança por meio da tecnologia, descortinamos as práticas do dia a dia que moldam o consumo das tecnologias digitais, em especial o celular, a TV e o tablet. A ideia é identificarmos como a tecnologia está presente na rotina da criança e, ainda, se e como os pais buscam controlar e mediar esse consumo. Então, por meio do segundo objetivo específico, revelamos quando o consumo das telas inclina-se para “o bem” e para “o mal”, numa perspectiva crítica (sobre os benefícios e malefícios) e contextualizada (contextos histórico, socioeconômico e cultural da família).

Sobre o terceiro objetivo específico, ao compreendermos o impacto no bem-estar dos participantes da pesquisa, diante do consumo das TDICs, ampliamos o nosso olhar para os aspectos que contribuem para a vulnerabilidade da família. Ao caminharmos dessa maneira e, ainda, considerando outros achados teóricos e no campo ainda mais conectados às vulnerabilidades da criança e da família, alcançamos o objetivo geral e respondemos o nosso problema de pesquisa, contribuindo com reflexões transformativas no contexto do consumo digital na primeira infância.

1.3 Justificativa e relevância da tese

Para discorrermos sobre a relevância e justificativa da tese, começamos por destacar que o tema aborda uma relevante questão contemporânea: como o consumo das TDICs tem impactado a vida das pessoas, em especial, a vida das crianças. Nos últimos anos, a tecnologia digital tornou-se, aparentemente, imprescindível para os indivíduos em seu ambiente familiar, portanto, compreender “como as tecnologias da informação estão afetando o bem-estar dos consumidores representa [...] uma área de importância primordial” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 109).

Sobre as contribuições no âmbito acadêmico, é importante contemplar, neste momento, as pesquisas que já estudam alguns dos temas da tese em questão. Segundo Tocantins and Wiggers (2015), em levantamento realizado, existe um número crescente de estudos que se dedicam a compreender a relação entre a tecnologia e o bem-estar, mas percebemos que há lacunas nestes estudos por não considerarem, principalmente, as crianças da primeira infância no seu contexto familiar. “Ainda são poucas as pesquisas que trazem a perspectiva das crianças e dos adolescentes para essa discussão” (Tocantins & Wigger, 2015, p. 75).

Considerando um cenário ainda mais atual das pesquisas sobre tecnologias da informação e bem-estar dos consumidores, Benvenuti, Scarpi and Zarantonello (2023, p. 109), em editorial para uma edição especial do *Journal of Interactive Marketing on Information Technologies and Consumers' Well-Being*, apresentam que o interesse por esses temas está em uma crescente. “A base de dados *Business Source Premier* identifica 76 publicações desde 2021 que têm tecnologia no título e inclui bem-estar no resumo fornecido pelo autor, bem como 447 publicações com tecnologia e bem-estar no resumo” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 109, grifo nosso). Nos últimos dois anos, chamadas para edições especiais abordando temas de tecnologia e bem-estar também foram destaques em revistas de marketing como o *Journal of Consumer Affairs* e o *Psychology & Marketing* (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023).

Os estudos analisados avançam na relação entre “as novas tecnologias e o bem-estar dos consumidores a partir de diferentes perspectivas e por meio do uso de diferentes metodologias de pesquisa” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 109). Dentre os 12 analisados, utilizaram o modelo antecedente-construto-resultado e descobriram que a maior parte está concentrada na última perspectiva, a que percebe o bem-estar do consumidor como uma variável de resultado. “Essa tendência de considerar o bem-estar dos consumidores principalmente como um resultado (ou seja, uma variável dependente) está alinhada com a literatura sobre bem-estar e novas tecnologias [...]” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 110).

Considerando os nossos participantes da pesquisa, podemos dizer que não foram evidenciados, neste editorial, estudos que priorizem a família com crianças da primeira infância. Sobre os que mais se aproximam do nosso recorte, encontram-se os estudos (1) sobre o controle parental e a melhora do bem-estar antecipado dos pais ao diminuir a sobrecarga de papéis e aumentar a eficácia dos responsáveis) e (2) que apresenta a possibilidade dos *E-sports* (videogames competitivos) proporcionarem bem-estar ao alcançar sentimentos de autoaperfeiçoamento.

Destacamos, ainda, que segundo Coelho (2015), áreas como a Psicologia, Saúde e Educação dedicam-se, com mais intensidade, aos estudos que buscam compreender a relação entre as crianças menores, tecnologia e bem-estar. “Salienta-se que diversas problemáticas evidenciadas no cenário nacional, que podem ser investigadas por pesquisadores de marketing, já estão sendo exploradas por acadêmicos de outras áreas há bastante tempo” (Coelho, 2015, p. 22).

Sobre as pesquisas relacionadas à vulnerabilidade, o artigo de Chaplin, Hill and John (2014) está entre os mais citados internacionalmente com os temas vulnerabilidade e consumidor. Essa constatação é de Ássimos (2022, p. 75), em levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados *Web of Science* e SciELO, identificando 376 artigos publicados que abordam “vulnerabilidade e consumidor (busca com os termos em inglês) em seus títulos, resumos ou palavras-chave”, de 2000 a 2022. Destes 376 artigos, 268 (71%) foram publicados de 2016 a 2022.

Há uma multidisciplinaridade de subtemas, considerando os termos vulnerabilidade e consumidor, sendo que as dez áreas do conhecimento que mais receberam publicações foram, da maior para menor: Economia empresarial, Tecnologia de ciência de alimentos, Nutrição dietética, Psicologia, Ciências comportamentais, Saúde pública ocupacional ambiental, Agricultura, Serviços de Saúde, Ciência da Computação e Ecologia. Considerando o país de origem, EUA, Inglaterra e Austrália são os que mais publicaram, respectivamente. O Brasil ocupa o 11o lugar, sendo o único país da América Latina (Ássimos, 2022).

Dentre os artigos brasileiros mais mencionados com os temas vulnerabilidade e consumidor, de 2011 a 2022, destacamos o de Zarzar et al. (2012), que apresenta sobre o consumo excessivo do álcool entre adolescentes brasileiros, o de Matos et al. (2019), que diz sobre os antecedentes dos endividamento dos consumidores de baixa renda e o materialismo, e, ainda, o de Horta et al. (2019), que apresenta resultados sobre a alimentação das crianças brasileiras de acordo com o risco de vulnerabilidade social.

Assim, sob a ótica da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR), compreendemos que a nossa investigação oferece contribuições teóricas por entender, concomitantemente, as interações entre consumo das TDICs, consumo por crianças da primeira infância, consumo em ambiente familiar, vulnerabilidade e bem-estar (este, como parte dos estudos da vulnerabilidade). Ao apresentarmos uma análise contextualizada e sistematizada das vulnerabilidades e contribuirmos para a construção de um arcabouço teórico mais robusto sobre o consumo TDICs em cenários de exclusão e desigualdade, preenchemos uma importante lacuna nos estudos de consumo da TCR.

Compreendemos que a tese também se justifica pelas contribuições sociais e práticas que traz. Considerando o olhar transformativo sobre o consumo, também rompemos com abordagens metodológicas tradicionais (Crockett et al., 2013). “A pesquisa transformativa do consumidor lança um novo olhar sobre o consumo, uma perspectiva distinta da convencional, e não antagônica” (Coelho, 2015, p. 22). A TCR é, portanto, a nossa decisão teórica-metodológica, por permitir que pesquisadores e participantes estejam envolvidos, em uma perspectiva de coprodução e mais conscientes do fenômeno investigado.

Como pesquisadores transformativos, buscamos representar os pontos de vista daqueles que não tem poder suficiente para serem representados, assumindo um papel de agente ativo na mudança social (Mertens, 2007), beneficiando cidadãos e almejando o seu bem-estar com os resultados da própria pesquisa (Baker, Gentry & Rittenburg, 2005; Coelho, 2015). Como apresentado por Pinto et al. (2016, p. 55), no artigo *Transformative consumer research (TCR): Reflexões, diretrizes e uma análise do campo no Brasil*, na *Revista Interdisciplinar de Marketing*, é fundamental “que essas investigações, por serem engajadas social e politicamente, possam fazer sentido para os pesquisados, pesquisadores, comunidade acadêmica envolvida e o poder público”.

Mesmo que a TCR não apresente uma fórmula definitiva para conduzir pesquisas que fomentem mudanças sociais positivas, é possível identificar abordagens que têm maior probabilidade de sucesso. E são elas que nos norteiam. Na TCR, como orientam Mick et. al., (2012), é interessante não se restringir somente à reflexão sobre os problemas encontrados, mas buscar possíveis soluções por meio de ações práticas que possam, de alguma maneira, resolver os problemas. É determinante que aconteça a devolutiva ou a disseminação da pesquisa para tentar mitigar o contexto dos sujeitos envolvidos, já que o grande objetivo das pesquisas transformativas é a promoção do bem-estar e a diminuição da vulnerabilidade advinda do consumo.

Por isso, acreditamos que a nossa pesquisa também tem significativa relevância pela contribuição de cunho social, visto que se trata de crianças da primeira infância de famílias de baixa renda. Nos projetos de devolutiva, além das ações direcionadas aos participantes da pesquisa diretamente envolvidos, desenvolvemos estratégias e ações junto às instituições de ensino da rede pública. O corpo diretivo e os docentes, das EMEIs responsáveis pela conexão de pesquisadores e famílias, numa perspectiva de coprodução, podem considerar os resultados da pesquisa para desenvolver estratégias pedagógicas e modificações no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), desde que tragam propósito para o uso das tecnologias digitais no ambiente escolar. O estudo poderá, ainda, ser relevante para outras EMEIs, com perfis parecidos aos do

presente estudo. E, em uma perspectiva mais ampla, para a Secretaria Municipal de Educação (SMED)²¹, em Belo Horizonte, que está em constante desenvolvimento de diretrizes para as Instituições de Ensino da Rede Pública.

²¹ <http://www.smedgv.com/SMED.php>. Disponível em 14 de nov 2023.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, realizamos o apontamento de algumas questões sobre os temas teóricos centrais da tese. Por se tratar de uma tese que se baseia na TCR, o texto apresenta conceitos que podem ser chamados de sensibilizadores. Dessa forma, direcionamo-nos ao campo balizados por conceitos centrais, mas com a “mente aberta” às novas descobertas e possibilidades de estudos. E foi exatamente assim que aconteceu...

2.1. Vulnerabilidade

A vulnerabilidade não diz respeito apenas ao presente ou ao futuro, mas é igualmente, e intimamente, um produto do passado (Hilhorst & Bankoff, 2013, p. 3)

A pesquisa de vulnerabilidade possui uma história diversificada e robusta dentro das ciências sociais, emergindo primariamente como uma estrutura teórica que nos permite examinar grupos em situação de risco, desigualdades sociais ou contextos perigosos” (Baker & Mason, 2012). Hilhorst and Bankoff (2013, p.1), destacam que, de maneira simples e clara, “a pobreza, o esgotamento dos recursos e a marginalização” tornam o indivíduo vulnerável. E, ainda, em outra perspectiva, a vulnerabilidade está relacionada à variedade de riscos proveniente da interação entre os aspectos que o indivíduo vive diariamente, nos âmbitos local e global.

Os processos culturais e sociais, muitas vezes subordinados aos contextos políticos e econômicos, também dão origem à vulnerabilidade. Assim, a vulnerabilidade “não é uma propriedade de grupos sociais ou indivíduos, mas está incorporada em relações e processos sociais complexos” (Hilhorst & Bankoff, 2013, p. 5). Ela é, portanto, resultado das relações sociais. E essa situação desafia a capacidade de compreender a vulnerabilidade por meio de uma visão generalista, destacando a importância de análises mais específicas, em nível local ou regional, além de uma abordagem mais dinâmica para entender os fatores que tornam algumas pessoas vulneráveis ao risco e os processos que as tornam resilientes.

Nessa perspectiva, o contexto de vulnerabilidade é delineado tanto pela situação individual quanto pela situação coletiva e comunitária (Baker & Mason, 2012). A abordagem inicial, denominada individual, é eficaz para compreender as experiências individuais e promover a mudança em nível pessoal; a segunda, focada na comunidade e no contexto, representa uma análise viável para estimular a transformação social. Nas abordagens

situacionais, a vulnerabilidade é compreendida como uma condição dinâmica multidimensional, que engloba dependência, impotência e resiliência. Isso implica na consideração de fatores pessoais, sociais e contextuais que, em conjunto, contribuem para a vulnerabilidade dos consumidores. Por outro lado, a perspectiva comunitária e contextual se baseia nas necessidades não atendidas de grupos sociais, como pessoas em situação de pobreza e com deficiências. “Independentemente do tipo de vulnerabilidade, o papel dos fatores contextuais e ambientais na criação e perpetuação de vidas desfavorecidas é inegável” (Saatcioglu & Corus, 2016, p. 4).

Destacamos, então, que o conceito de vulnerabilidade é multidimensional (Baker & Mason, 2012) e resultado das relações sociais (Hilhorst & Bankoff, 2013), envolvendo questões diversas como o risco físico, a diminuição de habilidades sociais e emocionais, o comprometimento das interações familiares, o impacto negativo na saúde da criança, entre outros aspectos. E o contexto de vulnerabilidade é delineado tanto pela situação individual quanto pela situação coletiva e comunitária (Baker & Mason, 2012).

Para relacionarmos vulnerabilidade ao consumo de um indivíduo ou grupo de pessoas, é preciso incluirmos outras reflexões. Portanto, trazendo uma perspectiva ainda mais alinhada ao nosso objeto de estudo, lembramos que o conceito de vulnerabilidade é central na TCR. A pesquisa transformativa busca, portanto, “em primeiro lugar, trabalhar com consumidores vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade, e pesquisar como tal situação é afetada por elementos de mercado” (Ássimos et al., 2018, p. 82). A proposta é encontrar formas de reduzir, por meio de estudos transformativos, os efeitos prejudiciais de estratégias do marketing que podem impactar negativamente o bem-estar dos consumidores, principalmente os mais vulneráveis (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012).

Brenkert (1998), um dos autores-referência na discussão sobre consumidores vulneráveis, os organiza em quatro categorias: (1) fisicamente vulneráveis, sendo que essa suscetibilidade ocorre diante de condições físicas ou biológicas aos produtos e serviços do mercado; (2) cognitivamente vulneráveis, com destaque para crianças e idosos, são quando não possuem habilidades para processar corretamente as informações e/ou são incapazes de perceber que parte dessas informações está sendo ocultada ou manipulada; (3) emocionalmente vulneráveis, que não estão em condições emocionais de resistir às tentações e sedução das marcas; e (4) socialmente vulneráveis, quando o contexto social torna o indivíduo significativamente menos capaz que os mais “privilegiados” para resistir aos apelos e desafios do mercado, podendo prejudicá-lo.

Os estudos de Hill and Sharma (2020) nos apresentam uma abordagem sistematizada para constatar e compreender a vulnerabilidade do consumidor. Nessa abordagem, além da sistematização, sugerem métodos de identificação e demarcam antecedentes e consequências desse consumo. Para fins de entendimento da nossa pesquisa, portanto, consideramos o conceito de vulnerabilidade no consumo também apresentado por Hill and Sharma (2020, p. 554): “vulnerabilidade do consumidor é um estado no qual os consumidores estão sujeitos a danos porque seu acesso e controle sobre recursos são restritos de maneiras que inibem significativamente suas habilidades de funcionar no mercado”. Para essa definição, os autores partiram das concepções conceituais de Brenkert (1998, p. 8) sobre a vulnerabilidade ser uma relação de quatro lugares: “alguma pessoa (P) é vulnerável a outro agente (moral ou causal) (A) com relação a algum dano/harm (H) em um contexto particular (C)”, sendo “inerentemente específica do objeto e do agente”.

Além disso, compreendemos que os estudos de Hill and Sharma (2020) reorganizam as quatro categorias que Brenkert (1998) - física, cognitiva, emocional e social -, e incluem outros elementos, porque acreditam que estas não sejam suficientes, além de considerarem “as circunstâncias que os consumidores enfrentam porque determinam a sua vulnerabilidade” (Hill & Sharma, 2020, p. 554). Assim, apresentam uma concepção de antecedentes da vulnerabilidade do consumidor considerando os recursos limitados e o controle restritivo, que podem tornar os consumidores mais suscetíveis a danos do mercado (Hill and Sharma, 2020).

Os autores apresentam os recursos e o controle à luz de três categorias: recursos individuais (bens e capacidades pessoais como saúde física e mental, educação/formação e recursos financeiros), interpessoais (fatores sociais como capital social, pertencimento e apoio) e estruturais (elementos do mercado e ambiente, incluindo as práticas comerciais e funcionamento do próprio mercado); e controles individual (associado a habilidades de autoeficácia e autoconfiança), interpessoal (o maior ou menor controle advém de dinâmicas e interações sociais construídas pelos indivíduos) e estrutural (o controle é delineado por instituições, como governos e empresas, e por fatores externos, como avanços tecnológicos, que podem facilitar ou restringir o consumo).

Além disso, ainda segundo Hilhorst and Bankoff (2013, p.3), “compreender a vulnerabilidade exige ter em conta a experiência e percepção das pessoas”. Mesmo cientes de que a percepção não é conhecimento, é ela que nos auxilia na compreensão de determinados comportamentos dos indivíduos neste contexto. É o que também sinalizam os autores Brenkert (1998), Baker et al. (2005), Hill and Sharma (2020) quando sugerem que a vulnerabilidade seja experimentada, quer dizer, quando os próprios indivíduos sentem que sofrem e conseguem

identificá-la). E, ainda segundo Hill and Sharma (2020), que também seja observada, ou seja, quando terceiros, como os próprios pesquisadores, conseguem observar o estado de vulnerabilidade. Portanto, é preciso considerar todos esses critérios de definição da vulnerabilidade do consumidor para avaliar quais os indivíduos e os grupos que estão em risco (Mendes, 2018).

Dentre os consumidores vulneráveis, estudos revelam que há importantes lacunas no processamento de informações em dois grupos etários distintos: os bem jovens e os idosos. E alguns profissionais de marketing, conscientes dessa realidade, têm explorado essas vulnerabilidades por meio de práticas negativas (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012). Nas décadas de 1970 e 1980, pesquisadores (Roedder, 1981; Butter, Popovich, Stackhouse, & Garner, 1981) revelaram que as crianças com menos de sete anos de idade não conseguem distinguir entre programação e comerciais, ficando ainda mais vulneráveis à persuasão de anunciantes da publicidade (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012).

“Dada a evidente vulnerabilidade destas crianças” (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012, p. 38), realizamos um breve adendo, mas necessário, sobre os três importantes marcos legais que objetivam zelar pela sua segurança: (1) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²², Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, “define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado”; (2) o Código de Defesa do Consumidor (CDC) informa que “o consumidor-criança aparece como toda pessoa com até doze anos de idade incompletos que utiliza (ou consome) produto ou serviço como destinatária final no mercado de consumo”²³. Neste sentido, a publicidade direcionada a crianças é considerada abusiva e ilegal, pois se beneficia da falta de julgamento crítico e da experiência desse público; (3) o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) “traz importantes avanços na proteção aos direitos das crianças brasileiras de até seis anos de idade, ao estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a meninos e meninas nessa faixa etária”²⁴. Esta lei estabelece a salvaguarda das crianças contra qualquer tipo de violência e

²² Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em 12 nov. 2023.

²³ Disponível em https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/91554/categoria_juridica_consumidor_carvalho.pdf. Acesso em 12 nov. 2023.

²⁴ Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/primeira-infancia#:~:text=O%20Marco%20Legal%20da%20Primeira,e%20meninas%20nessa%20faixa%20et%C3%A1ria..> Acesso em 12 nov. 2023.

influência consumista, além de promover a implementação de ações para evitar a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Compreendemos, portanto, que há uma grande responsabilidade dos pais e responsáveis na orientação e acompanhamento sobre o consumo das crianças. Porém, como pais e mães trabalham fora do lar, na maior parte das vezes, “difícilmente conseguem sentar-se ao lado dos filhos a cada minuto que estes vêem televisão para os lembrar (dos possíveis riscos), e isto é ainda mais verdadeiro para todos os novos meios de comunicação aos quais as crianças estão cada vez mais expostas” (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012, p. 46). “Existem muitos sistemas de controle parental independentes e baseados em dispositivos, redes ou aplicativos” (Stoilova, Bulger & Livingston, 2023, p. 9), criados com o propósito de auxiliarem pais e responsáveis no gerenciamento do que é acessado pelos dependentes em celulares, computadores e outras TDICs, para diminuir os riscos no acesso por crianças e adolescente.

Neste sentido, as autoras Stoilova, Bulger and Livingston (2023) fizeram um levantamento em cinco bases de banco de dados multidisciplinares, de artigos publicados em inglês de 2010 a 2021, relacionados às experiências de crianças, pais e responsáveis com as ferramentas de controle parental. Além disso, de forma complementar, solicitaram recomendações de fontes a 80 especialistas, da América do Norte e Europa, e analisaram relatórios de investigação relevantes. A pesquisa das autoras buscou responder duas questões: “quais famílias usam o controle parental e por quê?” e “quais são os resultados, benéficos ou não, do uso do controle parental?” (Stoilova, Bulger & Livingston, 2023, p. 4).

Os resultados mostram que o uso do controle dependerá da faixa etária dos pais e dos filhos, das competências e habilidades tecnológicas, do envolvimento dos pais e dos motivos que possuem em busca desse controle para reduzir os riscos e a vulnerabilidade. Já as consequências do uso foram diversificadas, ou seja, tanto benéficas como não. Os pais só valorizam as ferramentas de controle parental quando inseridos a uma relação mais ampla e mediada de pais e filhos (Stoilova, Bulger & Livingston, 2023).

Outra variável a ser considerada, que dependerá de como as crianças serão impactadas, é a situação familiar em que elas estão inseridas. Os autores Chaplin, Hill and Roeder John (2014) pesquisaram 177 crianças e adolescentes entre oito e 17 anos. Embora o estudo não contemple as crianças da primeira infância, traz resultados consideráveis. Foram identificados que as crianças pobres apresentam o mesmo nível de materialismo que seus pares mais ricos, mas quando atingem a adolescência tendem a ser mais materialistas que os ricos. Identificou-se que esse dado está relacionado à baixa auto-estima dos adolescentes empobrecidos. “Quanto mais difíceis são as circunstâncias familiares e econômicas de uma criança, mais vulnerável ela

parece ser aos piores efeitos psicológicos da publicidade. Os anunciantes devem visar os pais e não as crianças pequenas” (Chaplin, Hill & Roeder John, 2014, p. 78).

Assim, recorremos à citação do início dessa seção: “a vulnerabilidade não diz respeito apenas ao presente ou ao futuro, mas é igualmente, e intimamente, um produto do passado” (Hilhorst & Bankoff, 2013, p. 3). Considerar, que parte do compreender, a história dos indivíduos e como ela reverbera nos tempos atuais, auxilia na compreensão das suas vulnerabilidades, em diversas instâncias. Neste escopo e considerando a perspectiva da TCR, é fundamental compreendermos as concepções sobre o bem-estar e o quanto a sua redução pode influenciar a vulnerabilidade do consumidor.

2.2 Bem-estar

“[...] são questões do mundo real que afetam o bem-estar do consumidor” (Crockett et al., 2013, p. 1173).

O interesse em estudar o tema bem-estar cresce ao longo do tempo e tem sido realizado em diferentes perspectivas, não existindo um consenso sobre a sua definição. Desde a Grécia antiga, filósofos, como Aristóteles, já se dedicavam a compreender o mistério da existência feliz. “Enquanto filósofos ainda debatem a essência do estado de felicidade, pesquisadores empenharam-se, nas últimas três décadas, para construir conhecimento e trazer evidências científicas sobre bem-estar” (Siqueira & Padovam, 2008, p. 201). Embora o interesse em estudar o tema bem-estar cresça ao longo do tempo e realizado em diferentes perspectivas, não existe um consenso sobre a sua definição, já que “é uma construção complexa que diz respeito à experiência e ao funcionamento ideais” (Ryan & Deci, 2001, p. 141).

Além da complexidade para a sua definição e compreensão (Silva & Ferreira, 2013), “há uma preocupação cada vez mais imperiosa na economia de que as estruturas de pensamento, atualmente dominantes, não sejam mais adequadas para abordar e analisar totalmente os complexos problemas da sociedade contemporânea, tal como o do bem-estar” (Moraes & Marin, 2021, p. 2). Dentre os diferentes olhares sobre o tema, discorremos sobre as áreas que podem trazer contribuições para o nosso trabalho: Economia, Psicologia, Marketing e Consumo, neste último caso estão contemplados os estudos da pesquisa transformativa. Como preconiza a própria TCR, as competências, habilidades e o conhecimento advindo de outras áreas são bem-vindos e podem contribuir para a compreensão de questões sociais amplas e complexas (Mick et al., 2012).

Numa perspectiva Econômica, com concentração nos estudos do bem-estar na família, McGregor and Goldsmith (1998), no fim do século passado, traziam significativas discussões sobre o bem-estar no lar e o desafio de desenvolver trabalhos e pesquisas por, inclusive, não haver distinção clara de conceitos como qualidade de vida e padrão de vida. Segundo os autores, é importante compreender que o conceito de qualidade de vida, mesmo sendo multifacetado, está atrelado às condições econômicas, sociais, ambientais e psicológicas de um indivíduo, permitindo atender às suas necessidades diversas. Já o padrão de vida é o modo de vida em que um grupo de indivíduos está acostumado, incluindo os bens que possui e os serviços que têm acesso. Para os autores, compreender o significado destes conceitos e verificar como cada um está relacionado aos outros, traz uma abordagem importante para gerar práticas que conduzam à felicidade e ao bem-estar geral das famílias e indivíduos.

No início, a renda da família era variável determinante para medir o bem-estar humano. Porém, ao longo dos estudos, foi percebido que muitas das variáveis atreladas ao bem-estar humano não são recursos monetários. Os recursos são transformados em bem-estar de maneiras diversas entre as pessoas, ou seja, mesmo as pessoas que possuem menos recursos econômicos, mas tem capacidade de realização, podem estar em níveis mais elevados de bem-estar do que pessoas que as que têm mais recursos (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009).

Stiglitz, Sen and Fitoussi (2009, p. 8) mencionam, inclusive, que “as estatísticas habitualmente utilizadas podem não captar alguns fenômenos que têm impacto crescente no bem-estar do cidadão”. Existem outras variáveis, além da econômica, que impactam no bem-estar dos indivíduos como aspectos emocionais, sociais, físicos, espirituais, ambientais e políticos, com especial atenção aos menos favorecidos (McGregor & Goldsmith, 1998).

A renda, embora não seja vista como variável determinante, ainda é considerada por muitos pesquisadores dessa área. Assim, um bom ponto de partida é a mensuração do bem-estar material ou dos padrões de vida do indivíduo, que incluem a análise de renda e consumo, juntamente com a riqueza, no âmbito familiar. Também é importante que seja realizada análise sobre os recursos financeiro e de tempo investidos em lazer. Assim, para definir o que significa bem-estar, é preciso contemplar uma definição multidimensional, considerando as seguintes dimensões: padrões de vida materiais, como já mencionado, saúde, educação, atividades pessoais - incluindo o trabalho -, voz política, relacionamentos sociais/capital social, condições presentes e futuras sobre o meio ambiente e insegurança (não seria segurança?), tanto de natureza econômica como física (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009).

Além desses aspectos, coerentes com a dimensão objetiva, há de se considerar os aspectos relacionados à dimensão subjetiva: “avaliações cognitivas sobre a vida, felicidade,

satisfação, emoções positivas (como alegria e orgulho) e emoções negativas (como dor e preocupação)” (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009, p. 16).

Já em uma perspectiva da Psicologia, o bem-estar também é concebido como um fenômeno multidimensional, mas “que inclui aspectos das concepções hedônica e eudaimônica de bem-estar” (Ryan & Deci, 2001, p. 148). Assim, as teorias científicas mais notáveis sobre bem-estar no campo psicológico, estão alinhadas em duas perspectivas: bem-estar subjetivo, que destaca o estado subjetivo de felicidade (hedonismo), e bem-estar psicológico, que investiga o potencial humano (eudemonismo). Ou seja, a abordagem hedônica concentra-se na busca pela felicidade, definindo o bem-estar em função do prazer obtido e na minimização da dor. Por outro lado, a abordagem eudaimônica prioriza o significado da vida e a autorrealização, definindo o bem-estar conforme o nível de realização pessoal e funcionamento pleno de um indivíduo (Ryan & Deci, 2001, p. 141).

O Bem-Estar Subjetivo (BES) concebe um campo de estudos que busca compreender as análises que os indivíduos fazem de suas vidas (Diener, Suh & Oishi, 1997), com uma visão de bem-estar relacionada à felicidade e ao prazer (Ryan & Deci, 2001). É um construto correspondente à percepção do indivíduo sobre a sua vida e, ainda, como ele estabelece e considera a sua vida de acordo com critérios como a satisfação de vida, as emoções positivas e as emoções negativas que vivencia (Llanes, 2001). Na Psicologia, o BES articula duas perspectivas, sendo que a primeira está baseada nas teorias sobre os estados emocionais (emoções, afetos positivos e negativos e sentimentos) e a segunda apoia-se nos domínios da cognição e se instrumentaliza por avaliações de satisfação (com a vida, de uma maneira, e com questões relacionadas à vida com o trabalho e outras variantes) (Siqueira & Padovam, 2008).

Sabe-se que apreender o bem-estar subjetivo favorece a compreensão sobre a qualidade de vida dos indivíduos (Andrews & Robinson, 1991). Por isso, a qualidade de vida é vista, em muitos momentos, como sinônimo de bem-estar e, embora os termos pareçam “modismo”, há algum tempo na nossa sociedade, bem-estar e qualidade de vida podem ser estudados como situações que acontecem ou não em comunidades, grupos, indivíduos (Casas, 2004), e em outros contextos e situações.

Já as reflexões em torno do conceito de Bem-Estar Psicológico (BEP) surgiram como críticas à fragilidade das proposições que eram a base do BES e “aos estudos psicológicos que enfatizaram a infelicidade e o sofrimento e negligenciaram as causas e consequências do funcionamento positivo” (Siqueira & Padovam, 2008, p. 205). Assim, o conceito de eudaimonia é relevante, pois distingue o bem-estar da felicidade em si.

Os fundamentos teóricos do BEP são construídos a partir de formulações psicológicas em torno do desenvolvimento humano e dimensionadas em possibilidades e capacidades do indivíduo em enfrentar os desafios da vida (Siqueira & Padovam, 2008). Neste sentido, o bem-estar consiste no pleno funcionamento das potencialidades de uma pessoa, ou seja, em sua capacidade de pensar, usar o raciocínio e o bom senso (Ryan & Deci, 2001).

Considerando as novas proposições, Ryff (1989) apresenta a proposta de um modelo de seis componentes de BEP, que, em seguida, foi reformulado em parceria com Ryff and Keyes (1995). São eles: (1) autoaceitação (aspecto central da saúde mental): característica que demonstra elevado nível de autoconhecimento e maturidade; com atitudes positivas sobre si mesmo; (2) relacionamento positivo com outras pessoas (sentimentos intensos de empatia e estima pelos indivíduos - amor e amizade pelo próximo); (3) autonomia (uso de padrões internos de autoavaliação e maior independência das aprovações externas, dos outros indivíduos); (4) domínio do ambiente (capacidade de criar ou definir ambientes interessantes e adequados ao seu perfil para sua plena participação no mesmo e, ainda, gerenciamento de ambientes complexos); (5) propósito de vida (senso de determinação e alcance de objetivos propostos, firme na direção determinada para a vida, dando sentido e significado à mesma) e (6) crescimento pessoal (aprimorar, vencer desafios e vivenciar novas experiências durante as etapas do ciclo de vida).

Em uma perspectiva do Marketing, mais precisamente dos estudos do consumo de tecnologia relacionado ao bem-estar, utilizamos como referência a publicação “Information Technologies and Consumers’ Well-Being: Latest Research and Future Research Directions”, das autoras Benvenuti, Scarpi and Zarantonello, publicado na American Marketing Association, em 2023. Como informamos na introdução, as autoras realizaram um levantamento e, do ano de 2021 até os tempos atuais, 76 publicações têm tecnologia no título e inclui bem-estar no resumo, e 447 publicações com tecnologia e bem-estar no resumo. O interesse pelos temas pode ser explicado pelo acentuado desenvolvidos das TDICs, novidades no ramo da inteligência artificial, aumento do consumo das tecnologias digitais, num curso natural e também acentuado pela pandemia do COVID-19, e pela importância da tecnologia para as experiências dos consumidores com produtos, serviços e marcas (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023).

As autoras relatam que dentre os 39 artigos da China, Finlândia, França, Índia, Itália, Líbano, Polônia, Türkiye e Reino Unido, que foram encaminhados em resposta à chamada de artigos que realizaram, 12 foram considerados para o editorial. O edital tem como objetivo refletir o estado da pesquisa atual sobre tecnologia e bem-estar junto aos consumidores. “Esses artigos avançam em nossa compreensão da relação entre as novas tecnologias e o bem-estar dos

consumidores a partir de diferentes perspectivas e por meio do uso de diferentes metodologias de pesquisa” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 109).

Ao analisarem os respectivos artigos, primeiramente, classificaram-os à luz das concepções teóricas que emergem dos próprios artigos: nível micro (considera o indivíduo, em sua singularidade: consumidor mais jovem, mais velho, criança, adolescentes, entre outros); nível médio (relação dos indivíduos com outros indivíduos e/ou instituições no momento da aquisição de produtos e serviços); e nível macro (concentra na sociedade, de uma maneira geral). Ressaltamos que o nível micro, que representa a maioria dos artigos, está em consonância com a literatura e reflexões que apresentamos na perspectiva da Psicologia: psicologia em si, psicologia positiva, bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023). A FIGURA 1 apresenta o elucidado (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 110):

Figura 1: Níveis de bem-estar dos consumidores e Bem-estar dos consumidores em pesquisas com TDICs.



Figura 1. Bem-estar de consumidores em pesquisa de Tecnologia da Informação

Fonte: Benvenuti, Scarpi and Zarantonello, 2023, p. 110

Além da organização por concepções teóricas, utilizaram o modelo antecedente-construto-descendente para entender como o bem-estar dos consumidores é estudado em relação às novas tecnologias. Assim, os artigos foram classificados em estudos que consideram (1) o bem-estar dos consumidores como antecedente, (2) o bem-estar do consumidor como construto/principal objeto de investigação e (3) o bem-estar dos consumidores como resultado. A maior parte dos estudos (10 artigos) está concentrada na última perspectiva, a que percebe o bem-estar do consumidor como uma variável de resultado. A inclinação atual de perceber o bem-estar dos consumidores, principalmente, como um resultado (ou seja, uma variável dependente) está em conformidade com os estudos presentes na literatura sobre bem-estar e as recentes tecnologias (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023).

Buscamos compreender, ainda, a diversidade dos métodos utilizados. Com predominância de pesquisas de natureza quantitativa, com o estabelecimento de hipóteses e reflexões à luz de modelos determinados, apenas dois dos doze artigos contemplaram análise qualitativa e realizaram entrevistas com os participantes. Tikkanen, Heinonen and Ravald (2023) estudaram sobre as tecnologias vestíveis inteligentes e definiram que existem quatro tipos de uso dessa tecnologia, visando o bem-estar: autoaperfeiçoamento, justificação, adaptação e ativismo. Como estratégia de coleta de dados, além de aplicação do questionário, conduziram entrevistas semiestruturadas, com questionamentos sobre como os sujeitos pensam sobre o bem-estar pessoal, como viam o seu próprio papel na gestão do bem-estar e, ainda, com o auto rastreamento. Ao todo, foram 12 participantes, com idade entre 29 e 67 anos.

Já Wilson-Nash, Pavlopoulou and Wang (2023) relacionaram o consumo de tecnologia por idosos, na pandemia, e o bem-estar social. Foram 14 entrevistas semiestruturadas, por videoconferências, além de acompanhamento por seis meses de dados de fóruns online voltados para pessoas idosas (netnografia). Dentre os modelos utilizados, estão o Modelo de Aceitação Tecnológica (TAM) e a Teoria de Usos e Gamificação. O TAM foi criado por Davis (1985) para que as empresas tivessem dados e informações sobre a aceitação da tecnologia da Informação, isso antes da Internet Assim, poderiam avaliar se compensaria o investimento. Já a Teoria dos Usos e Gratificações, também conhecida como Teoria dos Usos e Necessidades ou ainda Teoria dos Usos e Satisfações, criada por Katz e Blumler (1974) inicialmente nos anos 40 e revigorada nas décadas de 70 e 80, busca compreender o que os indivíduos fazem com a mídia. Partindo do princípio de que são usuários autônomos, livres e racionais em suas escolhas, que dispõe do conteúdo dos meios de comunicação como fonte para suprir as suas necessidades psicossociais.

Além destes, destacamos outros dois artigos por acreditarmos que contribuem para as reflexões do nosso projeto: (1) o estudo quantitativo para compreender os resultados psicológicos relacionados à delegação do controle parental ao software específico, desenvolvido por Elgaaied-Gambier, Bertrandias and Bernard (2023), e (2) a revisão de literatura, das últimas 30 décadas, proposta por Dhiman and Kumar (2023), que nos apresenta um importante panorama sobre a felicidade.

O primeiro trabalho citado teve como sujeito de pesquisa pais da França e do Reino Unido, os resultados de pesquisa mostram que o controle dos pais, quando assistido por meio digital, amplia o bem-estar antecipado, por aumentar a eficiência dos pais e diminuir a sobrecarga desse controle. O estudo também mostrou que se o software der mais autonomia às crianças ou ao próprio aplicativo, a tendência é reduzir sistematicamente o bem-estar dos pais.

O segundo artigo, traz uma revisão sistemática das pesquisas realizadas sobre felicidade do consumidor, de 1991 a 2020. Embora saibamos que felicidade e bem-estar não sejam sinônimos, é importante que a compreendamos, no escopo do consumo digital devido à proximidade entre os conceitos. “De um conjunto inicial de 600 artigos sobre felicidade do consumidor de 158 periódicos de marketing nas listas ABS e ABDC, 71 artigos foram selecionados” (Dhiman & Kumar, 2023, p. 115). Após essa busca, avaliaram os artigos para extrair os dados e realizar uma síntese temática, buscando compreender as perspectivas psicológica e emocional do fenômeno. O trabalho concluiu que o termo “felicidade do consumidor” possui diferentes definições na literatura, não existindo um padrão definido. A felicidade tem sido estudada em contextos diferentes, incluindo o comportamento de consumo, e está dividida em três temas: marketing além da satisfação, marketing para a saúde e a mente e felicidade digital.

Neste último caso, ou seja, felicidade digital, destacamos alguns dos resultados apresentados por Dhiman and Kumar (2023, p. 124): a experiência dos consumidores com plataformas digitais [...] é uma fonte potencial de felicidade para os consumidores na era atual; está estabelecido que os consumidores obtêm felicidade através do uso de tecnologia, como redes sociais e aplicações móveis (Berezan et al. 2018; Ho e Ito 2019); essas plataformas facilitam as necessidades recreativas online dos consumidores; a felicidade digital é classificado em duas categorias: “comunidade social da internet” e “tecnologia e entretenimento”; o tema (felicidade digital) considera que o envolvimento digital com sites de redes sociais, filmes, internet, dispositivos móveis e vestuário é uma fonte de felicidade.

Sobre a relação entre o uso da tecnologia e felicidade, segundo os autores, também é verdadeira para as crianças e adolescentes (Chaplin 2009). Neste contexto, seguem os resultados apresentados por Dhiman and Kumar (2023, p. 125):

- a) a compreensão da felicidade no contexto digital ganha proporção quando consideram crianças e adolescentes (Singh & Kumar, 2021);
- b) a felicidade é algo natural na existência da criança (Harter, 1983; Pollak & Sinha, 2002);
- c) a tecnologia aprimora a vida e o bem-estar, de uma maneira geral, de crianças e adolescentes (Holder, Coleman & Singh, 2012)

É exatamente a alínea “c” que nos reconecta ao nosso foco de estudo: o bem-estar. Apesar do trabalho dos autores Holder, Coleman and Singh (2012) estudarem em um contexto diferente do nosso (Índia) e com crianças e adolescentes que já saíram da primeira infância (sete a 14 anos), podemos perceber que os resultados dizem sobre a tecnologia aprimorar a vida e o bem-estar dos participantes da pesquisa. Por isso, como explanado anteriormente, é preciso considerar os contextos sociocultural, político e econômico dos envolvidos, bem como outros aspectos como a faixa etária, a estrutura familiar e a renda.

Também estamos cientes de que o panorama apresentado por Benvenuti, Scarpi and Zarantonello (2023) representa parte de um universo de produções e que contemplou os artigos enviados à Associação Americana de Marketing, em uma edição especial. De toda forma, ao mapear e apresentar as relações entre o bem-estar do indivíduo e o consumo das TDICs, o editorial trouxe atuais e importantes insumos para o nosso trabalho, também contemplados no campo de pesquisa.

Sabemos, também, que ainda há muitas possibilidades de estudos sobre o bem-estar tanto individual como coletivo. Segundo Mick et al. (2012, p. 5), o campo acadêmico da pesquisa do consumidor raramente se direciona aos estudos e à promoção do bem-estar dos consumidores, das famílias, das comunidades e de seus ambientes: “até o momento, houve poucos esforços para coordenar pesquisas e organizações em nome do bem-estar”. Os pesquisadores transformativos, porém, assumem uma proposta de agenda transformadora. Eles investigam minuciosamente como o comportamento do consumidor afeta tanto o bem-estar individual quanto o coletivo. Assim, numa perspectiva da TCR, concebemos por bem-estar a condição de desenvolvimento do ser humano, que contempla a sua prosperidade, a sua felicidade e a sua saúde. “O objetivo normativo da TCR é melhorar o bem-estar, que é um estado de florescimento que envolve saúde, felicidade e prosperidade” (Mick et al., 2012, p. 6).

Mick et al. (2012) utilizam os termos saúde, felicidade e prosperidade para explicar o florescimento.

À luz do exposto, vale a reflexão de Novak (2012): à medida que um número cada vez maior de indivíduos passa parte de suas vidas em ambientes virtuais, como essa existência virtual influencia a felicidade, o bem-estar e a satisfação pessoal de uma pessoa? Novak (2012, p. 225) questiona “se os mundos virtuais são suficientemente distintos dos ambientes da vida real para que faça sentido introduzir uma nova construção multidimensional de qualidade de vida virtual” ou se os conceitos sobre qualidade de vida geral (QV) e bem-estar subjetivo (BSB), que dominam a literatura, seriam suficientes para compreender tal fenômeno. Assim, além de considerar variáveis como personalidade, status socioeconômico e outras questões de políticas públicas, além das escolhas individuais como casamento, nível educacional, consumo, entre outras, considera variáveis no contexto virtual como persistência, espaço compartilhado, interface, ambiente social e imersivo. Assim, as variáveis são avaliadas em contextos diferentes para verificar o efeito positivo, o efeito negativo e a satisfação no bem-estar social (BES).

Além disso, a TCR, mesmo oferecendo uma base motivacional sólida para melhorar o bem-estar, não desconsidera as influências significativas que o indivíduo sofre. Boa parte das pessoas não consegue ampliar o seu bem-estar individual, sem considerar as necessidades do outro e da sociedade como um todo. Portanto, a TCR se dedica a estudar “[...] questões do mundo real que afetam o bem-estar do consumidor” (Crockett et al., 2013, p. 1173) e que podem ser modificadas em busca de benefícios individuais e coletivos (Mick et al, 2012). Sobre a TCR, em especial, apresentamos as discussões sensibilizadoras na próxima seção.

2.3 Transformative Consumer Research (TCR)

A TCR se dedica a estudar os problemas considerados pelo consumidor como mais prementes (Mick et al, 2012) para conhecer e transformar realidades (Mertens, 2007).

O movimento *Transformative Consumer Research* (TCR) abarca pesquisadores interessados nos estudos do consumo, com ênfase no bem-estar social dos indivíduos (Crockett et al, 2013; Mick, Pettigrew, Pechmann, & Ozanne, 2012; Pinto, Almeida & Ássimos, 2021). São incentivadas pesquisas que busquem aprimorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas ou impactadas por práticas de consumo, proporcionando à sociedade uma solução construtiva para os efeitos negligentes do Marketing (Mick et. al., 2012).

Há reflexões que buscam convergências entre os princípios da TCR e do Marketing Social. Como o movimento da TCR estimula “pesquisas científicas com o potencial

transformativo”, podemos dizer que elas se alinham “à perspectiva do marketing social” (Serrano & Abreu, 2023, p. 42)”. Outra semelhança é que “o ideal de bem-estar do indivíduo é um fator concreto nos conceitos da TCR e do Marketing Social” (Serrano & Abreu, 2023, p. 43).

Como a pesquisa transformativa, o Marketing Social tem um viés predominantemente pragmático - que apresenta soluções práticas aos problemas dos indivíduos (Davis & Pechmann, 2013) -, busca a promoção da transformação social para alterar condições sociais e promover o bem-estar dos indivíduos e sociedade (Serrano & Abreu, 2023). Reconhecemos os impactos em indivíduos e grupos de boas práticas de Marketing Social, porém percebemos a TCR em uma concepção mais ampla, profunda e norteadas por crenças e diretrizes que extrapolam as concepções do Marketing Social.

Há um comprometimento do pesquisador transformativo em promover a diversidade de paradigmas e adotar teorias e métodos rigorosos (Ássimos et al, 2018). Portanto, acreditamos que a TCR se apresenta como uma perspectiva teórico-metodológica que nos conduz à construção do conhecimento. E, assim, assumimos a TCR como teoria, à luz das concepções epistemológicas já apresentadas, e como método.

O ponto central da concepção teórica da TCR enfatiza que as diferentes dinâmicas do mercado têm impactos tanto positivos quanto negativos na percepção geral do bem-estar do consumidor, abrangendo áreas como a satisfação com a vida, a qualidade de vida percebida, a felicidade e o bem-estar subjetivo. Além disso, a TCR considera a influência do mercado no bem-estar real dos consumidores, incluindo indicadores objetivos relacionados ao bem-estar econômico, social e ambiental (Pinto et al., 2016). Sobre o aspecto metodológico, o processo da pesquisa transformativa permite que nos libertemos de abordagens de pesquisas tradicionais para “melhor responder às demandas metodológicas dos problemas multifacetados e altamente complexos que os consumidores enfrentam atualmente” (Crockett et al., 2013, p. 1171).

Conforme Ozanne et al. (2011), os métodos convencionais atualmente utilizados para iniciar, conduzir e relatar pesquisas de consumo podem não oferecer a adequada resposta aos desafios da TCR. Ássimos et al. (2018) afirmam que as abordagens tradicionais não possuem “força” necessária para mergulhar em realidades complexas, com diferentes facetas e dispersas. É esperado que nós, pesquisadores, nos capacitemos de maneira a impulsionar o avanço deste campo.

Desde a sua criação em 2001, o Journal of Consumer Research testemunhou avanços significativos nesses tipos de pesquisa (Pettigrew, 2001), que têm direcionado maior atenção para as consequências e repercussões do consumo tanto para os indivíduos quanto para a

sociedade (Ozanne et al., 2011). Conforme as pesquisas transformativas do consumidor são conduzidas e divulgadas, proporcionam novas perspectivas para que nós, pesquisadores transformativos, possamos examinar a realidade empírica sobre uma outra perspectiva.

Sua ênfase, portanto, está no estudo dos consumidores em situação de vulnerabilidade, contemplando pessoas afetadas pelo consumismo, inclusive da internet, alcoolismo, dependência de drogas e outros tipos de vícios. Essa categoria engloba frequentemente idosos, crianças, os iletrados, indivíduos com dependência, aqueles que enfrentam condições de extrema pobreza e outros grupos similares (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012). São, geralmente, os “públicos ou grupos de indivíduos historicamente alijados do radar dos pesquisadores de consumo” e que se apresentam “como vulnerável em alguma situação de consumo” (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021, p. 34). Davis and Pechmann (2013, p. 8), enfatizam que o vício começa com três fases: “não uso, uso não viciante e uso quase viciante”. E, ainda, que na fase de pré-dependência, os consumidores “ainda podem ser vulneráveis aos sinais do marketing e que tais sinais podem desencadear para a fase da dependência”.

Quando refletimos sobre o consumo da tecnologia digital por crianças da primeira infância, no ambiente familiar, podemos dizer que, muitas vezes, o acesso inicial se manifesta de maneira inofensiva. Os próprios pais e responsáveis apresentam o tablet, o celular ou a televisão e ficam maravilhados com a agilidade das crianças. Outras vezes, oferecem a tecnologia digital para que consigam permanecer em lugares que as crianças precisem ficar quietas como em igrejas, à mesa de restaurantes ou em outros locais similares (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019). Neste momento, certamente, as crianças se deslocam da fase do “não uso”, já que ainda não tinham acessado a tecnologia digital, para a do “uso não viciante”, no início do acesso. E, acreditamos, que o avançar das etapas dependerá da continuidade e frequência do consumo das TDICs. A proposta teórico-metodológica da TCR nos orientará na condução da nossa pesquisa.

Importante destacarmos que o que torna uma pesquisa transformativa é a forma como o trabalho é realizado, considerando a contemplação de suas etapas ou da maior parte delas (Mick et al., 2012). São oito fases apresentadas por Crockett et al. (2013), determinantes para a condução do trabalho.

Na fase 1, identificação do problema, somos convocados a dedicar às pesquisas que evidenciem problemas que sejam relevantes para o consumidor (Crockett et al., 2013). Ainda há espaço para muitos estudos que, realmente, sejam significativos para os indivíduos (Mick et al., 2012) e que constitua consumidores mais informados e com mais controle do contexto (Crockett et al., 2013). Por ser apresentar uma perspectiva sensível, a TCR também se dispõe a

desenvolver trabalhos mais extensos e que possam trazer resultados, inclusive, a longo prazo (Crockett et al., 2013). Precisamos, portanto, pensar o problema de pesquisa à luz de diversas perspectivas para compreensão dos fatores que influenciam a vulnerabilidade do consumidor (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021).

Na fase 2, quando nós, pesquisadores transformativos, consideramos a participação de um time multi e transdisciplinar, tornamos possível a conexão de saberes diversos (Crockett et al., 2013). Assim, mesmo que por trocas em ambientes virtuais (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021), compreendemos a importância de competências e habilidades diversas envolvidas na pesquisa transformativa.

Já na fase 3, a amostragem, permitimo-nos desvencilhar de abordagens padronizadas para a amostragem. Assim, enquanto pesquisadores transformativos, precisamos de “abertura, flexibilidade e criatividade” (Crockett et al., 2013, p. 1173) na busca de “pessoas e resultados que resolvam os problemas sociais” (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021, p. 50). Nesta fase, é importante avaliarmos durante as entrevistas e observação no campo (Crockett et al., 2013) se há, dentre os participantes da pesquisa, alguns indivíduos menos vulneráveis, considerado “desvio positivo”, e outros mais vulneráveis, considerado o “desvio negativo” (Mick et al., 2012). Como referência dessa fase, recorreremos ao realizado pelo pesquisador Almeida (2020) que, em sua tese de doutorado, investigou como os diversos atores influenciam o bem-estar dos idosos de baixa renda pelo consumo do crédito financeiro, a partir das diretrizes da TCR. Em uma das etapas da pesquisa de campo, Almeida (2020) entrevistou duas famílias com perfil similar a cada desvio, buscando entender o funcionamento do idoso e sua família. De um lado, o que poderia inibir a violência no consumo do crédito (desvio positivo) e o que poderia tornar o idoso de baixa renda ainda mais vulnerável (desvio negativo). Outra preocupação da fase 3, no momento da busca pelos participantes da pesquisa, está relacionada à interseccionalidade (Crockett et al., 2013), já que a interação entre dois ou mais fatores sociais como gênero, raça, etnia, idade, local de moradia também definem um sujeito.

Sobre a fase 4, destacamos que “no cerne do processo está o conceito orientador do consentimento de participação, em que os potenciais sujeitos da pesquisa compreendem os benefícios e os riscos, participando voluntariamente” (Crockett et al., 2013, p. 1174). Como a pesquisa transformadora trabalha com problemas sociais complexos, a comunicação com os participantes da pesquisa precisa ser próxima e assertiva, informando-os de qualquer mudança no que pode acontecer no seu processo.

É importante considerarmos também que, como pesquisadores transformativos, mais do que apenas compreender e explicar o comportamento de consumo, precisamos estimular a

mudança de comportamento desses indivíduos para provocar aumento do seu bem-estar. É essa chamada consciente que a fase 5 nos apresenta. Por isso, a TCR nos convida a inovarmos nas técnicas de coleta de dados e a encontrarmos novas abordagens metodológicas (Crockett et al., 2013). Visto que a TCR tem como objetivo analisar os fenômenos dentro de um contexto, algumas abordagens de coleta de informações possibilitam que os dados obtidos se integrem às vivências cotidianas das pessoas, simplificando as intervenções direcionadas à comunidade. Alguns dos métodos potenciais para gerar dados mais impactantes são a utilização de registros com máquinas fotográficas, improvisos em peças teatrais, produção de textos à luz das memórias dos sujeitos participantes, dentre outros (Crockett et al., 2013). E, ainda, métodos como “técnicas projetivas de contar uma história no passado em terceira pessoa, textos jornalísticos e desenvolver uma etnografia” (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021, p. 51). Com propostas de coleta de dados diferenciadas e adequadas, o sujeito poderá ser influenciado a começar a agir a partir das próprias pesquisas de campo (mesmo antes da devolutiva).

Precisamos, ainda, coletar e analisar os dados com critérios éticos e que estejam vinculados a relevantes questões sociais (Mertens, 2007). É na fase 6, encontra-se o processo de análise dos dados que, por ser uma pesquisa transformativa, não haverá necessidade de definirmos a técnica no início do estudo. A experiência no campo nos ajudará nessa definição (Crockett et al., 2013). É preciso considerar técnicas que contemplem a análise colaborativa entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa, a fim de beneficiar a comunidade (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021). Além disso, “é essencial que a análise de dados subsidie as outras duas fases da pesquisa transformativa que são a sua tradução e disseminação” (Almeida et al., 2018, p. 164), como apresentamos a seguir.

Parte fundamental de qualquer programa de pesquisa que deseja efetuar mudanças no contexto, na fase 7 reforçamos o nosso compromisso em desenvolver ideias que sejam acessíveis e que promovam o empoderamento do consumidor. É uma etapa desafiadora, mas extremamente necessária, seja em abordagem convencional - com ideias e propostas conceituais iniciais que envolvem o público acadêmico e não acadêmico -, ou em uma abordagem menos convencional - com a realização de projetos que extrapolam o contexto estudado (Crockett et al., 2013). Assim, podemos “avaliar meios possíveis de uma futura aplicação dos resultados em um campo maior” (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021, p. 51).

Já na fase 8, última do processo de pesquisa transformativa apresentado por Crockett et al. (2013), adotamos estratégias de comunicação amplas e inclusivas, e que extrapolam o contexto acadêmico, para compartilhar os resultados de pesquisa. É importante incluir meios alternativos para a divulgação das pesquisas (Coelho, 2015), considerando, inclusive, o

ambiente virtual como canal eficaz na divulgação (Mick et al., 2012; Ozanne et. al., 2011). Também há de se considerar que “talvez uma das formas mais inovadoras de disseminação seja o uso das artes performativas” (Crockett et al., 2013, p. 1176). Assim, estaremos mais propensos a alcançar uma mudança social significativa, visando o bem-estar para todos os indivíduos envolvidos (Mick et al., 2012; Ozanne et. al., 2011).

Devemos considerar que há críticas relacionadas à TCR, por acreditar que os pesquisadores da Administração, mais precisamente do Marketing, estão tão aprisionados à lógica capitalista de aumento de consumo para maior produção, que seriam incapazes de pensar na possibilidade de bem-estar dos consumidores (Parker et al., 2015). Ou seja, que o paradigma transformador estaria indo contra a própria natureza dos estudos do consumo e Marketing. Porém, acreditamos na capacidade de estudos da TCR para nos transformarmos enquanto pesquisadores, da mesma forma que poderá transformar os participantes da pesquisa (Mick et. al., 2012). É por meio da nossa transformação como pesquisadores que seremos capazes de apresentar os potenciais impactos do consumo sobre esses indivíduos vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos mais críticos e habilitados (Davis, Ozanne & Hill, 2016).

A condução de pesquisas transformativas é complexa e, muitas vezes, exige que tenhamos outras competências e habilidades como pesquisadores (Pinto et al, 2016). Embora a TCR seja um campo de investigação dinâmico e em evolução, “seis compromissos principais servem para ancorar este esforço” (Mick et al., 2012, p. 6):

- a) melhora do bem-estar do consumidor: este compromisso visa aprimorar o bem-estar dos consumidores, compreendendo-o como um estado de florescimento que engloba saúde, felicidade e prosperidade.
- b) valorização da diversidade de abordagens: reconhece, acolhe e respalda a diversidade de teorias, métodos, níveis de análises e paradigmas necessários para compreender e influenciar positivamente o bem-estar dos consumidores.
- c) aplicação criteriosa de teorias e métodos: compromete-se com a aplicação metódica de teorias e métodos para alcançar os objetivos e a missão propostos na pesquisa.
- d) ênfase no contexto sociocultural: destaca a importância do contexto sociocultural e situacionais ao abordar problemas ou oportunidades relacionados ao bem-estar dos consumidores.
- e) novo papel dos pesquisadores: defende um novo papel e comportamento para os pesquisadores, vendo-os como defensores e parceiros próximos dos consumidores.

- f) compartilhamento de resultados: compromete-se a compartilhar as descobertas com os consumidores e outros sujeitos que possam se beneficiar do aprendizado e da aplicação dos resultados da pesquisa.

Além dos compromissos apresentados, também nos orientamos pelas quatro diretrizes básicas da TCR (Mick et al., 2012), que são: 1a) conhecimento prático; 2a) contribuições teóricas; 3a) aproximação dos pesquisadores com os agentes de mudança social; 4a) adoção de estratégias de comunicação alternativas. Assim, a nossa pesquisa deve investigar questões conceituais importantes, mas sempre com um objetivo prático em vista. A proposta é conceituar os construtos de uma forma que possam existir mudanças, mesmo que simples, visando o bem-estar dos grupos vulneráveis. Também devemos nos empenhar em caminhos alternativos aos tradicionais para melhorar o bem-estar do consumidor e avaliar sistematicamente o sucesso e a sustentabilidade desses esforços para afetar a mudança social real (Mick et al. 2012; Coelho, 2015). E, ainda, temos o compromisso de ampliar a divulgação dos resultados da pesquisa, não limitando ao contexto acadêmico. O intuito é compartilhar as nossas percepções com todos os que possam, de alguma forma, se beneficiar com os achados do estudo.

Como o paradigma transformativo oferece uma estrutura que aborda de maneira explícita as questões de poder, justiça social e da diversidade cultural ao longo de todo o processo de pesquisa, é possível compreender instâncias ainda não exploradas. A nossa pesquisa, então, precisa ser voltada para a transformação, uma vez que a maior parte dos estudos em Marketing não se dedica às necessidades dos indivíduos que, historicamente, foram marginalizados das esferas de influência na comunidade acadêmica (Mertens, 2007).

Gomes Neto et al. (2021), também ressaltam o poder da pesquisa transformativa para desencadear transformações significativas em diversos campos. E que, no Brasil, o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) já inclui uma seção específica dedicada aos estudos em TCR. E, ainda, que revistas nacionais como a *Organização & Sociedade* e a *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, adotam uma abordagem crítica e epistemológica da ciência, o que as posiciona como potenciais impulsionadoras da produção acadêmica nessas áreas no País.

Mas há um caminho considerável a ser percorrido. É relevante mencionarmos alguns desafios atuais no âmbito do Marketing que estão relacionados à execução de trabalhos que envolvem a TCR. Por acreditar que as pesquisas transformativas se afastam do escopo do marketing gerencialista, há pouca disposição dos órgãos de fomento à pesquisa no Brasil em ceder espaço para essas pesquisas (Pinto et al., 2016). Além disso, percebemos que “[...] a condução de pesquisas que resultem em ações socialmente relevantes pode causar

estranhamento aos pareceristas de periódicos brasileiros da área” (Coelho, 2015, p. 22). Portanto, “por parte dos editores dos periódicos, é interessante a iniciativa de se promover debates acerca de novas frentes epistemológicas, teóricas e metodológicas propostas pela TCR” (Pinto et al., 2016, p. 64). Gomes Neto et al. (2021, p. 105) destacam:

A pesquisa transformativa no Brasil precisa ser reconhecida pela interdisciplinaridade de conhecimento que preconiza e pela modificação de paradigmas que pode proporcionar. Quando os pesquisadores reconhecerem o papel deste movimento de pesquisa e assumirem sua função como advogados dos consumidores, será possível chegar em seu objetivo fundamental: provocar a mudança social. A pesquisa transformativa lida com os problemas do cotidiano dos indivíduos, e os resultados precisam provocar mudanças em nível individual e coletivo, promovendo intervenções sociais e políticas (Gomes Neto et al., 2021, p. 105).

Assim, como pesquisadores transformativos brasileiros, perseguimos as práticas que possam trazer mudanças sociais. Como destacam Davis and Pechmann (2013, p. 10), acreditamos que, em um futuro próximo, “os investigadores de consumo em todo o mundo e em todas as fases da sua carreira começarão a integrar objetivos de investigação transformadora no seu trabalho”. Ao estudarmos o consumo das TDICs por famílias, com crianças da primeira infância, será possível avaliarmos se essa prática torna os sujeitos envolvidos mais vulneráveis e/ou se trazem bem-estar ou mal-estar. A partir dos resultados da pesquisa, procuraremos reduzir, mesmo que em parte, a vulnerabilidade desse consumidor, capacitando-o a ser o protagonista de suas decisões e fortalecendo a sua autonomia. E, de uma forma geral, trazer reflexões para a sociedade.

2.4 Consumo das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs)

A internet, para os nativos digitais, faz parte do seu desenvolvimento pessoal e social, desde a sua infância (Raggiotto et al., 2023)

*Para muitos pais, o cenário digital em que os seus filhos crescem é muito diferente daquele em que cresceram.
(Boston Children’s Digital Wellness Lab)*

O acesso que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) permite pode ser impactante para a sociedade. A marca distintiva da revolução tecnológica atual reside não apenas na centralidade do conhecimento e da informação, mas sim na aplicação ativa desses elementos para gerar novos conhecimentos e desenvolver dispositivos para processamento e comunicação da informação (Castells, 2013). O aumento do armazenamento e o processamento

das informações tem transformado consideravelmente a forma que a sociedade se organiza, incluindo os seus padrões de consumo (Schwab, 2016) e organizações e indivíduos estão modificando a sua maneira de relacionar (Arruda Filho et al., 2019).

Alguns mundos virtuais, nos tempos atuais, “são visualmente plataformas ricas e tridimensionais para interação social e econômica que oferecem aos seus usuários a capacidade de literalmente viver vidas virtuais”. Em muitos casos, “a ideia de vidas virtuais que são complementos ou substitutos da vida no mundo real já é uma realidade cotidiana para muitos usuários do mundo virtual” (Novak, 2012, p. 225). Mas isso não ocorre da mesma maneira e nem com a mesma intensidade em todos os grupos sociais (Castells, 2013), pois sabemos que a onipresença da internet não é um fenômeno para toda a população mundial. Apesar dos adolescentes e adultos com idades entre 18 e 44 anos estarem online praticamente todo o tempo, há diferença quando consideramos alguns outros dados demográficos, como a etnia (Hoffman, 2012).

Desta forma, no ambiente virtual, o processo de construção de significado acontece de maneiras diversas, contudo existe “uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia” (Castells, 2013, p. 14). Mesmo consciente de que cada indivíduo constrói o seu próprio significado a partir das informações que recebe, quando o contexto muda, ou seja, quando o ambiente comunicacional é diferente, interfere na forma como esse significado é construído. E isso é o que acontece no ambiente virtual. Há, neste local, espaço para que os indivíduos sejam mais autônomos e modifiquem, também, as relações de poder, por meio das redes de comunicação (Castells, 2013).

Ao estudar sobre o consumo das TDICs por crianças, é possível identificarmos diferentes linhas teóricas de pensamento. De um lado, os teóricos que acreditam no poder da internet para potencializar o desenvolvimento das crianças, principalmente as consideradas como “nativos digitais”. Essa linha de pensamento acredita que as mídias ocupam quase totalmente o tempo ocioso das crianças (Belloni, 2010) e que elas já possuem habilidades naturais para lidar com a tecnologia, uma vez que nasceram nessa era (Prensky, 2010). E, ainda, que “a maioria das críticas se baseia em desconfiança e medo, geralmente por parte de pessoas mais velhas. Esses temores talvez sejam compreensíveis” (Tapscott, 2010, p. 17).

O filósofo Lévy (2011), desde as últimas décadas do século XX, se destaca como um entusiasta das possibilidades que o crescimento do mundo virtual oferece para o progresso do conhecimento do indivíduo, independentemente da idade. Neste sentido, considerando que as tecnologias digitais mediam as novas práticas sociais, busca desconstruir os discursos radicais

que entoam que o ambiente virtual substituirá o real e, ainda, que o ciberespaço serve apenas para estabelecer novas formas de dominação. Couto (2013) destaca que, na cibercultura infantil - termo cunhado pelo autor -, a criança não é frágil ou ingênua, pois consegue criar, opinar, escolher e consumir. Assim, ela adquire um papel mais proeminente, pois, imersa na dinâmica do mercado, do consumo e do entretenimento, se depara com a possibilidade de selecionar e, até mesmo, influenciar na criação de produtos e serviços. Assim, o modo de vida assume uma nova configuração quando a informação circula de forma livre e os indivíduos dispõem das ferramentas necessárias para compartilhá-la de maneira eficiente e utilizá-la para se organizar (Tapscott, 2010). Belloni (2010, p. 64) destaca que a tecnologia digital é de extrema importância para a socialização das gerações entrantes. São as mídias, inclusive, que “fornecem os conteúdos (heróis, personagens, mitos, valores e representações) com os quais elas vão construir seu imaginário e suas próprias representações”.

Nessa mesma proposta, está o pesquisador Prensky (2001, 2010, 2012), que cunhou o termo Nativo Digital para se referir aos indivíduos que nasceram e foram criados no ambiente digital. Apesar do termo ter sido criado há mais de 20 anos, ainda é utilizado por pesquisadores da contemporaneidade. Raggiotto et al. (2023) destacam que os nativos digitais são consumidores que têm uma relação com a tecnologia diferente de outros segmentos de clientes. A internet, para esse público em específico, já é um componente enraizado no seu desenvolvimento pessoal e social, desde a sua infância.

Obeidat and Young (2017) ainda salientam que a vida dos nativos digitais gira em torno do uso contínuo e integrado das tecnologias. Filho et al. (2021) apresentam que os nativos digitais tendem a apreciar a conexão constante online e têm uma habilidade natural para operar em múltiplas tarefas ao mesmo tempo, de forma semelhante ao que fazem presencialmente. Isso resulta em um processamento de informações rápido e uma interação ágil (Arruda Filho et al., 2021), gerando uma transformação social significativa (Obeidat & Young, 2017). “Jogos de computador, e-mail, Internet, smartphones e aplicativos móveis são partes integrantes da vida dos nativos digitais” (Arruda Filho et al., 2019, p. 1). Prensky (2010) destaca que os jogos são importantes para o desenvolvimento de habilidades nas crianças como colaboração, negociação e pensamento ágil, mas ressalta o papel dos pais e responsáveis na seleção dos games adequados às faixas etárias.

Belloni (2010, p. 13), porém, cita que as TDICs podem ser contraditórias, porque de um lado acessam o imaginário das crianças com mensagens prontas e direcionadas ao consumo, mas do outro “proporcionam oportunidades incríveis de acesso à informação e ao conhecimento de comunicação e interações sociais virtuais, possibilitando pensar em cenários positivos”. Mas

é enfática ao dizer sobre a importância da tecnologia na vida das crianças. Prensky (2010, p. 118) diz que “[...] o volume de aprendizado positivo proporcionado por videogames supera de longe qualquer elemento negativo”. O autor ressalta que algumas crianças não têm a tecnologia digital como parte da vida, mas as que têm são beneficiadas por ela.

Por outro lado, encontram-se os pensadores que defendem os efeitos negativos do consumo de tecnologias por crianças. Postman (1999, 2005) já sugeria aos que falam entusiasticamente das tecnologias digitais a fazerem reflexões sobre quais interesses esse defensor representa, quais pessoas serão empoderadas, de quem será desviado o poder. Há uma grande discussão sobre o “desaparecimento da infância”, termo cunhado por Neil Postman (2005), com reflexões sobre as transformações pelas quais a concepção de infância tem passado, traçando um paralelo com as tecnologias da informação e comunicação, dentre outros aspectos. Desde o século XVIII, quando surgiu a concepção de infância, há mudanças significativas sobre o conceito da criança e o seu papel na sociedade (Heywood, Colin, 2004). No fim do século XX, com a intensificação dos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, aos dias de hoje, com as novas tecnologias digitais, há um movimento em que as crianças tendem a se tornar adultas precocemente (Postman, 2005) pelo acesso acelerado à tecnologia (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019).

Seguindo os passos e pensamentos de Postman (1999, 2005), está o pesquisador Strasburger (2019)²⁵, que prevê a morte da infância no início do século XXI, devido a uma sociedade hostil, escolas despreparadas, pais absortos e, principalmente, às novas tecnologias e às redes sociais. Strasburger (2019) endossa a sua teoria sobre o impacto e as influências dos conteúdos midiáticos e do tempo de exposição às telas no comportamento de crianças e adolescentes, que pode alterar toda a dinâmica familiar. E, ainda, reforça que muitas vezes, até vídeos e jogos que são vistos como divertidos podem representar, implicitamente, atos violentos. Strasburger, Donnerstein and Bushman (2014) questionam porque é tão difícil acreditar o quanto as mídias, inclusive as digitais, influenciam no comportamento de crianças e adolescentes.

Um anúncio do Super Bowl custa US\$ 4 milhões por 30 segundos. Claramente, os anunciantes acreditam que apenas 30 segundos levarão os consumidores a comprar os seus produtos. No entanto, a indústria da mídia afirma que a programação em torno dos anúncios não tem impacto sobre os telespectadores. Isto é um paradoxo. Como é possível que os meios de comunicação não tenham qualquer efeito sobre as crianças e os adolescentes quando estes passam em média 7 horas/dia com meios de comunicação (11 horas/dia se tiverem meios de comunicação no quarto), consumindo-os? (Strasburger, Donnerstein & Bushman, 2014, p. 1)

²⁵ Neil Postman (1999, 2005) escreveu o livro “O desaparecimento da Infância”, enquanto Victor Strasburger (2019), especialista internacional sobre os efeitos da mídia sobre as crianças, escreveu “A morte da Infância”.

Existem “milhares de estudos e a literatura é cada vez mais clara sobre o impacto potencial dos meios de comunicação social numa variedade de questões de saúde (Strasburger, Donnerstein & Bushman, 2014, p. 1), mas há diversos motivos para se negar os efeitos da mídia sobre os indivíduos, mesmo com as evidências científicas. Dentre os motivos, os autores destacam que há uma tendência a acreditar que só as outras pessoas podem ser impactadas (efeito terceira pessoa), que também há ainda mais desejo em enfrentar os fatos por um desejo de liberdade de decisão, e, ainda, que muitos acreditam na impossibilidade das mídias causarem danos já que proporcionam diversão. Algumas crianças também querem ainda mais jogar determinado jogo quando os pais dizem que elas são muito pequenas (desejo pelo fruto proibido).

Para Postman (1999, 2005), essa situação é um pacto faustiano²⁶, já que a tecnologia concede e ao mesmo tempo subtrai. Isso implica que, para cada benefício que a tecnologia proporciona, sempre existe uma desvantagem correspondente. E a desvantagem pode superar em importância o benefício. A proliferação da informação, principalmente por meio da televisão, tem conduzido à obsolescência da infância. Jogos e brincadeiras, que sempre estiveram correlacionados à infância, bem como comportamentos, linguagem, costumes e a própria percepção da realidade pela criança, são afetados e perdem relevância devido à disseminação dos conteúdos midiáticos.

Rich, Tsappis and Kavanaugh (2019, p. 7), enfatizam que “tudo começa de forma benigna”:

Pais orgulhosos colocam um tablet na frente de seu bebê e ficam maravilhados com sua esperteza. Às crianças que estão começando a andar são dados aparelhos eletrônicos para mantê-las quietas nos restaurantes. Crianças em idade escolar ganham smartphones para manterem contato com os pais – e usá-los para trocarem mensagens de texto umas com as outras (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019, p. 7).

A exposição incessante a dispositivos e aplicativos baseados na tecnologia digital, de indivíduos de faixas etárias diversas, aumenta o risco de as pessoas desenvolverem estados agressivos e de isolamento social. Podemos dizer que “o uso problemático da internet pode afetar indiretamente o bem-estar individual, afetando a escolha do consumidor” (Raggiotto et al., 2023, p. 268).

²⁶ Diz-se de ou indivíduo que age como o próprio Fausto, lendário personagem das tradições germânicas e de várias obras literárias que, insatisfeito com a insuficiência do conhecimento, faz um pacto com o demônio Mefistófeles que o leva a trocar os valores espirituais por valores materiais; fáustico, faustino. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/faustiano>. Acesso em 18 out. 2023.

Dessa forma, Rich, Tsappis and Kavanaugh (2019) enfatizam que crianças e adolescentes se encontram em especial vulnerabilidade ao desenvolvimento de um uso problemático de mídias interativas, uma vez que são adeptos rápidos e entusiásticos da tecnologia, demonstrando maior facilidade em seu manuseio em comparação com os adultos que os supervisionam. O risco aumenta devido a funções cerebrais específicas que ainda estão em processo de desenvolvimento, como o controle de impulsos, a autorregulação e o pensamento futuro.

Os primeiros indícios de um uso problemático de mídias digitais podem inicialmente passar despercebidos ou serem interpretados como simples incômodos, em vez de serem reconhecidos como uma patologia, até que a criança ou o adolescente atinge um estágio significativo de comprometimento, resultando em problemas físicos, insucesso acadêmico ou disfunção social (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019). Hoffman (2012, p. 195) corrobora ao dizer que “as relações entre a indispensabilidade da Internet, o uso social e o bem-estar individual são complexas e podem nem sempre ser benéficas”.

Agora, em uma linha de pensamento deslocada dos dois extremos (o que não podemos considerar neutra, já que também há posicionamento), encontramos pesquisadores como Buckingham (2006, p. 3), que sugerem que devemos refutar “o simplismo do pânico moralista diante das influências negativas das mídias, assim como o otimismo exagerado sobre a ‘geração eletrônica’”. E o autor traz uma ponderação: há pesquisadores ansiosos em contar sobre os benefícios das mídias junto às crianças e adolescentes, mas desconhecem o perfil das crianças e desconsideram os contextos social e cultural.

Nessa perspectiva, Buckingham (2006, p. 76) diz que as crianças são vistas como agentes ativos, com habilidades naturais, “em vez de simplesmente como vítimas passivas da manipulação da mídia”. Isso não quer dizer que não sofram influências diretas daquilo que assistem ou leem, ressalta o autor, ou que ainda não tenham muito a aprender ao longo do seu crescimento. E, também, não quer dizer que não sejam influenciadas por pais e responsáveis. Muitas vezes, “os próprios pais estão conectados 24 horas por dia, sete dias por semana, levando seus smartphones para a mesa de jantar e seus laptops para a cama”. Assim, ao questionarem os filhos sobre o excesso do uso da tecnologia, não aceitam a tentativa de controle (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019, p. 8).

Comemorar exclusivamente o poder dos receptores negligencia o fato de que as relações entre os receptores e os meios de comunicação evoluem e se transformam. “Ao mesmo tempo em que ela é tida como poderosa por dominar a linguagem digital, [...] ela ainda é vista como vulnerável pelo fato de estar em desenvolvimento e não ter, ainda, a capacidade de

discernimento do adulto” (Dias, 2015, p. 38). É necessário preparar as crianças para lidar com a violência, a política e o consumo, uma vez que não mais conseguimos retirá-las desse mundo ou protegê-las. É fundamental desenvolver novas estratégias para garantir a proteção dos direitos das crianças, tanto como consumidoras quanto como cidadãs (Buckingham, 2006), já que, muitas vezes, elas ficam mais tempo em companhia das mídias do que das próprias pessoas que convivem.

Será que a cibercultura infantil não deveria “ser entendida como algo negativo ou prejudicial à infância, e sim como um novo modo de viver a infância” (Dias, 2015, p. 38)? Ao considerarmos que a criança da hipermodernidade foi, de certa forma, privada de brincar e ocupar os espaços públicos, em razão da violência e demais perigos que cada família vislumbra, torna-se incoerente esperar que ela desempenhe os mesmos papéis da criança do passado? Parece que as crianças estão imersas em infâncias mediadas pela mídia, e o significado da infância, nas sociedades contemporâneas, é moldado e estabelecido por meio das interações das crianças com essas mídias. Porém, embora tenha uma parcela considerável de responsabilidade, a mídia não é a única causa da transformação da infância ao longo da história (Buckingham, 2006).

Assim, ao conhecermos as linhas de pensamento existentes e seus desdobramentos, como pesquisadores transformativos, precisamos considerá-los ao estudarmos os fenômenos. Buckingham (2006, p. 6) faz um convite, neste sentido: “ao ler meu texto através do filtro de suas próprias experiências culturais, certamente você verá emergir diferenças”. Importante considerarmos tal assimetria para compreender, com clareza, como as crianças estabelecem “relações sociais, culturais e afetivas com as diferentes mídias às quais têm acesso” (Belloni, 2010, p. 6).

2.5 Possibilidade de articulação teórica

À luz das principais discussões da literatura, percebemos a possibilidade de avanço teórico ao articular os grandes conceitos/temas deste projeto de tese: consumo das TDICs, crianças na primeira infância, vulnerabilidade, bem-estar, famílias de baixa renda e TCR. Embora haja importantes contribuições teóricas sobre cada um desses temas e outras que contemplam a articulação entre dois ou três deles, não há, na nossa percepção, pesquisas que confrontam todos esses aspectos.

Sobre o consumo da tecnologia e as crianças, em ambiente familiar, notamos uma concentração de pesquisas voltadas para a compreensão dos efeitos da publicidade e as suas

estratégias persuasivas direcionadas a esse público, no âmbito digital. Também verificamos estudos sobre o consumo e a produção de conteúdos digitais pelas próprias crianças, influenciadas, muitas vezes, pelos influenciadores do ambiente virtual. Embora concentrem-se no escopo do Marketing, essas pesquisas têm perspectivas e concepções diferentes da nossa tese e raramente estão articuladas aos pressupostos da TCR. Lembramos que a “TCR pode expandir as fronteiras da investigação para diminuir as externalidades do sistema de marketing para os consumidores e para a sociedade em geral, ao mesmo tempo que melhora o a construção do bem-estar do consumidor de formas mensuráveis” (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012, p. 55).

Verificamos, ainda, que os estudos sobre o consumo das TDICs por crianças e adolescentes possuem linhas de pensamentos diferentes, mesmo em áreas de conhecimentos afins. Há pesquisadores (Prensky, 2001, 2010, 2012; Lévy, 2011; Couto, 2013; Belloni, 2010; Obeidat & Young, 2017; Arruda Filho et al., 2019, 2021) que defendem os benefícios gerados pelo consumo das tecnologias digitais, já que são indivíduos que já nasceram em uma nova era. Por outro lado, há os estudiosos (Postman, 1999, 2005; Strasburger, 2019; Strasburger, Donnerstein & Bushman (2014); Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019; Raggiotto, et al., 2023; Hoffman, 2012) que defendem os malefícios causados pelo consumo das TDICs por crianças e adolescentes, enfatizando a sua vulnerabilidade e o comprometimento das relações sociais, familiares e com os aspectos da saúde. E que, “no contexto de consumo, a vulnerabilidade do consumidor infantil é largamente explorada e muitas vezes reforçada pelos profissionais de marketing” (Barbosa & Veloso, 2017, p. 2).

Conscientes, então, de que as tecnologias digitais modificaram e continuam modificando a vida social de maneira ascendente, embora diferentemente em cada contexto histórico socioeconômico e cultural, é urgente a nossa dedicação como pesquisadores transformativos. Os participantes da nossa pesquisa são as famílias de baixa renda, o que também precisa ser contemplado. Embora “a nova geração da camada de baixa renda parece se inserir no mundo virtual desde jovem, mostrando intimidade com a rede” (Dias & Hemais, 2015, p. 122), precisamos considerar que o impacto das TDICs não se apresenta para todos, de uma mesma maneira (Castells, 2013) e avaliar se, realmente, todas as crianças dessa geração podem ser consideradas “nativos digitais”, desde a infância imersas no mundo tecnológico.

Dito isso e considerando as discussões teóricas apresentadas neste capítulo, as principais lacunas observadas e que pretendemos reduzir para, então, avançarmos teoricamente referem-se (1) a sistematização de indicadores para compreensão da vulnerabilidade do consumidor para os estudos do consumo das TDICs, numa perspectiva da TCR; (2) compreensão dos principais

impactos no bem-estar e na vulnerabilidade familiar diante do consumo das tecnologias digitais pelas crianças na primeira infância; (3) a inexistência de estudos, âmbitos nacional e internacional, sobre crianças na primeira infância, consumo das TDICs, famílias de baixa renda e vulnerabilidade, simultaneamente; (4) a compreensão sobre os aspectos da vulnerabilidade criança, apresentada pela TCR como inerente a esse grupo, quando remete aos grupos de consumidores vulneráveis; (5) a apresentar um processo para devolutivas aos participantes da pesquisa, preconizadas pela TCR; e (6) aos poucos estudos em Marketing direcionados às crianças na primeira infância de famílias vulneráveis.

No capítulo a seguir, discorreremos sobre os aspectos metodológicos que tornarão possível as articulações propostas nesta seção.

3 MÉTODO

No presente capítulo, apresentamos o posicionamento paradigmático, o percurso metodológico, os participantes da pesquisa, as estratégias de coleta e de análise de dados, além da proposta de devolutiva aos participantes da pesquisa e demais envolvidos, numa concepção de coprodução para que tenha sentido e significado, como preconiza a TCR.

3.1 Posicionamento paradigmático

A TCR, reconhece a importância e estimula a pluralidade de paradigmas, além de métodos e análises, em pesquisas para compreensão dos fenômenos do consumo relacionados ao bem-estar e vulnerabilidade (Mick et al., 2012).

Os projetos de pesquisa, de uma maneira geral, são organizados por meio de “prismas filosóficos particulares, (...) e são constituídos por sua própria axiologia particular (conjunto de valores), ontologia (suposições sobre a natureza da realidade), epistemologia (teoria do conhecimento) e visão da natureza humana” (Tadajewski, 2014, p. 303). Como os debates sobre métodos de pesquisa nas ciências sociais também estão relacionados a esses pressupostos (Morgan & Smircich, 1980), recorreremos, primeiramente, ao modelo proposto por Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979) para nos localizarmos nos conceitos paradigmáticos, por ser uma concepção assídua nos estudos da Administração. Os autores citados desenvolveram “um esquema coerente para a análise da teoria social” (Burrell & Morgan, 1979, p. 21).

Burrell e Morgan (1979) recorrem a duas dimensões: “a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical, que são perpassadas pela oposição entre objetividade e subjetividade” (Paula, 2016, p. 27). À luz das dimensões, construíram visões da realidade social agrupadas em quatro paradigmas: paradigmas Humanista-Radical e Interpretativo, perspectivas científicas direcionadas à subjetividade -, e paradigmas Funcionalista e Estruturalista Radical - direcionadas à objetividade.

Compreendemos que a nossa proposta de tese se direciona à subjetividade, com forte presença no **paradigma Interpretativo** (Sociologia da Regulação), com proximidade à fronteira do **paradigma Humanista Radical** (Sociologia da Mudança Radical). O paradigma interpretativo percebe o mundo social como algo em processo, criado e construído pelos indivíduos que fazem parte deste ambiente. Precisamos, como pesquisadores, mergulhar nas

“profundezas da consciência humana e da subjetividade em sua busca pelos significados fundamentais subjacentes à vida social” (Burrell & Morgan, 1979, p. 31).

É dessa forma que percebemos a realidade que propusemos analisar, já que na ótica do **Interpretativismo** há a construção da realidade pelos próprios indivíduos, considerando, inclusive, o aspecto discursivo na construção social da realidade. Quando adentramos no universo das famílias pesquisadas, buscamos compreender e estudar o consumo das TICs, considerando os fenômenos sociais e culturais que interpelam os participantes da pesquisa. Nessa perspectiva interpretativa, preocupamo-nos em alcançar a essência do mundo cotidiano (Burrell & Morgan, 1979), no contexto dessas famílias. Os pais, os responsáveis, as crianças e os outros participantes envolvidos são considerados, na nossa perspectiva, agentes sociais ativos, já que atribuem sentido às suas ações cotidianas.

Assim, orientados pelo interpretativismo, buscamos a compreensão do mundo social criado em termos de processo contínuo e de maneira comprometida com as mudanças significativas da sociedade, desafiando, talvez, algumas regras previamente determinadas. Como pesquisadores, ao considerarmos que os indivíduos possuem potencialidades para ver e viver no mundo de uma maneira mais consciente, inclusive no processo de consumo das TICs e de possíveis consequências, percebemos que nos localizamos em uma região fronteira com o paradigma **humanista radical**. “Este paradigma partilha uma orientação semelhante ao paradigma interpretativo, na medida em que a atenção é dedicada à experiência vivida pelos seres humanos e à ideia de que as pessoas recriam o mundo através das suas práticas cotidianas” (Tadajewski et al., 2014).

Além disso, o paradigma é orientado para o bem-estar do ser humano, coerente e consistente com a axiologia da TCR de auxiliar as pessoas a terem uma vida plena, por meio da sua própria consciência (Burrell & Morgan, 1979, p. 32). Nessa perspectiva, percebemos que o indivíduo também é dominado pelas “superestruturas ideológicas com as quais ele interage, e elas impõem uma barreira cognitiva entre ele e sua própria consciência” (Burrell & Morgan, 1979, p. 32). Tadajewski et al (2014) corroboram com as reflexões sobre o paradigma humanista radical ao questionar porque a experiência humana está, muitas vezes, limitada pelo próprio mundo social. Pesquisadores que se orientam à luz desse paradigma acreditam em um mundo em que “os arranjos sociais impõem ao desenvolvimento humano” e, por isso, preocupam-se em “articular maneiras pelas quais os seres humanos podem transcender os laços e grilhões espirituais que os vinculam aos padrões sociais existentes e, assim, realizar todo o seu potencial” (Burrell & Morgan, 1979, p. 32). Destacamos, ainda, que os fundamentos

intelectuais do humanista radical “podem ser atribuídos à mesma fonte que a do paradigma interpretativo” (Burrell & Morgan, 1979, p. 33).

Mesmo conscientes de que as visões da realidade social propostas pelos autores Burrell & Morgan (1979) nos ajudam a compreender a questão epistemológica desse estudo, há outra perspectiva paradigmática necessária à nossa pesquisa. A TCR, inclusive, reconhece a importância e estimula a pluralidade de paradigmas - além de métodos e análises -, em pesquisas para compreensão dos fenômenos do consumo relacionados ao bem-estar e vulnerabilidade (Mick et al., 2012).

Neste sentido, a nossa visão de mundo também está alinhada aos pressupostos filosóficos do **paradigma Transformativo**, visto que apresentam “uma estrutura para abordar a desigualdade e a injustiça na sociedade” (Mertens, 2007, p. 212). Ao reconhecer que a realidade social é edificada e modificada por valores diversos - sociais, culturais, políticos, raciais/étnicos e econômicos -, precisamos considerar que o poder (e por que não privilégio?) encontram-se intrínsecos nas relações sociais (Mertens, 2007). Como pesquisadores transformativos, consideramos o contexto social, cultural e econômico em que a família está inserida para analisar o consumo das TDICs pelas crianças da primeira infância, no ambiente familiar.

Optamos por discorrer sobre as crenças básicas do Paradigma Transformativo (Mertens, 2007) correlacionadas ao esquema de Burrell e Morgan (1979), considerando que este último apresenta os pressupostos relevantes para definir um paradigma. No QUADRO 1, a primeira coluna apresenta o conjunto de pressupostos filosóficos propostos por Burrell e Morgan (1979): ontologia, epistemologia e metodologia. A natureza humana, quarto pressuposto, está apresentada no Quadro 2. A segunda coluna apresenta a abordagem desta tese, considerando que, em sua interpelação às ciências sociais, os paradigmas interpretativo e humanista radical tendem a ser “nominalista, anti-positivista, voluntarista e ideográfico” (Burrell & Morgan, 1979, p. 28). A terceira coluna discorre sobre as crenças básicas do paradigma transformativo (Mertens, 2007). Já a quarta coluna apresenta como acontece na presente pesquisa, à luz da dos conceitos trabalhados.

Ainda sobre os pressupostos filosóficos, Burrell e Morgan (1979) apresentam a natureza humana. Na presente pesquisa, como explicamos no QUADRO 2, ao buscar compreender as atividades humanas, estamos inclinados ao voluntarismo, pois existe espaço para “um” ser humano autônomo e com livre arbítrio. Mesmo cientes que o ambiente e a situação interferem no indivíduo, não consideramos que ele seja completamente determinado por eles, como

discorre a visão determinista. “O respeito é examinado criticamente em termos das normas culturais de interação dentro de uma comunidade e entre comunidades.” Mertens (2007, p. 216).

Quadro 1 - Pressupostos filosóficos e Crenças básicas do Paradigma Transformativo

Pressupostos filosóficos sobre a natureza das ciências sociais	Paradigmas interpretativo e humanista radical Burrell e Morgan (1979)	Crenças Básicas do Paradigma Transformativo (Mertens, 2007)	Como os paradigmas orientam a nossa pesquisa
Ontologia: como percebemos a realidade? Quais as suposições sobre a natureza da realidade? (Tadajewski, 2014).	Nominalismo: considera que o mundo é algo que o indivíduo cria, ou seja, que o mundo possui estruturas flexíveis e é mutável. “O mundo externo à cognição individual é feito de nada mais do que nomes, conceitos e rótulos que são usados para estruturar a realidade” (p. 4).	“Existem múltiplas realidades socialmente construídas, mas é necessário ser explícito sobre os valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, raciais, de gênero, idade e deficiência que definem as realidades” (p. 216).	Como pesquisadores transformativos, reconhecemos que somos capazes de impulsionar mudanças positivas e promover maior equidade social. Somos nós os responsáveis por criarmos e mudarmos a nossa realidade. Assim, consideramos os participantes da pesquisa nessa mesma perspectiva, como ativos no processo de construção do seu conhecimento sobre o consumo, buscando torná-los menos vulneráveis.
Epistemologia: como nos apropriamos do conhecimento e o transmitimos? Qual a maneira de compreender e explicar como sabemos o que sabemos? (Crotty, 1998).	Antipositivismo: o mundo social é relativo e é do ponto de vista dos indivíduos, envolvidos em determinada atividade, que ele pode ser compreendido. “Só se pode entender ocupando o quadro de referência do participante na ação. É preciso entender de dentro e não de fora. (p. 5).	“Para conhecer realidades, é necessário haver um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes de um estudo. O conhecimento é social e historicamente localizado dentro de um contexto cultural complexo” (p. 216).	Como pesquisadores transformativos, nos dirigimos ao campo de pesquisa com conceitos-referência, mas com a mente aberta para sentir e compreender o que surgirá no contato com os participantes da pesquisa. De forma respeitosa e conectada aos mesmos, buscamos compreender as realidades a partir das suas lentes (e não das nossas). E, com a divulgação da pesquisa e sua devolutiva, junto às famílias e instituições de ensino envolvidas, também transmitiremos as descobertas deste estudo.
Metodologia: como obter determinado fenômeno para trabalharmos em determinada realidade? Davis, Ozanne e Hill (2016)	Ideográfico: aberta e construtivista, pois acredita que “só se pode entender o mundo social obtendo conhecimento, em primeira mão, do assunto sob investigação” (p. 6).	“Os métodos devem ser ajustados para acomodar a complexidade cultural, as questões de poder devem ser abordadas explicitamente e questões de discriminação e opressão devem ser reconhecidas” (p. 216).	Como pesquisadores transformativos, buscamos métodos qualitativos diferenciados para que a complexidade do contexto seja compreendida. Desde a pesquisa exploratória realizada para melhor compreensão do fenômeno, passando pelas entrevistas com profissionais da saúde e psicologia, entrevistas com corpo diretivo e docentes das EMEIs, à etnografia com as famílias envolvidas.

Fonte: Elaborado pela autora

Embora a autora Mertens (2007) não traga o elemento “natureza humana” em seu quadro de Crenças Básicas do Paradigma Transformativo, percebemos que, ao discorrer sobre a crença “axiologia”, como um conjunto de valores (Tadajewski, 2014), apresenta conceitos que se inter-relacionam. Ao dizer que o respeito é primeiro dos três princípios básicos que fundamentam a ética regulatória em pesquisa, é assim que nos posicionamos ao inclinarmos ao voluntarismo por, também, considerarmos que o indivíduo é independente e tem liberdade de escolhas ao pensar, sentir ou agir. Os outros dois princípios apresentados por Mertens (2007) são a beneficência – promoção dos direitos humanos e da justiça social -, e a própria justiça em si, momento em que o processo e os resultados de pesquisa buscam uma “agenda de justiça social” (p. 216).

Quadro 2: Natureza Humana e Crenças básicas do Paradigma Transformativo

Pressupostos filosóficos sobre a natureza das ciências sociais	Paradigmas interpretativo e humanista radical Burrell e Morgan (1979)	Crenças Básicas do Paradigma Transformativo (Mertens, 2007)	Como os paradigmas orientam a nossa pesquisa
Natureza Humana: relação do ser humano com o ambiente, com a realidade. Burrell and Morgan (1979)	Voluntarismo: existe espaço para o ser humano, ou seja, o indivíduo é visto como “completamente autônomo e possuidor de livre arbítrio” (p. 9).	“Três princípios básicos fundamentam a ética regulatória em pesquisa: respeito, beneficência e justiça. O pressuposto axiológico transformativo impulsiona esses princípios em várias frentes” (p. 216).	Como pesquisadores transformadores, acreditamos que o sujeito não é totalmente determinado pelo ambiente em que ele vive. O sujeito, na nossa pesquisa, é considerado como parte ativa do processo exatamente por ter autonomia e poder realizar as suas escolhas. Ele pode ser influenciado pelo ambiente, mas não é determinado por ele. A nossa forma de relacionar com esse sujeito é, portanto, respeitosa e busca promover o bem para e com as pessoas envolvidas, de forma justa e ética. Desde o momento da preparação do corpo diretivo das EMEIs, para abordagem junto às famílias, passando pelo cuidado durante o trabalho de campo nas residências, às devolutivas realizadas.

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, o nosso trabalho mostra-se alinhado às crenças básicas do paradigma transformativo, ao dedicarmos um olhar cuidadoso e respeitoso às famílias envolvidas na

pesquisa. Em nenhum momento, podemos desconsiderar que as famílias abrem as portas dos lares para realizarmos a nossa pesquisa. E, mais que isso, que nestes lares estão crianças bem pequenas, também envolvidas no trabalho de campo. O envolvimento acontece de maneira gradual, respeitosa, acolhedora e gentil. Só avançamos no bate-papo com as crianças quando assim desejaram. Entramos na sua rotina e conduzimos a conversa de acordo com o objetivo da tese. E, muitas vezes, também deixamos ser conduzidas por elas para compreendermos a sua realidade. Na seção 3.2.2, Estratégia de Produção de Dados, apresentamos o detalhamento desse processo de entrada e saída nos lares.

Além disso, ao compartilharmos os resultados de pesquisa com os participantes por meio das ações de devolutiva, convidamo-nos para reflexões sobre o consumo das tecnologias digitais pelas crianças da primeira infância, no ambiente familiar. Assim, mais conhecedores dos impactos desse consumo, poderão cuidar dos seus direitos e se protegerem desse consumo e/ou gerar mais bem-estar por meio deles. Como pesquisadores transformativos, entendemos que realizamos uma pesquisa não só “para” a pessoa, mas “com” a pessoa, com o intuito de também beneficiá-la.

3.2 Percurso metodológico

O percurso metodológico discorre sobre os meios de investigação e um dos desafios dos pesquisadores da TCR é avaliar a adequação das abordagens metodológicas coerentes com as suas bases filosóficas (Crockett et al., 2013; Ozanne et al., 2011).

No presente trabalho, adotamos as estratégias qualitativas de pesquisa por acreditarmos ser a mais coerente à investigação do consumo de tecnologia digital e o seu impacto na vulnerabilidade e no bem-estar familiar. Buscamos compreender os significados, as crenças, os valores e os discursos produzidos sobre esse consumo no ambiente familiar, com crianças da primeira infância. Reforçamos que qualquer abordagem de pesquisa, seja ela qualitativa ou quantitativa - “em todo caso, uma dicotomização um tanto grosseira e simplificada” -, não pode ser avaliada ou exposta de maneira genérica (Morgan & Smircich, 1980, p. 491). Isso ocorre porque a seleção e a adaptação de um método envolvem uma gama de pressupostos relacionados à compreensão do conhecimento e aos meios pelos quais esse conhecimento pode ser adquirido. Além disso, inclui um conjunto fundamental de premissas sobre a natureza dos fenômenos que estão sendo investigados (Morgan & Smircich, 1980).

Assim, em consonância aos paradigmas apresentados, trabalhamos à luz dos pressupostos da Etnografia. Crotty (1998) justifica que a etnografia teve sua origem na antropologia e na teoria antropológica em seus primórdios, sendo posteriormente incorporada pelo interacionismo simbólico e ajustada conforme as suas exigências. Portanto, ao considerarmos as explanações do autor, numa concepção epistemológica do subjetivismo, temos o interpretativismo como uma perspectiva teórica, e, nesta linha, a etnografia como metodologia, as entrevistas com roteiro semiestruturado e observação (participante e não participante) como método de coleta de dados e análises discursivas como método de análise de dados.

Assim, realizamos uma pesquisa etnográfica junto a 14 famílias com crianças de um a seis anos de idade. Fizemos uma imersão na rotina familiar, com a presença de pai e mãe (ou apenas a mãe), e a(s) sua(s) criança(s), na sua própria residência. Em algumas famílias, também houve a presença de irmãos durante a imersão. Com os pais, realizamos entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado, além de conversas com a(s) criança(s) e produção de desenhos, como detalharemos na seção posterior. Trabalhamos com o método de observação e os devidos registros no Diário de Campo. Segundo Crotty (1998), a observação frequentemente é escolhida como o método primordial da etnografia.

3.2.1 Participantes da pesquisa

*E se não for com eles... e para eles... que sentido há?
Nota do Diário de Campo.*

Antes de apresentarmos os participantes dessa pesquisa, destacamos o caminho percorrido, em caráter exploratório, para que pudéssemos delimitar os sujeitos e o campo de pesquisa. Em dezembro de 2022, realizamos uma primeira abordagem junto aos responsáveis de 10 famílias, totalizando 18 crianças e adolescentes, entre cinco e 14 anos, estudantes de escolas privadas de Belo Horizonte e RMBH. A definição foi por acessibilidade. O roteiro (APÊNDICE 1) elaborado e enviado, via Whatsapp, era direcionado ao responsável, procurando entender o “seu olhar” sobre o consumo de tecnologia digital no ambiente familiar.

Neste primeiro momento, as crianças não foram direta ou indiretamente envolvidas. Ao todo, por meio de roteiro estruturado, direcionamos 10 perguntas aos pais/responsáveis para compreender se a criança possuía celular ou tablet, quais aplicativos acessava, incluindo o WhatsApp, se gostava de jogos, se acessava YouTube ou outros via celular ou tablet (e quais

seriam) se gostava ou comentava sobre influenciadores digitais (e quais seriam) e, ainda, por quantas horas/dia acessava conteúdos via tecnologia digital. Também existia um espaço, ao fim do roteiro, para que incluíssem outra informação relevante que não havia sido perguntada. Em um segundo momento, conversamos de maneira informal com seis das 18 crianças que nos forneceram informações detalhadas sobre o consumo das TDICs.

Percebemos, portanto, a importância de estarmos imersos na rotina da família e próximos às crianças participantes para compreendermos a realidade do consumo, em uma proposta metodológica com inspiração etnográfica. Para além disso, fomos instigados a sair “da nossa bolha social” para compreender como ocorre o consumo das TDICs, em outros espaços menos privilegiados, alinhados à perspectiva da pesquisa transformativa. Assim, em fevereiro de 2023, em conversa com a diretora de uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI), localizada em uma região menos privilegiada de BH, vislumbramos a possibilidade de realizar o trabalho com as famílias dessa instituição de ensino, além de outra EMEI indicada pela própria diretora. A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte é constituída pelas instituições públicas de educação mantidas pelo poder municipal, coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação (Smed) e organizadas como Sistema Municipal de Educação (Lei 7.543/98)²⁷.

Os participantes da pesquisa, portanto, são as famílias com crianças de até seis anos de idade (que podem ou não ter irmãos mais velhos), matriculadas nas duas EMEIs, da Regional Barreiro, em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Localizada à sudoeste da capital mineira, o Barreiro faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima. É formada por 54 bairros e 18 vilas, com 70 mil domicílios que abrigam aproximadamente 300 mil habitantes²⁸.

Diante do exposto, o critério de seleção das EMEIs foi acessibilidade e intencionalidade, pois oferecem características significativas para o trabalho em questão. Também realizamos estudos de dados secundários sobre a Regional Barreiro, tendo como base a primeira parte do Diagnóstico Georreferenciado do Sistema Único de Assistência Social da Regional Barreiro: caracterização da população do município no território da regional²⁹ e, ainda, o documento

²⁷ Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/rede-municipal-de-educacao-de-belo-horizonte>. Acesso em 28 de julho de 2023.

²⁸ Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/barreiro#:~:text=Localizada%20a%20sudoeste%20de%20Belo,abrigam%20aproximadamente%20300%20mil%20habitantes>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

²⁹ Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/Diagn%C3%B3stico%20%20Regional%20Georreferenciado%20Barreiro%20-%20Primeira%20parte.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

Mapa das Desigualdades³⁰, de junho de 2021. Esta publicação, coordenada pelo Nossa BH, integrante da Rede Mobiliza RMBH, destaca alguns aspectos da desigualdade de Belo Horizonte e da RMBH. Para tal, considera dados do Censo articulados com renda, raça, gênero, mobilidade e acessibilidade.

No intuito de preservarmos as identidades dos envolvidos na presente pesquisa, as EMEIs serão designadas EMEI 1 e EMEI 2, conforme apresentadas a seguir:

EMEI 1

Fundada em novembro/2014, quando foi denominada Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), com turmas iniciantes em fevereiro/2015, a EMEI 1 foi emancipada³¹ em 2017, tornando-se uma Escola Municipal independente. Atualmente, atende aproximadamente 400 famílias, o que gera um total de 408 alunos (distribuídos nos turnos manhã e tarde), sendo 56 destes com deficiência física e/ou intelectual³². Dentre os diagnósticos apresentados estão Autismo, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), Transtorno de Oposição desafiante (TOD), Microcefalia, Síndrome de Down, Transtorno da aprendizagem e da fala. Algumas crianças da EMEI 1 também apresentam restrições em relação à alimentação: Diabetes Mellitus e Intolerância diversificadas, dentre elas lactose, proteína do leite, amendoim, ovo e quiabo. Assim, conta com uma equipe de 66 pessoas, sendo quatro do corpo diretivo (diretora, vice-diretora, coordenadora geral e secretária), 38 professoras, 15 auxiliares, uma auxiliar de secretaria, além de equipe terceirizada de cantineiras, limpeza e portaria.

EMEI 2

Fundada em junho/2014, quando foi denominada Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), com turmas iniciantes em fevereiro/2015, a EMEI 1 foi emancipada em 2018, tornando-se uma Escola Municipal independente. Atualmente, atende aproximadamente 260 famílias, o que gera um total de 275 alunos (distribuídos nos turnos manhã e tarde, além do período integral), sendo nove destes com deficiência física e/ou intelectual. Dentre os

³⁰ Disponível em <https://nossabh.org.br/uploads/2021/06/Mapa-das-desigualdades-da-RMBH-2021.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

³¹ A lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018, estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil - Emeis, cria o cargo comissionado de Diretor de Emei, as funções públicas comissionadas de Vice-Diretor de Emei e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e de Assistente Administrativo Educacional e dá outras providências. Fonte: www.leismunicipais.com.br. Acesso em 28 de julho de 2023.

³² Adotamos o termo “Pessoa com Deficiência” ou “Criança com Deficiência” como preconiza as Organizações das Nações Unidas (ONU), órgão referência no assunto, desde a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizado em 2006.

diagnósticos apresentados estão Transtorno do espectro autista (TEA), Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), Transtorno de Oposição desafiante (TOD), Síndrome de Down e Paralisia Cerebral. Algumas crianças da EMEI 2 também apresentam restrições em relação à alimentação: Intolerância à lactose e Deficiência de G6PD (criança não pode tocar ou consumir feijão). Assim, conta com uma equipe de 58 pessoas, sendo cinco do corpo diretivo (diretora, vice-diretora, coordenadora geral e duas coordenadoras de turno), 37 professoras, seis auxiliares de inclusão e seis monitoras para educação infantil, além de equipe terceirizada de cantineiras, limpeza e portaria.

Para a seleção das famílias participantes, o corpo diretivo das duas EMEIs realizou abordagem direta, junto aos familiares, para verificar interesse e, então, indicar as 10 famílias, em cada EMEI, interessadas em participar da pesquisa. Para essa abordagem, o corpo diretivo foi instruído sobre a diversidade dos arranjos familiares e outras particularidades: crianças com idades variadas entre um e seis anos, estudantes de turnos diferentes, com ou sem irmão, moradoras de apartamento ou casa, com ou sem necessidades especiais. Acreditamos que, dessa forma, o corpo diretivo proporcionou o acesso de qualidade às famílias.

3.2.2 Métodos de produção de dados

Ao sair daquele lar (Família Melo), embora muito agradecida e com a mesma gentileza com que entrei, foi preciso controlar a emoção enquanto caminhava pelo beco. Mas ao chegar no carro, desabei. E não foi a primeira vez que chorei (Registros do Diário de Campo da pesquisadora-participante).

A inserção no campo de pesquisa, como a própria TCR orienta, norteia as escolhas da tese, no que se refere às teorias e às discussões propostas. No processo de pesquisa transformativa apresentado por Crockett et al. (2013) somos convocados a pensar em métodos amplos e inovadores para a produção de dados³³. O intuito é nos tornarmos mais próximos dos participantes para compreendê-los de forma mais assertiva no seu próprio contexto, estimulando a mudança de comportamento de consumo.

Realizamos, portanto, uma pesquisa etnográfica junto a 14 famílias com crianças de um a seis anos de idade, nos mesmos bairros ou nos arredores das EMEIs pesquisadas (FIGURA 2), sendo quatro famílias na primeira etapa e 10 famílias na segunda etapa. Esse processo está

³³ Utilizamos o termo “produção de dados” e não coleta de dados por acreditarmos que essa fase não se resumiu em, apenas, coletar dados, mas produzir dados no campo, junto aos participantes da pesquisa.

descrito detalhadamente no Capítulo 4. A primeira fase permitiu conhecer as realidades existentes e iniciar o processo de interação com os participantes da pesquisa (Mertens, 2007). Há, neste sentido, um alinhamento com os pressupostos da TCR (Mick et al., 2012), numa perspectiva de produção gradativa em campo, sentindo, testando e avaliando.

Figura 2 - Ruas, fachadas e espaços internos de alguns lares participantes



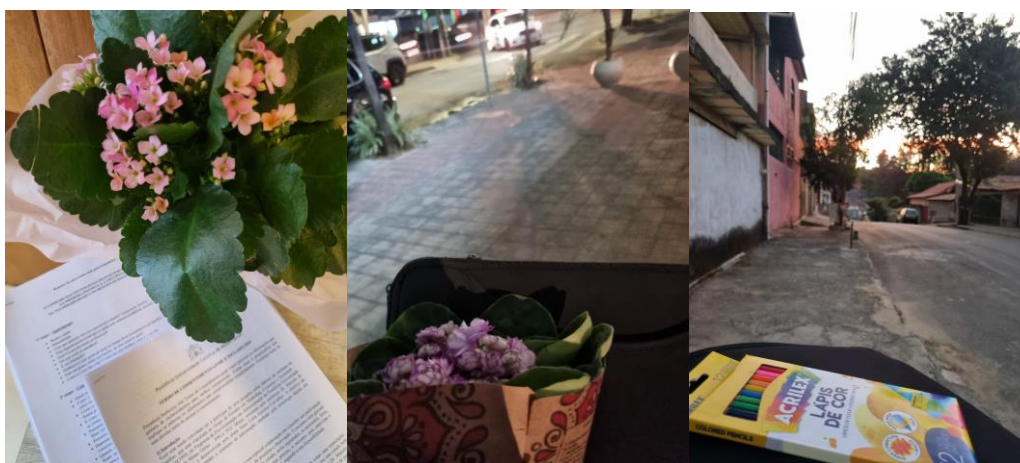
Fonte: registros da pesquisa de campo

Para o contato com as famílias, após envio da listagem pelas diretoras das EMEIs, partimos de uma conversa inicial via WhatsApp para melhor explicação sobre o propósito da pesquisa, a confirmação de interesse e a marcação de data e horário. É preciso saber que, embora não tivéssemos pretensão de interferir na rotina, só o ato de ali estarmos já trazia mudanças.

Geertz (1973) discute a importância da imersão do etnógrafo no contexto cultural e a necessidade de compreender profundamente as práticas e símbolos locais. E foi assim que conduzimos a nossa pesquisa.

Importante destacarmos que, no início de cada pesquisa no campo, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 2) pela família e esclarecidas as possíveis dúvidas. Posteriormente, a pessoa responsável direta pelas crianças e participante da pesquisa, realizou o preenchimento e assinou o documento. Além do termo formal, tivemos a sensibilidade ao entrarmos nos lares e participarmos do dia a dia das famílias. Em cada casa, levamos flores para as crianças e responsáveis, além de caixa de lápis de cor e papéis coloridos para os pequenos (FIGURA 3). Os cuidados específicos ao ingressar e sair das residências de famílias durante a pesquisa etnográfica precisam ser considerados no que tange à ética, o respeito e a construção de confiança no ambiente de campo (Clifford & Marcus, 1986). Para nos auxiliar, elaboramos um Guia de Interação com a criança (APÊNDICE 4), que foi apenas uma referência para os cuidados com os pequenos na entrada/saída dos lares.

Figura 3: Lembranças entregues às famílias participantes



Fonte: registros da pesquisa de campo

Ao chegarmos no campo, agradecíamos por nos receberem. Então, nos abaixávamos na altura das crianças, nos apresentávamos, explicávamos o motivo da nossa visita e perguntávamos se poderíamos entrar. A maior parte das crianças nos recebia com empolgação e sorriso e, em “questão de segundos”, já estava interagindo e bem à vontade, convidando-nos para conhecer a casa, os brinquedos e outros espaços que gostavam. Antes de entrarmos em todas as casas, também tirávamos os calçados (FIGURA 4) no intuito de preservarmos a limpeza e o cuidado da casa (a maior parte estava com o espaço arrumado para nos receber).

Além disso, boa parte das crianças tem o hábito de brincar no chão do lar, o que poderia comprometer a saúde das mesmas ao entrarmos de calçados.

Figura 4 - Pesquisadores em momentos de interação com as crianças



Fonte: registros da pesquisa de campo

Assim, fizemos uma imersão na rotina da família, com a presença de pais ou responsáveis, e sua(s) criança(s), na sua própria residência, realizando entrevistas em profundidade, produção de desenhos com as crianças para estimular a oralidade e, ainda, a observação participante (e não participante, em alguns momentos), com interações diretas. Esses momentos estão explicados, separadamente, a seguir.

Com os pais e responsáveis, realizamos **entrevistas em profundidade** com roteiro semiestruturado. O roteiro teve duas versões, sendo a primeira testada no campo com as quatro famílias participantes da primeira fase, e a segunda versão, aplicada nas outras 10 famílias participantes. Também realizamos novo encontro, online, com as quatro primeiras famílias para levantamento de informações complementares constantes na segunda versão do roteiro.

Dessa forma, o nosso roteiro para a entrevista em profundidade contou com cinco momentos, sendo 1) Aquecimento; 2) Consumo das TICDs no ambiente familiar e a criança; 3) Consumo das TICDs e bem-estar da família e da criança (incluindo a saúde da criança); 4) Consumo das TICDs e vulnerabilidade da família e da criança; e 5) Fechamento, conforme APÊNDICE 3.

As entrevistas foram realizadas próximas à(s) criança(s) ou separadamente, de acordo com a preferência dos pais ou responsáveis, ao final da inserção na rotina com as famílias. Assim, tivemos o cuidado de compreender a rotina para melhor interação, sentirmos o ambiente,

convidar as crianças para a produção de desenho/oralidade, realizarmos as observações, acolhermos e ouvirmos livremente os pais para, então, realizarmos as entrevistas.

Consideramos, então, diversas referências para a elaboração do roteiro de entrevista, correlacionadas aos objetivos propostos no trabalho. Como ponto de partida, buscamos mapear aspectos para possíveis parâmetros como qual a composição familiar, o tipo de residência da família (apartamento, casa, entre outros), qual o grau de escolaridade e a profissão dos responsáveis e se trabalham fora ou dedicam ao lar, se a criança de zero a seis anos possui irmão mais velho, se é cuidada por auxiliar ou babá, dentre outros.

Além disso, parte do roteiro da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2023 foi considerado, já que tem como objetivo compreender de que forma a população brasileira utiliza a internet e como trata os riscos e as oportunidades advindas desse uso. Como é direcionada para crianças e adolescentes de nove a 17 anos de idade, percebemos que muitos dos questionamentos também nos ajudariam a compreender a realidade de consumo das crianças da primeira infância, na nossa realidade. Assim, perguntamos quais as TDICs possuem na residência e quais as crianças têm acesso, se é da família ou de propriedade da criança, com que frequência acessa, com que finalidade usa, se há diferença na rotina do consumo da tecnologia dependendo de quem está acompanhando a criança, se precisa pedir permissão aos responsáveis e se há controle parental.

Consideramos, também, um quadro em específico (FIGURA 5) do Manual de Orientação intitulado “Dependência virtual – um problema crescente #MENOS VÍDEOS #MAIS SAÚDE”, do Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021), da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Este documento, em especial, traz reflexões sobre “o uso dos jogos eletrônicos de videogames e sobre tantas controvérsias que existem na literatura científica a respeito da associação com a dependência digital e a causalidade de atos de violência daí decorrentes”.³⁴

Dentre as reflexões apresentadas, estão os sinais de alerta (FIGURA 5) sobre o uso contestável de jogos digitais. Como a própria literatura e pesquisas apresentam, os jogos representam parte significativa desse consumo, também por crianças da primeira infância.

³⁴ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22496c-MO - DepVirtual_MenosVideos_MaisSaude.pdf. Aceso em 02 de fev de 2023.

Figura 5 - Sinais de alerta sobre o uso problemático de jogos digitais

Quadro 3. Sinais de Alerta sobre o uso problemático de jogos digitais durante a Infância e a Adolescência • Exposição frequente de crianças menores de 2 anos às telas ou jogos de <i>videogames</i> • Tempo de uso de telas ou jogos, maior do que de 1 hora/dia para crianças entre 2 e 5 anos • Tempo de uso de telas ou jogos, maior do que 1-2 horas/dia para crianças entre 6 e 10 anos • Tempo de uso de telas ou jogos, maior do que 2-3 horas/dia para adolescentes entre 11-18 anos • Episódios frequentes de jogar mais do que 4-5 horas/dia ou "virar a noite" jogando <i>videogames</i>, em qualquer idade • Isolamento habitual e progressivo no quarto para jogar sozinho ou com amigos em grupos • Queda no rendimento, fracasso, abandono ou evasão escolar • Episódios de <i>cyberbullying</i> ou associados ao <i>bullying</i> na escola <i>continua...</i>
<i>... continuação</i> • Abandono de outras atividades de lazer, práticas esportivas, exercícios ou culturais, como música ou dança. • Substituição do convívio habitual com amigos, pais ou familiares para jogar <i>videogames</i> • Abandono dos hábitos de higiene e de auto-cuidado • Transtornos do padrão de sono e de alimentação • Sedentarismo, obesidade, transtornos alimentares • Dores de cabeça, enxaquecas, tonturas, erros posturais, cervicobraquialgias, dores músculo-esqueléticas • Irritabilidade, agressividade, reações e condutas violentas • Problemas de saúde mental: ansiedade, crises de angústia, depressão, dissociação cognitiva-afetiva e outros. Fonte: Dos Autores, SED@SBP (2020)

Fonte: www.sbp.com.br

A FIGURA 5 trata dos sinais do uso excessivo de jogos digitais durante a infância e a adolescência. O intuito, ao buscarmos inspiração no conteúdo apresentado, é levantar se esses sinais de alerta estão presentes no consumo das crianças pesquisadas. Também podemos compreender se há correlação entre o consumo das TDICs em crianças da primeira infância e se há vulnerabilidade no processo de consumo. Também perguntamos sobre os sentimentos advindos desse consumo (da própria criança, entre criança e responsável, responsável e demais familiares e, ainda, responsável e a sociedade) e se acreditam que o consumo pode trazer bem-estar e/ou vulnerabilidade.

Além das entrevistas em profundidade com os responsáveis, realizamos interações com as próprias crianças, por meio da produção de desenhos e da escuta ativa da criança em sua rotina. Como referência, recorreremos aos estudos da pesquisadora Dra. Márcia Gobbi, especialista em estudos sobre o desenho e a oralidade, por trazer um olhar interessante para as pesquisas com crianças pequenas no âmbito das Ciências Sociais. Gobbi (2022, p. 99) busca

contribuir com “uma metodologia própria para o trabalho com crianças, sobretudo com aquelas na faixa etária de 0 a 6 anos, (...) desejando desvendar e conhecer seu mundo a partir de seus próprios olhares”. “Para compreender as crianças, é preciso ouvi-las” (Belloni, 2010, p. 8).

A autora destaca que é difícil encontrar, na bibliografia, estudos que envolvam, como participantes da pesquisa, “crianças pequenas e bem pequenas”, tornando um desafio e um dever dos pesquisadores envolvidos, a definição da metodologia de pesquisa adequada. Neste caso, a autora, ao buscar contribuir com a construção de metodologias que privilegiam os pequenos, destaca “os desenhos infantis em conjugação à oralidade como formas privilegiadas de expressão da criança” (Gobbi, 2022, p. 101/102).

O desenho infantil surge, portanto, como centro de discussão, e conjugado à oralidade é apresentado como instrumento que pode ser utilizado quando queremos conhecer mais e melhor as crianças pequenas e bem pequenas, o que ainda nos é bastante desconhecido sob vários aspectos (Gobbi, 2022). A representação visual e a expressão oral são entendidas como formas de revelar as perspectivas e visões das crianças em relação ao seu ambiente social, histórico e cultural - aquilo que elas pensam, experienciam e aspiram. “O desenho, acompanhado da linguagem oral no momento de sua produção, pode se transformar em um meio de nos aproximarmos da trama afetivo-volitiva oculta atrás do pensamento” (Souza et al., 2003, p. 103).

E como considerar os desenhos - e a oralidade que trazem -, para que contemplem o objetivo de pesquisa? Na presente pesquisa, o desenho infantil torna-se um recurso interessante para compor o corpus da pesquisa, ilustrando e enriquecendo alguma outra constatação no campo, obtida por meio ou de entrevista ou de observação. Mesmo que não seja o nosso instrumento principal de coleta de dados, convidamos as crianças, no momento do brincar, a realizarem um desenho livre e nos contarem sobre ele. Depois, em outra folha, fizemos três divisões para que a criança desenhasse “o que gosta de brincar”, na primeira parte, “o que gosta de assistir”, na parte central, e, então, “que jogo mais gosta”, na terceira parte. Ao final, perguntamos se gostariam de realizar algum novo registro ou contar algo que ainda não foi dito (FIGURA 6).

Figura 6 - Desenhos livres e direcionados, produzidos pelas crianças,



Fonte: registros da pesquisa de campo

Em algumas situações, as crianças solicitaram que as ajudássemos nas produções ou realizássemos desenhos para elas, de algum animal ou personagem preferido (FIGURA 7).

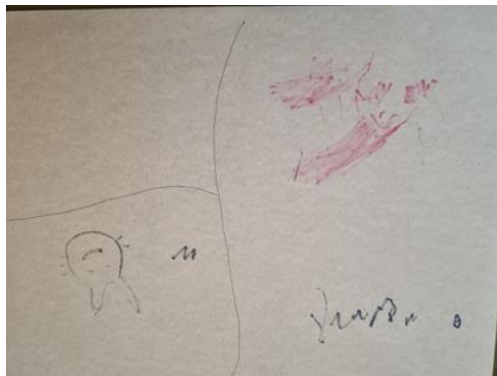
Figura 7 - Produção coletiva com as crianças



Fonte: registros da pesquisa de campo

Lembramos que alguns desenhos foram apenas garatujas, mas a criança foi explicando sobre o que desenhava durante o processo. Alguns desses registros estão presentes na FIGURA 8.

Figura 8 - Desenhos explicados por meio da oralidade



Fonte: registros da pesquisa de campo

Como são crianças muito pequenas e algumas não conseguiram realizar o desenho identificável ao olhar dos pesquisadores, a incentivamos no quesito oralidade, mostrando interesse e perguntando o que estava desenhando ou o que já tinha desenhado. As crianças produziram e nos contaram o que estavam produzindo (Gobbi, 2002), embora, muitas vezes, “as crianças pequenas dão nome a seus desenhos somente após completá-los; elas têm necessidade de vê-los antes de decidir o que eles são” (Vygotski, 1991, p. 22).

Assim como no brinquedo, também no desenho o significado surge, inicialmente, como um simbolismo de primeira ordem. Como já dissemos, os primeiros desenhos surgem como resultado de gestos manuais (gestos de mãos adequadamente equipadas com lápis); e o gesto, como vimos, constitui a primeira representação do significado. É somente mais tarde que, independentemente, a representação gráfica começa a designar algum objeto. A natureza dessa relação é que aos rabiscos já feitos no papel dá-se um nome apropriado (Vygotski, 1991, p. 74).

É importante ressaltarmos que não realizamos análise aprofundada dos desenhos pelos motivos já elencados. As produções serão coadjuvantes para que possamos acessar outras questões ligadas ao consumo de TDICs, que só as crianças conseguem apresentar. O desenho permitiu que se expressassem, tanto por meio dele próprio quanto pela oralidade atrelada ao momento do “fazer”.

Também realizamos **a observação participante e interações diretas, tendo como instrumento o Diário de Campo**, como propõe a Etnografia, para compreendermos as perspectivas internas dos membros do grupo, revelando como eles constroem e experienciam suas realidades sociais. Assim, compreendemos mais sobre as dinâmicas sociais e culturais que permeiam as relações familiares, considerando o consumo da tecnologia digital neste ambiente (Geertz, 1973). No Diário de Campo, constam todos os registros que incluem a rotina familiar relacionada ao consumo de tecnologia digital, os brinquedos utilizados naquele momento da

pesquisa, os brinquedos nos quartos das crianças, a interação da criança com a tecnologia, os reais interesses, o não dito, entre outros aspectos. Destacamos, ainda, que estivemos presentes em momentos da rotina, como o café/lanche, e sempre fomos convidados a participar. Em alguns lares, percebemos que preparam algo especialmente para nós, o que nos aproximava da família e tornava a experiência ainda mais real (FIGURA 9).

Figura 9 - Participação de momentos de café e lanche



Fonte: registros da pesquisa de campo

Fizemos parte da rotina da família e, principalmente, das crianças, participando ativamente do dia a dia delas, fora do ambiente escolar. Geralmente, éramos convidados por elas para brincar e participar de jogos, distante da tecnologia digital. Quando brincavam de bola, jogos, bonecas, desenhar e colorir, durante a imersão, gostavam que estivéssemos juntos ou participando ativamente (FIGURA 10).

Figura 10: Momentos de lazer: bola com as crianças e banho no cachorro



Fonte: registros da pesquisa de campo

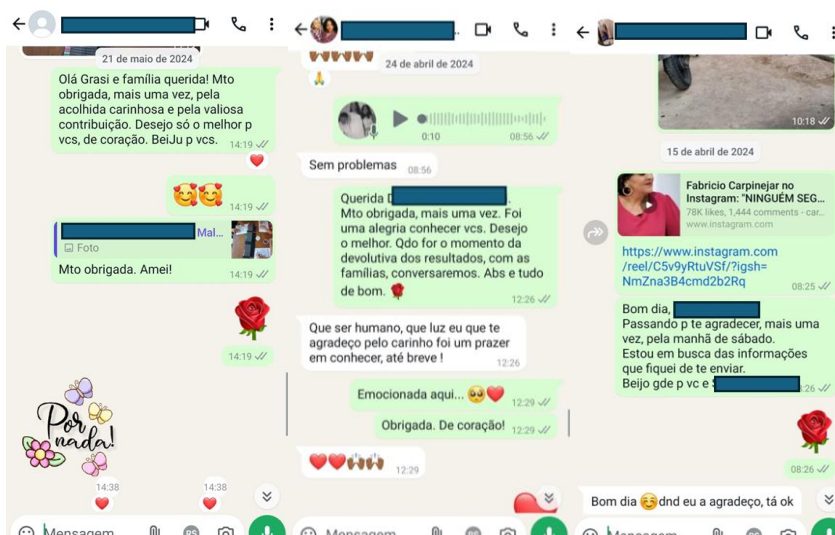
Em todas as imersões realizadas, percebemos que fomos muito bem acolhidos e que a nossa presença trazia a oportunidade da família conversar sobre o assunto. Quando estávamos

quase finalizando a imersão, as famílias falavam sobre o desejo em conhecer os resultados da pesquisa, para entender como acontece em famílias com realidades parecidas e para ajuda na condução do consumo das TDICs no ambiente familiar. Como sabemos, na TCR, o momento da devolutiva ou da disseminação da pesquisa é essencial para tentar mitigar o contexto dos envolvidos (Mick et. al., 2012).

No instante dessa manifestação dos participantes, perguntamos como gostariam que a devolutiva, troca e/ou aprendizado acontecesse. A maior parte disse que poderia ser um momento ou evento na própria EMEI em que a criança estudava, até para que outras famílias pudessem participar. Alguns participantes não souberam opinar, mas reforçaram que gostariam de “saber sobre os estudos” (Mãe Borges). Uriarte (2012), ao discorrer sobre a etnografia, reforça a importância de darmos voz aos participantes, não por caridade, mas porque acreditamos que eles têm algo importante a dizer. E essa voz não é de uma única direção, ou seja, é um diálogo. Somos nós, pesquisadores e pessoas participantes que conversam e trocam ideias. Esse é o núcleo do método etnográfico: trabalhar junto com as pessoas, dialogando com paciência e atenção.

Ao fim de cada imersão, realizamos o agradecimento presencial e, ainda, enviamos mensagem por meio do WhatsApp, com o intuito de reforçar a gratidão pela contribuição e compartilhar registros realizados no campo a pedido das crianças ou pais, conforme Figura 11.

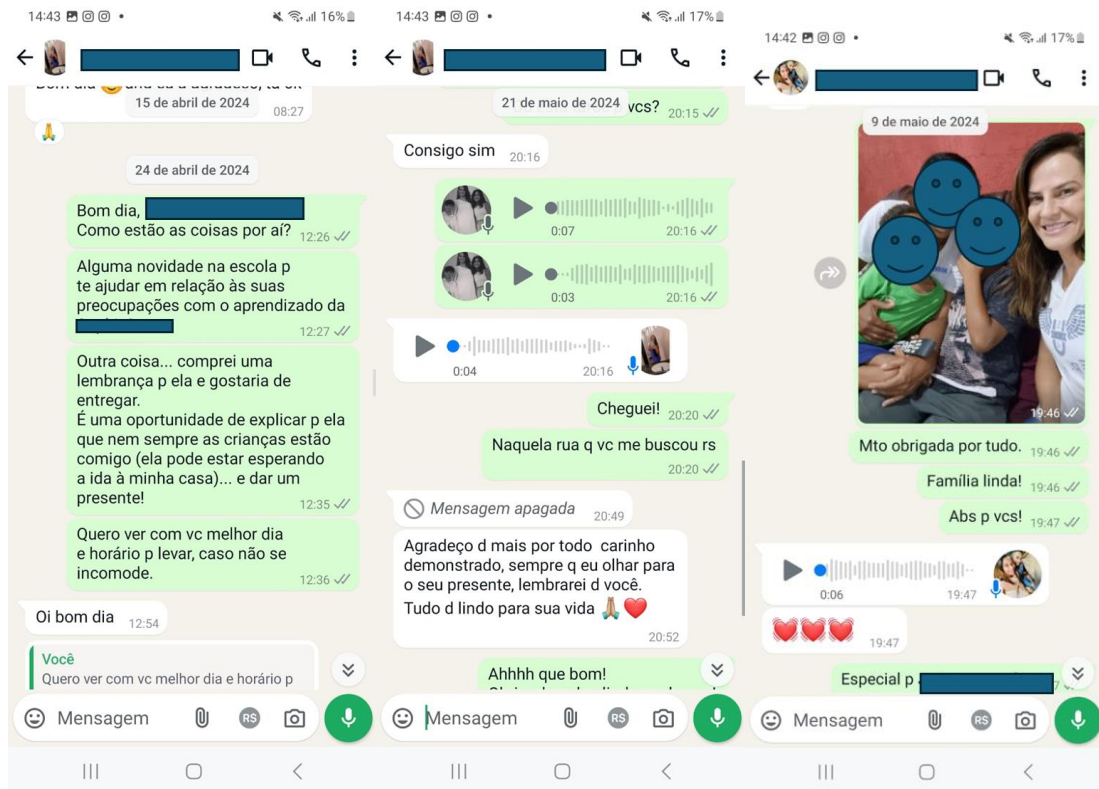
Figura 11: Mensagens de agradecimento e envio de registros após a inserção nos lares



Fonte: registros da pesquisa de campo

Além disso, como pesquisadores transformativos e etnográficos, continuamos em conexão com as famílias após a imersão presencial no campo, pelo WhatsApp, ligações e encontros, para acompanhamento, trocas diversas sobre a nossa investigação e outros temas correlacionados (FIGURA 12).

Figura 12: Diálogos via WhatsApp após a imersão no campo



Fonte: registros da pesquisa de campo

Nos contatos após a imersão, tivemos a oportunidade de realizar a entrega de alguns itens que pudessem contribuir para a alegria das crianças (FIGURA 13). Percebemos que era fundamental, em um trabalho com o propósito do nosso, ‘mergulhar’ em um mundo que pretendemos desvendar, um tempo prolongado dialogando com as pessoas que pretendemos entender” (Uriarte, 2012, p. 38). Só assim seria possível conhecer e compreender, ao menos, parte da realidade dessas famílias.

Figura 13 - Alguns presentes e encontros realizados após a imersão no campo



Fonte: registros da pesquisa de campo

Podemos dizer que a inserção no campo de pesquisa foi transformadora para nós, pesquisadores, como abordaremos no próximo capítulo. Fomos ao campo com a mente e o coração abertos, considerando os participantes da pesquisa como parte ativa do trabalho. A nossa forma de relacionar foi e é respeitosa e generosa, com o intuito promover o bem-estar para os envolvidos, incluindo as crianças, de forma justa e ética. E, assim, também fomos recebidos e tratados assim, com muito zelo e atenção. Percebemos, em alguns momentos, que as famílias nos aguardavam ansiosamente para juntos, compreendermos as realidades existentes e buscar alternativas possíveis.

3.2.3 Método de análise de dados

Pela lente da Análise de Discurso Francesa (AD), à luz dos autores Pêcheux (1997, 1998, 2008, 2014), Orlandi (1996, 1998, 1999, 2003, 2004, 2007) e Indursky (1997, 2008, 2011, 2016), buscamos compreender como as famílias participantes se posicionam, falam e refletem sobre esse objeto chamado “consumo de tecnologia digital” e os impactos na vulnerabilidade e no bem-estar familiar. Assim, como analistas do discurso, à luz das crenças e valores da TCR, lançamos o olhar para as práticas sociais das famílias relacionadas ao consumo das TDICs, em especial os celulares e TVs.

Há conceitos fundamentais da Análise de Discurso Francesa (AD) para operar com os seus princípios analíticos: sujeito, língua e ideologia. Assim, para refletir sobre o discurso produzido nas e pelas famílias participantes, pensa-se nessa tríade, que é a base da construção teórica da AD. Ferreira (2003) traz importantes estudos sobre a língua do analista do discurso, enquanto Orlandi (1996) apresenta como os sujeitos são interpelados pela ideologia. Já Possenti

(2002), em profundo diálogo com Pêcheux, coloca em questão a ideia de um sujeito tão assujeitado.

À luz desta tríade e no intuito de diferenciar a Análise de Discurso da Pragmática, Orlandi (1996), ressalta que a língua não é transparente, o sujeito não é psicológico e a história, tão importante na AD, não é contexto.

A língua é social-historicamente construída, ou seja, traz sentidos que são construídos em um espaço histórico e social (Ferreira, 2003). Assim, a língua é opaca. As palavras são opacas. Como diz Pêcheux (1997), elas guardam memória. E aquilo que diz também não diz. O dito pode estar silenciando, deixando de fora outros tantos ditos. A nossa imersão no campo, junto aos participantes da pesquisa, nos mostrou que há muitos ditos, mas muitos não ditos também... E nem sempre o dito é o sentido e pensado.

Assim, também é preciso pensar na história, mas não como contexto, situacional. É preciso pensar na exterioridade, no ponto de vista sócio-histórico (não na relação causa e consequência; cronológica). É preciso refletir, portanto, a estrutura no acontecimento discursivo. Neste espaço, estão os interlocutores que, na AD, são sujeitos. São sujeitos interpelados pela ideologia. São indivíduos que se transformam em sujeitos resultantes de uma interpelação ideológica (Orlandi, 1996). Os participantes da nossa pesquisa, também como nós, pesquisadores, são interpelados por questões ideológicas diversas que os fazem ser quem são e se comportarem como se comportam. O relato da Mãe Farias nos mostra algo, neste sentido: *"meu pai era motorista e minha mãe era doméstica, mas deram tudo para mim e meu irmão. A família do meu pai era muito rica, menos meu pai, que era adotivo. Passamos muita humilhação por isso, mas eu e meu irmão estamos bem, mesmo meus pais tendo falecido cedo, porque nos deram a base. E nos criaram para sermos independentes. Por isso, quero criar meus filhos assim. Quero dar para eles o que eu recebi dos meus pais. A família rica do meu pai tá toda desestruturada e eu e meu irmão estamos bem. Não somos ricos, mas somos felizes, graças a Deus."*

Por isso, é tão importante trazermos um olhar mais atento para o sujeito, que, na AD, é discursivo. É um sujeito que assume posições, mas não de forma totalmente consciente. Essa é, portanto, a grande problematização que Pêcheux (1997) apresenta: o sujeito é visto sob uma perspectiva discursiva e, desta forma, o sujeito da linguagem não é, portanto, o sujeito em si, mas aquele sujeito interpelado pelas questões históricas, sociais e ideológicas. Assim, o sujeito, para o autor, não é a origem dos sentidos, já que à sua fala, ao seu discurso, atravessam muitos outros dizeres e, também, não-dizeres. Essa é a forma-sujeito, conceito criado por Pêcheux, ao reforçar que o sujeito é afetado, principalmente, pela ideologia.

Assim, para analisarmos discursivamente, precisamos compreender o movimento interdiscursivo que se estabelece entre o sujeito e o objeto para interpretar a que, realmente, o sujeito se submete. Na AD, o sujeito é visto como sujeito do discurso e não empírico. É aquele em que o seu discurso se configura entre ideologia e inconsciente. O sujeito é “[...] interpelado, mas se acredita livre; é dotado de inconsciente, mas se percebe plenamente consciente” (Indursky, 1997, p.33).

Desta forma, “[...] suas práticas discursivas se instauram sob a ilusão de que ele é a origem de seu dizer e domina perfeitamente o que tem a dizer” (Indursky, 2008, p. 11), como se o sujeito fosse autor e tivesse total autonomia pelo dito. O que percebemos, na nossa pesquisa, é que os participantes reproduzem discursos advindos da própria sociedade (escola, parentes, amigos) sobre as crenças que possuem acerca do consumo de tecnologia digital por crianças tão pequenas: *“Não sei o que falar algumas vezes, sabe. Eu não sei como fazer. Eu me sinto culpada, não tenho tempo e estou sempre cansada. Eu sei que não posso deixar nesses equipamentos, mas nem sempre consigo”* (Mãe Henriques).

E é justamente essa tomada de posição que merece destaque para a Indursky (2008), quando sinaliza que o ponto de vista de um sujeito histórico se caracteriza por tomadas de posição a favor de certos saberes que preexistem ao seu dizer e contra outros saberes que igualmente o precedem. Desta forma, o sujeito quando nasce já tem algumas verdades impostas.

Destacamos, portanto, que há um sentido ideológico construído pelo sujeito em seu discurso, reflexão esta já ressaltada por Pêcheux (1988) ao afirmar que o indivíduo precisa ser considerado na relação que estabelece com o seu próprio discurso, tendo em vista uma formação discursiva que o domina. Ou seja, “os indivíduos são ‘interpelados’ em seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1988, p. 161). Para o autor, as condições e o processo de um discurso precisam ser considerados, portanto, é preciso analisar em que circunstâncias aquele discurso foi produzido.

Percebemos, dessa maneira, que ‘o que dizer e o como dizer’ nunca são situações neutras, pois o sujeito é conduzido nesse discurso. Segundo a análise de Mussalim (2003, p. 110) [...] aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras [...], já que a linguagem é um processo registrado na história e é isso que a faz ter sentido. Assim, sentido e historicidade apresentam uma relação de dependência nesse nosso contexto de análise. Nesse contexto, compreende-se o discurso não como uma organização sequencial de palavras, mas como algo que se constitui na relação dos sujeitos ideológicos com a matriz sócio-histórica em uma

articulação linguística que cria sentidos (Coracini, 1995). É dessa maneira que percebemos e analisamos os discursos produzidos pelos participantes da nossa pesquisa.

Nessa linha de reflexão, Indursky (2011) acredita que a atividade discursiva precisa ser compreendida como algo que não é neutro, pois “toda materialidade carrega em si um conjunto de traços discursivos que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma” (Indursky, 2011, p.92) e há um espaço de memória que entrelaça os discursos. Para a autora, o “discurso se faz no regime de repetição, e tal repetição se dá no interior de práticas discursivas que são de natureza social” (Indursky, 2011, p. 67-89), lembrando que para AD, repetição é a retomada de uma memória, a regularização de sentidos, a memória discursiva social, a transformação e ressignificação dos sentidos.

Dessa maneira, percebemos que não existe sentido sem interpretação da linguagem e já existem sentidos estabelecidos que se constituem nas práticas institucionais. “Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos” (Orlandi, 1996, p.9). Ao mobilizar algo, portanto, o sujeito do discurso identifica-se com seu saber construído, incorpora aquela verdade e a atualiza em seu discurso (Indursky, 2011), mesmo que a memória seja incluída no “não sabido”. “São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (Indursky, 2011, p. 4).

Além disso, Orlandi (2007) ressalta que não existe uma relação direta entre o sujeito, sua exterioridade, a sua história, e o subjetivo e na produção do discurso há um jogo imaginário em que não pode controlar os sentidos, pois podem se transformar na relação com o outro. Segundo a autora, nem os sentidos nem os sujeitos são qualquer sentido ou qualquer sujeito, porque a AD trabalha no espaço de interpretação entre o possível e o histórico. Esses aspectos apresentados por Orlandi (2007) foram considerados no momento da nossa análise, também alinhados aos pressupostos da pesquisa transformativa.

Assim, ao falar da forma-sujeito do discurso, Pêcheux (1997, p. 159) destaca que “sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio”. E toda essa construção acontece de maneiras diversas, mas influenciadas e impostas pelas relações sociais. A expressão forma-sujeito é introduzida por L. Althusser ao dizer que “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir de forma de sujeito. A “forma-sujeito”, de fato,

é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais” (Pêcheux, 1997, nota 31).

Para melhor compreensão do dito, Pêcheux (1997) apresenta duas teses, fundamentais para as reflexões aqui propostas. A primeira é que o sentido de uma palavra não existe nela mesma, ao contrário, já que o sentido é definido pelas posições ideológicas em um contexto sócio-histórico em que ela é dita. “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1997, p. 160). Assim, “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1997, p. 161).

A segunda tese é que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”, já refletidas anteriormente (Pêcheux, 1997, p. 162). Isso significa que é possível chamar de interdiscurso todo o complexo das formações discursivas.

Podemos considerar, neste sentido, o funcionamento da Ideologia como a “interpelação dos indivíduos em sujeitos (especialmente, de seu discurso), que se realiza por meio do complexo das formações ideológicas (e do interdiscurso presente nesse complexo). Isso oferece “a cada sujeito” a sua “realidade”, “enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (Pêcheux, 1997, p. 162). Assim, é oportuno destacarmos que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso acontece pela identificação, deste sujeito, com a formação discursiva que o constitui como sujeito, ou seja, que o domina (Pêcheux, 1997).

No escopo do consumo das TDICs, existem expectativas (da dinâmica social) que interpelam as famílias, principalmente aquelas que possuem crianças e adolescentes. Há orientações explícitas vindas de áreas como marketing, saúde e educação. Além destas, há discursos “quase” velados que podem se manifestar em tons de cobrança quando pais e responsáveis permitem que filhos pequenos acessem as tecnologias digitais. Ou, de outro lado, quando estes decidem retirar dos filhos o acesso às tecnologias digitais, sendo incoerente com o universo dos nativos digitais. Acreditamos que há julgamentos do próprio indivíduo, balizado pela dinâmica social, e julgamentos contra o indivíduo.

Destacamos, ainda, que além dos discursos produzidos pelos participantes da pesquisa, consideramos as observações de campo como discurso, como sugere a nossa abordagem

teórico-metodológica. As notas de campo etnográficas, alinhadas aos preceitos da própria Etnografia, da AD, e da TCR, são consideradas textos discursivos que refletem as nossas percepções e interpretações, como pesquisadores. Essas notas são analisadas para entender como os significados são construídos e negociados no contexto observado. “O diário de campo não é um texto secreto, é um estoque de materiais para utilizarmos sem preconceito, mas cientes dos seus propósitos” (Weber, 2009, p. 169). Nessa perspectiva, percebemos como o “olhar etnográfico” também constitui mecanismos de análise, de estratégia de construção do corpus para análise e compreensão do fenômeno social (Sato e Batista Jr., 2018). Estarmos presentes nos lares das famílias permitiu um processo reflexivo e crítico junto a esses participantes da pesquisa.

3.2.4 TCR de volta ao campo de pesquisa

Podemos dizer que foram momentos intensos, verdadeiramente especiais, tomados por reflexão, emoção e adaptação. As devolutivas trouxeram ainda mais sentido e significado para nós, pesquisadores, e para os participantes de todo o processo, acreditamos! (Registros do Diário de Campo)

É neste instante que tudo faz ainda mais sentido. A volta ao campo, com a devolutiva aos participantes da pesquisa e demais envolvidos, diz muito sobre a nossa missão como pesquisadores transformativos. Lembramos que essa etapa é desafiadora, mas extremamente necessária, seja em uma abordagem convencional - com ideias e propostas conceituais iniciais que envolvem o público acadêmico e não acadêmico -, ou uma menos convencional - com a realização de projetos que extrapolam o contexto estudado (Crockett et al., 2013). Neste momento, também podemos “avaliar meios possíveis de uma futura aplicação dos resultados em um campo maior” (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021. p. 51).

Por ser uma etapa fundamental de qualquer programa de pesquisa que deseja efetuar mudanças no contexto (Crockett et al., 2013), reforçamos o nosso compromisso em promover, junto às famílias participantes e ao corpo diretivo e docentes das EMEIs, momentos que sejam acessíveis e que proporcionem a reflexão dos envolvidos. É por meio da disseminação da pesquisa que buscamos abrandar o contexto ao apresentarmos o que impacta o bem-estar e gera vulnerabilidade no consumo dos participantes da pesquisa (Mick et. al., 2012), sendo a inovação esperada nas pesquisas em consumo que representam a forma de ser da TCR.

Para definirmos a melhor estratégia da devolutiva, tivemos o cuidado de, durante a imersão no campo, conversamos com os participantes da pesquisa no intuito de compreendermos o que seria mais interessante para eles, ou seja, que tipo de ação ou evento gostariam de participar em busca de reflexões importantes. Também realizamos, após a imersão no campo, encontros com o corpo diretivo das EMEIs que, conseqüentemente, realizaram reuniões com o corpo docente das Instituições para construirmos a melhor ideia e solução de devolutiva. Assim, trabalhamos numa perspectiva de coprodução, em que cada integrante foi essencial para a realização dos momentos. Foi a força do coletivo também nessa etapa!

Assim, com as famílias participantes (pais/responsáveis e crianças), realizamos dois eventos, um em cada EMEI, sendo em 06 de julho/2024 na EMEI 1 e em 24 de agosto/2024 na EMEI 2, para reflexões sobre os resultados da pesquisa. Por meio de explanação, com apoio de material visual, artes ciências (esquetes teatrais) e apresentação musical, realizamos esse momento com interação e participação ativa dos envolvidos. Além disso, produzimos e entregamos o “Planner - Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?”³⁵ (APÊNDICE 5), impresso para cada família, como material de apoio para mudança de hábitos no consumo das TDICs pelas crianças, com reflexos na dinâmica familiar. O material de apoio foi apresentado durante o evento e os participantes foram convidados a pensar na sua realidade, naquele momento, e a realizar o preenchimento de forma periódica, com a participação da família. Também foram oferecidos, pelas EMEIs, lanches especiais para as famílias participantes do evento, e realizamos o sorteio de livros sobre o tema e a interação com as famílias, ao fechamento dos eventos. Todos os detalhes dos eventos, bem como os registros realizados, serão apresentados na terceira parte do Capítulo 4 - Análise e Interpretação dos Resultados.

Lembramos que tanto o corpo diretivo quanto os docentes das EMEIs, que desempenharam papel fundamental na ligação entre pesquisadores e famílias, participaram nos eventos de devolutiva. Destacamos, ainda, que embora saibamos que as equipes das EMEIs não são parte integrante dos participantes da pesquisa, temos consciência da importância de realizarmos momentos de diálogo com esse público. Ao compreenderem sobre o consumo das TDICs pelas crianças, seus reflexos no bem-estar e vulnerabilidade da família e a interferência na dinâmica familiar, poderão considerá-los na definição de projetos pedagógicos no ambiente

³⁵ O Planner produzido foi inspirado em material disponibilizado pelo Colégio Logosófico de Belo Horizonte/MG, em evento realizado em 27 de abril/2024, para as famílias do colégio. Fomos convidados a participar como ouvintes desse evento por uma amiga que possui filho matriculado no colégio. O evento aconteceu em uma manhã de sábado e foi relevante para formatarmos o nosso evento, com as suas particularidades e especificidades, já que o público-alvo é diferente e a proposta do nosso evento de devolutiva também.

escolar. Serão momentos para refletirmos sobre a realidade do consumo das TDICs pelas crianças no ambiente familiar, lembrando que os achados representam parte do universo e que inferências não devem ser realizadas.

Para tal, comprometemo-nos a realizar novos encontros com os docentes das EMEIs, para que discutamos soluções interessantes para o uso da tecnologia no ambiente escolar, com propósito pedagógico, à luz dos resultados da nossa pesquisa. Os encontros serão realizados entre janeiro e fevereiro/2025, conforme disponibilidade do calendário escolar. É um fazer “com” e não fazer “para” o corpo diretivo e os docentes (da mesma maneira que propusemos para os participantes da pesquisa), em consonância com as diretrizes da TCR. Em paralelo a esses encontros, as equipes das EMEIs poderão atualizar o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), em que constam objetivos, metas e diretrizes das instituições. Este documento, grande direcionador das práticas pedagógicas, precisa ser constantemente atualizado pela equipe escolar, conforme orientações do Ministério da Educação (MEC).

Sobre a divulgação no âmbito acadêmico, além da produção de artigos, compartilharemos os achados em encontros do GEMACONS, reverberando e ampliando as reflexões propostas. Além disso, como preconiza a TCR, almejaremos aproximação com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed) para apresentarmos os resultados da pesquisa e promovermos debates sobre a disposição e o consumo das TDICs nas EMEIs.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

“Quando a nossa filha chegou para nós, porque ela é adotada, tinha quatro anos e pouco. Ela veio de um abrigo, onde tinha muito acesso a tudo de tecnologia. TV, celular, tudo. Aí, ela precisou entrar na nossa rotina. A gente já tinha o (filho) mais novo. Só que foi muito difícil. Ela tinha crises (de abstinência) e começou a explorar o corpo e se debater no chão. Foram muitos meses assim, até melhorar. Por isso, estamos desse jeito hoje. Podem até não concordar (pelo controle rígido de acesso às TDICs), mas achamos que assim tá melhor” (Mãe Borges).

O presente capítulo foi organizado com o intuito de colaborar com a compreensão da análise e interpretação dos resultados. Para tal, o organizamos em três partes, conforme apresentadas a seguir. A **primeira parte** contempla (a) o percurso realizado até definir e acessar as famílias participantes de pesquisa; (b) a caracterização das famílias participantes das primeira e segunda fases da pesquisa; e (c) a apresentação do contexto das famílias pesquisadas.

Na **segunda parte**, discurremos sobre cada categoria de análise: (1) a relação da família com a criança, via tecnologia; (2) a rede de apoio da família (e a influência no consumo de tecnologia pela criança); (3) quando o consumo da tecnologia permeia para o bem e para o mal; (4) impacto do consumo no bem-estar das crianças e famílias; e (5) O consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades das famílias.

Para esta última (5), que discorre sobre a essência da tese, contemplamos a análise do contexto histórico, socioeconômico e cultural das famílias participantes, os discursos das famílias (ditos, não ditos e interdiscursos), especialmente sobre os aspectos da vulnerabilidade, as observações no campo, nessa perspectiva, as vulnerabilidades observadas e experimentadas (no escopo da nossa pesquisa), as reflexões teóricas sobre vulnerabilidade do consumidor (Brenkert, 1998; Hill & Sharma, 2020) e, ainda, os olhares dos autores que consideram maléfico o consumo da tecnologia digital por crianças tão pequenas (Postman, 1999, 2005; Strasburger, 2019; Strasburger, Donnerstein & Bushman (2014); Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019; Raggiotto, et al., 2023; Hoffman, 2012).

Além disso, contemplamos os principais achados das quatro categorias anteriores. Assim, quando conectamos todas essas perspectivas e os seus resultados – permissão de consumo exacerbado, sem monitoramento e com distanciamento parental, falta de uma rede de apoio ativa e consciente, o mal que o consumo traz para crianças e famílias, bem como a redução do bem-estar que cede espaço para o mal-estar -, compreendemos que o consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades já existentes.

Já na **terceira parte**, apresentamos a prática dos eventos de devolutivas para as famílias participantes e demais famílias das EMEIs 1 e 2, além do corpo diretivo, professoras, auxiliares e funcionários envolvidos.

4.1 Primeira parte

a) Percurso realizado até definir e acessar as famílias participantes de pesquisa

Dividimos essa apresentação em dois momentos, sendo o 1o) pesquisa exploratória com 10 famílias, por acessibilidade; o 2o) pesquisa exploratória nas EMEIs³⁶. Esse percurso, ora apresentado, foi determinante para chegarmos aos participantes da presente pesquisa. Por isso, optamos por registrar detalhadamente o processo.

Pesquisa exploratória com 10 famílias, escolhidas por acessibilidade

Em dezembro de 2022, como apresentado na Metodologia, enviamos um roteiro semiestruturado aos responsáveis de 10 famílias, com crianças e adolescentes entre cinco e 14 anos, estudantes de escolas privadas de Belo Horizonte e RMBH. Em um segundo momento, conversei de maneira informal com seis das 18 crianças dessas famílias. Por meio dessa interação, recebemos informações mais detalhadas sobre o consumo das TDICs.

Durante a conversa com as crianças, percebemos que os responsáveis desconhecem alguns detalhes da realidade do consumo. Foram as crianças as responsáveis por apresentar, com mais consistência, o “mundo” dos jogos, as suas preferências de conteúdos e como acessam. O próprio tempo dedicado e as reais interações e acessos foram diferentes de parte das informações trazidas pelos responsáveis.

O levantamento mostrou que as crianças mais novas (até nove anos) não possuem celular próprio, mas usam os aparelhos dos pais quando “precisam” jogar ou assistir algo. Uma parte dessas crianças possui tablet. Já as crianças de 10 anos em diante possuem celular e usam o aplicativo *Whatsapp* para conversar com familiares e amigos. Além disso, identifiquei que

³⁶ Mesmo compreendendo que os participantes da nossa pesquisa são as famílias e que as EMEIs são a nossa conexão com essas famílias, optamos por deixar o processo vivenciado, incluindo as narrativas das EMEIs, porque as instituições foram determinantes no processo de entrada nos lares, contribuindo com o campo de pesquisa. Além disso, as devolutivas às famílias (e equipe da EMEI) contaram, em muitos momentos, com a coprodução das equipes gestoras. Devido à importância que as EMEIs 1 e 2 tiveram para a nossa tese, definimos por deixar o percurso.

todas as crianças usam celular (mesmo que dos pais/responsáveis), tablets ou computadores para o consumo, principalmente, de jogos digitais. Busquei compreender, em detalhes, o consumo destes jogos, as estratégias de envolvimento, os estímulos gerados e percepções diversas das famílias.

O jogo mais citado pelos responsáveis foi o Roblox, gratuito para baixar e com diversas possibilidades de jogos. Porém, para evoluir no jogo ou ter condições melhores de escolhas dos produtos do próprio jogo, há uma moeda chamada Robux, que pode ser comprada com dinheiro real. Alguns dos jogos que ele hospeda são: Adopt me (o foco é comprar e cuidar dos pets, em uma projeção de um condomínio), Brookhaven (imita a vida real, com pessoas, centros comerciais, residências, vestuário, entre outros) e MM2 (assassino, xerife e inocente). Este último, geralmente é consumido pelas crianças acima de dez anos. A arma do assassino é uma faca. A do xerife é uma arma de fogo. Os inocentes também podem adquirir a arma do xerife, caso ele seja morto.

Além do Roblox, o jogo sinalizado por boa parte é o PK XD, geralmente para crianças menores. Como em alguns jogos do Roblox, ele é considerado um Roleplaying (RP), ou seja, significa assumir a identidade de um personagem jogável e agir por meio de *emotes* (símbolos para manifestar as emoções humanas, tanto os fornecidos pelo jogo quanto os comandos personalizados), diálogos, exclamações e canais de comunicação. Além disso, os jogadores também se envolvem nessa atividade por meio de fóruns, blogs e outros meios de comunicação³⁷.

As crianças podem fazer compras no PK XD, com moeda própria e gemas, desde que permaneça por mais tempo no jogo. Mas também podem comprar com dinheiro real. No jogo, a criança tem um celular, que traz as notícias, roupas que pode trocar e as amizades que possui, e um relógio para ver as missões que tem que cumprir. Quando as conclui, a criança ganha moedas ou gemas. Também é possível alugar itens como carros, armaduras e outros, gerando bônus ao jogador que aluga (correr mais rápido, por exemplo).

Outro jogo muito consumido é o Stumble Guys, que consiste em vencer os desafios das missões dadas. São diversos mapas em que desafios são gerados e o jogador não tem como pausar o jogo, porque é online e são muitos competidores. Começam com 32 jogadores e na primeira fase 16 deles são eliminados. Depois, oito são eliminados. Assim, os oito estão qualificados e competem entre si para alcançar o primeiro lugar. Como os outros jogos, é uma

³⁷ <https://wow-rp.fandom.com>. Acesso em 15 de jan de 2023.

proposta de *parkour* (percurso), inspirado em técnicas de salvamento de fuga de emergências inspiradas em bombeiros.³⁸

Um jogo que faz parte das escolhas das crianças, principalmente dos meninos, é o Minecraft. Como não é gratuito, há possibilidade de obter uma “versão mais simples” chamada Craftsman, que tem o Modo Sobrevivência (recursos limitados, com necessidade de ferramentas e orientação para não se machucar com os monstros) e o Modo Criativo (recursos ilimitados). Nesse jogo, o competidor poderá morrer (tem a informação: “você morreu”), mas há oportunidade de recomeçar. Para sobreviver e se alimentar, caso não tenha recursos, o jogador precisa matar animais como vacas, galinhas e porcos. Ao matar uma vaca, por exemplo, ele ganha carne e couro. Para matar o animal, neste caso, não há armas; basta “segurar” o animal e clicar em cima até que o “mate”.

Outros jogos menos citados são os de desafios de cores e gráficos como os Sort the Color e Color Switch. Os pedagógicos também foram citados pelos responsáveis, mas poucos exemplos reais foram apresentados pelas crianças. Há nos dispositivos eletrônicos dos responsáveis, mas não no equipamento da maioria das crianças.

Sobre os jogos gratuitos, geralmente, têm interferência de vídeos publicitários ao realizar trocas de telas, por exemplo. Muitas vezes, são propagandas de lojas de brinquedo, maquiagem, cursos online de línguas, outros aplicativos, dentre outros. As crianças precisam assistir aos vídeos para prosseguir nos jogos e, muitas vezes, solicitam aos responsáveis para que comprem os novos jogos e ou produtos anunciados.

Em relação a outros aplicativos, o TikTok é o mais citado pelos responsáveis das crianças. Elas gostam do app para visualizar e produzir vídeos, e o utilizam pouco para localizar amigos. Embora o TikTok seja autorizado para pessoas maiores de 13 anos (ou 14 anos na Coreia do Sul e Indonésia)³⁹, o aplicativo faz parte do consumo diário de muitas crianças pesquisadas e possui e está entre os mais acessados. Outro app, menos citado, é o Snapchat, que a criança consegue uma variedade de efeitos no rosto e alteração da voz em áudios gravados, além de consumir vídeos e localizar a residência dos amigos no jogo (estilo imagens aéreas do Google Maps), no mundo inteiro. A indicação desse app é para indivíduos com 13 anos ou mais⁴⁰.

Segundo as informações dos responsáveis, todas as crianças conhecem influenciadores digitais. Dentre os mais citados estão Enaldinho, T3DDY, Mr. Beast Brasil e Luluca.

³⁸ www.all.accor.com. Acesso em 15 de jan de 2023.

³⁹ <https://support.tiktok.com>. Acesso em 15 de jan de 2023.

⁴⁰ <https://valeus.snap.com>. Acesso em 15 de jan de 2023.

Percebemos que alguns responsáveis aprovam alguns e desaprovam outros. Mas as crianças mostraram que gostam e assistem no YouTube, via TV ou celular. Ainda na TV, as crianças mais velhas gostam de atrações como Flash, Miraculous, Spy x Family, Trato feito e Jovens Titãs em Ação, enquanto as mais novas também assistem estes, quando possuem irmãos mais velhos, e outros como Patrulha Canina, O Show da Luna e Dora A Aventureira.

Sobre o tempo dedicado às telas (TV, tablet ou celular), os responsáveis informaram que as crianças de cinco a sete anos ficam em torno de 2 horas/dia, as de oito a 12 anos em torno de 3 horas/dia a 5 horas/dia, e os adolescentes de 13 e 14 anos ficam de 5 horas a 6 horas/dia. Isso inclui, segundos responsáveis e crianças, usar os dispositivos para as atividades escolares. A menor parte utiliza os recursos de controle parental, nos próprios softwares, para a limitação do tempo. Além disso, muitas famílias relataram que não há uma rotina diária, já que depende de alguns fatores: dia útil ou não, período do ano (férias, por exemplo) e afazeres dos próprios adultos (quando estão mais ocupados, as crianças permanecem mais tempo consumindo a tecnologia). Também disseram que flexibilizam o tempo alguns dias, dependendo de uma situação específica. E, ainda, que muitas vezes as crianças preferem a tecnologia a qualquer outro tipo de brincadeira, preferindo “brincar no celular”.

Pesquisa exploratória nas EMEIs

A pesquisa exploratória nas EMEIs aconteceu em dois momentos: o primeiro, antecedeu o trabalho de campo com as famílias e foi direcionador, neste sentido; e o segundo, no início da segunda fase do campo, com o intuito de compreender se havia tido mudanças significativas na relação das EMEIs com a tecnologia, no período de março/2023 a junho/2024, e para refletirmos sobre as melhores estratégias para realização das devolutivas, considerando, inclusive, as sugestões advindas dos próprios participantes da pesquisa. Os dois momentos seguem descritos a seguir.

Primeiro momento

No dia 16 de março de 2023, em caráter exploratório, realizamos visita à EMEI 1 para observação, com registros no Diário de Campo, e entrevista (APÊNDICE 5) com a diretora e a vice-diretora. Em seus relatos, disseram que a prefeitura forneceu, após a pandemia, Chromebooks (um para cada educador) e 25 tablets. Destes, 13 são usados em sala de aula, em dias pré-determinados e possuem apenas o aplicativo Kids Games instalado. Esse aplicativo

contém em torno de oito jogos pedagógicos, que são utilizados de acordo com a idade e perfil da turma. Outros dois tablets são usados exclusivamente na cantina e os outros 10 ainda serão utilizados em projeto específico de Literatura. As salas possuem kit multimídia (projetor e sistema de som instalado; ainda aguardando as telas brancas) e, também, há uma tela interativa na Brinquedoteca.

Nas entrevistas realizadas, identificamos muitos elementos que trouxeram reflexões importantes e foram direcionadoras da pesquisa, conforme apresentados a seguir.

1o) O receio ou o não preparo para uso e consumo da tecnologia digital. A diretora, ao pegar o tablet para nos apresentar, disse: “você entrega isso aqui para os meninos, olha, e eles abrem tudo. Eu não sei nem abrir”. Foi notório o desconforto com os equipamentos de tecnologia “depositados” (palavra dela) na EMEI. Não há professor de tecnologia para auxiliar e “duas das nossas professoras que têm filhos pequenos, e são mais entendidas, que baixaram esse aplicativo para a gente usar”. As turmas com crianças acima de três anos podem usar o tablet, apesar de já terem experiência com crianças mais novas interagindo com facilidade: “já tivemos crianças de um aninho pedindo para ver e segurar... e sabem mexer mesmo”, disse a vice-diretora.

2o) Os cuidados para consumo da tecnologia digital. Sobre o acesso à tecnologia, a diretora explica: “não deixamos livre para as crianças acessarem a internet, pois podem acessar algum conteúdo que não seja proveitoso. Eu, como mãe, te falo que às vezes tem um desenho tão inocente no Youtube, mas não é. É para atrair as crianças mesmo”. A vice-diretora reforça: “tem que ser algo que esteja no controle do adulto, porque eu te garanto que se colocar a internet aqui e deixar livre eles acessarão coisas que nem nós temos acesso. Eles são criativos e espertos e dão conta, na tecnologia, de coisas que vocês não imaginam”.

3o) Tempo de consumo de tecnologia digital no ambiente escolar. A diretora, quando questionada se as crianças usam as telas todos os dias, soltou um sonoro “nããããã”. A vice-diretora, então, complementou: “as professoras usam só uma vez por semana, porque nós evitamos o uso de telas. Nós temos um projeto institucional que se chama “As crianças fazem; a natureza agradece”, que nós pensamos, juntas, em um projeto na pandemia, porque ficaram em casa e não brincaram ao ar livre e não socializaram. Usaram a tela de forma excessiva. Então, nós usamos a tela com cautela”. Mas a professora, às vezes, está trabalhando em um projeto na semana e tem flexibilidade para usar, diz ela: “a professora está trabalhando em algo, percebe que tem um vídeo interessante lá. Aí, ela coloca no Youtube no Chromebook para as crianças. Às vezes até usa o celular próprio, mas é muito pequeno”. Sobre a TV, diz: “cada turminha tem dois momentos na semana para assistir 20 min de desenho, com intencionalidade

pedagógica. Não é qualquer desenho. Tem que sentir como está a criança. Tem que observar a demanda da turma da turma, o que as crianças dão conta”.

4o) O consumo da tecnologia digital e o desenvolvimento da criança. “A criança não sabe amarrar o sapato e não tem coordenação motora para levar a colher à boca, mas sabe navegar em um tablet... na tecnologia”, disse a vice-diretora. “A gente pensa... para a vida da criança não seria mais fácil se ela desse conta de se alimentar sozinha, de se limpar no banheiro? Aí você leva isso para a família e escuta: ‘olha, mas ela é tão esperta’”. A gente pontua que a criança não está dando conta das relações sociais, que não te olha ativamente, que você a chama e ela não se reconhece pelo nome. Tem um alerta aí. A gente diz para os pais que não estamos comparando as crianças, mas que, pela idade, já era para ela dar conta de algumas coisas. Aí a família responde: “nossa, mas ele joga tão bem no tablet; ela é muito inteligente. Mas o pai não está considerando as outras habilidades que a criança precisa desenvolver”.

Assim, mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, muitos questionamentos surgiram: “a tecnologia é percebida como vilã no ambiente escolar? Ao perceber a tecnologia como algo que não contribui com o desenvolvimento da criança, ela estaria sendo privada de ter acesso, mas com propósito pedagógico? Seria uma questão de adequação? Ou controlar o seu uso é o melhor caminho? Há resistência do corpo diretivo e do corpo docente, porque acreditam que as crianças usam muita tela em casa ou porque há falta de conhecimento? Seria uma necessidade desaprender o velho para dar espaço ao novo, até que se torne parte do processo de ensino-aprendizagem?

Para compreendermos, ainda em caráter exploratório, se a realidade vivenciada pela EMEI 1 era a realidade em outras possíveis, pesquisamos mais uma instituição de ensino. Assim, a diretora da EMEI 1 fez a indicação de outra EMEI, denominada EMEI 2, na mesma região e com similar perfil socioeconômico das famílias. Assim, no dia 31 de março de 2023, realizamos uma primeira visita ao local, apenas para observação, e no dia 18 de maio de 2023, aconteceu a entrevista com a diretora, via plataforma Zoom. Neste momento, a proposta de pesquisa foi apresentada e houve interesse em também pesquisar as famílias da EMEI 2.

Durante a entrevista, ao perguntar sobre a preparação do corpo docente em relação ao uso de tecnologia digital em sala de aula e como percebiam o uso dos equipamentos disponibilizados pela prefeitura, a diretora respondeu: “os equipamentos fornecidos estão trancados no armário da sala da direção, porque não estamos preparados para isso e temos muito receio do uso na escola, já que as crianças usam muito em casa”. E completou: “sabemos que temos que usar, mas só se percebermos que tem um propósito pedagógico e ainda não

encontramos isso”. Também realizei uma conversa, via WhatsApp, com a vice-diretora e a coordenadora, que endossaram o apresentado pela diretora.

Segundo momento

Neste segundo momento, a ideia foi compreender se existiam e quais eram as mudanças no consumo da tecnologia no ambiente escolar, desde a fase exploratória (março/2023) até o início da segunda fase da pesquisa de campo (junho/2024) e, ainda, alinhar sobre expectativas e possibilidades para a devolutiva da pesquisa junto às famílias pesquisadas.

No dia 30 de abril de 2024, portanto, realizamos um novo encontro com a diretora da EMEI 1. Já na EMEI 2, os encontros aconteceram separadamente, pois optamos por alinhar sobre o evento de devolutiva após a realização do evento na EMEI 1, por acreditarmos que a experiência do primeiro evento poderia contribuir para as decisões que seriam tomadas. Assim, no dia 16.05.2024, às 8h, aconteceu o encontro sobre o consumo atual de tecnologia no ambiente escolar. E no dia 18.07.2024, às 11h15, ocorreu o encontro para alinhamento da devolutiva junto às famílias da EMEI 2.

Atualizando o momento da tecnologia, segundo a Diretora da EMEI 1 *“não mudou muito. Os tablets estão sendo usados em momentos que as professoras colocam no planejamento para brincar com os jogos. E nós não temos monitor (de informática). As professoras, que têm mais habilidade com tecnologia, selecionam jogos em casa e colocam pra gente nestes tablets. Para todas usarem. Aí, quando levam as crianças jogam jogos de letras, números... sempre com propósito pedagógico*”. Na EMEI 2 também não houve mudança de comportamento de consumo neste período. A diretora foi enfática ao dizer que *“os tablets continuam trancados no armário. Ainda não vimos propósito pedagógico para eles e as crianças estão usando muito tecnologia em casa. Temos relatos de vários pais*”.

As duas diretoras dizem que os *chromebooks*, também fornecidos pela Prefeitura durante e após a pandemia, são usados pelas professoras para planejamento das aulas, produção de atividades a serem impressas, dentre outras. Raramente, levam o equipamento para alguma exibição de vídeos em sala. Sobre o uso da TV, também possuem o comportamento parecido com a EMEI 1, já que o controle da TV fica na sala da Direção e as professoras precisam pedir para uso da mesma.

A diretora da EMEI 1 também informou que já foram instalados os aparelhos de tecnologia (tv, projetor e som) que estavam previstos para as todas as salas de aula, mas ainda não estão em pleno funcionamento: *“os aparelhos foram colocados na sala, mas tem dado*

problema de manuseio mesmo, porque são de encaixe na parede e se não tiver mão leve, usar devagar, dão defeito mesmo". Sobre o tipo de conteúdo consumido pelas crianças, a diretora relatou que estão relacionados ao planejamento da semana: *"usamos muito para filmes, por exemplo, da Páscoa. Passamos o filme 'A verdadeira história da Páscoa'. Aí faz sentido"*. A diretora da EMEI 2 reforça que os equipamentos da sala de aula são usados com muita cautela, que *"as crianças já tem muita tecnologia fora da escola"*. Nas duas EMEIs, o mesmo aparato tecnológico das salas, incluindo uma tela branca, foi instalado no refeitório da EMEI. As diretoras disseram sobre o consumo coletivo utilizando a tecnologia. No refeitório, *"fazemos cinema para a escola inteira, mas com horários definidos"* (Diretora EMEI 1).

A EMEI 1 também conta com a tela interativa, que já existia desde a primeira entrevista, em março/24, mas estava aguardando a instalação. *"Ah, a tela interativa. A equipe toda 'mal sabe mexer nela'. Não está sendo muito usada porque não sabemos usar"*. Assim, mais uma vez, a diretora reforça a situação dos recursos serem entregues às EMEIs sem o treinamento e suporte adequado. *"Tá lá, mas não conseguimos explorar todas as potencialidades do equipamento"*.

Sobre as crianças solicitarem os aparatos tecnológicos, as diretoras das duas EMEIs disseram que elas gostam quando o consumo da tecnologia é permitido, mas raramente pedem para usar em outros momentos. *"As crianças nem lembram, às vezes. E se pedem, muito de vez em quando, são as de mais de quatro e cinco anos. As de três anos usam o tablet uma vez por semana, mas não ficam pedindo"* (Diretora EMEI 1). No momento da nossa conversa com na EMEI 1, uma professora entrou na sala para resolver questões acadêmicas e, assim, a diretora pediu que ela relatasse como acontece no momento da devolução dos tablets pelas crianças. A professora de Literatura, portanto, disse: *"depende da turma e da idade. Hoje em dia, geralmente, as crianças devolvem tranquilamente, sem resistência. No início, o tablet era novidade, mas hoje tá bem melhor"*. E sobre o uso no planejamento pedagógico, a professora reforça sobre o propósito da tecnologia digital em projeto específico: *"usamos no Projeto Tecendo Laços, num trabalho sobre as cores. Eles usaram os tablets passeando pela escola para fotografar tudo de colorido que encontravam"*. E enfatiza *"só neste momento"* como se não fosse, realmente, interessante o uso em outros momentos. Na percepção dela ou da diretora? Eis a questão.

As duas diretoras reforçam que as escolas evitam as telas porque *"é um espaço para trabalhar o lúdico"* (Diretora EMEI 1) e porque as crianças *"já possuem muito acesso às tecnologias na casa delas"* (Diretora EMEI 2). A diretora da EMEI 1, em todos os encontros que realizamos, diz sobre a possibilidade de permitir mais consumo de tecnologia na escola,

desde que com propósito pedagógico, mas “*que muitas vezes não trabalham porque não sabem como fazer isso*”. A diretora da EMEI 2, mais resistente a esse tipo de consumo ambiente escolar, reforça que “*os tablets, por exemplo, só serão destrancados do armário quando percebermos que tem sentido, que tem propósito pedagógico para tal*”.

Compreendemos que as decisões sobre o consumo da tecnologia digital no ambiente das EMEIs são, geralmente, articuladas entre o corpo diretivo e o corpo docente. Nos contatos que tivemos com algumas professoras, principalmente no momento das devolutivas, percebemos coerência entre os pensamentos e discursos de ambos os grupos. Assim, percebemos que além das diretoras (e vice-diretoras e coordenadoras pedagógicas) efetivamente acreditarem no que está sendo dito, também reproduzem os discursos, aparentemente, consensados entre a maior parte da equipe escolar. Lembramos que a decisão sobre o consumo ou não no ambiente escolar, ou seja, sobre os benefícios e riscos do uso de tecnologia, está relacionada às competências da área de formação da direção e do corpo docente das EMEIs, ou seja, a Educação.

Como analistas discursivos que somos e considerando que compreender a realidade de consumo das EMEIs é importante para o nosso processo como pesquisadores, quando analisamos os sentidos dos discursos produzidos, como diz Pêcheux (1997), apesar de parecerem naturalizados, não podemos nos esquecer que esses sentidos são outros. Assim, é preciso, sempre, na leitura que fazemos, considerar o motivo de algumas ausências e de silenciamentos, ou seja, do não dito (Pêcheux, 1997). Neste sentido, seguem reflexões importantes:

1a) as EMEIs contam com educadoras do século XX lecionando para crianças do século XXI. Podemos perceber uma predominância do modelo tradicional de educação, enraizado no século XX, que se apresenta desatualizado para atender às necessidades de crianças que crescem cercadas por tecnologia (Tapscott, 2009). Tapscott (2009), salienta que os professores não são mais as fontes de conhecimento, já que a internet assumiu esse papel. Os professores, no atual cenário, são mais como guias ou mentores, ajudando os alunos a navegar pela informação.

2a) apenas a diretora da EMEI 1 fala, clara e abertamente, sobre a sua dificuldade com a tecnologia, tanto para uso das crianças quanto para a gestão escolar, apesar de haver pouca exigência da Prefeitura e demais órgãos competentes, neste sentido. Esse discurso pode demonstrar um pedido de ajuda, em alguns momentos, como também pode trazer conforto no sentido em que, ao assumir, também transfere essa responsabilidade para alguém mais capacitado internamente. “Ah, isso aí eu tenho a minha vice que é muito melhor que eu e algumas professoras mais antenadas que eu”.

3a) ao desconsiderar a tecnologia como parte integrante do processo de aprendizagem na educação infantil, principalmente o corpo diretivo da EMEI 2, percebemos que as educadoras buscam preservar o espaço escolar e o manter longe da tecnologia. Faz-se necessário observarmos como as narrativas em torno da não utilização de tecnologia são construídas (Orlandi, 2015). Isso pode incluir aspectos como a valorização da interação pessoal, o aprendizado por meio de brincadeiras e a preocupação com a exposição precoce a dispositivos digitais. Porém, também podem estar atreladas a uma proteção do espaço do educador, uma vez que a tecnologia tem afetado diversas áreas profissionais.

4a) nas narrativas apresentadas, percebemos que muitos acreditam que, quando os docentes optam por usar a tecnologia na sala de aula, é porque querem algo mais fácil e prático. Nas narrativas apresentadas, portanto, há resistência por parte do corpo diretivo em “liberar” o controle remoto da TV, por exemplo, por acreditar que os docentes poderão utilizar com mais frequência do que deveriam. E, ainda, por parte das docentes, tem que haver uma justificativa real para a utilização da mesma. Por meio das reflexões de interdiscursividade, apresentados por Orlandi (2015), podemos perceber como a relação entre os diferentes discursos se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Essa relação é fundamental para compreender como o significado é construído no discurso, pois cada enunciado é permeado por outros discursos, tradições e práticas sociais.

b) Caracterização das famílias participantes da pesquisa

Acreditamos na importância da interação entre pesquisador e os participantes da pesquisa para conhecer realidades e construir confiança mútua (Mertens, 2007). E a nossa crença está respaldada em um dos preceitos básicos do paradigma transformativo: “para conhecer realidades, é necessário haver um vínculo interativo entre o pesquisador e os participantes de um estudo. O conhecimento é social e historicamente localizado dentro de um contexto cultural complexo” (Mertens, 2007, p. 216).

A apresentação da caracterização das famílias participantes da pesquisa está dividida conforme as duas fases do campo e as suas particularidades.

1a fase do campo

No período de 05 a 19 de junho de 2023, realizamos a pesquisa de campo com quatro famílias, que possuem crianças matriculadas na EMEI 1. O QUADRO 3 apresenta os dados das famílias participantes da pesquisa, identificadas por pseudônimos como famílias Alves, Borges, Costa e Dias. A tabela possui oito colunas, sendo as colunas: 1 (EMEI origem e identificação da família), 2 (data em que a pesquisa foi realizada), 3 (tempo de permanência na residência para a realização da pesquisa, bem como o horário em que foi realizada), 4 (a composição da família completa, com a respectiva idade,), 5 (os sujeitos participantes da pesquisa, já que nem todos os membros participaram ativamente), 6 (estilo de moradia, para avaliarmos se será uma variável importante), 7 (se a família possui a ajuda de babá ou auxiliar que contribua com os cuidados das crianças, para avaliarmos se será uma variável importante) e 8 (profissão ou ocupação dos pais ou responsáveis diretos, para avaliarmos se será uma variável importante).

Quadro 3 - Caracterização dos participantes da pesquisa - 1a fase

EMEI/ Família	Data pesquisa	Tempo na residência	Composição + Idade	Participa ntes da pesquisa	Moradia	Auxiliar?/ Babá?/ Rede de Apoio?	Profissão dos responsáveis
EMEI 1/ Alves	05 de junho/ 2023	2h 9h às 11h	05 pessoas, sendo: Pai Alves (42), Mãe Alves (38), Filha Alves 1 (08), Filho Alves 2 (03), Filha Alves 3 (03)	Pai Alves - Mãe Alves - Filhos Alves 1, Alves 2 e Alves 3	Casa, com quintal e com varanda. Bairro Teixeira Dias (Barreiro)	Sim, tem auxiliar. Fins de semana tem o apoio dos avós das crianças.	Pai (autônomo - Ramo de Eventos); Mãe (autônoma - Idem)
EMEI 1/ Borges	14 de junho/ 2023	2h 9h às 11h	04 pessoas, sendo: Pai Borges (41), Mãe Borges B (39), Filha Borges 1 (06) e Filho Borges 2 (03)	Mãe Borges - Filhos Borges 1 e Borges 2	Casa, sem quintal, mas com varanda (a casa é a parte superior de um conjugado). Bairro Diamante.	Não tem auxiliar ou babá. Ficam nas casas dos avós quando os pais precisam.	Pai (Engenheiro Civil - trabalha home office); Mãe (Educadora infantil; coordenador a pedagógica em empresa privada; meio período).

EMEI 1/ Costa	16 de junho 2023	2h30 9h15 às 11h45	03 pessoas, sendo: Pai Costa (X), Mãe Costa (34), Filha Costa (06)	Mãe Costa - Filha Costa	Apartamento porte pequeno (até 50m²). Não há área comum de lazer no prédio (imóvel com vários prédios + estacionamen to). Bairro Jd Riacho.	Não tem auxiliar ou babá. A criança fica na casa da avó materna para a mãe trabalhar meio período.	Pai (profissional de TI). Mãe (educadora. Professora de EMEI).
EMEI 1/ Dias	19 de junho 2023	2h05 9h40 às 11h45	Pai Dias (X), Mãe Dias (35), Filha Dias 1 (06). Mãe está grávida de um menino (04 meses)	Mãe Dias - Filha Dias	Apartamento de porte médio (até 100m²). Não há área comum de lazer no prédio (prédio único). Bairro Jardim América.	Não tem auxiliar ou babá. A criança fica nas casas dos avós quando os pais precisam. Três vezes por semana a criança almoça com a mãe na casa da avó materna.	Pai (personal, formado em Educação Física). Mãe (licença; gravidez de risco, formada em Educação Física.

Fonte: Elaborado pela autora

Ao fim da apresentação da caracterização dos respondentes, da 2a fase do campo, será discorrido sobre o perfil das famílias de cada uma das EMEIs participantes, estabelecendo um breve comparativo.

2a fase do campo

No período de 13 de abril a 21 de maio de 2024, realizamos a pesquisa de campo com mais 10 famílias (QUADRO 4), que possuem crianças matriculadas nas EMEI 1 e EMEI 2. As famílias receberam os pseudônimos de Esteves, Farias, Gomes, Henriques, Inácio, Jones, Lima, Melo, Nunes e Ortiz. Nesta fase, também retomamos o contato com as quatro famílias participantes da 1a fase do campo, realizando nova entrevista por chamadas online, no mesmo período.

Quadro 4 - Caracterização dos participantes da pesquisa - 2a fase

Família	Data pesquisa	Tempo na residência	Composição + Idade	Participantes da pesquisa	Moradia	Auxiliar?/ Babá?	Profissão dos responsáveis
EMEI 2/ Esteves	13 de abril/ 2024	2h15 10h às 12h15	02 pessoas, sendo: Mãe Esteves (30), Filha Esteves (05)	TODOS: Mãe Esteves e Filha Esteves	Casa no beco, sem quintal. Bairro das Indústrias	Não tem auxiliar ou babá. Conta com a mãe dela quando precisa. Quando trabalhava, a mãe (avó materna) que ficava com a criança (praticamente, morava lá).	Pai (falecido/ morto perto da casa onde moram); Mãe (Necrópsia), mas ainda não atuou. último emprego em lanchonete. Está recebendo o seguro-desemprego.
EMEI 2/ Farias	24 de abril/ 2024	2h10 9h às 11h10	05 pessoas, sendo: Namorado, que não é pai das crianças (X), Mãe Farias (33), Filha Farias 1 (13) Filho Farias 2 (05), Filha Farias 3 (1 ano).	Mãe Farias e Filho Farias 2	Casa de fundos, com quintal compartilhado. Bairro das Indústrias	Não tem auxiliar ou babá. Conta com a família que mora nas proximidades.	Mãe (Técnica de Segurança do Trabalho), mas saiu do emprego para cuidar dos filhos.
EMEI 1/ Gomes	24 de abril/ 2024	2h10 15h às 17h10	04 pessoas, sendo: Pai Gomes (35), Mãe Gomes (34), Filho Gomes 1 (03) Filha Gomes 2 (02).	TODOS: Pai Gomes, Mãe Gomes e Filho Gomes 1 e Filha Gomes 2.	Casa construída na parte de cima dos pais da mãe, com entrada e quintal compartilhados. Conjunto Teixeira Dias.	Não tem auxiliar ou babá. Conta com os avós paternos no apoio necessário (do dia a dia).	Pai (Engenheiro Civil), que trabalha em home office, e Mãe (Técnica em Química), mas saiu do emprego para cuidar dos filhos.
EMEI 2/ Henriques	08 de maio/ 2024	2h20 13h às 15h20	02 pessoas, sendo: Mãe Henriques (26) e	TODOS: Mãe Henriques e Filha	Casa no subsolo, com quintal compartilhado com outras	Não tem auxiliar ou babá. Conta com a irmã e o	Mãe (Estudante de Enfermagem), e trabalha no turno da

			Filha Henriques (06).	Henriques.	três famílias. Bairro das Indústrias.	namorado (mas a criança não fica sozinha com ele).	manhã.
EMEI 1/ Inácio	08 de maio/ 2024	2h 19h às 21h	03 pessoas, sendo: Pai Inácio (42), Mãe Inácio (39) e Filho Inácio (06).	TODOS: Pai Inácio, Mãe Inácio e Filho Inácio.	Apartamento sem área de lazer. Conjunto Teixeira Dias.	Não tem auxiliar ou babá. E sem rede de apoio.	Mãe (Estudante de Enfermagem), e trabalha no turno da manhã.
EMEI 2/ Jones	09 de maio/ 2024	17h30 às 19h45	04 pessoas, sendo: Pai Jones (32), Mãe Jones (34), Filho Jones 1 (13) e Filho Jones 2 (05).	Mãe Jones, Filho Jones 1, Filho Jones 2.	Casa tipo sobreloja, com garagem embaixo, com pequena área na parte da frente, Bairro das Indústrias.	Não tem auxiliar ou babá. E sem rede de apoio tbm, apesar de boa relação com familiares e amigos.	Pai (açougueiro) Mãe (fabrica embutido em casa para vender)
EMEI 2/ Lima	10 de maio/ 2024	9h às 11h	04 pessoas, sendo: Pai Lima (33), Mãe Lima (31), Filha Lima 1 (07) e filho Lima 2 (1 ano e 5 meses)	Mãe Lima, Filha Lima 1, Filho Lima 2.	Casa, entrada pelos fundos, com dois andares, sem terreiro, Bairro das Indústrias.	Não tem auxiliar ou babá. Sem rede de apoio nenhuma.	Pai (funcionário de empresa multinacional de bebidas), Mãe (do lar)
EMEI 2/ Melo	11 de maio/ 2024	9h às 11h	08 pessoas, sendo: Companheiro e pai Melo de duas das seis crianças (31), Mãe Melo (33), Filho Melo 1 (15), Filho Melo 2 (12), Filho Melo 3 (10), Filho Melo 4 (05), Filho Melo 5 (04), Filha Melo 6 (7 meses).	TODOS: Companheiro/Pai Melo, Mãe Melo e Filhos.	Casa, no beco, sem quintal. Vila São Paulo.	Não tem auxiliar ou babá. Sem rede de apoio nenhuma.	Companheiro /pai (desempregado) e Mãe (funcionária de uma empresa de entretenimento).

EMEI 1/ Nunes	21 de maio/ 2024	9h às 11h15	Cinco pessoas, sendo: Avô materna, Pai Nunes (40), Mãe Nunes (40), Filho Nunes 1 (08), Filho Nunes 2 (06).	Mãe Nunes, Filho Nunes 1, Filho Nunes 2.	Casa, com varanda e quintal ao fundo.	Não tem auxiliar ou babá. Tem a avó materna, proprietária da casa, que ajuda quando precisam.	Pai (empresário), Mãe (professora).
EMEI 2/ Ortiz	21 de maio/ 2024	17h45 às 20h20	Cinco pessoas, sendo: Avô paterno, Pai Ortiz (42), Mãe Ortiz (40), Filha Ortiz 1 (17), Filha Ortiz 2 (05).	Pai Ortiz, Mãe Ortiz,, Filha Ortiz 1, Filha Ortiz 2.	Casa, de fundos, na parte superior do lote com outras casas, sem quintal.	Não tem auxiliar ou babá. Sem rede de apoio.	Pai (profissional da indústria musical, mas em recolocação), Mãe (trabalha em empresa familiar).

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a caracterização dos respondentes apresentada nos QUADROS 3 e 4, seguem as sínteses sobre os perfis das famílias pesquisadas, por EMEIs.

Famílias da EMEI 1: ao considerarmos o perfil das sete famílias pesquisadas, com crianças matriculadas na EMEI 1, percebemos que a composição familiar possui pai, mãe e filho(s), muitos pais (pai e mãe) possuem ensino superior ou técnico, o tipo de residência com predominância de apartamentos ou casas, com terreiro, e parte conta com rede de apoio. O pai, em sua maioria, trabalha fora do lar, enquanto a mulher ou trabalha meio período ou se dedica ao lar. Neste caso, há uma cobrança do pai sobre a mãe (maior parte) sobre o acesso à tecnologia (nos ditos e não ditos dos discursos produzidos).

Famílias da EMEI 2: ao considerarmos o perfil das sete famílias pesquisadas, com crianças matriculadas na EMEI 2, percebemos que há ausência na composição familiar, em quase todas as famílias, da figura do pai. Em parte delas, há a presença do companheiro, mas que não, necessariamente, é o pai das crianças. Assim, a mãe é a figura principal de referência e autoridade sobre o consumo da tecnologia. Os pais (pai e mãe) não possuem ensino superior ou técnico. Parte das mães trabalha fora e parte se dedica a cuidar dos filhos. As famílias residem, em sua maioria, em casas em bicos ou lugares com menos acesso.

c) Apresentação do contexto histórico-social das famílias pesquisadas

Historicamente, o Brasil tem enfrentado desafios significativos em termos de desigualdade socioeconômica, o que reflete diretamente no acesso às tecnologias digitais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), embora a maioria das famílias brasileiras tenha acesso à internet, existem disparidades notáveis entre diferentes regiões e classes sociais. Famílias de baixa renda enfrentam dificuldades maiores para acessar tecnologias digitais.

Sabemos que em todas as sociedades são observadas diferenças entre os indivíduos quanto à posição que ocupam na hierarquia social, baseadas nas oportunidades educacionais, trajetórias profissionais, prestígio social, acesso a bens e serviços, entre outros. Como é de grande relevância o estudo dessas disparidades nas pesquisas sociais, seja como fenômeno a ser explicado ou em relação a outros fenômenos da sociedade, percebemos a importância de discorrer sobre o que compreendemos por contexto socioeconômico Alves e Soares (2009).

Como existem inúmeros estudos para a definição socioeconômica, utilizamos como referência para a nossa tese o realizado por Alves e Soares (2009, p. 1), com famílias em Belo Horizonte, que assumem que todas as diferenças supracitadas “podem ser descritas adequadamente por um único construto denominado de nível socioeconômico (NSE)”. Assim, “do ponto de vista mais operacional, o NSE é tomado como um construto teórico, ou seja, uma variável latente (não diretamente observada) cuja medida é feita pela agregação de informações sobre: a educação, a ocupação e a riqueza ou rendimento dos indivíduos” (Alves e Soares, 2009, p. 2).

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (2023), divulgada pelo IBGE, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira⁴¹, quando o assunto é nível de instrução (educação), no Brasil, 41,5% das pessoas de 25 a 64 anos não possuem o ensino médio. Esse valor é mais do que o dobro para a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (20,1%).

⁴¹ Fonte:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/070903d82038130a93f0374ada39f81d.pdf. Acesso em 17 jul. 2024.

O módulo Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua⁴², de 2022, embora seja direcionado para pessoas com 10 anos ou mais, diz que “entre as pessoas sem instrução, 39,4% acessaram a internet, percentual bem inferior ao dos demais grupos de escolaridade, como as pessoas com ensino superior incompleto (98,7%) e com superior completo (98,2%)”. A mesma pesquisa traz um outro dado relevante sobre diferenças significativas no uso dos equipamentos entre estudantes da rede pública e da rede privada. “Enquanto 75% dos estudantes da rede privada acessaram a Internet pelo microcomputador, esse percentual foi de apenas 31,2% entre os estudantes da rede pública”. Em relação à educação, o Barreiro, como outras regiões periféricas, pode sofrer com limitações em infraestrutura e recursos educacionais, resultando em um ensino que muitas vezes não atende plenamente às necessidades dos alunos. Há também desafios na formação de professores e na implementação de tecnologias educacionais⁴³.

A EMEI passa a ser uma oportunidade de boa educação para todos, o que pode ser vantajoso na percepção de algumas famílias, como se fosse um privilégio: “ainda bem que temos essa EMEI e a diretora me ajuda muito” (Mãe Jones); “serei o resto da vida grata à diretora (EMEI 2). Não tem noção o que essa mulher fez e faz. Tenho o contato direto com ela, pelo WhatsApp. E já me deu retorno positivo. Disse que ele mudou da água para o vinho com a medicação. E disse que está anotando tudo para me avisar”.

Em paralelo, estudar na EMEI pode ser percebido como algo menos vantajoso, pelo que percebemos, para as famílias que já tiveram experiências e oportunidades de matricular a criança em instituições particulares, como o caso da família Inácio. “A EMEI dá oportunidade para todos. O meu filho (Filho Inácio 1) teve dificuldade de se adaptar na EMEI, porque ficou em outra escola muito tempo, só com nove crianças na sala. Aí foi para lá (EMEI). Tem criança com TDAH na sala que cortou o cabelo dele e ele ficou tão traumatizado que tivemos que pagar um psicólogo para ele” (pai Inácio). “A questão social é complexa lá” (Mãe Inácio). E continuam refletindo... “O que poderia ter mais nas EMEIs? Inglês, acompanhamento psicológico... Se a prefeitura oferecesse, mas não. É difícil. Tem cada situação complicada lá” (Pai Inácio). “Se eu pudesse ajudar outras mães carentes... Pagamos psicólogo, fonoaudióloga,

⁴² Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022>. Acesso em 17 jul. 2024.

⁴³ Fonte: https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw9eO3BhBNEiwAoc0-jWKorS_z6DJ_CcPYBcxQPSCkiCUpTikNEG7cuAqBu7Jmdtqs6jxoCuWQAvD_BwE. Acesso em 18 jul 2024.

pelo atraso da fala dele, muita otite, médicos, restrição alimentar. Mas ele não tem um diagnóstico (de transtorno psicológico). E as outras famílias que não podem?” (Mãe Inácio).

A nossa inserção no campo nos traz, ainda, reflexões sobre o possível papel das políticas públicas na tentativa de mitigar essas desigualdades. Iniciativas de inclusão digital do governo brasileiro⁴⁴, que inclui a disponibilização de internet em escolas públicas, têm buscado aumentar o acesso à tecnologia em comunidades desfavorecidas (Araújo & Almeida, 2019). No entanto, a implementação e a eficácia dessas políticas têm sido inconsistentes, muitas vezes limitadas por falta de recursos e infraestrutura inadequada. O que percebemos na pesquisa exploratória realizada nas EMEIs 1 e 2, é que o aparato tecnológico foi fornecido de meados da pandemia COVID-19, mas nenhum treinamento foi realizado para uso básico dos recursos e pouco suporte técnico há, neste sentido. “A prefeitura enviou tecnologia para as EMEIs do meio da pandemia pra cá. Mas não tivemos treinamento e nem temos um técnico ou monitor de informática fixo” (Diretora EMEI 1).

Estudos indicam que crianças de famílias de baixa renda tendem a ter menos acesso a dispositivos tecnológicos e à internet de alta qualidade (Holloway, Green, & Livingstone, 2013). No Brasil, essas desigualdades são exacerbadas pela concentração de renda e pelas diferenças regionais. Já as crianças de famílias de maior poder aquisitivo têm mais acesso a uma variedade de dispositivos tecnológicos e a conteúdos digitais, com privilégios de acesso (Gómez, 2020). Sobre a renda, o Barreiro apresenta uma disparidade significativa em comparação com outras regiões de Belo Horizonte. Em geral, as famílias da região enfrentam dificuldades financeiras, que foram ainda mais exacerbadas pela pandemia da COVID-19. A renda média das famílias é inferior à de áreas mais centrais da cidade, refletindo a realidade de bairros que lidam com a falta de oportunidades econômicas⁴⁵.

Alves e Soares (2009) ainda ponderam sobre o local de moradia como atributo que interfere na definição do nível socioeconômico das famílias, bem como o fato das crianças que estudam em escolas públicas já serem originárias “de famílias com baixo NSE” (Alves e Soares, 2009, p. 17). O Mapa da Riqueza, publicado pela FGV Social em fevereiro de 2023, traz um panorama da renda, educação e moradia, de Belo Horizonte/MG, e revela desafios significativos para as famílias da região do Barreiro, especialmente para as menos favorecidas. Em relação à moradia, a região é caracterizada por uma mistura de habitações populares e áreas

⁴⁴ Fonte: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/inclusao-digital>. Acesso em 17 jul. 2024.

⁴⁵ Fonte: https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw9eO3BhBNEiwAoc0-jWKorS_z6DJ_CCjPYBcxQPSCkiIcUpTikNEG7cuAqBu7Jmdtqs6jxoCuWlQAvD_BwE. Acesso em 18 jul 2024.

com condições precárias. Muitas famílias vivem em comunidades urbanas ou em condições de vulnerabilidade habitacional. O acesso a serviços básicos, como água e esgoto, também pode ser desigual, impactando a qualidade de vida⁴⁶.

Assim, o consumo de tecnologia por crianças da primeira infância em famílias de baixo nível socioeconômico nas regiões periféricas de Belo Horizonte, contexto em que se encontram as famílias participantes da pesquisa, está imerso em um contexto sócio-histórico que reflete as desigualdades estruturais e dinâmicas culturais próprias dessas áreas. Como apresentado, há pouco acesso à educação, o que acaba comprometendo a ocupação profissional e, consequentemente, a riqueza ou rendimento (Alves e Soares, 2009), dos participantes da nossa pesquisa.

4.2 Segunda parte: as categorias de análise

Na TCR, geralmente, as categorias emergem do próprio campo... É o campo que nos direciona... (Notas dos pesquisadores).

O texto que utilizamos para iniciar as reflexões desta seção é parte do Diário de Campo da presente pesquisa. O intuito de tal apresentação é destacar a importância de compreendermos o consumo das TDICs por crianças da primeira infância, no ambiente familiar, e o impacto na vulnerabilidade e no bem-estar, pela perspectiva do sujeito. A Análise de Discurso Francesa (AD), permite compreender e desvendar, ainda, o sentido ideológico construído pelo sujeito em seu discurso (Pêcheux, 1988). Assim, teremos o que chamamos de “discurso das famílias”. Por discurso compreendemos a palavra em movimento, ou seja, a língua que indica significados simbólicos que são parte do homem, da sua história e da sociedade em que vive (Orlandi, 2009). O discurso é manifestado por falas, textos e práticas cotidianas (Grant, Keenoy & Oswick, 1998), incluindo a linguagem visual, gestual e corporal (Bessa, Batista e Melo, 2018).

Antes de adentrarmos efetivamente nas categorias de análise, reforçamos que consideramos o discurso como uma prática social e histórica, que inclui o contexto de produção, os sujeitos envolvidos, as condições de produção e a ideologia subjacente (Orlandi, 2009). Assim, como analistas de discurso, não nos dedicamos diretamente ao sentido do texto ou do discurso em si, mas dos modos e das dinâmicas que ocorrem durante a produção de sentidos ao longo da história. Neste contexto, “os discursos existem para além dos textos particulares dos

⁴⁶ Fonte: https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw9eO3BhBNEiwAoc0jWKorS_z6DJ_CcPYBcxQPSCKiIcUpTikNEG7cuAqBu7Jmdtqs6jxoCuWlQAvD_BwE. Acesso em 18 jul. 2024.

quais são compostos (Maingueneau, 2020, p. 35)” e, assim, consideramos conjuntos de textos para compreendermos o “discurso das famílias”.

Por isso, é tão importante considerarmos o contexto sócio-histórico das famílias participantes, como apresentado anteriormente. É preciso relacionar os discursos produzidos aos lugares sociais (Maingueneau, 2020). As relações entre linguagem, história e sociedade acontecem por meio dos efeitos de sentido no que é dito e, também, no que não é dito, como a criança Borges 1 busca o olhar de aprovação da mãe a cada fala sobre tecnologia digital. A família Borges vivenciou situações complexas da retirada da tecnologia digital quando a criança, adotada aos três anos, se debatia no chão e explorava o próprio corpo em uma situação de abstinência. *“Lá, no lar para adoção, ela só ficava em TV e outros equipamentos. Aqui, precisou entrar no nosso jeito de educar, até porque a gente viu que faz mal” (Mãe Borges).*

À luz do dito, compreendemos o não dito em momentos em que a criança buscava o olhar da mãe ao abordar, enquanto desenhava e conversávamos, qualquer assunto sobre tecnologia. Era como se fosse “um assunto proibido” em um lar que já tinha vivenciado a complexidade do intenso consumo por uma criança ainda na primeira infância.

Nas categorias de análise também buscamos destacar o interdiscurso, momento em que percebemos as “vozes” de outros (terceiros) dentro do discurso (Orlandi, 2009; Maingueneau, 2020) das famílias participantes. Em muitos momentos, as famílias relatam a dificuldade em ter que saber o que a sociedade estabelece como certo em relação ao consumo de tecnologia por crianças no ambiente familiar e, principalmente, como fazer com que isso aconteça na prática. Percebemos que as mães são mais interpeladas pelos outros discursos do que os pais, quando há presença dos mesmos na família. A seguir, trazemos alguns recortes das falas dessas mães no intuito de ilustrar o ocorrido: *“há um excesso sobre ter que saber, né? Cobrança minha mesmo, do outro, de todo mundo. Isso é cansativo” (Mãe Gomes).* *“Acho que a maioria não concorda com o nosso jeito de ser radical sobre esse consumo aqui em casa. Mas também não tem como fugir, só que tem que ter limite. E em cada família é de um jeito” (Mãe Inácio).* Assim, o discurso revela como as identidades se estruturam a partir da relação com as outras identidades (Maingueneau, 2020).

O sujeito, portanto, ao “defender” determinadas posições por meio do seu discurso, não pode ser considerado totalmente livre e autônomo nesse processo tendo em vista que ele se constitui na sua relação com o outro e, portanto, os sentidos do seu dizer são realizados sócio-historicamente permeados pela ideologia (Orlandi, 1999). Os sujeitos são, portanto, ‘interpelados’ em seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 1988, p. 161). É pertinente,

ainda, destacarmos a não transparência da língua. Ao reconhecê-la em sua opacidade, uma vez que os sentidos podem ser outros de acordo com quem fala, como fala e da sua historicidade (Orlandi, 1999), o sujeito deixa de ser o centro e o iniciador do seu discurso e a linguagem passa a ser vista como produção social (Ferreira, 2003).

Assim, à luz das concepções teóricas da AD e cientes de que os sentidos dos textos podem ser diferentes dependendo da situação em que são utilizados e de acordo com o lugar social que está o sujeito que está dizendo algo ocupa, o nosso intuito foi o de apreender o sentido do discurso produzido pelos sujeitos em pauta. Como o discurso é atualizado, textualizado e precisa ser analisado, partimos da noção de sujeito no enquadro da AD, que é interpelado pelo social, considerando a ideia de que vivemos em uma sociedade com contextos diferentes, dividida classes, fragmentada em valores e crenças, e marcadamente heterogênea. Para criarmos as categorias, consideramos os critérios propostos por Orlandi (2009), como mostrado no QUADRO 5, que traz na primeira coluna os critérios-base que são exclusividade, relevância, coerência e base teórica, e na segunda coluna como esses critérios foram considerados no nosso trabalho.

QUADRO 5 – Principais critérios para elaboração das categorias de análise

Critérios	Na nossa pesquisa
Exclusividade: mutuamente excludentes, ou seja, cada unidade de análise (ou parte do texto) pertence a apenas uma categoria.	As categorias tratam de temas, embora interligados, que são exclusivos. A primeira traz a relação da família com a criança, via tecnologia. A segunda traz a influência da rede de apoio no consumo das TDICs. A terceira aborda o consumo das tecnologias digitais para o bem e para o mal. A quarta, já reflete sobre o consumo e os impactos no bem-estar da criança. A última, da tese em si, mostra o impacto da tecnologia digital nas vulnerabilidades das crianças.
Relevância: refletir aspectos significativos do discurso estudado, orientadas para o problema de pesquisa e objetivos propostos.	Os aspectos significativos do discurso das famílias participantes foram refletidos para auxiliar na compreensão da indagação da nossa pesquisa “Como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças?”, bem como para os objetivos propostos a partir do problema.
Coerência: elementos agrupados em uma categoria devem ter características semelhantes entre si e que justificam essa inclusão.	Cada categoria contemplou elementos dos discursos (ditos, não ditos, interdiscursos) com características semelhantes entre si. Embora alguns discursos e observações do campo possam ter transitado entre as categorias, as análises foram coerentes com as especificidades de cada categoria.
Base teórica e clareza dos conceitos: base teórica	Utilizamos as bases teóricas apresentadas no Referencial Teórico, bem como outras que se fizeram necessárias diante

sólida e definições precisas e de fácil compreensão.	de novos achados no campo de pesquisa. Teorias sobre o consumo das TDICs, a TCR (consumo, vulnerabilidade e bem-estar) e da própria AD foram articuladas para melhor análise e compreensão.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, à luz dos conceitos de Orlandi (2009)

Seguimos cientes da importância de criarmos categorias exclusivas e, por isso, excludentes, mas identificamos várias interlocuções entre as categorias. Ao estudarmos sobre consumo de tecnologias digitais pelas crianças da primeira infância no ambiente familiar, verificamos que as categorias estão entrelaçadas pela interdiscursividade (Fairclough, 2001). Os temas tratados em cada categoria conversam entre si, como aconteceu no próprio campo.

Além disso, a criação de categorias é um processo iterativo e, por isso, revisitamos e refinamos as nossas categorias à medida em que aprofundamos na análise dos dados, garantindo que as categorias continuassem relevantes e com sentido e significado para o estudo em questão (Orlandi, 2009). Assim, considerando todas as orientações supracitadas, os estudos teóricos e as pesquisas de campo, chegamos às categorias: (1) a relação da família com a criança, via tecnologia; (2) a rede de apoio da família (e a influência no consumo de tecnologia pela criança); (3) quando o consumo da tecnologia permeia para o bem e para o mal; (4) impacto do consumo no bem-estar das crianças e famílias; e (5) O consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades das famílias.

Para analisar cada categoria e identificar as formações discursivas, condições de produção e possíveis as relações de poder, neste caso não sendo o foco da nossa análise, que influenciam a produção de sentidos (Orlandi, 2009), consideramos os preceitos da AD articulados aos conceitos sobre consumo, vulnerabilidade e bem-estar, numa perspectiva da TCR. Além dos discursos produzidos por meio das falas, ditas e não ditas, dos gestos e dos comportamentos rotineiros no ambiente familiar, também consideramos as notas de campo que auxiliam a contextualizar os discursos. As manifestações das crianças, enquanto produziam os desenhos, também foram contempladas para compreensão dos discursos produzidos sobre o consumo da tecnologia digital no ambiente familiar.

4.2.1 Relação da família com a criança, via tecnologia

"As crianças acordam muito cedo. Quando dormimos tarde, porque trabalhamos com evento, e elas acordam, nós que oferecemos o celular para ficarem mais tempo na cama e descansarmos" (Pai Alves). "Mas outro dia, a mais velha ficou duas semanas sem o celular porque desobedeceu" (Mãe Alves).

Esta categoria contempla as análises dos discursos produzidos, especialmente pelos pais, sobre a relação deles com a tecnologia, a relação deles com a criança, via tecnologia (considerando, inclusive, se há diferença entre o pai e a mãe, quando a figura masculina está presente), os tipos de dispositivos e consumo utilizados, além dos impactos na rotina familiar.

Embora também tenhamos considerado as manifestações orais das crianças, por meio da produção dos desenhos, lembramos que o propósito principal dessa estratégia foi o de dar voz às crianças, uma vez que os desenhos contribuem para a oralidade das mesmas sobre a rotina, preferências de brincadeiras e jogos, o que gostam de assistir, dentre outros aspectos correlacionados. Assim, os desenhos, em si, não foram analisados e, portanto, não foram considerados como estratégias de coleta de dados.

A análise dos dados sobre a relação entre a família e a criança mediada pela tecnologia revela uma complexa rede de significados que envolve tanto o que é explicitamente dito quanto o que permanece implícito, seguindo os preceitos da Análise do Discurso Francesa (AD). A relação entre discurso, ideologia e sujeito emerge de forma clara, destacando como a tecnologia, ao integrar-se à rotina familiar, interpela sujeitos por meio de discursos marcados por tensões ideológicas e sociais.

No contexto da AD, o dito e o não dito coexistem em uma interação constante. Pêcheux (1997) argumenta que as palavras carregam uma memória discursiva, revelando que o que é dito muitas vezes mascara uma série de não ditos que constituem o sentido no interior de uma formação discursiva ideologicamente marcada. Ao analisarmos os discursos produzidos pelas famílias, observamos que a tecnologia aparece como mediadora de uma série de tensões entre os valores tradicionais da educação e as novas demandas tecnológicas que perpassam o cotidiano familiar. Também consideramos que o consumo de tecnologias digitais por crianças na primeira infância, no Brasil, é moldado por um contexto histórico-social complexo, marcado por desigualdades estruturais e desafios na implementação de políticas públicas eficazes. Castells (1999, 2013) nos lembra que a tecnologia da informação pode tanto incluir quanto excluir indivíduos e grupos.

No discurso da *Família Farias*, por exemplo, o apego aos valores tradicionais transmitidos pelos pais, como o esforço para proporcionar uma educação de base sólida, como foi recebido na própria infância, contrasta com a dificuldade em lidar com a tecnologia no cotidiano de seus filhos. *"Meu pai era motorista e minha mãe era doméstica, mas deram tudo para mim e meu irmão. A família do meu pai era muito rica, menos meu pai, que era adotivo. Passamos muita humilhação por isso, mas eu e meu irmão estamos bem, mesmo meus pais tendo falecido cedo, porque nos deram a base. E nos criaram para a gente ser independente. Por isso, quero criar meus filhos assim. Quero dar para eles o que eu recebi dos meus pais. A família rica do meu pai tá toda desestruturada e eu e meu irmão estamos bem. Não somos ricos, mas somos felizes, graças a Deus"* (Mãe Farias).

Embora a Mãe Farias declare não se importar com o uso do celular ("Eu não ligo muito para celular"), a tecnologia torna-se inevitável quando ela precisa utilizá-la para facilitar a vida cotidiana, como ao marcar as consultas do filho, seja pelo posto de saúde ou particular. *"Eu não ligo muito para celular. Fiquei quatro meses sem o meu, usando da minha menina mais velha. Cheguei a ir na loja para comprar, mas a prestação muito alta. Depois, tive que comprar porque estava ficando difícil para marcar as consultas dele (Farias 2)". "Quase não faço nada pelo telefone, gosto de ir ao banco para resolver as coisas. Eu sou igual idosa, mas não passo isso para eles"* (Mãe Farias). Este relato revela o movimento interdiscursivo (Orlandi, 1999), em que o discurso sobre a educação e criação tradicional se cruza e é interpelado pela necessidade pragmática de utilizar a tecnologia, impondo novos hábitos à rotina familiar. Sob a ótica de Pêcheux (1997), portanto, a fala expõe o processo de interpelação ideológica, em que o sujeito acredita que seja autônomo em suas escolhas, enquanto é atravessado por demandas e pressões sociais que o colocam em contato direto com a tecnologia.

Orlandi (1996) destaca que os sujeitos são interpelados pela ideologia e, neste contexto, o sujeito familiar se encontra entre dois discursos: o de uma vida idealizada sem o uso excessivo de tecnologia e o da sua imposição nas práticas cotidianas, especialmente no cuidado com as crianças. Esse conflito torna-se evidente no discurso da Mãe Farias quando ela expressa uma certa nostalgia em relação à maneira como foi criada, em contraste com a realidade tecnológica que ela própria vê como necessária. O não dito aqui é a crescente dependência da tecnologia que, embora silenciada em partes do discurso, é revelada na ação prática — seja para organizar a rotina ou entreter os filhos.

Indursky (1997, 2011) afirma que o sujeito discursivo se constitui em uma relação de constante interpelação e repetição de discursos anteriores. Na *Família Gomes*, uma das poucas em que o pai esteve presente durante a imersão no lar, o papel da tecnologia como protagonista

nas interações entre pais e filhos é revelado tanto nos momentos de lazer quanto na organização do cotidiano. O pai, ao descrever com orgulho o gosto musical da criança, parece reivindicar uma continuidade entre sua própria identidade e a do filho, enquanto a criança está fixada em um conteúdo televisivo. *"Ah, ele (Gomes 2) gosta de ouvir Rock. ACDC e gosta de show também. Eu também gosto". Nesse momento, a criança não se mostrou interessada. Ficou fixa na TV repetindo, ainda, as falas dos YouTubers"* (Pai Gomes).

Esse comportamento parece denotar uma ruptura entre o desejo do pai de compartilhar interesses e a influência dominante da tecnologia. Assim, portanto, a interdiscursividade se manifesta, já que o pai tenta introduzir valores familiares, como o gosto pelo *rock*, mas esse discurso é mediado e confrontado pelos conteúdos tecnológicos que a criança consome, evidenciando a tensão entre diferentes discursos. O não dito (que a criança gosta de conteúdo infantil digital e consome produtos de *youtubers*) revela um outro não dito importante: a dificuldade dos pais em competir com as atrações tecnológicas no estabelecimento de laços tradicionais de interação. Mas como traz Belloni (2010, p. 7), “em nossas sociedades contemporâneas, unidas por um sistema econômico globalizado, as TICs são incontornáveis, pois decorrem de um avanço tecnológico inexorável, apropriado e orientado pela lógica capitalista de produção e consumo”. Certamente, é assim que as famílias se percebem... Como lutar contra tudo isso?

Na maior parte das famílias, como observado nas *Famílias Gomes, Inácio e Henriques*, a tecnologia é vista como um facilitador de rotinas, mas também como uma força desorganizadora, especialmente em relação aos horários de sono e alimentação. O uso de tablets e celulares durante o almoço ou antes de dormir aponta para uma dependência não explicitada nos discursos dos pais.

"Ele joga na TV quando acaba o Jornal Nacional. Liga a TV após o banho ou continua no tablet mesmo. Dorme muito tarde" (Mãe Inácio).

"Difícil ela ficar no celular. Fica mais no tablet. Pede o celular quando tá molenga e não consegue cochilar. Aí fica passando o dedo (fez o movimento) até cochilar" (Mãe Henriques).

"Crianças jogam no celular na hora do almoço, para ajudar na refeição. Eu faço isso e a minha mãe também (avó). Só que é mais na TV do que tudo. A TV fica ligada o dia todo, mesmo que ninguém sentado na sala" (Mãe Gomes).

Quando a *Mãe Henriques* relata que sua filha "pede o celular quando tá molenga e não consegue cochilar", percebemos que a tecnologia surge como uma ferramenta de auxílio no gerenciamento do tempo e da rotina, sendo empregada para induzir o descanso da criança. Ao observarmos esse uso, notamos o efeito naturalizado que a tecnologia exerce sobre a família, em que as práticas que antes eram resolvidas com interações diretas (como o cochilo da criança) passam a ser mediadas por dispositivos eletrônicos. Embora complexa do ponto de vista fisiológico da criança, percebemos uma questão relevante: a tecnologia digital sendo parte do cotidiano das crianças até para induzir o sono. No mesmo escopo aparece o relato do *Pai Alves* sobre o uso do celular pelas crianças para "*ficarem tranquilas no carro*" durante as viagens, dando à tecnologia o papel de ferramenta de mediação comportamental, em que o uso do celular é empregado como um recurso de controle e distração das crianças. Essa prática, vista de modo funcional pelos pais, revela-se como um ponto de tensão na relação familiar mediada pela tecnologia, uma vez que ela assume um papel central na dinâmica familiar. A tecnologia, portanto, assume o papel de protagonista no contexto da família.

Outra questão em destaque no discurso da *Família Inácio* sugere que, apesar da presença da tecnologia, os pais ainda tentam manter controle sobre a rotina, mas a própria necessidade de usar dispositivos para manter as crianças ocupadas revela um nível de dependência que não é discutido abertamente, como podemos visualizar nesse diálogo entre os três participantes da família: "*Eu jogo na TV do papai e da mamãe. Eu jogo com o controle*" (*Filho Inácio*). "*Os sobrinhos jogam juntos, o Roblox. Os primos são mais velhos e aí ele quer jogar*" (*Mãe Inácio*). "*Eu jogo na TV ou no celular do papai*" (*Filho Inácio*). "*Mas ele larga qualquer coisa se chamarmos pra fazer alguma coisa*" (*Pai Inácio*). Essa última frase do pai nos sugere que o não dito, neste caso, reside na implicação de que a tecnologia se tornou uma solução prática para a gestão do tempo e do comportamento, especialmente em situações de cansaço ou sobrecarga parental.

O uso da tecnologia como espaço compartilhado entre pai e filho, por exemplo, demonstra como as interações familiares podem ser moldadas pelo ambiente tecnológico, que redefine o que significa "brincar juntos". Couto (2013, p. 899) traz questionamentos, neste sentido, ao perguntar se "as brincadeiras tradicionais estão desaparecendo para dar lugar aos jogos eletrônicos? A ludicidade, marca característica e histórica da infância, ainda tem lugar em meio ao toque frenético das telas?". A maior parte dos pais disse que as crianças preferem brincadeiras lúdicas e outras atividades (dançar, cantar e passear) (FIGURA 14) em detrimento da tecnologia digital. Todos também relataram que as crianças preferem brincar fora do ambiente virtual com familiares e amigos.

Figura 14: As preferências “no brincar”



Fonte: registros da pesquisa de campo

Nos desenhos produzidos, realmente, identificamos que as crianças priorizam o brincar com animais de estimação e pessoas. Sobre assistir, mencionaram desenhos da TV aberta. Também vivenciamos situações em que a criança (Borges 1) pediu uma nova folha, fez a sua própria divisão e quis relatar, mais uma vez, as suas escolhas de brincadeiras e jogos (FIGURA 15). Neste caso abaixo, disse gostar da dança das cadeiras e do brinquedo Twist do Parque Guanabara, localizado em Belo Horizonte/MG.

FIGURA 15 - Desenho produzido por vontade própria da criança



Fonte: registros da pesquisa de campo

Constatamos que os desenhos, mesmo sendo considerados como instrumento complementar de coleta de dados nesta pesquisa, auxiliaram na interação entre os pesquisadores e as crianças, além de incentivar e facilitar a apresentação, pelo olhar das crianças, sobre o consumo (ou não) das TDICs. Também verificamos, em alguns relatos, que as crianças conhecem mais sobre o meio digital do que os pais dizem ou têm consciência. Os personagens da TV estão nos próprios materiais escolares - mochilas e estojos -, no quarto e no espaço de brinquedos - bichos de pelúcia, jogos de tabuleiro (FIGURA 16).

Figura 16 - Quartos de dormir e de brincar



Fonte: registros da Pesquisa de Campo

Em todas as interações com as crianças, conversamos sobre o que gostam de fazer, brincar, assistir e jogar. E sobre os sentimentos gerados. Neste processo, tivemos algumas confirmações, mas também realizamos descobertas em relação ao conteúdo advindo dos relatos dos responsáveis, que em todos os casos foram realizados com as crianças por perto, por escolha deles. Percebemos que, com nossa interação, dedicada a elas, as crianças realmente querem desenhar, cantar e brincar longe do espaço virtual. Poderiam até buscar alguma referência no digital, mas estavam dispostas a participar ativamente do momento. E, muitas vezes, eram elas que sugeriam atividades. Geralmente, lúdicas. Mesmo quando estava entrevistando os responsáveis, faziam interferências e se envolviam, sem o uso de tecnologia digital, na maior parte do tempo. Mas quando as entrevistas eram realizadas com os responsáveis, a maior parte já demonstrava inquietude pela falta de atenção e solicitava algum aparato tecnológico (TV, celular ou tablet).

Sobre as descobertas, embora os pais não tenham considerado que as crianças acessam e gostam dos influenciadores digitais, algumas comentaram sobre consumir o conteúdo e o seu sentimento (*"Você sabia que eu gosto do Lucas Neto?"*. Filha Alves 2). Quando as convidávamos para produzirem os desenhos, iniciavam com o tema livre. Em todos os casos, mesmo as crianças menores, realizaram desenhos de pessoas, incluindo elas próprias, famílias e os pesquisadores (Figura 17).

Figura 17 - Desenhos livres



Fonte: registros da pesquisa de campo

Destacamos, então, o "não dito" que emerge nas interações entre pais e filhos, e o modo como as crianças articulam as suas experiências com as tecnologias digitais, especialmente influenciadores, de forma muitas vezes não reconhecida explicitamente pelos pais. A fala da criança sobre o influenciador revela um discurso paralelo ao dos pais, que, embora minimizem ou não reconheçam a importância desse consumo, ele se manifesta simbolicamente nas escolhas e nas expressões das crianças, como nos desenhos ou nas escolhas de materiais escolares, por exemplo. O discurso infantil, ao ser contrastado com o dos pais, expõe como as tecnologias

digitais inserem novos "dizeres" no espaço familiar, revelando uma intersecção entre o social e o ideológico, conforme apontado na análise interdiscursiva de Pêcheux (2008).

Verificamos que as crianças participantes, muitas vezes, optam por brincar sem a tecnologia digital, mas, em algum momento, após "cansarem dos brinquedos", solicitam a TV, o celular ou tablet. Além disso, as crianças querem que os pais participem das brincadeiras fora da tecnologia, mas poucos possuem tempo ou estão dispostos a tal feito. Assim, é mais comum que os pais "entrem" na dinâmica tecnológica dos filhos, participando das atividades mediadas por dispositivos digitais, mas sem questionar o papel central que esses dispositivos desempenham na rotina. Sob o ponto de vista da AD, o sujeito não é plenamente consciente do modo como a tecnologia estrutura suas relações e rotinas familiares, o que novamente remete à noção de que o sujeito é interpelado por discursos sociais e ideológicos que nem sempre são explicitados. Sabemos que há uma complexidade na relação entre a utilização da tecnologia e o bem-estar individual (Hoffman, 2012), impactando no bem-estar familiar, e que as crianças se encontram em especial vulnerabilidade no ambiente virtual (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019).

Em relação às estratégias de controle sobre o uso da tecnologia no ambiente familiar, a Mãe Gomes traz um relato interessante: "*Quando preciso que saiam da TV, coloco algo bem desinteressante*". Essa prática de "gerenciamento" da exposição das crianças à tecnologia revela o esforço consciente dos pais em intervir nas práticas de consumo midiático dos filhos. No entanto, também aponta para a dificuldade de conciliar o controle parental com o apelo que as tecnologias exercem sobre as crianças. Orlandi (1996) nos lembra que a interpelação ideológica é uma constante na relação entre sujeito e discurso, e, neste caso, os pais encontram-se imersos em um ambiente em que a tecnologia define as regras do jogo, mesmo quando tentam, com ações pontuais, retomar algum controle.

Assim, o interdiscurso, conforme destacado por Pêcheux (1997) e Orlandi (1996), também se manifesta no contexto da vulnerabilidade tecnológica discutida por Hoffman (2012) e Rich, Tsappis & Kavanaugh (2019). Os autores destacam que as crianças, especialmente as mais novas, são particularmente vulneráveis à influência da tecnologia, seja em termos de consumo midiático ou nos impactos em seu desenvolvimento social e cognitivo. Na *Família Alves*, por exemplo, percebemos que irmãos mais velhos, influenciam os comportamentos dos mais novos no consumo de mídia digital. Neste caso em especial, quando acompanhamos a rotina da família, verificamos que as crianças mais novas estiveram ao lado da irmã mais velha na maior parte do tempo do consumo de informação via TV, celular e tablet. Assim, consumiram o conteúdo que ela consumiu e acessaram às TDICs por mais tempo do que o

relatado pelos responsáveis. Esse fato também é observado pela *Mãe Ortiz* ao relatar como sua filha aprende a usar o celular e a consumir conteúdos diversos com o enteado de 10 anos, o que evidencia o poder de influência dos pares na incorporação do uso tecnológico. *“Mas tem o meu enteado, de 10 anos, aí quando convive aprende tudo com ele de celular. Ela usava muito mais que hoje, como eu disse, mas ainda usa muito também”* (*Mãe Ortiz*).

Podemos sinalizar que a repetição do conteúdo digital, assistido por longos períodos, revela o discurso dominante da era digital, que atravessa o discurso familiar e modifica as rotinas de interação entre pais e filhos. A televisão, o tablet e o celular, TDICs especialmente estudadas nessa tese, se tornam personagens centrais na dinâmica familiar, com a tecnologia sendo utilizada para regular comportamentos e preencher lacunas emocionais e temporais na interação cotidiana.

Por fim, o relato da *Mãe Jones*, *“Ah, se deixar, o pai Jones deixa tudo. Eu não”*, revela uma divisão nas estratégias de controle parental sobre o uso da tecnologia. Essa divergência nas práticas entre pai e mãe, por si só, é um indicativo das diferentes formas de interpelação ideológica a que cada um está sujeito, refletindo as tensões discursivas em torno do papel da tecnologia na educação e no controle comportamental das crianças. A resistência expressa pela mãe pode ser interpretada como um gesto de tentativa de reapropriação do controle familiar, mas, ao mesmo tempo, ela está inserida em um contexto discursivo que naturaliza o uso da tecnologia como parte essencial da rotina.

Os dados de campo mostram que o consumo de tecnologia não é neutro, e sim ideologicamente marcado. As famílias, interpeladas pelas demandas da sociedade de consumo, pelo desejo de controlar as atividades das crianças e pela necessidade de manter as próprias rotinas organizadas, veem-se num dilema constante: utilizar ou não a tecnologia? O que está em jogo aqui não é apenas a adesão à tecnologia, mas a forma como ela redefine a própria relação da família com a criança. Indursky (1997) nos lembra que o sujeito do discurso acredita estar no controle de suas escolhas, mas é, na verdade, atravessado por discursos maiores (como o da eficiência, produtividade e entretenimento) que moldam suas práticas sem que ele se dê conta.

Percebemos, à luz do exposto, que o consumo de tecnologia digital nas famílias configura-se como uma prática naturalizada, sendo incorporado de maneira multifacetada ao cotidiano familiar. As famílias utilizam dispositivos eletrônicos tanto como ferramenta de mediação comportamental, para acalmar e distrair as crianças, quanto como forma de interação lúdica, como nos momentos em que pais e filhos jogam juntos. No entanto, esse consumo não se dá de forma neutra: ele é permeado por discursos ideológicos que, muitas vezes, escapam à

consciência dos pais, enquanto moldam hábitos e relações. Como destacam Bauman and Raud (2018, p. 8): “a tecnologia contemporânea nos concede mais autonomia ou nos induz a abdicar das liberdades que possuímos?”.

A tecnologia, ao mediar as rotinas familiares, redefine muitas práticas cotidianas, colocando os pais em uma posição de ambiguidade, no qual reconhecem a dependência dos dispositivos, mas nem sempre percebem o impacto profundo dessa dinâmica sobre as crianças da primeira infância. Assim, percebemos que o consumo digital se torna uma prática reguladora do comportamento infantil, ao mesmo tempo que desloca o controle parental para as telas, revelando uma intersecção silenciosa entre a demanda por conveniência, a regulação do tempo familiar e a influência do mercado digital sobre as relações familiares.

4.2.2 A rede de apoio da família (e a influência no consumo de tecnologia pela criança)

"A minha mais nova, de um ano, é muito difícil com tecnologia. A madrinha dela olhava ela. Um dia ela disse que a Farias 3 só ficava atrás dela, pedindo colo e ela precisava fazer a faxina. Aí, ela disse que deu o celular para ela ficar quietinha. E ponto. Todo dia era isso. A Farias 3 ficava quieta o dia todo com o celular na mão" (Mãe Farias).

A rede de apoio familiar, composta por avós, tios, amigos próximos e outras pessoas da família, desempenha um papel crucial no manejo do consumo de tecnologias digitais pelas crianças na primeira infância. Essa categoria revela-se profundamente influenciada por contextos históricos e sociais que interpelam tanto os discursos produzidos pelos pais quanto os não-ditos que emergem em suas falas. Compreendemos que o suporte familiar, muitas vezes, se torna a única alternativa para pais que não têm acesso a babás ou auxiliares, o que expõe tanto as vulnerabilidades quanto às adaptações das famílias em relação ao uso da tecnologia pelas crianças.

As crianças e adolescentes se encontram em especial vulnerabilidade ao desenvolvimento do uso problemático de mídias interativas, uma vez que são adeptos rápidos e entusiásticos da tecnologia, demonstrando maior facilidade em seu manuseio em comparação com os adultos que os supervisionam (Rich, Tsappis and Kavanaugh, 2019). Muitas vezes, as próprias crianças compreendem muito mais sobre possíveis acessos e consomem a tecnologia digital de maneira mais ágil do que os avós, tios e outros membros dessa rede de apoio. E muitas

empresas, conscientes dessa situação, exploram a vulnerabilidade do consumidor infantil (Barbosa & Veloso, 2017; Roedder (1981).

No contexto discursivo, percebemos que as famílias, embora dependam desse apoio, também enfrentam desafios ao tentar controlar o uso de tecnologias digitais pelas crianças, nesse contexto. Não só o consumo da tecnologia, mas outras possíveis exigências que gostariam de fazer sobre alimentação ou sono, mas não se sentem “no direito”, já que a rede de apoio não tem obrigação de ajudar com as crianças. A fala de uma mãe, que relata *"perder o poder como mãe"* (Mãe Gomes) quando os avós intervêm na educação da criança, reflete um discurso interpelado por ideologias que remetem a uma divisão de autoridade e responsabilidade dentro da estrutura familiar. Este exemplo também revela como a rede de apoio é tensionada pela tentativa de equilibrar as práticas tradicionais de criação com as demandas contemporâneas trazidas pela tecnologia.

Assim, sobre as crianças que têm avós que moram na sua casa ou quando a sua família mora na residência dos avós, geralmente, por questões de idade avançada, solidão dos avós após a perda do esposo(a) ou porque, dessa maneira, o custo familiar ficará menor, os pais acreditam que exista pouca influência dos avós no consumo da tecnologia pelas crianças. Porém, ao acessarem direta ou indiretamente o conteúdo das novelas e telejornais, pela TV, que é a preferência dos avós, as crianças realizam um consumo de conteúdo inadequado para a sua faixa etária. *"Moramos com a minha mãe, mas ela não é ligada à tecnologia. Ela gosta da TV... Ela que nos ajuda com as crianças, porque não temos auxiliar"* (Mãe Nunes). O Pai Ortiz também relata que seu pai mora com eles, mas não utiliza celular, preferindo assistir televisão. Assim, a tecnologia torna-se parte do cotidiano da criança, não como uma escolha consciente, mas como uma consequência da estrutura familiar e das demandas diárias, algo reforçado pelas dinâmicas de trabalho e a ausência de apoio profissional.

Além disso, notamos que o interdiscurso se mostra presente na relação entre a família e as crianças, especialmente na forma como as práticas de consumo digital se perpetuam entre as gerações. A fala de um pai que menciona que os avós já *"ajudam muito"* ao cuidar das crianças à noite, reforça a ideia de que as condições de produção do discurso familiar são moldadas por tradições e inovações tecnológicas: *"Têm os avós das crianças e eles ficam com elas para a gente trabalhar de noite. E lá não tem como a gente determinar se ficarão ou não na tecnologia. Já estão ajudando a gente"* (Pai Alves). Assim, destacamos que o controle parental sobre o consumo digital é mitigado pela necessidade de apoio e pela complexidade da vida cotidiana.

Compreendemos, então, que a ausência de auxiliares profissionais para o cuidado infantil coloca uma carga maior sobre familiares e amigos da rede de apoio, que acabam

utilizando a tecnologia como ferramenta de entretenimento para manter as crianças ocupadas enquanto realizam outras tarefas. O relato da *Mãe Farias* sobre a madrinha oferecer o celular à criança *Farias 3*, de apenas um ano de idade, para mantê-la quieta durante a faxina, exemplifica essa dinâmica. Aqui, a prática do consumo digital se apresenta como um reflexo da vulnerabilidade do próprio adulto, que, sobrecarregado por múltiplas responsabilidades, recorre à tecnologia como solução rápida e imediata. Assim, a adoção da tecnologia no cuidado infantil, especialmente em lares onde a rede de apoio não envolve profissionais, é uma prática que reflete a interpelação de discursos sociais (Pêcheux, 1997) sobre a maternidade, o trabalho e o uso de mídias digitais.

A linguagem dos pais, ao justificar o uso de tecnologias pelas crianças (*"para ficar quieta", "não tem jeito", "ela pede muito"*), traz à tona ideologias relacionadas à conveniência e à necessidade de adaptação a uma realidade na qual o tempo e o suporte são limitados. A TCR coloca a criança como um consumidor particularmente vulnerável (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012) devido à sua falta de maturidade para compreender as intenções persuasivas de produtos e anúncios digitais (Roedder, 1981). Esse cenário é evidente na fala da *Mãe Henriques* que mostra uma exposição prolongada às telas em situações em que a rede de apoio familiar não consegue oferecer atividades alternativas. *"Ela volta da escola e vai para a minha irmã. Aí fica no tablet. Almoça, aí fica no tablet até cochilar. No YouTube Kids"* (*Mãe Henriques*). Neste caso, a criança está exposta de forma contínua, sem a mediação adequada dos adultos. Nesse contexto, a TCR nos alerta para o perigo do marketing digital, em que as plataformas incentivam o consumo passivo de conteúdos que, muitas vezes, servem a interesses comerciais (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012).

Strasburger (2019) argumenta que o tempo excessivo de tela altera a dinâmica familiar e social. Uma situação que boa parte das famílias relata refere-se a quando as crianças se encontram com primos, geralmente mais velhos, mudando a rotina do consumo de tecnologia. *"É livre. E se deixar ficam o dia todo. Eu que tenho que tentar propor coisas para mudarem o foco. A minha sobrinha maiorzinha nem sai do quarto. Só fica no celular e só sai para comer"* (*Mãe Nunes*). Embora a mãe Nunes tenha relatado que busca intervenções para a mudança dessa situação quando há um excesso no consumo, percebemos que, na maioria das vezes, é neste momento que os pais se sentem "confortáveis" em deixar as crianças em companhia da tecnologia, já que há um "consenso" velado sobre ser apenas de vez em quando ou nos fins de semana quando os primos se encontram.

A distinção entre bem-estar hedônico (focado no prazer) e eudaimônico (focado na realização pessoal) é relevante aqui. Muitas famílias optam por fornecer acesso às TDICs como

uma forma de prazer imediato para as crianças, sem necessariamente ponderar os impactos no desenvolvimento a longo prazo. Acreditamos, porém, que o uso livre da tecnologia em ambientes sociais, mesmo que aos fins de semana, sem intervenção adulta, pode comprometer o desenvolvimento e a autorregulação das crianças, enfraquecendo o potencial para alcançar o bem-estar eudaimônico, que requer atividades mais significativas e menos impulsivas (Ryan & Deci, 2001).

É o que acredita a *Família Borges*, por exemplo, quando limita fortemente o uso de tecnologia pelos filhos: *"Somos só nós mesmos. Quando estão com primos, também não deixamos usar nosso celular"*. Destacamos que essa é a realidade apresentada por apenas uma das 14 famílias participantes da pesquisa, talvez pela condição já vivenciada (Filha Borges 1 viveu sérias crises de abstinência, explorando o próprio corpo de forma destrutiva, quando foi adotada pela família aos quatro anos de idade). Discutiremos essa situação na categoria subsequente.

Percebemos que as crianças, ao ficarem expostas à tecnologia quando em contato com a rede de apoio da família, sem nenhum controle (não que esse controle aconteça efetivamente no núcleo familiar), estão em uma situação de vulnerabilidade que se agrava pela ausência de uma rede de apoio especializada. O depoimento da *Mãe Esteves*, *"E é com a minha mãe que eu conto"*, e da *Mãe Costa*, *"Brincam de muita coisa antes, mas quando cansam, aí vão ver vídeos"*, exemplificam como o suporte familiar, sem preparo adequado, muitas vezes não consegue criar alternativas saudáveis ao consumo da tecnologia. Este uso da tecnologia como "último recurso" quando outras formas de entretenimento falham pode indicar uma relação de dependência que compromete a interação social e física, um tema discutido na TCR.

A *Mãe Gomes* destaca uma preocupação comum: *"Minha mãe só coloca para ver vídeos infantis... não vejo problema nisso, desde que sejam vídeos educativos"*. Aqui, a confiança nos vídeos ditos "educativos" ignora a vulnerabilidade ao marketing subliminar, um ponto crítico levantado por Barbosa e Veloso (2017). Mesmo vídeos "inofensivos" ou "educativos" podem incluir mensagens comerciais disfarçadas, explorando a falta de discernimento infantil para compreender a natureza persuasiva dos conteúdos.

Dessa forma, notamos que a rede de apoio familiar, ao mesmo tempo que representa um suporte necessário, acaba, muitas vezes, facilitando a exposição precoce e intensa das crianças à tecnologia digital. Ao analisarmos os discursos, encontramos silêncios e contradições que emergem no interdiscurso, evidenciando a complexidade das práticas e interpretações sobre o uso de tecnologias. É possível observar que a tecnologia acaba se tornando uma forma de "suporte" quando o apoio humano é insuficiente ou inconsistente. Pêcheux (1997) e Orlandi

(1996) discutem como o discurso é atravessado por ideologias e memórias. Esses depoimentos familiares estão permeados por uma estrutura discursiva que normaliza a tecnologia como "ajuda" essencial, sem necessariamente problematizar as consequências desse uso.

Compreendemos, ainda, que esse uso contínuo da tecnologia para regular o comportamento da criança destaca uma prática comum, mas não explicitamente problematizada pelas famílias, que é o uso da tecnologia como substituto da interação ou da supervisão mais ativa, reforçando a vulnerabilidade infantil ao consumo tecnológico desmedido. Nesse sentido, há um não-dito importante: o apoio familiar não questiona o impacto a longo prazo desse uso da tecnologia, apenas resolve uma necessidade imediata.

Assim, a rede de apoio, ao mesmo tempo em que tenta apoiar as crianças, ela frequentemente contribui para um consumo tecnológico excessivo, reforçando vulnerabilidades. Os depoimentos mostram como a rede de apoio das famílias muitas vezes facilita o uso da tecnologia como ferramenta para "acalmar" ou "entretê-las". O discurso ideológico de que a tecnologia "ajuda" a resolver os problemas diários mascara os desafios mais profundos, como a falta de preparação e reflexão crítica sobre o impacto dessas práticas na formação e bem-estar da criança. O interdiscurso entre a necessidade de apoio e o uso da tecnologia reflete, portanto, tensões não resolvidas entre a preservação do bem-estar infantil e a resolução de problemas imediatos do cotidiano.

O interdiscurso, conforme destacado por Pêcheux (1997) e Orlandi (1996), se articula com conceitos de vulnerabilidade infantil no consumo de tecnologias digitais, conforme analisado por Barbosa e Veloso (2017). Ao explorar a fragilidade do controle parental e a dependência da rede de apoio familiar, percebemos que a criança se torna vulnerável, não apenas pela exposição ao conteúdo digital, mas pelas condições estruturais que levam os adultos a recorrerem à tecnologia. Assim, as famílias estão interpeladas por discursos que normalizam o uso da tecnologia como substituto de interações humanas, um fenômeno que reflete tanto a vulnerabilidade social quanto a falta de políticas públicas eficazes para o apoio à parentalidade.

Ainda na perspectiva da rede de apoio, há uma diferente forma de apoio dentro do próprio núcleo familiar, como acontece com o caso dos avós que residem na casa das crianças ou das crianças que moram com os seus pais nas casas dos avós. Estamos nos referindo à influência dos companheiros e namorados das participantes da pesquisa no consumo de (TICDs), que também refletem a complexidade das dinâmicas familiares contemporâneas.

Nos depoimentos colhidos durante a pesquisa, percebemos que os companheiros e namorados têm um papel relevante no cuidado das crianças, especialmente em situações em que as mães precisam de suporte. A *Mãe Henriques*, por exemplo, relata que seu namorado

ajuda bastante e que a filha, *Henriques 1*, frequentemente pede o celular para ele. "*O meu namorado ajuda muito e a minha filha (Henriques 1) pede muito o celular para ele, que fica por perto*" (*Mãe Henriques*). Embora ele fique por perto, o fato de ceder ao pedido da criança reflete uma possível dificuldade em impor limites claros ao uso da tecnologia. Pelo que compreendemos, essa dificuldade pode estar relacionada ao fato de que, como parceiro da mãe e não como pai biológico, ele talvez não se sinta totalmente à vontade para estabelecer regras mais rígidas em relação ao consumo das TICDs.

Da mesma forma, a *Mãe Melo* descreve uma situação em que conta unicamente com o companheiro para cuidar das seis crianças enquanto ela trabalha: "*Não tenho com quem contar. Só com ele (companheiro) que olha as seis crianças para 'mim' trabalhar*" (*Mãe Melo*). Acreditamos que o relato sugere que ele desempenha um papel essencial no cuidado infantil, mas a questão do controle sobre o uso de tecnologia não é diretamente mencionada. No entanto, em um contexto em que muitas vezes a tecnologia é utilizada como ferramenta para entreter as crianças e facilitar o cuidado, compreendemos que o companheiro da *Mãe Melo* também pode recorrer às TICDs como uma solução prática para lidar com as exigências de supervisionar tantas crianças. Até mesmo porque a própria *Mãe Melo* nos disse: "*prefiro deixar esses meninos no celular do que no beco*". Aqui, vale um alerta importante do psicólogo social Haidt (2024) quando destaca que os pais, muito receosos em relação aos "perigos" do cotidiano, apelam para a tecnologia como forma de proteger os filhos. Porém, acabam propiciando outros perigos muito maiores ao permitir o acesso aos conteúdos inadequados.

Neste caso, por não serem os pais biológicos, percebemos, por meio dos discursos, que esses homens podem se sentir desconfortáveis em impor limites ou em adotar uma postura mais autoritária, o que resulta em uma permissividade maior no consumo das TICDs pelas crianças. Isso reflete a vulnerabilidade apontada por Barbosa e Veloso (2017), em que o ambiente digital e a exploração das crianças pelo marketing estão intimamente conectados ao contexto familiar, no qual as relações de poder e autoridade nem sempre são claras ou bem definidas. No entanto, quando quem cuida não estabelece limites claros para o consumo de tecnologia, as externalidades negativas do marketing digital e do ambiente virtual são potencialmente amplificadas (Goldberg & Sirgy, 2012).

Considerando as crianças observadas na pesquisa, verificamos que o apoio dos companheiros e namorados é fundamental para a manutenção da estrutura familiar, mas a falta de clareza no papel desses cuidadores em relação ao uso das TICDs compromete a eficácia de qualquer tentativa de limitar o consumo de tecnologia. A *Mãe Henriques*, por exemplo, tenta

controlar o uso do celular, mas, ao ver a filha pedir o aparelho para o namorado, é possível que haja uma flexibilização das regras.

À luz de todo o exposto, salientamos que a interseção das teorias da TCR com os relatos das famílias no campo revela um quadro de vulnerabilidade acentuada pelo uso das TDICs. Como discorreremos ao longo dessa categoria, as crianças, por estarem em fase de desenvolvimento, são particularmente suscetíveis às estratégias de marketing digital e ao consumo excessivo, o que afeta seu bem-estar de múltiplas formas. A falta de controle adequado, as redes de apoio complexas, a confiança excessiva em vídeos "educativos" e o uso da tecnologia como solução prática, a curto prazo, para desafios familiares são exemplos claros de como essas vulnerabilidades são exploradas e reforçadas, impactando diretamente o desenvolvimento infantil e as dinâmicas familiares.

4.2.3 Quando o consumo da tecnologia permeia para o bem e para o mal: protagonista ou antagonista?

"Depois que começou a usar celular e tablet teve mais conhecimento, muita coisa, mas ficou mais agitada. Desenho tem muita maldade. Aí é trabalhoso para explicar. Às vezes pergunta algo: 'a gatinha vai ter bebê igual eu na sua barriga, né? Os próprios desenhos já trazem isso. Já falam, né?'" (Mãe Henriques).

"Tecnologia para a idade dele (Filho Jones 2) é horrível. Se pegar brinquedo aqui fica meia hora no brinquedo, mas na TV fica muito. Tomei celular porque ficava horas. Os dois (Filhos Jones 1 e 2) ficam muito nervosos" (Mãe Jones).

Quando o consumo da tecnologia por crianças da primeira infância, no ambiente familiar, permeia para o bem e para o mal? Para avançarmos nas discussões dessa categoria, recorreremos às reflexões sobre o bem e o mal de filósofos como Kant, Hume e Nietzsche, revelando a pluralidade de perspectivas sobre essas noções fundamentais da moralidade. Os referidos filósofos, bem como outros ao longo dos séculos, propõem visões sobre o bem e o mal que variam desde uma abordagem moral universal até interpretações culturais e teológicas. Essas concepções foram consideradas nas nossas reflexões, além dos conceitos de bem e mal numa perspectiva da TCR. Resgatamos, ainda, os estudos acerca do consumo das TDICs no ambiente familiar e os impactos positivos e negativos apresentados pelos autores estudados. Todos os elementos foram analisados à luz dos principais conceitos da Análise de Discurso (AD), numa perspectiva francesa.

A partir de uma perspectiva filosófica, a relação entre bem e mal, quando relacionada ao consumo tecnológico no ambiente familiar, pode ser percebida sob a lente de Kant (1704-1804), que diz que o bem está dentro do cumprimento do dever moral. Para o filósofo alemão, uma ação em si não pode ser considerada boa ou má. É a intenção por trás disso a que importa. O mal, por outro lado, se manifesta quando uma pessoa toma uma decisão impulsionada pela busca apenas de seus próprios interesses, de forma egoísta, ao invés de uma boa vontade. Assim, o mal é o resultado de falhar em ter atitudes de acordo com o dever moral.

Podemos dizer que os pais, como agentes morais, encontram-se em um dilema entre promover o "bem" por meio do uso controlado e educativo das tecnologias, ao mesmo tempo que reconhecem que promovem o "mal" quando permitem o consumo excessivo e de conteúdo inadequado via tecnologia, quando desconhecem as possíveis formas de controle desse consumo e quando condicionam a rotina da criança à tecnologia, privando-a do seu desenvolvimento natural e de interações sociais significativas. Acreditamos que muitos pais percebem que a tecnologia tende para o mal quando ela se torna imperativa no ambiente familiar e eles sentem que falham quanto ao dever moral de cuidar do bem-estar cognitivo, emocional e social das crianças.

Ainda neste contexto, recorremos às reflexões de Nietzsche (1844-1900), também filósofo alemão, que questiona a moralidade tradicional e critica a dicotomia existente. Segundo ele, as noções de bem e mal foram construídas por sistemas de valores, especialmente pelo Cristianismo, como forma de reprimir a criatividade e o poder das pessoas. Assim, o mal não existe como uma força absoluta, mas é uma construção cultural. Segundo ele, portanto, deveríamos nos libertar das imposições existentes e viver de forma autêntica, segundo as nossas próprias escolhas.

Sob a perspectiva da AD, encontramos conexão na ideia de que o discurso reflete e reproduz as ideologias chamadas dominantes, formatando as percepções sobre o que deve ser considerado como bom ou como ruim, no consumo da tecnologia. Podemos dizer, ainda, que as normas sobre o bem e o mal neste consumo das TDICs são frutos de interdiscursos, ou seja, construções discursivas anteriores e outros dizeres que se perpetuam ao longo do tempo, interpelados por ideologias. O que percebemos no campo é que são exatamente essas construções culturais que balizam o que é o "consumo do bem" e o "consumo do mal", quando analisamos discursos dos pais e nos comportamentos das famílias sobre o consumo de tecnologia digital por crianças da primeira infância no ambiente familiar.

Ainda poderíamos recorrer às concepções sobre o bem e o mal apresentadas por Hume (1711-1776), mas acreditamos que estão mais correlacionadas à próxima categoria, em que

discorreremos sobre os sentimentos advindos do consumo da tecnologia digital – e do controle ou falta dele –, por crianças tão pequenas. De toda maneira, vale lembrar que, segundo o filósofo, o conceito de bem e mal é baseado em nossos sentimentos, ou seja, nas nossas reações emocionais, e não em princípios racionais absolutos. O que ele nos diz, de maneira simplificada, é que o bem é algo que nos traz um sentimento de prazer ou aprovação, enquanto o mal é o que nos causa dor ou reprovação. E o que percebemos junto aos participantes da pesquisa é que estes últimos sentimentos estão constantemente presentes em seus discursos e comportamentos.

Porém, a defesa de que as tecnologias digitais permeiam para o bem, quando o assunto é o desenvolvimento das crianças, é um discurso que se perpetua entre alguns pesquisadores, como apresentamos anteriormente, principalmente entre os que acreditam que os "nativos digitais" possuem habilidades naturais para transitar em ambientes digitais e em suas diversas possibilidades. Obeidat and Young (2017), por exemplo, destacam que a vida dos nativos digitais gira em torno do uso contínuo e integrado das tecnologias. Neste sentido, compreendemos que os defensores desse consumo percebem a tecnologia como aliada ao desenvolvimento infantil. Filho et al. (2021) apresentam que os nativos digitais tendem a apreciar a conexão constante online e têm uma habilidade natural para operar em múltiplas tarefas ao mesmo tempo, de forma semelhante ao que fazem presencialmente.

No campo, identificamos que são poucas as famílias que percebem o “consumo do bem”. De toda maneira, também percebemos que o "não dito" é manifestado nas preocupações que ficam silenciadas, como a dificuldade de gerenciar o tempo e o conteúdo que a criança acessa, o impacto da redução do tempo de convivência familiar com o aumento do isolamento das crianças quando estão frente às telas e os danos à saúde, de maneira geral, decorrentes do consumo excessivo. Como Pêcheux (1997) e Orlandi (1996) nos alertam, esses discursos são impregnados de ideologias que promovem uma visão rudimentar e, muitas vezes, desconsideram as consequências de médio e longo prazos do uso desmedido da tecnologia.

Na *Família Gomes*, por exemplo, os pais destacam o uso da tecnologia com finalidade educativa, principalmente porque o acesso prioritário é na TV e a mãe pode acompanhar o que está sendo consumindo. A Mãe Gomes diz que “a TV fica ligada o dia todo mesmo”, porque precisa desse suporte para fazer as tarefas da casa. *"Hoje, como a tecnologia é consumida aqui em casa, vejo tudo o que estão vendo, por isso, mantenho na TV. Até o presente momento é benéfico. Aí, quando crescer terão autonomia e poderão até ficar vulneráveis"*. Sobre o tipo de conteúdo, *"por exemplo, tem a Baby TV, que ensina cores, números e letras. Ajudou muito. Há uma influência positiva neste sentido. Você vai ver como ela (Gomes 2) fala"*, diz a Mãe Gomes ao enaltecer os benefícios desse consumo da tecnologia.

Percebemos que a *Mãe Gomes*, ao destacar a função educativa da TV, reproduz um discurso amplamente legitimado por parte da nossa sociedade atual, que percebe a tecnologia como fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Esse discurso é endossado pela mãe quando ela enfatiza que acompanha tudo o que as crianças consomem quando é pela TV e que elas aprendem várias competências como cores, números e letras. Mas percebemos, em paralelo, que ela manifesta potencial preocupação com o futuro, já que percebe que as crianças poderão se tornar vulneráveis quando tiverem autonomia nesse consumo. Neste sentido, encontramos o interdiscurso que relaciona a tecnologia a riscos e perigos latentes, principalmente quando não estão sob o controle dos pais. Há uma tensão, portanto, entre benefício e malefício, entre “o consumo do bem” e “o consumo do mal”.

Outro exemplo sobre o bem que a tecnologia faz, na percepção de algumas famílias, é o da *Mãe Dias*, que ressalta como sua filha aprende inglês e desenvolve raciocínio lógico por meio do acesso ao digital. Ainda segundo a mãe, a tecnologia tem potencial educativo, mas apenas quando há vigilância e direcionamento adequado. “*Tem muita coisa boa na tecnologia. Ela aprende muito. Inglês, raciocínio lógico, tem coisas bem divertidas e interessantes. Temos é que ficar de olho e deixar acessar só coisas de criança*” (*Mãe Dias*). Porém, compreendemos que essa visão está condicionada a uma constante necessidade de supervisão dos pais, reverberando um interdiscurso de controle que apresenta a tecnologia como potencialmente perigosa, se não for controlada. Dessa forma, o relato da *Mãe Dias* também mostra as tensões discursivas entre os benefícios atribuídos à tecnologia e o receio que os pais sentem ao permitir o consumo, sugerindo que o “consumo do bem” só ocorre quando mediado pela constante vigilância.

Esse equilíbrio entre o uso da tecnologia digital para aprendizado das crianças e o cuidado com o consumo também é percebido no relato da *Mãe Lima*, que permite que os filhos usem o celular para manter contato com familiares, mas tem a necessidade de atenuar o uso para evitar comportamentos excessivos. E mesmo trazendo esse aspecto positivo, sente que falha nesse controle: “*Tem dias que ela (Filha Lima 1) só fica no celular, o dia todo*” (*Mãe Lima*). Alguns estudiosos destacam, inclusive, que as mídias ocupam quase totalmente o tempo ocioso das crianças (Belloni, 2010) e que elas já possuem habilidades naturais para lidar com a tecnologia, uma vez que nasceram nessa era (Prensky, 2010).

À luz das discussões sobre “sujeito” na AD (Orlandi, 1996), quando a *Mãe Lima* afirma que “tem dias que ela só fica no celular”, notamos um evidente conflito interno, revelando como ela, enquanto sujeito, é interpelado por discursos contraditórios: de um lado, enaltece a tecnologia como facilitadora de conexões; de outro, sinaliza os riscos de um uso excessivo e

não supervisionado. Esse sujeito é, portanto, dividido entre aderir ao contemporâneo “mundo digital” e a necessidade clara de evitar excessos no consumo para proteger as crianças.

Há, ainda, os casos em que as famílias percebem que o consumo permeia para o bem, mas numa perspectiva muito fragmentada, pois o consumo está diretamente imbricado na rotina e no dia a dia da criança, em situações que não deveria estar: alimentação, sono e banheiro. A *Mãe Inácio*, por exemplo, diz que o consumo, muitas vezes, depende da necessidade dos adultos, pois ela própria oferece o tablet à criança para que ela possa ver a TV com o esposo, quando ele chega do trabalho, e para a criança comer, seja em casa ou em restaurantes, para que fique comportada. *“Na hora que o pai chega e queremos ver o jornal ele (Filho Inácio) pede o tablet. E pede o tablet para comer. Ele também assiste TV para almoçar e jantar (Mãe Inácio)”*. E, em outro momento, completa: *“Tem dois bares, no Barreiro, que gostamos de ir para almoço ou jantar. Aí, a gente dá ou ele pede quando quer ir embora, porque lá não é para criança. Aí damos o tablet e o celular, quando a bateria do tablet acaba” (Mãe Inácio)*. Como alertam Rich, Tsappis & Kavanaugh (2019), são os próprios pais que oferecem a tecnologia digital para que consigam permanecer em lugares que as crianças precisem ficar quietas como em igrejas, à mesa de restaurantes ou em outros locais similares.

Neste momento, os pais da *Família Inácio* apresentam o “lado bom” do consumo da tecnologia pela criança, já que conseguem o que precisam, mesmo que em uma perspectiva de curto prazo. Percebemos, aqui, a relação entre bem e mal apresentada por Kant (1704-1804), numa concepção do não cumprimento do dever moral. E, numa perspectiva da TCR, quando o consumo da tecnologia acontece em momentos da alimentação e convivência da família, como estratégia para facilitar a rotina e controlar o comportamento da criança, ele não está ligado a nenhum benefício educacional. Ao contrário, esse uso fragmentado e situacional da tecnologia pode condicionar a criança a uma dependência da tecnologia em momentos que ela nem precisaria como durante a alimentação, sono, relações sociais. Com esse pensamento a curto prazo, as famílias desconsideram que esse uso desregulado pode afetar negativamente a criança, principalmente a médio e longo prazos.

Em uma das situações vivenciadas no campo, a mãe entregou a água para a criança, enquanto ela jogava no tablet, na sua cama (FIGURA 18). Assim, o consumo da tecnologia e da água aconteceu simultaneamente, sem que a criança, ao menos, observasse como estava acontecendo este último.

Figura 18: Consumo de tecnologia e alimentação, simultaneamente



Fonte: registro da Pesquisa de Campo

As famílias relataram que, quando o consumo das TDICs ocorre no período noturno e, ainda, quando permanecem mais tempo com a tecnologia, há interferência no padrão de sono das crianças. Dificuldades para adormecer, interrupções e agitação no sono foram relatadas. Não foram evidenciados casos de sedentarismo e obesidade pelo seu uso, mas desconfortos por erro de postura, ardência nos olhos e incômodos na cabeça foram contemplados. Sobre a irritabilidade e reações de resistência e choro, a maior parte das famílias faz esse relato.

Considerando os preceitos da TCR, observamos, neste contexto, que o consumo das TDICs impacta negativamente as crianças, principalmente quando relacionado ao sono e comportamento emocional. O extenso uso de tecnologia à noite afeta a rotina de sono das crianças e gera dificuldades para adormecer e agitação noturna, podendo comprometer o desenvolvimento saudável das crianças. Destacamos que, nos discursos apresentados, nenhuma família discorreu sobre problemas de saúde mental oriundos do consumo, mas muitos pais disseram que as crianças ficam ansiosas pelos desafios apresentados nos jogos ou quando o consumo às TDICs é negado.

Ainda sobre os aspectos da alimentação e os espaços de consumo, a Mãe Inácio destaca que em restaurantes e eventos voltados para o público infantil, o filho não pede pela tecnologia (*“No Mc Donald’s tem brinquedo. Nas festas tem também. Quer dizer, se tiver, nem olha para o lado. Só brinca. Nem pede tecnologia”*). Assim, da mesma forma que os pais dizem (o pai concorda com as colocações feitas) que é benéfico o consumo nas situações supracitadas, talvez

preferiram as situações em que a criança “nem pede pela tecnologia”, apresentando uma inquietação, implícita, sobre o que realmente acreditam e o que realmente acreditam que precisam.

A *Família Gomes* também percebe os benefícios da tecnologia para que os afazeres do dia a dia possam ser executados, com crianças tão pequenas, mas tem consciência de como o consumo permeia toda a rotina familiar. *"Acordou? Pede mamadeira e desenho. O controle está fora de acesso, então precisam pedir. Ela (Gomes 2) só toma a mamadeira de manhã assistindo Marsha e o Urso. Só gosta dela. Ele (Gomes 1) já escolhe a programação e pede para eu colocar no YouTube, na TV. Ele me mostra os desenhos, e programas de Youtubers, daqui (Brasil) e de fora"* (Mãe Gomes). Ao enfatizar, em seu discurso, o advérbio “só”, compreendemos que a família já internalizou o consumo da tecnologia como condição para que a criança se alimente. Há, notoriamente, uma dependência do dispositivo tecnológico nas necessidades básicas da criança. Segundo as concepções da AD, o que não é explicitado, mas está implícito no discurso, é normalizar essa dependência, em que o consumo da tecnologia digital, está imbricado quase que de maneira invisível nas dinâmicas familiares, tornando-se essencial e, ao mesmo tempo, incontestado.

O discurso da *Família Ortiz* também contribui para a validação desse achado do campo. *"Infelizmente, ela (Filha Ortiz 2) só vai ao banheiro, para fazer o número 2 com o celular. Uma vez tentamos resistir e não deixamos, e ela ficou quase uma semana sem conseguir fazer. Ela só faz se estiver assistindo coisas no celular"* (Mãe Ortiz). Em seguida, o Pai Ortiz fala: *"mas quem ensinou isso para ela? Você (Mãe Ortiz) só vai ao banheiro com celular e não consegue fazer se estiver sem"*. A Mãe Ortiz sorri “sem graça” e concorda. Tanto na *Família Ortiz* como em outras famílias participantes da pesquisa, percebemos que o consumo da tecnologia pela criança está diretamente relacionado não apenas ao que os pais permitem ou não, mas às influências comportamentais que eles exercem nas crianças.

Algumas crianças, de cinco e seis anos, por exemplo, verbalizaram sobre essa situação, em que os pais dizem que elas não podem usar o celular ou ver TV a todo momento, mas que eles “vivem fazendo isso”. *"Ela só fica no celular. Não dá atenção para a gente. Deitasse com nós dois. Brincasse com nós dois. Mas não. Lava roupa, faz comida, toma banho e dorme. E fica no celular. Só."*, enfatiza o Filho Jones 1, demonstrando revolta e tristeza, ao mesmo tempo. Como apontam Rich, Tsappis & Kavanaugh (2019), muitas vezes, os pais ou responsáveis permanecem conectados 24 horas por dia, durante toda a semana, levando seus aparatos tecnológicos para almoçar, dormir, entre outros. Diante dessa realidade, os filhos

tendem a não aceitar a tentativa de controle dos pais, uma vez que não são exemplos de consumo adequado da tecnologia digital.

Consideramos que o discurso de que a tecnologia traz benefícios, disseminado por estudiosos como Prensky (2010) e Tapscott (2010), sugere que ela proporciona o desenvolvimento de habilidades cognitivas e o aprimoramento da socialização virtual. Porém, ao examinarmos esse discurso sob a ótica da AD, percebemos que ele também serve para mascarar as questões mais profundas relacionadas ao consumo infantil. Como vimos, em muitas situações, as tecnologias podem ser vistas como ferramentas educativas para crianças tão pequenas, mas raramente questionamos se o custo real desse uso, como a exposição excessiva a conteúdos diversos, inclusive publicitários, e a substituição de relações humanas reais por conexões virtuais.

Essa situação é denominada, por Postman (1999, 2005), como pacto faustiano, pois ao mesmo tempo em que a tecnologia digital oferece, ela também retira. Dessa maneira, para cada benefício que a tecnologia proporciona, existe uma desvantagem correspondente. E, muitas vezes, a desvantagem (o mal) pode superar em importância o benefício (o bem). Percebemos exatamente essa realidade nos discursos, os ditos e os não ditos, bem como os comportamentos no campo de pesquisa. Constatamos que todas as famílias participantes acreditam que o consumo da tecnologia no ambiente familiar, por crianças pequenas, permeia mais para o mal do que para o bem. Mick and Fournier (1998) refletem sobre esse paradoxo da tecnologia, que as famílias nos apresentam, e suas influências nas relações emocionais e possíveis mudanças de comportamento para enfrentá-las.

Mesmo as *Famílias Gomes e Dias*, que destacam o lado benéfico desse consumo, também apresentam o outro lado: *“A parte ruim é porque ela (Filha Dias) quer trocar as coisas que gosta pelo tablet. E já pede quando acorda. E pede toda hora. E não quer largar”* (Mãe Dias). *“Mas tem o lado negativo também. Marsha e o Urso, por exemplo, ficam replicando o comportamento aqui em casa. Ela faz umas coisas estranhas também e quebra tudo”* (Mãe Gomes). Pelas premissas da TCR, compreendemos que o consumo tecnológico por crianças tão pequenas, sendo permitido pelos pais, não é apenas uma questão de conseguir benefícios, mas de lidar com as consequências intencionais e não intencionais desse consumo.

Em momento de observação do dito e do não dito, por exemplo, na *Família Inácio*, identificamos que pai e mãe discordam sobre o consumo da tecnologia permear para o bem ou para o mal. O *Pai Inácio* estava, em determinado momento, mais favorável a esse consumo do que a mãe, que é a responsável por acompanhar o filho na maior parte do tempo, pois o pai trabalha fora do lar. *“O jogo Roblox não serve bosta nenhuma. Uma bobagem”* (Mãe Inácio).

"Mas ele está aqui entendendo tudo. Até quando falamos ele entende. Tem vários jogos dentro de um jogo. Não é só na TV e no tablet. Na escola também aprende sobre os jogos, mesmo que seja com as outras crianças. E na escola também tem o tablet. E tem dia que pega o meu notebook e desenha no Paintbrush" (Pai Inácio).

No discurso do *Pai Inácio*, e nos discursos e observações que realizamos no lar das *Famílias Gomes e Ortiz*, percebemos a figura do pai entusiasmada pelo desenvolvimento tecnológico da criança. Em um momento do campo, o *Pai Gomes* chama a criança para que ela nos mostre *"o influenciador que tem uma mesa de DJ, toda tecnológica"* (*Pai Gomes*). A criança (*Filho Gomes 1*) nos diz *"vou comprar a mesa do DJ"* e nos convida para ir à sala de TV para assistir com ele. *"Ele fica hipnotizado"*, disse o *Pai Gomes*, demonstrando alegria e orgulho. Mas, logo após, concorda com a mãe ao dizer que *"o problema é esse: eu preciso disso. Não é eu quero isso. Eu preciso disso. É assim que as crianças falam"*. Há um conflito real, neste sentido. Já o *Pai Ortiz*, nos pergunta, entusiasmado: *"já viu algo assim, desse jeito? Ela é muito esperta, sabe tudo disso aí e tem um pensamento rápido demais"*. Lembramos que a presença da figura masculina, durante a imersão do campo, aconteceu em apenas cinco famílias (*Alves, Inácio, Gomes, Melo e Ortiz*), mas os pais *Alves e Melo* não percebem o lado positivo da tecnologia.

Sobre a perspectiva da segurança da criança, vimos famílias que dizem que é melhor o consumo da tecnologia, do que expor as crianças a determinadas situações. O *Pai Inácio*, ao discorrer sobre os benefícios da tecnologia, diz: *"igual tem o Joãozinho (nome fictício), que o pai é drogado e a mãe desestruturada. Às vezes a tecnologia ajuda"*. E, ainda, a *Mãe Melo* ao enfatizar: *"prefiro deixar os meus filhos no celular do que por aí no beco"*, acreditando que o consumo da tecnologia pelo celular da mãe ou companheiro, mesmo sem acompanhamento, é mais seguro - emocionalmente e fisicamente -, do que estar fora de casa. Podemos dizer que o discurso das famílias evidencia o consumo de tecnologia visto como forma de proteção, em oposição à exposição a ambientes inseguros.

Assim, como pesquisadores transformativos, precisamos considerar o contexto em que as famílias estão inseridas, buscando entender, neste caso, o papel do consumo da tecnologia em contextos sociais vulneráveis (Mick et al., 2012). Percebemos que, em alguns lares pesquisados, o consumo das TDICs é colocado como alternativa segura para as crianças, pois elas poderiam estar expostas a *"problemas reais"* como ambientes externos violentos e drogas. Talvez as famílias até compreendam os riscos do consumo da tecnologia sem acompanhamento, mas acredita que seja *"um mal menor"* ou, ao menos, não tão tangível. Os riscos do contexto em que vivem são muito mais complexos, na percepção dessas famílias, do que um *"possível"*

risco no ambiente virtual. Ao pensarmos na TCR, a sua ênfase está no estudo dos consumidores em situação de vulnerabilidade, contemplando pessoas afetadas pelo consumismo, inclusive por meio da internet, alcoolismo, dependência de drogas e outros tipos de vícios. Essa categoria engloba frequentemente idosos, crianças, indivíduos com dependência, iletrados, aqueles que enfrentam condições de extrema pobreza e outros grupos similares (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012). Então, segundo os autores, o consumo desprotegido das TDICs pode ser tão maléfico como outros como álcool e drogas.

Numa perspectiva da AD (Orlandi, 1999), tanto o Pai Inácio quanto a Mãe Melo utilizam formações discursivas para apresentar o consumo da tecnologia como forma de proteção, naturalizando esse dizer. Ao mesmo tempo, reproduzem, no não dito, a falta de ambiente externo seguro e, talvez, da falta de rede de apoio disponível. Neste sentido, verificamos que os pais, imersos em discursos com inúmeras narrativas sobre as vantagens e os benefícios da tecnologia para facilitar a vida e/ou para o desenvolvimento da criança, podem reproduzir esses discursos sem uma reflexão crítica aprofundada. Pêcheux (1997) nos recorda que os indivíduos são interpelados pela ideologia de maneira inconsciente, e a conexão a esses discursos reflete uma crença no comportamento aceitável na era digital e em seu progresso como solução para muitas questões, mesmo quando há desconforto evidente.

Constatamos, portanto, que a tecnologia digital não é secundária ou periférica nas famílias participantes da pesquisa, ao contrário, ela possui um grande protagonismo. O consumo da tecnologia permeia toda a rotina familiar e as decisões dos próprios pais estão sendo balizadas por esse consumo pelas crianças da primeira infância. Essa transformação nas rotinas familiares, portanto, é um tema presente nos discursos dos pais participantes da pesquisa. A decisão de "levar a criança para a praça, mais para afastá-la das telas do que pelo lazer em si" reflete uma reconfiguração das práticas cotidianas, conforme apresentado pela *Família Farias*: *"telefone é inimigo e a gente não sabe. Eu saio com eles nem que seja para a praça. Eu vou com eles para o parque do Betânia, levo roupa de cama. Quando a gente trabalha, não tem essa disposição. Agora, saio todo fim de semana. Sábado fomos para o zoológico e levo bolsa com lanche. Tem uns 15 dias que fomos para o parque municipal. Aí, nada de celular"*. Assim, as famílias, quando possuem recursos financeiros e temporais, buscam alternativas para que as crianças se distanciem da tecnologia digital.

Notamos, ainda, que os dizeres dos participantes da nossa pesquisa se entrelaçam com outros discursos, de origem diversas, quando vivenciam a dualidade do bem e do mal que o consumo da tecnologia pode trazer. O interdiscurso (Orlandi, 1996) está presente nas falas dos pais, por exemplo, quando dizem *"a tendência é só piorar. Aqui eu falo que o que eu puder eu*

vou evitar. Mas não vou tirar. Vão no YouTube, são ágeis e não quero atrasá-los. Precisam? Tem que entrar no Google, fazer pesquisa” (Mãe Farias), “Tem a parte que é ruim controlar. Mas aprende muita coisa. Numeral em inglês, conta até 100 e as cores” (Pai Inácio) e, ainda, “É difícil essa geração não ter contato” (Mãe Inácio).

O interdiscurso presente, neste contexto, traz uma contradição entre a consciência dos malefícios da grande exposição aos artefatos da tecnologia digital e a pressão da própria sociedade para que as pessoas, incluindo as crianças, se mantenham "conectadas" e atualizadas. Há, portanto, uma constante angústia entre o dever de proteger e a aceitação do consumo da tecnologia como um “mal necessário”. A TCR tem como missão, exatamente, investigar consumos que impactam no bem-estar e deixam grupos vulneráveis ainda mais expostos e desprotegidos. Precisamos, assim, pensar o problema de pesquisa à luz de diversas perspectivas para compreensão dos fatores que influenciam a vulnerabilidade do consumidor (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021).

Assim, com os achados no campo, é importante destacarmos os estudos sobre os malefícios do consumo excessivo das tecnologias digitais no ambiente familiar, principalmente das crianças em fase inicial do seu desenvolvimento. Autores como Postman (1999), Strasburger (2019) e Rich et al. (2019) destacam a vulnerabilidade das crianças a esse consumo, enfatizando os riscos da exposição excessiva às telas e aos conteúdos violentos que elas oferecem para a saúde mental e física das crianças. Esse discurso, frequentemente sustentado por práticas ideológicas (Indursky, 1997), questionam os excessos do consumo tecnológico, se articula com o conceito de "bem" e "mal" no campo filosófico e social, como apresentamos no início dessa seção ao conversarmos com Kant e Nietzsche.

Discursos como os da *Mãe Henriques* e *Mãe Jones* mostram as preocupações com os impactos cognitivos e emocionais da tecnologia. A preocupação, da *Mãe Henriques*, é com o impacto do conteúdo visto na TV, pois a filha questiona a realidade de maneira complexa e confusa. *“Depois que começou a usar celular e tablet teve mais conhecimento, muita coisa, mas ficou mais agitada. Desenho tem muita maldade. Aí é trabalhoso para explicar. Às vezes pergunta algo: ‘a gatinha vai ter bebê igual eu na sua barriga, né? Os próprios desenhos já trazem isso. Já falam, né?’” (Mãe Henriques).* A *Mãe Jones* também apresenta o seu incômodo sobre o consumo da tecnologia digital por crianças tão pequenas e a dificuldade de estabelecer rotina para as crianças. *“Tecnologia para a idade dele (Jones 2) é horrível. Se pegar brinquedo aqui fica meia hora no brinquedo, mas na TV fica muito. Tomei celular porque ficava horas. Os dois ficam muito nervosos” (Mãe Jones).*

Percebemos que as duas mães, em seus discursos, sugerem que certos conteúdos são difíceis de serem interpretados e processados pelas crianças. Esse ponto é relevante, pois o consumo dos conteúdos, sem mediação correta dos pais, pode resultar em distorções cognitivas, fazendo com que as crianças reproduzam comportamentos ou até mesmo discursos que não são apropriados à sua idade. Ao recorrermos aos estudos sobre o consumo de TDICs, apontada por Postman (1999) e Strasburger (2019), por exemplo, compreendemos que a exposição prolongada às telas e o consumo de conteúdos inadequados não só compromete o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, mas afeta diretamente a dinâmica familiar.

Dentre as famílias pesquisadas, a *Família Melo* se destaca por ser totalmente contra o consumo das TDICs pelas crianças da primeira infância. “Para mim, não há nada de benéfico na tecnologia. No máximo, quando assistimos filmes em família, mas só nos fins de semana. Crianças dessa idade não precisam de tecnologia (*Mãe Borges*)”. Diante da realidade vivida no próprio ambiente familiar, em que a filha, na época com apenas quatro anos, se debatia e explorava o seu corpo pela abstinência a esse consumo, fez com que a família tomasse atitudes radicais em relação ao acesso da criança. Nas observações que fizemos no campo há, inclusive, um desconforto ao dizer sobre a tecnologia naquele lar, tanto da *Mãe Borges*, quanto da *Filha Borges 1*, hoje com seis anos de idade.

Parte das famílias comentou sobre a dificuldade de, em algumas situações, retirar as crianças do consumo das telas digitais para o cumprimento da rotina, incluindo hábitos de higiene e alimentação, mesmo sabendo do mal que pode trazer. “Quando preciso que saiam da TV eu coloco algo bem desinteressante, que sei que não vai prender, e chamo para outra coisa” (*Mãe Gomes*). Ao refletirmos sobre os não ditos, neste discurso, verificamos a dependência que se estabeleceu entre a criança e o consumo das telas, pois as famílias, muitas vezes, precisam usar táticas indiretas para o controle do acesso às tecnologias digitais, pois a imposição direta não faz efeito sob as crianças. Mesmo as famílias percebendo os malefícios do consumo da tecnologia pelas crianças, tão pequenas, são confrontadas com a dificuldade em enfrentar o poder que as telas possuem. E, ao “chamar para outra coisa” estão só resolvendo o problema temporariamente, em uma negociação discursiva que não contempla “o depois”, gerando uma tensão constante entre o desejo de promover atividades saudáveis e gerenciar o tempo de acesso às TDICs.

Em relação aos sinais de alerta sobre o uso problemático de jogos digitais, há um cenário parecido entre as famílias pesquisadas, em menor proporção em algumas que tentam ter um maior controle sobre o uso das TDICs pelas crianças. Os vídeos e jogos, que muitas vezes são

vistos como divertidos, podem representar, implicitamente, atos violentos (Strasburger (2019). Sobre o controle do consumo em si, alguns pais participantes acreditam que estão, na maior parte do tempo, fazendo o controle, mas não necessariamente o adequado. Embora apenas duas famílias utilizem aplicativos próprios de controle parental, uma pequena parte acredita que consegue controlar o consumo e, por isso, blindam as crianças de conteúdos que poderiam fazer mal e a outra parte nem menciona esse controle, porque dizem que as crianças sabem “mexer na tecnologia” mais que os pais e, ainda, que vão acessando conteúdos que eles nem imaginam. Mas no nosso contexto, percebemos que a maior parte tem consciência, mesmo angustiada, por acreditar que o consumo da tecnologia já fugiu do controle.

Assim, o desconforto está, exatamente, no papel de antagonista (e não protagonista) que a tecnologia assume nas dinâmicas familiares. O que parece uma presença quase invisível, em alguns momentos, tem afetado o papel dos pais, que se veem interpelados por um contexto atual que valoriza a conectividade digital acima da conectividade fora do digital. Compreendemos que a tecnologia, portanto, não é apenas uma ferramenta, pois ela assume o papel de um agente transformador, um "mal necessário", que altera as dinâmicas familiares de forma irreversível. Como mostra Kant (1704-1804), muitas vezes, é a intenção por trás do uso da tecnologia que define se o seu consumo será benéfico ou prejudicial. Só que no caso de crianças tão pequenas, a "intenção" dos pais é, geralmente, orientada pela busca por soluções rápidas e práticas, como o consumo de informações por tablets, celulares e TVs, para manter as crianças ocupadas, mas sem uma reflexão crítica e necessária sobre as consequências dessa prática.

Constatamos, então, que as próprias famílias compreendem, mesmo quando tentam sinalizar os efeitos positivos desse consumo, que a exposição excessiva e o uso inadequado de tecnologias digitais são causadores de vários problemas emocionais e comportamentais, além do impacto no bem-estar dos envolvidos e das relações familiares, como veremos na próxima seção. De toda forma, já podemos dizer que identificamos no campo, tanto nos discursos quanto nas observações realizadas com pais e crianças, que o consumo se inclina para o mal. Sem supervisão e de maneira inadequada, traz malefícios para elas e para a família. Percebemos, ainda, que não é só durante o consumo em si, como discutiremos a seguir.

4.2.4 Impacto do consumo no bem-estar das crianças e famílias

“Com a situação que estávamos vivendo, ele (Pai Ortiz) em depressão, e eu trabalhando muito, ela (Filha Ortiz 2) só ficava nisso (celular). Eu não sei como deixávamos ela sozinha no celular até 1h, 2h da manhã. Meu Deus. Ela precisou ser adulta por causa de tudo e o celular virou um vício” (Mãe Ortiz).

“A gente sabe que não tá bom. A gente sente que está sem controle e estamos sofrendo com isso” (Mãe Esteves).

Como estudamos, há uma complexidade na relação entre a utilização da tecnologia e o bem-estar individual (Hoffman, 2012) e não identificamos estudos que contemplem as crianças da primeira infância em uma perspectiva da TCR. Andreasen, Goldberg & Sirgy (2012) sugerem que nós, pesquisadores transformativos, possamos expandir as fronteiras das nossas pesquisas com o intuito de compreendermos o campo de tal maneira que possamos impactá-lo positivamente, de alguma maneira.

Portanto, compreender “como as tecnologias da informação estão afetando o bem-estar dos consumidores representa [...] uma área de importância primordial” (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023, p. 109), principalmente para as crianças, já que “a diferença entre fato e ficção nem sempre é nítida” (Buckingham, 2006, p. 89). Em diversas situações vivenciadas no campo de pesquisa, fomos confrontados com situações em que o mal-estar se instaurava, exatamente durante o consumo da tecnologia digital e a relação entre os pais e as crianças.

Buscamos, assim, entender essas experiências à luz dos estudos sobre o bem-estar no campo psicológico, ou seja, do bem-estar hedonista (subjetivo) e do bem-estar eudaimônico (psicológico), além da concepção de bem-estar da TCR, que tem como um dos pilares a promoção do bem-estar individual e/ou coletivo (Mick, Pettigrew, Pechmann, & Ozanne, 2012). Neste contexto, também tomamos como referência as discussões trazidas pelos autores Burroughs e Rindfleisch (2012), pois buscaram compreender o conceito no contexto da pesquisa transformativa. Assim, o bem-estar em circunstâncias de consumo relaciona-se com as necessidades individuais (foco nos interesses pessoais) e coletivas (foco nos interesses pessoais, desde que não prejudique o coletivo).

As famílias participantes da nossa pesquisa, constantemente, apresentaram discursos associando o consumo da tecnologia ao prazer imediato que as crianças sentem em contato com os dispositivos tecnológicos. Ter acesso ao celular, seja do responsável ou da própria criança, tablet ou TV, por exemplo, permite a criança, naquele exato momento do consumo, vivenciar

o bem-estar hedonista. É o prazer imediato e a ausência da dor já que o acesso ao consumo não foi negado. A abordagem hedônica concentra-se exatamente na busca pela felicidade, definindo o bem-estar em função do prazer obtido e na minimização da dor (Ryan & Deci, 2001). Lembramos que felicidade não é sinônimo de bem-estar, mas está contida no bem-estar subjetivo e também foi considerada nas nossas análises.

Vivenciamos diversas situações no campo, durante a imersão nos lares das famílias, em que as crianças experienciavam o bem-estar hedonista. Na *Família Farias*, quando a mãe perguntou se ele (Filho Farias 2) queria usar o celular, ele ficou extremamente feliz e, literalmente, pulou de alegria. E disse, cantando: "Youttttuubbeeee". A Mãe Farias, ao assistir aquela cena, disse que o Filho Farias 2 é mais tranquilo sobre o uso do celular, mas que o grande problema era com a filha de um ano e oito meses. *"Com ela (Filha Farias 3) que tenho problema com o telefone. Ela domina. Eu não consigo entender o que acontece e ela, ontem, chorou até dormir porque eu neguei o celular. É só eu tomar o telefone que o choro vem"*. Percebemos, então, que o comportamento da mãe de oferecer o celular para o Filho Farias 2 ou ceder para a Filha Farias 3 reflete a busca por estímulos imediatos e recompensadores que a própria tecnologia proporciona, conectado ao conceito de bem-estar hedonista (Ryan & Deci, 2001).

Porém, compreendemos que é efêmero o prazer que a criança sente e, conseqüentemente, que a mãe sente ao não ter que controlar a criança inquieta, chorando ou nervosa. Dessa maneira, acreditamos que o consumo das TDICs pelas crianças pode estar mais associado ao alívio momentâneo de frustrações do que a uma experiência de satisfação duradoura. E, que, certamente, há uma redução no bem-estar associado a esse consumo, a médio e longo prazos, no ambiente familiar. O fenômeno que descrevemos ainda ilustra um aspecto significativo do bem-estar hedonista: o uso das TDICs, apesar de proporcionar prazer imediato, pode levar ao sofrimento quando as crianças não conseguem estabelecer limites para si mesmas ou quando o vício as impede de realizar outras atividades necessárias, como dormir, socializar ou estudar.

Por outro lado, a abordagem eudaimônica privilegia o significado da vida e a autorrealização, definindo o bem-estar de acordo com nível de realização pessoal e funcionamento pleno de um indivíduo (Ryan & Deci, 2001). Quando analisamos os depoimentos dos pais participantes da nossa pesquisa, verificamos uma constante preocupação com o consumo excessivo da tecnologia impactando no desenvolvimento das crianças. A Mãe Nunes, por exemplo, enfatiza que tenta limitar o uso do *YouTube* e de outros canais, já que percebe que o intenso tempo de tela impede os filhos de se engajarem em atividades mais significativas, como brincadeiras ao ar livre ou interações sociais. *"Eu tento manter as crianças*

longe do celular. Do YouTube. Eu tento dar uma segurada. Vejo sobrinhos, mães comentando na escola. Acho que tá demais e fazendo mal demais, porque complica o desenvolvimento das crianças” (Mãe Nunes).

Ao analisarmos o discurso da Mãe Nunes, compreendemos que reverbera uma preocupação alinhada ao conceito de bem-estar eudaimônico (Ryan & Deci, 2001), uma vez que destaca a busca por mais significado para a vida da criança, contribuindo para um desenvolvimento mais saudável. Percebemos, neste sentido, a tentativa da Mãe Nunes de criar experiências que vão além do prazer momentâneo oferecido pelas telas (bem-estar hedonista), e proporcionar momentos que contribuam para o crescimento pessoal da criança e o fortalecimento das suas relações sociais.

O relato da Mãe Nunes reflete uma preocupação alinhada com o conceito de bem-estar eudaimônico, que enfatiza a busca por significado, autorrealização e funcionamento pleno na vida. Ao limitar o uso excessivo de tecnologia pelas crianças, ela demonstra um esforço em promover atividades mais significativas, como brincadeiras ao ar livre e interações sociais, que contribuem para um desenvolvimento mais equilibrado e engajado. Essa postura evidencia a tentativa de proporcionar às crianças experiências que vão além do prazer momentâneo oferecido pelas telas, focando em vivências que favorecem o crescimento pessoal, a conexão social e o florescimento de habilidades essenciais, pilares do bem-estar eudaimônico conforme proposto por Ryan e Deci (2001).

A *Família Gomes* também externaliza a preocupação com o desenvolvimento harmonioso das crianças e o quanto esse crescimento depende da variedade de experiências que elas vivenciam, articulando com as discussões do bem-estar eudaimônico: *“Eles têm que pensar. Nos meios tecnológicos fica muito limitado. Pega a coisa pronta e fica travado. Geração mais nova é muito limitada em criar. É bem mais travada” (Mãe Gomes).* Assim, o consumo das TDICs, ao se tornar predominante e determinante na vida das crianças em sua fase inicial de desenvolvimento, pode interferir negativamente na capacidade de explorar aspectos importantes para o seu crescimento, como habilidades motoras, relacionamentos interpessoais e criatividade. Nesse sentido, podemos dizer que o mal-estar se manifesta na forma de um desenvolvimento incompleto, em que o potencial das crianças é parcialmente tolhido pelo uso repetitivo e passivo da tecnologia.

O relato da *Mãe Gomes* reflete um interdiscurso que tensiona a tecnologia com possibilidade do desenvolvimento das crianças, inclusive o criativo. Percebemos que a preocupação com o impacto das TDICs na capacidade desse desenvolvimento também mostra uma valorização da experiência concreta e com interação no “mundo real”, considerada

essencial para o bem-estar infantil. Nas expressões “*pega a coisa pronta*” e “*fica travado*”, por exemplo, identificamos que o discurso da Mãe Gomes está pautado em uma crítica implícita à passividade que a tecnologia permite e provoca.

Além do bem-estar numa perspectiva das necessidades individuais das crianças, podemos ampliar para a perspectiva coletiva, alinhado aos pressupostos da TCR (Burroughs & Rindfleisch, 2012). Aqui, consideramos como necessidades coletivas aquelas da própria família em si. Muitas vezes, a decisão a curto prazo, realizada pelos pais, por um desejo de resolver as questões no imediato, podem reverberar de forma negativa a médio e longo prazos. É o que, popularmente, chamamos de “efeito bola de neve”.

Como apresentamos, muitas mães relatam que precisam permitir o acesso às tecnologias digitais pelas crianças para que consigam cumprir com as responsabilidades do lar ou de responsabilidades profissionais. E esses discursos estão diretamente relacionados às reflexões sobre o bem-estar ou a ausência dele: “*Quando vou fazer almoço, ela fica na TV por mais tempo mesmo*” (Mãe Costa). “*Tem momento que tenho que trabalhar daqui de casa mesmo e ela fica no tablet o tempo todo*” (Mãe Dias). “*Tem hora que estamos aqui trabalhando nos eventos e as crianças ficam lá em cima, vendo o que querem na TV*” (Mãe Alves).

A Mãe Gomes também descreve que se sente sobrecarregada ao tentar conciliar os afazeres do lar com o cuidado das crianças, e como deixar com que acessem a tecnologia é uma solução prática e imediata para cumprir com as demandas diárias. “*Eu deixo a TV ligada o dia todo mesmo, pelo ao menos eu controlo. Não tem jeito, uai. Como farei tudo? Ele (o marido) reclama que acessam muita tecnologia, mas na hora de comer eu vou servir o quê? Vento?*” (Mãe Gomes). O Pai Gomes interrompe e diz “*Igual ela fala que usa pra ter tempo de fazer comida, de colocar comida, de cuidar da casa. Mas e o que eu acho?*” (Pai Gomes). A Mãe Gomes, imediatamente o responde: “*Uai, pai é pai. Mãe é mãe. E você nem sabe o que eu acho também*”.

Quando a Mãe Gomes diz que “*se não fizer isso, a gente vai comer vento*”, identificamos a tensão entre o bem-estar de curto prazo, por manter a criança envolvida com a tecnologia para realizar outras tarefas, e o mal-estar de curto prazo, por ser questionada pelo pai das crianças e não perceber uma saída diferente. E, ainda, também identificamos a possibilidade do mal-estar de médio e longo prazo, tanto emocional quanto cognitivo, para a família de uma maneira geral, pois ela também verbaliza a preocupação com o impacto do consumo exagerado da tecnologia no comportamento dos filhos. É como nos lembram Raggiotto et al. (2023, p. 268) quando destacam que “o uso problemático da internet pode afetar indiretamente o bem-estar individual, afetando a escolha do consumidor”. E, neste caso, afeta a escolha de todo o ambiente familiar.

Também percebemos a redução do bem-estar em outra instância: quando a figura do pai e a figura da mãe não entram em consenso sobre o que é ideal (ou o mais próximo disso), e o que é possível no ambiente familiar. O mal-estar sentido pelos pais reflete nas crianças, gerando um clima familiar desfavorável. Essa é a situação que vivenciamos na *Família Farias*, quando a mãe diz sobre o seu incômodo na diferença das responsabilidades entre o pai e a mãe, em um contexto em que o pai não se faz presente. *"Mãe tem coração mole, mas tem que ser firme. O pai só vê as crianças em momentos felizes. A mãe é a chata, que tem que impor limites. A parte mais difícil da maternidade é isso. (...) sinto o peso todo em mim (Mãe Farias).* A Mãe Jones relata situação semelhante: *"fico aqui brigando para controlar as crianças nas telas o dia todo. Aí ele (Pai Jones) chega do trabalho, pega o celular, deita na cama e coloca cada filho de um lado, vendo o telefone dele. Não dá, uai".*

Na maior parte das famílias participantes da pesquisa, principalmente oriundas da EMEI 1, que tem a figura do pai mais presente (inclusive alguns participaram dos nossos momentos de imersão), há discordância total ou parcial sobre a percepção do pai e a percepção da mãe em relação ao impacto no bem-estar da criança e da família. Como as mães participantes da pesquisa assumem a maior parte das responsabilidades com as crianças - banho, alimentação, atividades escolares, entre outros -, sabemos que são elas que, geralmente, presenciam as crianças no consumo das tecnologias digitais. E contemplam a tecnologia para o cumprimento das rotinas pelos filhos, por exemplo. E os punem sem a tecnologia também. Até que o pai chega do trabalho e acaba desconstruindo algumas regras estabelecidas, até porque ele também quer usar o celular ou quer descansar, oferecendo o celular ou a TV para as crianças.

Sobre a ausência da figura do pai e a relação com o consumo das TDICs, recorreremos às *Famílias Esteves e Henriques*. Nos discursos das mães, entre ditos e não ditos, percebemos que utilizam a tecnologia para "substituir a presença de um adulto" em alguns momentos, porque, no dia a dia, não têm com quem contar. Precisam fazer o trabalho do lar e cuidar de tudo que se relaciona às crianças. A Mãe Henriques ainda trabalha fora quando a Filha Henriques está na escola, e a Mãe Esteves está desempregada, no momento. De toda maneira, consegue dedicar mais à filha que possui Autismo.

Em todos os casos, porém, embora ceder ao consumo inadequado (conteúdo, tempo, forma...) da tecnologia possa aliviar a pressão momentânea, os discursos mostram que essa prática pode gerar um sentimento de culpa nos pais, em especial nas mães, e preocupações como a falta de qualidade das interações entre pais e filhos. A Mãe Henriques relata: *"Não deixo muito na tecnologia. E quando tento explicar alguma coisa disso ela fala 'você não gosta de mim'. Mas ela é criança, ela tem que entender. Ela é só uma criança".* E completa: *"não sei*

o que falar algumas vezes, sabe. Eu não sei como fazer. Eu me sinto culpada, não tenho tempo e estou sempre cansada” (Mãe Henriques).

Podemos dizer, portanto, que o bem-estar parental, então, também é impactado negativamente, pois os pais se percebem, na maior parte das vezes, numa posição de ambivalência: utilizar as TDICs como recurso para gerenciar os desafios diários, mas com fortes receios sobre o efeito desse uso no desenvolvimento da criança. Mesmo nas famílias mais vulneráveis social e economicamente, percebemos que os pais se sentem desconfortáveis com o cenário descrito.

Como já mencionamos, Strasburger et al. (2014) alertam que a exposição precoce e não controlada às TDICs traz efeitos adversos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Esse cenário também pode gerar a ausência do bem-estar ao comprometer a aceitação de normas sociais apropriadas e o desenvolvimento de habilidades de autocontrole e pensamento crítico. Diversos relatos das mães enfatizam comportamentos preocupantes das crianças diretamente relacionados ao consumo das tecnologias digitais, refletindo uma dimensão de mal-estar infantil.

A Mãe Esteves nos contou que a Filha Esteves, que possui Autismo, começou a imitar comportamentos inadequados vistos na internet como, por exemplo, "lamber o chinelo": *“A TV ok, mas o celular às vezes atrapalha. Ela imita as coisas ruins da internet. Joga o chinelo, lambe o chinelo, tudo o que mandam fazer. Na TV sou eu que coloco os vídeos para ela. Mas quando não é o que quer, ela debate, chora, briga...” (Mãe Esteves).* Essas atitudes despertam questões importantes sobre a influência dos conteúdos digitais no discurso e no comportamento da criança, e nos valores que as crianças internalizam.

Percebemos, assim, que o acesso irrestrito à internet ou a negação do acesso gerou um efeito negativo imediato no comportamento da filha, ilustrando como as tecnologias digitais podem ser fontes de redução do bem-estar infantil quando o seu uso não é cuidadosamente supervisionado. Nessa família, bem como em outras participantes, presenciamos situações delicadas no momento do consumo da tecnologia pela criança ou na privação do acesso à tecnologia, gerando impacto em todos os presentes e, ainda, uma potencialização da vulnerabilidade (discorreremos sobre esse cenário na próxima seção).

À luz dos seus pilares da TCR, ponderamos que o consumo excessivo da tecnologia digital pode acarretar impactos no bem-estar que extrapolam o prazer imediato (bem-estar hedonista) e do desenvolvimento individual (bem-estar eudaimônico). Vários ditos e não ditos no campo de pesquisa nos ajudam a tangibilizar essa realidade. A *Família Borges*, por exemplo, mesmo tentando manter as crianças longe das telas, lida com a redução constante do bem-estar

ao tentar manter as regras estabelecidas. *“As crianças pequenas não precisam de tecnologia. Aqui em casa, elas têm celular de brinquedo. Não tem tablet e nem computador. TV também é muito raro, só quando a gente vê em família (Mãe Borges)”*.

De todas as famílias pesquisadas, a *Borges* apresenta um discurso com mais repúdio à tecnologia, inclusive consciente de que pode “destoar” de outras famílias, mas que acredita que esse seja o jeito mais próximo do ideal. Percebemos, porém, que o dito não é leve e naturalizado. É como se o assunto criasse uma tensão na família. Teve um momento, inclusive, que a *Filha Borges 1* disse que gostaria de uma foto do desenho dela. Ao perguntarmos se ela mesma realizaria o registro, disse “não, não” e olhou para a mãe, que estava na cozinha. Outros momentos, sempre que perguntávamos o que ela gostava de ver ou jogar, ela buscava o olhar (de aprovação?) da mãe dela como se tivesse receio de “falar sobre tecnologia”. Como a *Filha Borges 1* é adotiva, veio de outro lar com quase quatro anos e sofreu muito com a abstinência tecnológica, percebemos que o assunto reduz consideravelmente o bem-estar dos membros da família. São tensões internas por negarem a tecnologia e “precisarem” manter as crianças longe desse consumo.

Outro exemplo que nos ajuda nas nossas reflexões é o da *Família Gomes*. O *Filho Gomes 1*, ao narrar junto com o influenciador, com precisão, todas as falas de um vídeo do YouTube, sem errar nenhuma palavra, nos remete a uma alienação provocada pelo consumo excessivo e repetitivo de determinado conteúdo. A criança sabia exatamente tudo o que o *Youtuber* iria dizer. O pai, que estava conosco à mesa, tomando um café da tarde, mostrava-se orgulhoso pela desenvoltura da criança. Além desse consumo mecanizado e repetitivo gerar prejuízo no desenvolvimento cognitivo e social das crianças, segundo as reflexões sobre bem-estar e vulnerabilidade da TCR, ainda percebemos as interações familiares sendo moldadas pelo ambiente tecnológico, que redefine o que significa “brincar juntos” (Couto, 2013).

E, neste caso, com o acesso à tecnologia tão dedicado às crianças, já que na *Família Gomes* há consumo de telas pelas crianças durante todo o dia, exceto quando estão na EMEI, identificamos que a mãe, em si, perde o seu espaço para o seu próprio consumo da tecnologia. *“Tem hora que não consigo ver um vídeo para mim. Nada. Que querem ficar do meu lado, consumindo também o que estou vendo. Só consigo quando dormem, aí já estou exausta. Nem um curso de culinária que estou tentando fazer eu consigo”*, diz a Mãe Gomes. *“Ele (Pai Gomes) pode consumir o dia todo, porque trabalha ali (no quarto, estilo home office)”*, completa a Mãe Gomes, com bastante frustração. Percebemos a falta do bem-estar hedonista e eudaimônico, concomitantemente.

Já a *Família Inácio* reconhece que a tecnologia está presente no cotidiano, mas diz que é preciso cautela no seu consumo, mesmo consciente de que nem sempre conseguem. *"Ele (Filho Inácio) não usa tablet de manhã porque eu acho que atrapalha, mas não tem como fugir. Tem que ter limite... Mas é aceitável e em cada família é de um jeito (Mãe Inácio)*. Nesse discurso, o uso de tablets pela manhã é restrito porque a família acredita que atrapalha o desenvolvimento da criança. Notamos, portanto, que essa tentativa de controlar o consumo de telas demonstra um esforço da Mãe Inácio em preservar o bem-estar emocional e cognitivo da criança, ao mesmo tempo que descortina uma tensão entre “ter que aceitar a tecnologia” e uma vontade de limitar os efeitos negativos que ela traz. Mais que isso! Como os indivíduos são interpelados pela ideologia de maneira inconsciente (Pêcheux, 1997), quando a mãe fala “não tem como fugir, mas tem que ter limite...”, identificamos uma interposição ideológica de que a tecnologia é essencial para a criança dos tempos atuais, mas o consumo exagerado por comprometer o seu bem-estar emocional e o seu desenvolvimento.

Compreendemos que a situação em algumas famílias é ainda mais caótica quando pensamos no impacto da tecnologia no bem-estar familiar. O *Filho Jones 1*, por exemplo, ao ser descrito pela *Mãe Jones* como irritado e agressivo ao perder em um jogo de videogame, nos mostra a relação nociva entre o consumo das telas e os aspectos emocionais da família. A *Mãe Jones* reconhece esse consumo como algo negativo quando diz que *“não traz nada de bom para as crianças”*. Mesmo ela dizendo que a tecnologia *“até ensina as letras e os números”*, de uma maneira que ela não saberia ensinar, reforça que é *“uma luta controlar isso”*, ou seja, o consumo no ambiente familiar. Acreditamos que essa percepção de impacto prejudicial esteja atrelada à redução do bem-estar eudaimônico (Ryan & Deci, 2001), em que o desenvolvimento da criança é comprometido por estímulos que não promovem habilidades emocionais.

Sobre o estado emocional comprometido das crianças e o quando a tecnologia traz à tona emoções e sentimentos negativos, também precisamos considerar as dificuldades enfrentadas pela *Família Lima*. Durante a imersão no lar dessa família, a mãe nos contou, que a *Filha Lima 1* jogou o celular na parede após um ataque de nervosismo porque se sentiu frustrada com o desempenho ruim em um jogo. *“Teve uma vez que ela ficou tão nervosa que jogou o telefone na parede. Aí, ela ficou oito meses sem telefone até ela juntar dinheiro que ganhou e consertamos. Estava usando muito, mas eu não conseguia fazer diferente. Agora, comecei a cortar. Tem uns quatro meses. E tem funcionado. Não obedeceu? Sem celular” (Mãe Lima)*.

Percebemos que a *Mãe Lima* não traz à tona sentimento de culpa pela situação. Na percepção dela, há uma justificativa “aceitável” e que não a coloca no lugar de “culpada”.

“Desde que o Lima 2 nasceu eu fiquei muito sobrecarregada. Cada um no seu celular e eu me lasquei. Aí, ela (Filha Lima 1) ficava 24 horas no celular. Eu não tinha controle de nada. Via muita bobeira e repetia um tanto de coisa horrível”. A sobrecarga enfrentada pela mãe desde o nascimento do filho mais novo, com pouca diferença de idade da mais velha, e que no dia da nossa imersão no lar ainda o amamentou várias vezes, mostra a necessidade do uso da tecnologia para realizar o que precisa de imediato (prazer hedonista). O uso da tecnologia, até como uma “babá digital” para a filha mais velha (mas de apenas seis anos), reflete um dilema vivenciado por muitas famílias que estão mais à margem da sociedade e vulnerabilizadas de diversas maneiras. O que pode parecer um bem-estar momentâneo, gera a redução do bem-estar a médio e longo prazos, com a filha completamente dependente da tecnologia.

A *Família Ortiz* também destaca os efeitos comportamentais e emocionais do uso excessivo da tela em sua *Filha Ortiz 2*. A criança teve exposição excessiva às telas antes mesmo de um ano de idade até os seus cinco anos, como uma forma de adaptação a circunstâncias familiares difíceis, impactando completamente a sua vida. *“Com a situação que estávamos vivendo, ele (Pai Ortiz) em depressão, e eu trabalhando muito. Eu não sei como deixávamos ela sozinha no celular até 1h, 2h da manhã. Meu Deus. Ela precisou ser adulta por causa de tudo e o celular virou um vício”*, disse a Mãe Ortiz, chorando muito (no capítulo das Considerações Finais, contamos sobre processo de acolhimento cuidadoso e possíveis intervenções nos momentos mais difíceis do campo de pesquisa).

Constatamos, nesse discurso, um não-dito relacionado ao não empoderamento e à falta controle dos pais sobre o consumo da tecnologia. Isso reflete em uma fragilidade parental frente ao que a tecnologia é capaz de realizar no ambiente familiar (e em outros espaços). Sobre “ela precisou ser adulta”, lembramos que há um movimento em que as crianças tendem a se tornar adultas precocemente (Postman, 2005), não só pelo contexto complexo em que muitas vivem, mas pelo acesso acelerado à tecnologia digital (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019).

Percebemos, ainda, uma intenção da *Família Ortiz* para a mudança do cenário, ao mesmo tempo que compreendem o quão difícil é a partir do momento que se tornou um vício. *“De fevereiro (2024) para cá ela melhorou muito. Nós melhoramos, acho. E ela está menos no celular. Mas era um vício. Mas quando está nervosa, algo volta. Ela fala muito, joga comida no chão. Quando ela fica muito no celular ela dorme mal e acorda mal, mas levo para a escola na marra mesmo. Quando chega da escola, se não deixo ver TV ela chora”* (Mãe Ortiz). A “abstinência” digital observada no caso citado evidencia o quão profundamente a tecnologia pode permear negativamente o cotidiano familiar, diminuindo o bem-estar dos envolvidos.

A Mãe Ortiz traz à tona, portanto, os efeitos emocionais e comportamentais, quando diz que a sua filha ficou "muito nervosa" e alterada devido a um tempo excessivo de tela, que passava pelo período noturno (incluindo a madrugada). Ao dizer que a Filha Ortiz 2 estava (ou está?) viciada no consumo da tecnologia, em especial no uso do celular, tem consciência dos resultados negativos para o bem-estar dela. E, ao mesmo tempo, há redução do bem-estar de toda a família, já que os sentimentos ruins vêm à tona.

Essa situação desconfortável foi presenciada em outras famílias participantes, como é o caso da *Família Esteves*. Quando que a mãe negou a tecnologia, a Filha Esteves, que tem Autismo, cuspiu no rosto da mãe. A mãe conversou e ela cuspiu de novo (mais uma vez, realizamos uma mediação cautelosa e amorosa). Assim que a Filha Esteves acalmou, disse: "Tia, te amo" e foi para o quarto dela. A Mãe Esteves, no mesmo momento, falou com muita tristeza: *"toda vez que não dou o celular ela faz alguma coisa assim. Toda vez não, mas muitas das vezes. Não sei o que fazer mais"* (um novo acolhimento foi realizado).

Percebemos, durante a produção do discurso e do comportamento, que a Mãe Esteves e a Mãe Ortiz, além de muitas outras no campo, se sentiam verdadeiramente angustiadas ao se questionarem e se culparem pela permissividade e negligência. Há, notoriamente, uma redução do bem-estar nas famílias provocado pelo consumo exacerbado e inadequado da tecnologia digital por crianças tão pequenas e vulneráveis, em diversas perspectivas. A hiperestimulação com o consumo da tecnologia digital não afeta apenas o sono, a paciência, a disposição para outras tarefas e o comportamento das crianças.

Identificamos, inclusive, que há uma clareza na maior parte das famílias de que o bem-estar é impactado por esse consumo, porque não é preciso compreender conceitualmente sobre o tema para sentir quando há bem-estar ou quando há a redução dele. *"A gente sabe que não tá bom. A gente sente que está sem controle e estamos sofrendo com isso"* (Mãe Esteves). Até quando os pais buscam justificar o consumo da tecnologia digital pelas crianças, percebemos que há uma sensação de culpa por não serem mais rigorosos. Visualizamos esse sentimento de culpa quando mencionam que estão tentando corrigir os erros, sem que admitam, diretamente, que a tecnologia está afetando negativamente a vida das crianças.

Há relatos, inclusive, sobre a agressão dos pais quando os filhos são desrespeitosos e não cumprem as regras estabelecidas sobre esse consumo: *"eu bato mesmo quando vejo que tão vendo ou fazendo o que não pode no celular. Ou quando não obedecem e me devolvem"* (Mãe Melo). O que a Família Melo e tantas outras vivenciam, segundo Burroughs & Rindfleisch (2012), é o que compreendemos sobre o desequilíbrio entre as necessidades individuais e as necessidades coletivas, em que o consumo excessivo das TDICs, junto à falta de estrutura, rede

de apoio e conhecimento, traz à tona um ambiente tenso, conflituoso e com considerável redução do bem-estar.

Importante destacarmos que nas famílias em que as crianças possuem diagnóstico de Autismo, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), Transtorno de Oposição desafiante (TOD), entre outros, percebemos ainda mais o uso da tecnologia na tentativa de gerar um bem-estar momentâneo, ou seja, o hedônico (Ryan & Deci, 2001). Na maior parte das vezes, as famílias recebem o diagnóstico, mas não possuem e orientações suficientes para ajudar os próprios filhos e para ter um ambiente familiar adaptado à realidade. Percebemos, aqui, o quanto a vulnerabilidade, em muitos casos, não se limita às questões financeiras, mas emocional, afetiva, entre outras.

Assim, percebemos vários sinais de alerta sobre o uso problemático do consumo das TDICs, por crianças da primeira infância, que afetam consideravelmente o bem-estar da própria criança e da família. A imposição de alguns segmentos da sociedade de que a tecnologia é fundamental, bem como inevitável para essa geração, faz com que os pais não questionem os impactos do consumo negativo, em médio e longo prazos. Percebemos, portanto, que o discurso que se constrói é o de que a tecnologia é inevitável, mesmo que traga profundos reflexos negativos no bem-estar e potencialize as vulnerabilidades das crianças, com reflexões nas famílias, como apresentamos a seguir.

4.2.5 O consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades das crianças

“Os vulneráveis podem obter exatamente o que querem, mas o que querem pode prejudicá-los involuntariamente e injustamente (bem como sua família e/ou comunidade)” (Brenkert, 1998, p. 9).

“Tia, a culpa é dela (menina do vídeo)? (...) Aaaaaiiii, tia. Esse monstro existe? (...) Tia, a minha mãe vai fazer isso comigo?” (Filha Esteves).

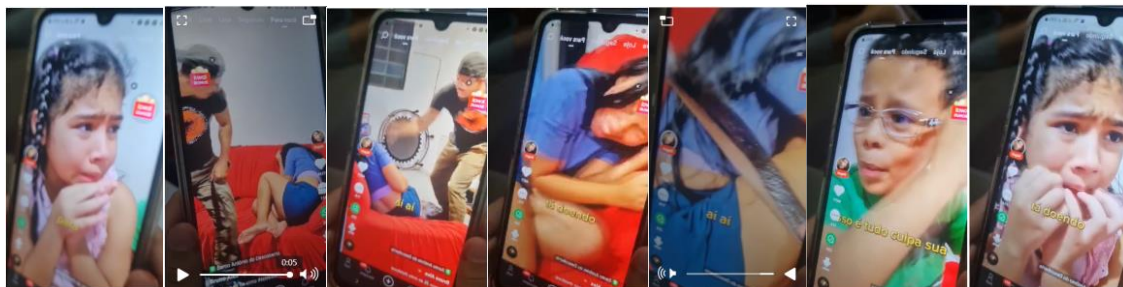
Diário de Campo, 13 de abril de 2024, 11h15.

Lar da Família Esteves.

Estávamos conversando com a Mãe Esteves quando a Filha Esteves pede o celular dela. A mãe entrega. A filha acessa diretamente o ícone da Kwai, rede social própria para criar e compartilhar vídeos entre 11 e 57 segundos. Em um certo momento, a filha se senta ao lado da gente, no sofá, e já encolhe as pernas junto ao corpo, numa posição de medo ou receio. Neste momento, olhamos para o celular, ainda no Kwai, e presenciamos a parte final de um vídeo (FIGURA 19) que tem quatro personagens: pai, mãe, filha e filho. No vídeo, o pai está batendo

na mãe, com um cinto de couro, enquanto a mãe grita “ai, ai, tá doendo, tá doendo”, a filha chora e demonstra angústia, medo..., e o filho repete o comportamento de ódio do pai ao apontar o dedo e culpar a irmã pelo ato do pai.

Figura 19: Prints do vídeo do Kwai, consumido pela Filha Esteves



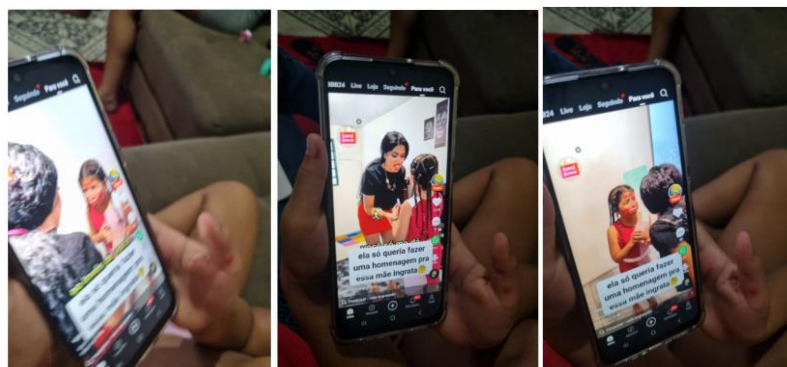
Fonte: registros da pesquisa de campo

Após cinco segundos consumindo o conteúdo do vídeo da FIGURA 19, antes que começasse outro vídeo, a Filha Esteves, visivelmente assustada, indaga a pesquisadora: “Tia, a culpa é dela (menina do vídeo)?”. Fizemos a reflexão necessária junto à criança. Outro vídeo se inicia, tendo como personagem um homem, de aproximadamente 30 anos. Nele, a Filha Esteves assistia e virava o rosto ao mesmo tempo, como se estivesse esperando algum momento acontecer.

Ficamos assistindo o vídeo junto com ela. Era um homem, de fisionomia de humano, conversando sobre crianças que não são “boazinhas” e se aproximando do vídeo até que, de repente, ao fim do vídeo, ele se transforma em um monstro verde, assustador (até nós assustamos), avançando na tela em direção ao espectador/consumidor. Pela reação da Filha Esteves, como ela já virara o rosto algumas vezes enquanto assistia o vídeo, tivemos a impressão de que ela já o tinha visto. Quando o vídeo termina, muito assustada, diz: “Aaaaaiiii, tia. Esse monstro existe?”

Realizamos uma nova reflexão com a criança. Um terceiro vídeo começa (FIGURA 20). Nele, as personagens são mãe e filha, com uma idade aparente de oito anos. O vídeo se inicia no interior de uma casa. Neste, a filha vai feliz até a mãe, com o rosto todo pintado, e antes que fale qualquer palavra, a mãe começa a brigar com ela, com um discurso de ódio. Dentre o verbalizado para a mãe estão: “você não deveria ter nascido”, “eu não gosto de você” e “eu vou sumir com você”.

Figura 20: Prints de mais um vídeo do Kwai, consumido pela *Filha Esteves*



Fonte: registros da pesquisa de campo

Então, a mãe puxa a filha pelo braço, vai até o carro, abre a porta de trás (banco traseiro) e empurra a filha para dentro. A mãe, que continua falando e sinalizando a sua total frustração pelo comportamento ruim da filha, por ter pintado o rosto, entra no carro e o dirige até um local ermo, embora não estivesse à noite. O lugar parece um parque florestal abandonado, com muitas árvores e sujeira. A mãe para o carro, desce, puxa a filha pelo braço e a leva até esse local. Continua brigando com a filha, dizendo “que ela é uma decepção”, deixa a filha sozinha, entra no carro e vai embora. Ao chegar em casa, a mãe, ainda demonstrando indignação, vai ao quarto da filha e vê o quarto decorado com vários cartazes com dizeres de amor à mãe. Os escritos do cartaz estavam com a mesma tinta vermelha que a menina havia se sujado, dando a entender (para alguns receptores, claro) que a filha sujou o rosto quando preparava a homenagem para a mãe. No vídeo, há uma legenda permanente: “Ela só queria fazer uma homenagem pra essa mãe ingrata”, mas a *Filha Esteves*, a consumidora principal naquele momento, não sabe ler ainda (só tem cinco anos). Impossível descrever a feição da *Filha Esteves* que imediatamente pergunta: “Tia, a minha mãe vai fazer isso comigo?”. Mesmo muito impactados, uma nova reflexão foi realizada.

A Mãe Esteves, muito constrangida e visivelmente abatida, por também já estar fragilizada pelo contexto socioeconômico e pelos relatos compartilhados conosco, pede a nossa ajuda após realizamos a terceira reflexão com a criança. O pedido de ajuda começou com as seguintes indagações: “como eu deixei a minha filha ver esses vídeos? Onde eu estava com a cabeça?. Neste momento, nos afastamos um pouco da *Filha Esteves*, que permaneceu no Kwai por alguns minutos, para conversarmos com a mãe e alinharmos a intervenção.

Com a proposta de intervenção alinhada, voltamos para perto da *Filha Esteves* e a pesquisadora ofereceu o seu celular para a *Filha Esteves*, enquanto a mãe pediu o seu celular de volta. A pesquisadora foi mostrando opções de jogos digitais infantis e atrativos,

direcionados para a idade dela. Um deles, chamado “Animal Farm for Kids”, que tem no ícone o desenho de um cavalo em uma fazenda, foi a escolha da criança. Enquanto a pesquisadora interagia com a criança e apresentava, com entusiasmo, o jogo na fazenda, a Mãe Esteves excluiu a rede social Kwai do seu celular. Como a mãe dizia que a Filha Esteves tinha histórico de agressão contra ela e contra os outros quando o celular era retirado, a proposta foi fazer uma transição do Kwai para jogos infantis, mesmo que o consumo digital tenha permanecido via celular.

Enquanto a Filha Esteves estava no celular da pesquisadora e após a mãe excluir o Kwai, ajudamos a mãe a baixar, gratuitamente, o jogo “Animal Farm for Kids”, que a filha tinha demonstrado interesse, além de outros jogos apropriados para crianças entre quatro e seis anos. E mostramos o caminho para que, sempre que necessário, procurar alternativas adequadas e sem custo. Após alguns minutos, a Filha Esteves se desinteressou pelo jogo e pede o celular da mãe. A mãe empresta e a filha não encontra o ícone do Kwai. Ela vai passando a tela de início para todos os lados e, então, começamos a ajudar na procura também, como uma encenação. A pesquisadora também começa a procurar no dela, mostrando para a Filha Esteves que também não estava encontrando. Então, a pesquisadora e a Mãe Esteves iniciam o diálogo que já haviam acordado antes. Neste, explicam para a filha que se o aplicativo sumiu dos dois telefones era porque ele deveria ter sido proibido, porque os vídeos que eles estavam mostrando não eram verdadeiros e que traziam tristeza, dor, angústia e dúvidas para quem o assistia. A Filha Esteves, que tem autismo, mostrou-se muito irritada num primeiro momento e fazendo-se debatendo contra a própria mãe, mas depois foi se acalmando quando a acolhemos e reforçamos a explicação. Assim que ela acalmou, foi até a pesquisadora e disse “Tia, te amo” e foi para o quarto trocar a roupa (a mãe relatou que ela troca várias roupas ao longo do dia).

(...)

Não foi fácil estar lá e, com a mesma intensidade, não foi fácil sair de lá. Ao sair daquele lar, caminhar por todo o beco junto com a Mãe Esteves e a Filha Esteves, que acompanhou a pesquisadora até o carro, havia um misto de sentimentos. Ao chegar em seu carro, se despediu da família. Parada, sozinha, ali dentro do carro, chorou copiosamente por muito tempo.

Decidimos apresentar um recorte do Diário de Campo sobre a vivência no lar da Família Esteves por acreditarmos que está entre as experiências mais significativas - e, ao mesmo tempo, entre as mais angustiantes -, vivenciadas no campo de pesquisa. Nos lares, ficamos imersos em contextos convergentes, embora únicos, e fomos constantemente confrontados com as mais

diversas questões que os ligam a grupos vulneráveis (Mick et al., 2012). Foi a experiência no campo a grande responsável por descortinar as vulnerabilidades, já tão presentes naquelas famílias, sendo fortalecidas por meio do consumo da tecnologia digital por crianças da primeira infância. Percebemos, com mais clareza, no papel de pesquisadores transformativos, a presença das desigualdades que assolam parte da sociedade, incluindo o grupo de famílias participantes.

Ao refletirmos, especialmente, sobre o consumo dos vídeos pela *Filha Esteves*, constatamos que, em questão de segundos, ela acessa muita informação (ou seria desinformação?) inadequada para consumo, principalmente para as crianças da primeira infância. Que interpretação desse conteúdo poderia realizar uma criança de apenas cinco anos, diagnosticada com espectro autista⁴⁷? Ela consideraria o fato de que a pessoa que comete atos de violência tem o “direito” de culpar e responsabilizar outras pessoas por isso? E isso não a deixaria mais vulnerável ao acreditar que esse tipo de comportamento é aceitável? Ela teria consciência crítica para separar a ficção da realidade? E, mesmo se tivesse, já não teria gerado uma redução no bem-estar apenas pelo ato de assistir? “Nas telas do mundo digital tudo é produzido como fantasia e imaginação para distrair ou afastar do mundo real – portanto, não se deixe enganar no mundo virtual”, alerta a Sociedade Brasileira de Pediatria (2016). Mas como a Filha Esteves e demais crianças poderiam saber?

Constatamos, então, que a *Filha Esteves* é interpelada discursivamente por conteúdos diversos que apresentam e transmitem mensagens emocionais e ideológicas complexas. A partir disso, a criança é moldada por discursos ideológicos sem que perceba, gerando interpretações e sentimentos significativos. Não são apenas as crianças que vivenciam essa interpelação, mas considerando que é um ser em formação, há uma construção preocupante. Pêcheux (1988, p. 161) nos lembra que “os indivíduos são ‘interpelados’ em seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

As ideologias transmitidas pelos vídeos sobre violência doméstica, monstros que aparecem se a criança não for “boazinha” e abandono de filha pela mãe, por exemplo, transforma a *Filha Esteves* (ou outra criança que consome os mesmos tipos de conteúdo) em sujeito de um discurso que incorpora inconscientemente, sem capacidade e habilidade para

⁴⁷ O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Disponível em <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,repert%C3%B3rio%20restrito%20de%20interesses%20e>. Acesso em 02 nov. 2024.

críticas. Quando Belloni (2010) considera os discursos dos vídeos, que a *Filha Esteves* e outras crianças das famílias participantes, ao defender que tecnologia digital é de extrema importância para a socialização das gerações que estão chegando, já que são as mídias que apresentam os conteúdos sobre valores, personagens e representações para que a criança construa o seu próprio imaginário e as suas próprias representações? Reconhece conteúdos como esse para auxiliar crianças tão pequenas na formação dos seus saberes e concepções sobre a vida?

E quando autores como Buckingham (2006) sinalizam que as crianças são agentes ativos e possuem habilidades naturais para o consumo das TDICs e, por isso, não deveriam ser vistas como vítimas passivas da manipulação a que estão expostas, considera o consumo na perspectiva que apresentamos? Deveríamos, realmente, concordar com essa “teoria”, contemplando o vivenciado na *Família Esteves* e em outras famílias participantes da pesquisa? Dias (2015) traz um alerta importante: não é porque as crianças têm mais facilidade em dominar a linguagem digital que não devem ser vistas como vulneráveis. Precisamos lembrar, inclusive, que o consumo da tecnologia digital pelas crianças, nos últimos tempos, tem mudado consideravelmente. O tipo de conteúdo produzido pelas mídias e pelos próprios indivíduos, por meio das redes sociais, ganhou alcance inimaginável. Assim, ao pensar na criança, precisamos compreender que “ao mesmo tempo em que ela é tida como poderosa por dominar a linguagem digital, [...] ela ainda é vista como vulnerável pelo fato de estar em desenvolvimento e não ter, ainda, a capacidade de discernimento do adulto” (Dias, 2015, p. 38). E por todos os outros aspectos que já refletimos e ainda refletiremos.

Outro aspecto a ser considerado sobre a vivência na *Família Esteves*, refere-se ao discurso de culpa. Quando a *Filha Esteves* pergunta “a culpa é dela?” diante do consumo do vídeo em que o pai agride a mãe, compreendemos que o discurso de culpa é internalizado e projetado por uma ideologia dominante. Assim, esse discurso de violência e submissão permeia a visão de mundo da criança, moldando as suas crenças e as suas emoções. Os sujeitos, incluindo as crianças, não possuem controle sobre os discursos que os afetam (Indursky, 2011) e, por isso, é complexo quando consideramos os tipos de discursos que crianças tão pequenas estão acessando.

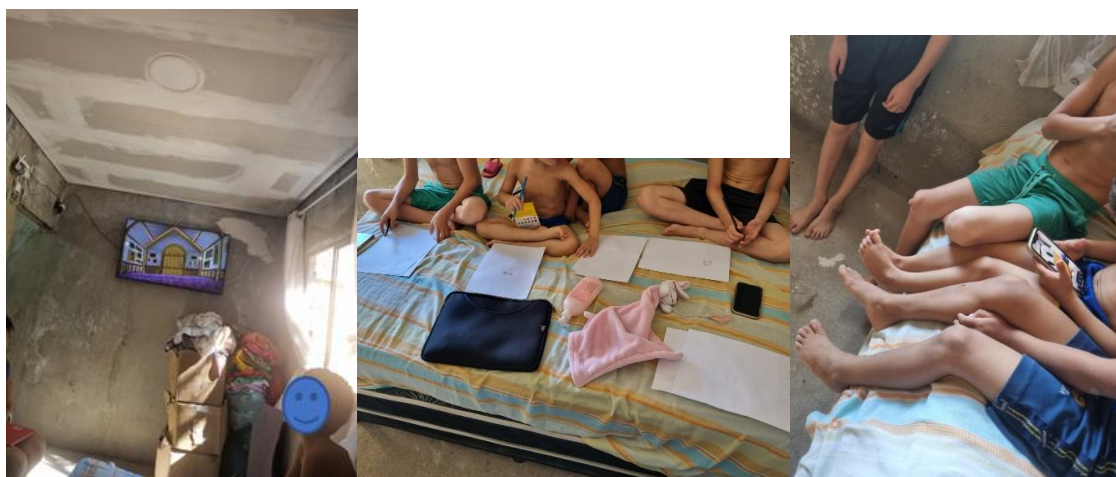
O questionamento que a *Filha Esteves* apresenta sobre o monstro ser ou não de verdade, ao assistir um dos vídeos, reflete a carência na mediação do conteúdo acessado e, mais que isso, a falta de formação crítica para discernir o que é real e o que é ficção. O próprio Buckingham (2006) lembra que, para as crianças, nem sempre é nítida a diferença entre fato e mentira. A forma de ver o mundo e de agir no mundo, portanto, são diretamente impactados pelos discursos que as interpelam. As crianças, ao acessarem os discursos dos vídeos e incorporá-los como

verdade, atualizam o seu próprio discurso (Indursky, 2011), pois são esses discursos em circulação e costurados pelos aspectos sócio-históricos, que “são retomados, repetidos e regularizados” (Indursky, 2011, p. 4). Neste sentido, as crianças passam a considerar o que acessam e consomem como verdade para a sua vida.

Precisamos lembrar que não estamos analisando todas as crianças e de todos os contextos familiares. A nossa pesquisa envolve crianças pertencentes às famílias desfavorecidas e, também, vulneráveis, na concepção discutida Hill & Sharma (2020, p. 554): “Semelhante àqueles que vivenciam escassez percebida, aqueles que vivenciam desvantagem podem ou não estar abertos a danos, mas todos os consumidores vulneráveis estão, por definição, abertos a danos”.

Complementar ao apresentado por Hill & Sharma (2020) sobre vulnerabilidade, encontramos o conceito de Hilhorst and Bankoff (2013, p.1), ao apresentarem, de maneira simples e clara, que “a pobreza, o esgotamento dos recursos e a marginalização” já tornam o indivíduo vulnerável. Com o intuito de ilustrar, ainda mais, sobre as famílias participantes, a FIGURA 21 traz alguns registros do lar da *Família Melo*, no dia da nossa imersão. Na casa de três cômodos (cozinha, banheiro e quarto único), localizada em um beco sem acesso a veículos automotores, moram oito pessoas, sendo seis crianças entre oito meses e doze anos, um adolescente de 15 anos, a Mãe Melo e o Pai Melo (pai de duas das seis crianças).

Figura 21 - Registros da *Família Melo*: consumo das TDICs e da produção dos desenhos



Fonte: registros da pesquisa de campo

Assim, as famílias pesquisadas, desfavorecidas e já em situação de vulnerabilidade econômica, são ainda mais fragilizadas com o consumo das TDICs por crianças da primeira infância. Brenkert (1998), um dos autores-referência na discussão sobre consumidores

vulneráveis, os organiza em quatro categorias: (1) fisicamente vulneráveis, sendo que essa suscetibilidade ocorre diante de condições físicas ou biológicas aos produtos e serviços do mercado; (2) cognitivamente vulneráveis, quando não possuem habilidades para processar corretamente as informações e/ou são incapazes de perceber que parte dessas informações está sendo ocultada ou manipulada; (3) emocionalmente vulneráveis, que não estão em condições emocionais de resistir às tentações e seduições das marcas; e (4) socialmente vulneráveis, quando o contexto social torna o indivíduo significativamente menos capaz que os mais “privilegiados” para resistir aos apelos e desafios do mercado, podendo prejudicá-lo. Na categoria 2, inclusive, ainda sinaliza que são as crianças, os idosos e aqueles indivíduos que não têm “educação” (no âmbito da formação e do conhecimento, como também estamos trabalhando na presente tese). E, referindo-se a todas as categorias, cita os “pobres, enlutados e mães em países em desenvolvimento” (Brenkert, 1998, p. 13).

Neste sentido, as famílias participantes da nossa pesquisa são consideradas consumidores vulneráveis durante qualquer consumo que realizem. O que constatamos, porém, é que há, por meio do consumo das TDICs pelas crianças, a potencialização das vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social da própria criança (individual) e da família (coletiva) (Baker & Mason, 2012). Para discorrermos sobre, lembramos que o conceito de vulnerabilidade é multidimensional (Baker & Mason, 2012) e resultado das relações sociais (Hilhorst & Bankoff, 2013), envolvendo questões diversas como o risco físico, a diminuição de habilidades sociais e emocionais, o comprometimento das interações familiares, o impacto negativo na saúde da criança, entre outros aspectos. E o contexto de vulnerabilidade é delineado tanto pela situação individual quanto pela situação coletiva e comunitária (Baker & Mason, 2012).

Agora, à luz de cada uma das categorias apresentadas por Brenkert (1998) sobre consumidores vulneráveis, analisamos os achados do campo de pesquisa mesmo conscientes de que há situações que são fronteiriças entre as quatro categorias. Iniciaremos a nossa discussão com a perspectiva que traz o consumidor fisicamente vulnerável. Como apresentado pelo autor, a vulnerabilidade física relaciona-se às situações que tanto as características físicas como as biológicas tornam o consumidor mais passível de danos causados por bens e serviços disponíveis no mercado. Considerando um grupo de crianças ou idosos, por exemplo, com condições de saúde específicas, poderão ter limitações ou restrições de reações importantes diante do consumo.

Relacionando o recorte apresentado e as crianças das famílias participantes, não identificamos qualquer condição física que mereça atenção especial. Ou seja, os pequenos não

apresentam qualquer limitação por deficiência física aparentemente observada. Sobre as condições biológicas (aspectos genéticos, fisiológicos e de saúde), consideramos aqui, embora também encontrem nuances nas categorias cognitiva e emocional, as crianças com os TDAH⁴⁸ e TEA⁴⁹. Neste sentido, encontramos crianças fisicamente vulnerabilizadas por essas próprias condições em uma parte das famílias participantes. Mesmo cientes de que não possuímos elementos para análise criteriosa e científica, o campo nos mostrou que algumas crianças com tais transtornos podem ser hipersensíveis a muitos estímulos emocionais e sensoriais, o que pode resultar em dificuldades durante o processo de consumo ou após o consumo, levando a comportamentos mais agressivos.

Os discursos da *Mãe Esteves* sobre o comportamento da *Filha Esteves*, nesse contexto, e o que observamos no campo quando ela cospe no rosto da sua mãe ao ter a tecnologia negada, demonstra a grandeza da dependência emocional e comportamental gerada pelo consumo digital descontrolado. E, ainda, o quanto as famílias, com crianças portadoras ou não de transtornos, sofrem emocionalmente com todo o processo (antes, durante e após o consumo): *“fica pedindo toda hora. Ai, deixo. Mas aí tomei o celular porque ficavam horas, não faziam nada. Os dois ficam muito nervosos. E quando tiro também, mas tiro mesmo”* (Mãe Jones).

Ainda sobre a criança estar fisicamente vulnerável, também presenciamos em outras famílias, exatamente nos momentos de imersão nos lares, crianças com doenças respiratórias, fazendo uso de medicações e impossibilitadas de frequentar a escola. Nestes casos, os pais sinalizaram que, quando a criança está adoentada, não tem limite de tempo de acesso. Liberam a TV e o celular, por exemplo, *“porque ela (Filha Costa) fica mais tempo em casa e não está muito disposta para outras atividades”* (Mãe Costa).

Sobre a definição de vulnerabilidade física apresentada por Brenkert (1998), o campo nos mostrou que há potencialização dessa vulnerabilidade, em outra perspectiva. As crianças tornam-se fisicamente vulneráveis a partir do momento em que fazem mal ao próprio corpo, o que acarreta em sequelas temporárias e/ou permanentes, e à própria família. O discurso da *Mãe Borges* sobre o comprometimento do aspecto físico (não apenas) da sua filha, tão pequena,

⁴⁸ O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) caracteriza-se como uma condição neurobiológica de causas genéticas que ocasiona sintomas como desatenção, hiperatividade e impulsividade. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ramoncampa,+TDAH+no+ensino+de+ci%C3%A2ncias+e+biologia.pdf>. Acesso em 28 nov. 2024.

⁴⁹ O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Disponível em <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acesso em 28 nov. 2024.

endossa a nossa descoberta: *“quando a nossa filha chegou para nós, porque ela é adotada, tinha quatro anos e pouco. Ela veio de um abrigo, onde tinha muito acesso a tudo de tecnologia. TV, celular, tudo. Aí, ela precisou entrar na nossa rotina. A gente já tinha o mais novo. Só que foi muito difícil. Ela tinha crises (de abstinência) e começou a explorar o corpo e se debater no chão (Mãe Borges).*

Em suas crises de abstinência, a *Mãe Borges* diz que não só a criança se machucava fisicamente. Ela e o *Pai Borges* também se machucavam nas tentativas de conter os movimentos bruscos da criança e protegê-la. Na época, a *Filha Borges 1* tinha em torno de quatro anos e, hoje, aos seis anos é uma criança que, segundo relatos da Mãe Borges e da nossa vivência no lar, raramente consome tecnologia, mesmo assim, apenas tem acesso à TV (não há uso de celular pelas crianças, naquele lar). *“Foram muitos meses assim... até melhorar. Por isso, estamos desse jeito hoje. Podem até não concordar (pelo controle rígido de acesso às TDICs), mas achamos que assim tá melhor” (Mãe Borges).*

Certamente, o comportamento que identificamos da *Filha Borges 1*, durante a nossa imersão, é reflexo da situação delicada vivenciada pela família. Toda vez que comentamos algo sobre tecnologia (se gostava de algum jogo, desenho ou sobre os personagens de TV), a *Filha Borges 1* virava o olhar em direção à mãe e externalizava, cuidadosamente, o seu discurso. Neste momento, era como se buscasse uma aprovação da *Mãe Borges* diante do relato que fazia (reproduzia, certamente) de negação da tecnologia: *“o meu celular é de brinquedo, não conheço influenciadores, não gosto de jogar nas telas, quase não vejo TV” (Filha Borges 1).* Há muito mais “não ditos” do que “ditos”, neste momento, interpelados por ideologias diversas (Pêcheux, 1997; Orlandi, 1996). Dentre as famílias participantes, é importante dizermos que a *Borges* é a única que apresenta um controle total do acesso e consumo das TDICs.

Muitas famílias ainda relataram que, quando o consumo das TDICs acontece por mais tempo durante o dia e, ainda, no período noturno, há interferência no padrão de sono das crianças. Pais contam sobre episódios em que há dificuldades vivenciadas, pelas crianças e por eles, devido ao excesso de agitação antes de adormecerem e interrupções no sono: *“(...) durante a noite, ficam muito hiperestimulados. Até que diminuem o ritmo para relaxar, descansar, dormir...” (Mãe Gomes).* Lembramos que, no caso da *Família Gomes*, por exemplo, são crianças no início da primeira infância, com um e dois anos de idade, que não deveriam ter nenhum acesso às telas digitais, segundo a categorização de tempo de tela realizada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). O que vimos no campo, portanto, é que o uso inadequado da tecnologia afeta, sim, a rotina de sono das crianças e gera dificuldades para adormecer e agitação noturna, podendo comprometer o desenvolvimento saudável. E o da

família também, já que muitos pais, exaustos da rotina diária e/ou do trabalho, relatam que sentem-se fadigados: *“tem dias que estou tão cansada que não tenho mais condições de ficar em pé (Mãe Alves)”*.

Outra situação que também se enquadra na dependência do consumo das TDICs, pelas crianças, acarretando consequências físicas, refere-se ao momento de realizarem as suas necessidades eliminatórias. Algumas famílias disseram que as crianças só conseguem ir ao banheiro para eliminar os resíduos sólidos com o uso do celular. *“Ela (Filha Ortiz 2) só consegue fazer o ‘número dois’ com o celular. Ela tem que ver vídeos para conseguir fazer. Eu empresto o meu telefone e ela fica lá” (Mãe Ortiz)*. Neste momento, o Pai Ortiz diz que essa é uma prática da Mãe Ortiz e a filha a imita. A Mãe Ortiz concorda com a colocação do pai e diz: *“mas eu até consigo ir sem o celular, mas ela (Filha Ortiz 2) não. Já deixamos sem usar o celular até ela ir ao banheiro e ficou cinco dias sem fazer. Passamos muito aperto e ela sofreu, viu? Não temos mais coragem de fazer isso”*.

Compreendemos, portanto, que a Filha Ortiz 2 desenvolveu uma associação entre o uso do celular e o ato de evacuar, podendo comprometer o funcionamento natural do seu organismo. E isso poderá acarretar em dificuldades físicas até então não mapeadas, como a retenção fecal prolongada e possíveis problemas intestinais. Compreendemos que a tecnologia digital faz o papel de “muleta” para mediar uma função biológica que é essencial. Encontramos, aqui, o “biológico” que Brenkert (1998) traz, mas numa perspectiva ampliada, como sugerimos. O que acabamos de relatar, como as outras situações apresentadas, ilustra como a dependência das TDICs contribui para a potencialização das vulnerabilidades física e emocional da criança (e dos pais envolvidos no sofrimento), com impacto direto na redução do bem-estar.

Também verificamos outras situações em que a criança se torna fisicamente vulnerável, como mostra o relato da Mãe Melo: *“na hora que eu peço de volta o meu telefone, porque eles não tem, né? Aí você tem que ver o show desses meninos. Aí eu falo que se não calar a boca eu vou bater. É onde que ‘eles pega e joga’ as coisas. E aí eu bato e deixo sem (celular) por um tempo” (Mãe Melo)*. Numa perspectiva das teorias da AD, compreendemos que o relato da Mãe Melo revela uma série de práticas discursivas enraizadas nas relações sociais, culturais e, inclusive, de poder. Quando ela diz que *“E aí eu bato e deixo sem por um tempo”* nos mostra uma tentativa de exercer a sua autoridade para controlar algo que, na sua percepção, está causando muitos conflitos. Mas o ato de agredir a criança fisicamente também potencializa a vulnerabilidade física da criança.

Neste contexto, há outras situações similares relatadas e presenciadas. Na Família Esteves, por exemplo, a retirada da tecnologia digital acarreta em mal físico para a criança que

se automachuca (quando bateu contra o seu próprio rosto, balançou o corpo e a cabeça de maneira acelerada e, ainda, arrancou agressivamente a sua roupa) e machuca a sua mãe (cuspiu e deu tapas na mãe). Foi o que presenciamos, além do relato da própria mãe sobre essas situações se repetirem no dia a dia: *“Ela fica muito nervosa e agitada” (Mãe Esteves)*. Raggiotto, et al. (2023) reforça que a exposição incessante a dispositivos e aplicativos baseados na tecnologia digital, de indivíduos de faixas etárias diversas, aumenta o risco de as pessoas desenvolverem estados agressivos e de isolamento social, impactando diretamente no bem-estar individual, bem como no familiar. Podemos dizer que “o uso problemático da internet pode afetar indiretamente o bem-estar individual” A *Filha Esteves* foi diagnosticada com espectro autista e, mesmo diante de tratamento medicamentoso e acompanhamento médico, não tem tido melhora. E, pelo que percebemos, o consumo da tecnologia digital, percebido como uma solução de imediato, traz severos desencadeamentos.

Neste momento, então, percebemos a importância de voltarmos o nosso olhar para a categoria que contempla o consumidor cognitivamente vulnerável, ou seja, aquele indivíduo que não tem as habilidades essenciais para compreender e avaliar, criticamente, o conteúdo que acessa e consome (Brenkert, 1998). Podemos considerar desde dificuldades para interpretar mensagens complexas até informações que têm o intuito de manipular os consumidores. Os consumidores vulneráveis cognitivamente, especialmente as crianças, como destaca Brenkert (1998), estão mais suscetíveis a decisões de consumo que possam prejudicá-los e causar danos. Assim, mais do que considerar as “nossas crianças” como já pertencentes a essa categoria, identificamos que a vulnerabilidade cognitiva é potencializada pelo consumo da tecnologia digital pelos pequenos, no contexto em que estão inseridos. Um dos nossos compromissos como pesquisadores transformativos, sobretudo, dentre os seis apresentados pela TCR (Mick et al., 2012), está em dedicar ênfase ao contexto sociocultural e à situação vivenciada ao tratar os problemas relacionados ao bem-estar dos consumidores, bem como as suas vulnerabilidades.

Sobre o contexto das famílias e o acesso às TDICs, o campo nos mostrou que, mesmo sendo famílias de classes sociais mais baixas, a questão em pauta não é falta de acesso à tecnologia digital. As famílias têm acesso, principalmente às TVs e celulares (apenas algumas famílias possuem tablet e computador/notebook), com conexão à Internet. Hemaís et. al (2014), inclusive, nos mostram que está ultrapassada a visão de que as pessoas de baixa renda só conseguem custear itens de necessidades básicas. O consumo de outros produtos e serviços, dentre eles a tecnologia e os seus aparatos, não se mostra um problema aparente para os participantes da nossa pesquisa.

É importante reforçarmos que, neste escopo, não avaliamos a qualidade do acesso, a velocidade da internet utilizada e/ou a quantidade de equipamentos tecnológicos no lar, porque já identificamos que há desigualdades significativas de acesso entre as classes sociais no Brasil (TIC Kids Online Brasil 2024). Há, porém, um cenário importante a ser considerado: o fato das crianças não terem telefones celulares próprios mostrou-se como fator potencializador da vulnerabilidade cognitiva. Não que deveriam, à luz do que estudamos e pesquisamos, já que possuem de zero a seis anos de idade. Só que, nestes casos, a maior parte das crianças têm acesso aos dispositivos móveis dos pais, sem nenhum tipo de controle e segurança: *“Quando estamos cansados, porque trabalhamos com eventos à noite, oferecemos o nosso telefone para os gêmeos ficarem mais tempo na cama. E voltamos a dormir” (Mãe Alves)*. Dessa maneira, não há monitoramento do conteúdo acessado e nem do tempo de consumo, já que os aparelhos dos pais possuem acesso a qualquer informação, desde pornografia, violência e com anúncios de produtos e serviços inadequados para as crianças (Strasburger, 2019). Portanto, a concentração da nossa discussão não está no acesso desigual às TDICs por famílias de baixo NSE e, sim, o que acontece a partir do acesso e os reflexos no bem-estar e na vulnerabilidade familiar.

Dessa maneira, sobre o consumo das TDICs pelas crianças, via celular, identificamos três situações nas famílias participantes: 1) as crianças possuem acesso aos dispositivos dos pais e podem consumir “o que os pais consomem”, sem nenhuma supervisão parental no próprio equipamento ou fora dele; 2) as crianças possuem acesso aos dispositivos da rede de apoio e, com isso, também podem consumir “o que eles consomem”, sem nenhum monitoramento; 3) as crianças possuem celular próprio, mas a maior parte não tem supervisão parental no aparelho. Verificamos, à luz da AD (Orlandi, 2007), que os sentidos construídos em torno do uso do celular, por exemplo, são influenciados por práticas sociais e históricas. Os pais justificam esse consumo, muitas vezes, diante da necessidade de controlar o comportamento das crianças e/ou por não contarem com uma rede de apoio. Porém, não há criticidade sobre as implicações desse consumo a curto, médio e longo prazos. Mas... como teriam essa criticidade considerando o contexto que estão inseridos?

Quando pensamos, agora, sobre a TV e o papel que assume nos lares participantes, percebemos que os pais, na maior parte das famílias, assumem o controle “do controle da TV”, principalmente com as crianças de até quatro anos de idade. São eles que, a pedido dos filhos, vão “trocando” os canais e avaliando, de certa maneira, o que será consumido. Já as crianças entre cinco e seis anos, geralmente, possuem o “poder do controle”. Mesmo assim, os pais relataram (e verificamos no campo) que há muitas propagandas quando o consumo acontece

pela TV aberta ou, ainda, pelo YouTube (também no celular): *"Outra coisa, só aparece propaganda de 'comida, comida, comida'. Muito doce, chocolate, balas Fini e isso influencia as crianças. Isso me irrita muito"* (Mãe Gomes).

Alguns pesquisadores (Roedder, 1981; Butter, Popovich, Stackhouse, & Garner, 1981) destacam, inclusive, que as crianças com menos de sete anos de idade não conseguem distinguir entre programação e comerciais, ficando ainda mais vulneráveis à persuasão de anunciantes da publicidade (Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012). E, quanto mais delicada é a situação socioeconômica da família, mais vulnerável as crianças ficam aos efeitos psicológicos da publicidade (Chaplin, Hill & Roeder John, 2014). Percebemos que apenas quando o consumo se dá por serviços de *streaming*, como Netflix, não há o denominado Marketing Invasivo, ou seja, quando as famílias são invadidas por anúncios de qualquer conteúdo, tempo e formato. Lembramos, porém, que os serviços de *streaming* são os menos consumidos pelas famílias participantes da pesquisa.

Identificamos, ainda, outra realidade: a TV é muito utilizada como segunda tela, durante o período em que as crianças estão em casa, com programas (e propagandas) direcionados ou não para a faixa etária delas. *"Vou fazendo as minhas coisas enquanto a TV fica ligada, mas acompanho"*, diz a Mãe Gomes, em discurso que representa quase a totalidade das mães participantes. Como apresentamos, são elas, independentemente se trabalham fora de casa, as grandes responsáveis pelas tarefas do lar e pelo cuidado das crianças. Sobre o consumo da TV, identificamos exatamente o que trazem os autores Andreasen, Goldberg & Sirgy (2012) ao destacarem que raramente os pais conseguem se sentar ao lado das crianças, enquanto estão assistindo a TV, para lembrá-los dos possíveis riscos. E quando o assunto são os mais recentes aparatos tecnológicos, como o celular, essa é uma realidade ainda mais presente.

Percebemos que esses achados podem estar relacionados ao conceito de interpelação ideológica trazido por Pêcheux (1997) quando nos explica que os sujeitos são constituídos e, também, dominados pelos discursos que eles mesmos internalizam. No exposto, verificamos que os pais, em especial as mães, reproduzem práticas discursivas naturalizadas em relação ao uso e consumo das tecnologias digitais. Deixar as crianças assistirem à TV e usar o celular sem acompanhamento, sob a justificativa que precisam cumprir com as responsabilidades domésticas, pode parecer algo natural e aceitável uma vez que, muitas delas, talvez também foram "deixadas" em frente à TV, quando crianças, para que as mães realizassem as tarefas do lar. O grande problema é acreditar que as TDICs, para crianças tão pequenas, são ferramentas indispensáveis e não fazem mal (no caso, a TV), ocultando os riscos associados.

Na nossa pesquisa de campo, notamos que parte dessa carência no controle ao acesso e consumo das crianças se dá pela não compreensão dos pais do que precisam fazer: *“não sei usar essas coisas para controlar. Nem sabia que tinha isso (Mãe Esteves)”*. Essa realidade, na nossa percepção, está atrelada à falta de acesso à educação, numa concepção de formação escolar que, segundo Schaff (1995), deveria ser uma “educação permanente”, já que há uma necessidade constante do indivíduo em acompanhar as transformações aceleradas da sociedade. E isso não é uma realidade entre os participantes da nossa pesquisa. Destacamos que nenhum pai ou mãe participante da pesquisa da EMEI 2 possui formação superior e a maior parte não concluiu o Ensino Fundamental ou Médio. Já nas famílias participantes da EMEI 1, parte possui Ensino Médio, Técnico ou Superior. De toda forma, sobre os poucos pais que possuem a formação superior (apenas a Graduação), identificamos que não estudaram em instituições-referência ou não conseguiram realizar conexões que os impulsionassem para outros grupos de convívio ou padrões sociais.

Esse achado da pesquisa nos faz refletir à luz da teoria de Burrell e Morgan (1979) sobre os “arranjos sociais” moldarem as trajetórias dos indivíduos e, ainda, as suas limitações; e como esse cenário se sobrepõe ao seu desenvolvimento humano. Essa perspectiva também está alinhada à teoria das redes de Granovetter (1973), ao destacar que quando os “laços fracos” não se formam ou não são eficazes, os indivíduos podem ficar presos a estruturas sociais que dificultam o alcance de seu pleno potencial. Os “laços fortes” (familiares e amigos) são importantes, mas são os “laços fracos” que permitem a conexão dos indivíduos a novos grupos e possibilidades.

Consequentemente, o pouco acesso à educação escolar levou ao comprometimento, na maior parte das vezes, da ocupação profissional e, portanto, da riqueza ou rendimento (Alves e Soares, 2009) das famílias participantes da nossa pesquisa. A maior parte dos pais que trabalha fora, principalmente oriunda da EMEI 2, exerce profissões de natureza operacional e com mais esforço físico - açougueiro, motorista de transporte público, operador de produção em fábricas de alimentos. Embora sejam ocupações importantes para a sociedade, acabam não oferecendo oportunidades de crescimento profissional e ascensão na carreira. O mesmo acontece com os pais que trabalham na informalidade como alternativa para sustentar a família. Seja de uma forma ou de outra, há dificuldades reais em conquistar melhores condições de vida para eles e para as suas famílias.

Verificamos que o pouco acesso à educação escolar, principalmente dos pais das famílias da EMEI 2, acarreta a falta de criticidade para compreender e avaliar o conteúdo que a criança acessa e consome (Brenkert, 1998). Segundo Castells (2013), a revolução tecnológica

atual não está apenas na centralidade do conhecimento e da informação, mas na aplicação ativa desses elementos para gerar novos conhecimentos. Conhecimentos para selecionarem o que a criança pode acessar, o tempo correto de uso e, ainda, sobre como supervisionar tudo isso na prática.

O campo nos mostra exatamente o contrário, ou seja, que independentemente do tipo de tecnologia usada, os pais praticamente não realizam monitoramento regular de tempo e tipo de consumo. Embora existam sistemas de supervisão parental independentes, geralmente pagos, e outros oriundos dos próprios dispositivos ou aplicativos, geralmente gratuitos (Stoilova, Bulger & Livingston, 2023) estes não são usados pelos pais e responsáveis para gerenciar os acessos das crianças. As autoras Stoilova, Bulger and Livingston (2023) mostram, em seus estudos, que o uso do controle dependerá da faixa etária dos pais e dos filhos, das competências e habilidades tecnológicas, do envolvimento dos pais e dos motivos que possuem em busca desse monitoramento para reduzir os riscos e a vulnerabilidade.

Recorremos à Vygotsky (1896-1934) para lembrar que as habilidades cognitivas básicas de cada pessoa acontecem de acordo com sua história social, dessa maneira, não são determinadas por fatores congênitos. As atividades que o indivíduo pratica, portanto, estão de acordo com os hábitos sociais da cultura que ele desenvolve. E as crianças se desenvolvem em sintonia com a história da sociedade em que está inserida, incluindo a instituição família, sendo determinante na sua forma de pensar. O que o adulto acessa e como ele pensa será transmitido à criança pela linguagem e, assim, a conduzirá em sua forma de pensar (Vygotsky, 2000). Bourdieu (2002) também corrobora com a nossa reflexão quando traz os conceitos sobre *habitus* e capital social. Nestes, enfatiza como grupos compartilham e propagam visões de mundo similares devido a contextos sociais semelhantes.

O campo de pesquisa nos mostra, portanto, que a maior parte dos pais não possui habilidades tecnológicas e, por isso, torna as crianças ainda mais vulneráveis cognitivamente. Os pais, por não saberem como fazer ou não possuírem competência para discernir o consumo que “faz bem ou que faz mal”, considerando os seus contextos histórico, socioeconômico e cultural, acabam por permitir acesso desregulado às TDICs e deixam as crianças mais expostas aos riscos e malefícios do mercado (Brenkert, 1998). E que as crianças vão repetindo comportamentos dos próprios pais e de outros sujeitos pertencentes ao seu contexto. Não podemos nos esquecer que o campo também nos confrontou com situações desafiadoras e que precisam ser consideradas: as crianças com transtornos psicológicos e de comunicação, mais um fator condicionante às vulnerabilidades apresentadas.

Neste momento, portanto, voltamos o nosso olhar sobre o consumidor emocionalmente vulnerável que, segundo Brenkert (1998), é aquele que se encontra em um estado emocional fragilizado ou desequilibrado, tornando-o mais suscetível a diversas situações que podem não serem benéficas, incluindo influências externas e consumo de produtos e serviços. Assim, são consumidores assediados por marcas, que usam estratégias de marketing que apelam para as emoções fragilizadas como ansiedade, baixa autoestima e tristeza.

Refletindo sobre o consumo das telas digitais, percebemos que ‘nossas’ crianças, já emocionalmente vulneráveis, também sofrem impactos em suas emoções por meio desse consumo. E traz reflexo para todo o ambiente familiar. Ainda neste sentido, a *Mãe Lima* compartilha uma situação vivenciada que demonstra, claramente, a vulnerabilidade emocional da *Filha Lima 1* diante de uma frustração vivenciada no consumo de jogos digitais. Segundo a *Mãe Lima*, há aproximadamente um ano (nesta ocasião, a criança ainda não tinha cinco anos completos), a *Filha Lima 1* teve um descontrole emocional advindo do consumo de conteúdos via celular: “*ela ficou tão nervosa que jogou o telefone na parede e quebrou tudo. Aí, ela ficou sem o celular dela por uns oito meses. Ganhou dinheiro do pessoal da família, juntou e aí consertou*” (*Mãe Lima*).

Percebemos que o uso excessivo e descontrolado das TDICs, que a própria *Mãe Lima* revela diante do nascimento do segundo filho e da falta de rede apoio, refletem em atitudes impulsivas e agressivas. Além dos aspectos da vulnerabilidade, compreendemos que há uma redução significativa do bem-estar subjetivo (Ryan & Deci, 2001; Llanes, 2001; de ambas as partes: a criança, tão pequena, vivenciando a angústia por não lidar com as suas emoções e a mãe frustrada e triste por perceber “*a que ponto ela chegou*” (*Mãe Lima*).

Além da Família Borges, que já comentamos ser uma exceção no controle rigoroso do consumo das TDICs pelas crianças, encontramos uma outra família “menos radical” (também oriunda da EMEI 1), mas com mais consciência da importância do “agir” para proteger as crianças dos malefícios das tecnologias digitais: “*Eu tento manter as crianças longe do celular. Do YouTube. Eu tento dar uma segurada. Vejo sobrinhos, mães comentando na escola. Acho que tá demais e fazendo mal demais até para o emocional delas. E complica o desenvolvimento das crianças*” (*Mãe Nunes*).

Verificamos que o exposto pela Mãe Nunes nos apresenta um sujeito interpelado por formações discursivas (Orlandi, 2009) que conectam preocupações individuais e sociais sobre os efeitos do consumo da tecnologia digital por crianças tão pequenas. Ao dizer “*Acho que tá demais e fazendo mal demais (...)*” a Mãe Nunes interpreta e ressignifica discursos que estão

em circulação na sociedade sobre “o mal causado pelas tecnologias digitais”. E, mais que isso, se apropria desses discursos para justificar as suas práticas de controle moderado.

Ainda sobre a Família Nunes, resgatamos os seguintes relatos dos filhos durante a nossa imersão no campo: “*no YouTube eu não assisto coisas de terror (Filho Nunes 1). E eu não assisto muito violento (Filho Nunes 2)*. Mesmo compreendendo que há um consumo moderado nessa família, em alguns momentos, são as próprias crianças que fazem a “seleção” do próprio conteúdo seguindo quais referências? Como poderão saber o que é ou não muito violento, por exemplo? Neste sentido, recorreremos às reflexões de Dias (2015) ao nos lembrar que as crianças podem até ter habilidades com a tecnologia digital, como demonstram as crianças da Família Nunes, mas ainda serão vistas como vulneráveis porque ainda estão em desenvolvimento e não possuem capacidade de discernir o que é bom do que é mal. Strasburger (2019) também destaca que, muitas vezes, até vídeos e jogos que são vistos como divertidos podem representar, implicitamente, atos violentos. Como as crianças, tão pequenas, poderão saber o que verdadeiramente potencializa a sua vulnerabilidade emocional se, muitas vezes, até os próprios adultos desconhecem?

Como pesquisadores transformativos e conscientes da necessidade de dedicamos atenção especial ao bem-estar dos consumidores, apreendemos e compreendemos como os diversos os discursos, ditos e não ditos, além das observações que realizamos no campo, que nos apresentam claramente como o consumo da tecnologia digital, por crianças tão pequenas e em seu ambiente familiar, impacta consideravelmente na redução do bem-estar de todos os envolvidos. E esse fato não é só parte da nossa observação. As próprias famílias percebem e verbalizam sobre angústia, tristeza, descontrole emocional, sensação de impotência, ansiedade, stress, entre outras emoções e sentimentos que as assolam e que levam à vulnerabilidade emocional. Neste sentido, os estudos de Hill and Sharma (2020) sugerem que a vulnerabilidade do consumidor seja identificada de duas formas: experimentada (quando os próprios indivíduos sentem que sofrem e conseguem identificá-la) e observada (quando terceiros, como os próprios pesquisadores, conseguem observar o estado de vulnerabilidade).

A nossa pesquisa, portanto, nos mostra que há uma vulnerabilidade emocional não apenas por parte das crianças, mas de toda a família. Lembramos que, segundo Brenkert (1998), um consumidor torna-se emocionalmente vulnerável quando não tem a capacidade emocional de resistir às tentações e sedução das marcas como as promessas de felicidade e alívio dos problemas que possui. Conseguimos constatar essa teoria no campo de pesquisa, quando as crianças são submetidas ao consumo das tecnologias digitais sem supervisão de adultos. Adultos esses que também se encontram em real vulnerabilidade emocional diante do contexto

histórico, socioeconômico e cultural, como já apresentamos. Por isso, compreendemos que há uma potencialização da vulnerabilidade emocional, uma vez que não estão preparados emocionalmente para o consumo e, ainda, que esse próprio consumo os torna ainda mais vulnerável. É o que chamamos de “efeito *looping*”.

Assim, a exposição incessante das crianças a dispositivos digitais aumenta o risco de desenvolverem estados emocionais desregulados que podem, inclusive, levar ao isolamento social de toda a família. A literatura sobre o consumo de TDICs ao longo dos últimos anos, como apresentado por Postman (1999) e Strasburger (2019), também sinaliza que a exposição prolongada às telas digitais não só compromete o desenvolvimento emocional e social das crianças, mas afeta consideravelmente a dinâmica familiar.

Chegamos, então, na última categoria, apresentada por Brenkert (1998), em que contempla os consumidores socialmente vulneráveis. O autor define os consumidores dessa categoria como aqueles que vivenciam desvantagens sociais (desigualdade econômica, exclusão social, relações sociais complexas) e, por isso, são menos competentes que os outros consumidores para resistir às estratégias de marketing predatórias. Percebemos, nessa perspectiva, que a vulnerabilidade não é apenas individual, mas consideravelmente influenciada pelas estruturas sociais que criam e persistem com essas desigualdades. Em relação aos participantes da nossa pesquisa, portanto, além dos aspectos individuais (no nosso caso, da própria criança) e do coletivo (no nosso caso, da família), apresentados por Baker and Mason, 2012, também precisamos considerar o próprio contexto em que os indivíduos vivem, destacados por Hilhorst and Bankoff, (2013).

Por todas as questões já apresentadas e discutidas sobre o contexto histórico, socioeconômico e cultural das famílias participantes, não há dúvidas que se encontram nessa categoria. São famílias marcadas negativamente pelas desigualdades do nosso País e que vivenciam consideráveis desvantagens sociais. Há quase a inexistência de capital econômico, de capital cultural e, neste contexto, de capital social, conforme aponta Bourdieu (2002). A maior parte das famílias não possui relações sociais que possam ajudá-las a alçar novos vãos e saírem, ou transformarem, a realidade existente.

Essas desvantagens sociais, como apresentadas por Brenkert (1998) por si só já são suficientes para percebemos como socialmente responsáveis as famílias participantes. Mas percebemos que o consumo das TDICs pelas crianças, que se encontram nesse contexto, potencializa essas vulnerabilidades em uma outra perspectiva: as famílias, já socialmente vulneráveis, se tornam ainda mais socialmente vulneráveis a partir do consumo das tecnologias digitais. Dentre os achados no campo, encontramos relatos da própria família sobre o

afastamento social que o consumo das TDICs pelas crianças tem desencadeado. E observamos situações diversas, durante a imersão nos lares das famílias, de crianças se isolando do nosso convívio assim que iniciava o consumo das telas. Mais uma vez, a vulnerabilidade do consumidor na concepção experimentada e na concepção observada (Hill & Sharma, 2020). Apenas em situações específicas, talvez por sermos “visitantes” e por nos interessarmos pelo seu consumo ou, ainda, porque as próprias famílias as incentivaram, algumas nos mostravam o que gostavam de assistir e jogar.

No relato da *Mãe Dias* e *Mãe Gomes*, mas que representam muitos outros discursos, percebemos que o consumo desregulado das TDICs e o desejo constante pelo celular ou TV, por exemplo, gera uma dependência que afasta a criança, logo ao acordar, do convívio familiar. Quando dizem que *“a parte ruim é porque ela (Filha Dias 1) quer trocar as coisas que gosta pelo tablet. E já pede quando acorda. E pede toda hora. E não quer largar”* (*Mãe Dias*) e *“eles acordam e vão direto para a sala e já vou ligando a TV, porque ela (Filha Gomes 2) só toma a mamadeira vendo TV”* (*Mãe Gomes*) compreendemos o quanto a tecnologia digital se tornou a protagonista (ou antagonista?) nas relações familiares.

Também identificamos que as relações sociais são afetadas quando estão fora do ambiente familiar e se encontram com familiares, como observamos no relato da *Mãe Nunes*: *“a questão é quando encontram com os primos, aí muda a rotina toda de usar celular. É livre. E se deixar vão ficando o dia todo. Eu que tenho que tentar propor coisas para mudarem o foco. A minha sobrinha maiorzinha nem sai do quarto. Só fica no celular e só sai para comer”* (*Mãe Nunes*).

Ao analisarmos os discursos apresentados, à luz da AD, percebemos que representam uma reconfiguração de práticas e sentidos do cotidiano da família, o que nos mostra tensões entre a dependência, o controle e, neste caso, a interação social. Os relatos nos mostram que a tecnologia digital ocupa um papel central como mediadora das relações, afastando as crianças, pelo que percebemos, até de dinâmicas afetivas possibilitadas pelo convívio familiar. Ao mesmo tempo que as famílias mostram que vivem situações complexas no próprio ambiente familiar para controle do consumo das tecnologias digitais, também indicam que isso se torna ainda mais complexo com as normas sociais permissivas nos grupos dos familiares que convivem.

Ao considerarmos as reflexões sobre as práticas discursivas dos analistas de discurso referências da nossa tese (Pêcheux, Orlandi e Indursky), conseguimos compreender que são elas não são neutras e, sim, surgem de formações ideológicas que naturalizam esse papel dominante das TDICs como fundamentais para a rotina familiar, ao mesmo tempo que

demonstram resistência por parte dos pais e responsáveis, ao tentarem cessar o consumo e buscarem alguma convivência e interação. O que percebemos, no campo, é que muitos pais, interpelados por esses discursos sociais e conscientes dos males desse consumo, até sabem que não estão agindo corretamente ao permitir o consumo descontrolado das telas, mas não sabem o que fazer ou nem possuem recursos, de todos os âmbitos, para conseguir uma mudança significativa no comportamento das crianças.

Recorremos, então, às reflexões de Postman (1999, 2005), ao enfatizar que a tecnologia concede e ao mesmo tempo subtrai. Isso implica que, para cada benefício que a tecnologia proporciona, sempre existe uma desvantagem correspondente. E a desvantagem pode superar em importância o benefício. A proliferação da informação, principalmente por meio da televisão, tem conduzido à obsolescência da infância. Jogos e brincadeiras, que sempre estiveram correlacionados à infância, bem como comportamentos, linguagem, costumes e a própria percepção da realidade pela criança, são afetados e perdem relevância devido à disseminação dos conteúdos midiáticos.

Ainda considerando o contexto “fora do lar”, identificamos que todas as famílias relataram que oferecem (sim, antes até que as crianças peçam) o celular em momentos em que a criança precisa ser “controlada” no ambiente externo. *“As crianças usam celular só fora de casa para termos o controle. Quando vamos almoçar em algum lugar, por exemplo”* (Mãe Gomes). Então, ao perguntarmos à mãe se as crianças solicitam o consumo das telas, responde de maneira enfática: *“Não. Nós oferecemos”* (Mãe Gomes).

Diante desse e de relatos de todas as famílias participantes, percebemos o quanto o “sair para socializar” foi ressignificado. A tecnologia digital assume o protagonismo em todas as relações da família, ou seja, não apenas ao estabelecer a rotina do lar - *“Ele sabe que quando o pai chega eu empresto o tablet para que eu e o pai possamos ver o jornal”* (Mãe Inácio), inclusive como prêmio para incentivar que a criança cumpra com as suas pequenas rotinas - *“Quando fazem os combinados aí eu empresto o celular”* (Mãe Jones) -, mas impacta em todas as dinâmicas sociais e nas experiências vivenciadas pela família.

A percepção que temos é que os pais das famílias participantes, já tão sacrificados pelo próprio contexto que vivem, com as vulnerabilidades econômica, física, cognitiva e emocional tão afloradas, encontram na tecnologia como um “escape” ou um “alívio” para filhos e, ainda, para eles próprios. Mas o consumo da tecnologia digital pode criar uma falsa sensação de controle, segurança e bem-estar a curto prazo, sem ser considerada como a grande potencializadora das vulnerabilidades. A questão, como apontam Rich, Tsappis & Kavanaugh, (2019), é que os primeiros indícios de um uso problemático de mídias digitais podem passar

despercebidos no início ou serem interpretados como simples incômodos, em vez de serem reconhecidos como uma patologia, até que a criança atinge um estágio significativo de comprometimento, resultando em problemas físicos, disfunção social, entre outros (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019).

A nossa discussão, nesta categoria “O consumo da tecnologia digital potencializa as vulnerabilidades das famílias” teve como referência teórica os estudos de Brenkert (1998) sobre consumidores vulneráveis. Essa teoria foi amplamente utilizada como base, inclusive pelos autores que corremos, neste momento, para contribuir com a nossa discussão. Os estudos de Hill and Sharma (2020) nos apresentam uma abordagem sistematizada para constatar e compreender a vulnerabilidade do consumidor. Nessa abordagem, além da sistematização, sugerem métodos de identificação e demarcam antecedentes e consequências desse consumo.

Para fins de entendimento da nossa pesquisa, portanto, consideramos o conceito de vulnerabilidade no consumo também apresentado por Hill and Sharma (2020, p. 554): “vulnerabilidade do consumidor é um estado no qual os consumidores estão sujeitos a danos porque seu acesso e controle sobre recursos são restritos de maneiras que inibem significativamente suas habilidades de funcionar no mercado”. Para essa definição, os autores partiram das concepções conceituais de Brenkert (1998, p. 8) sobre a vulnerabilidade ser uma relação de quatro lugares: “alguma pessoa (P) é vulnerável a outro agente (moral ou causal) (A) com relação a algum dano/harm (H) em um contexto particular (C)”, sendo “inerentemente específica do objeto e do agente”.

Além disso, compreendemos que os estudos de Hill and Sharma (2020) reorganizam as quatro categorias que Brenkert (1998) - física, cognitiva, emocional e social -, e incluem outros elementos, porque acreditam que estas não sejam suficientes, além de considerarem “as circunstâncias que os consumidores enfrentam porque determinam a sua vulnerabilidade” (Hill & Sharma, 2020, p. 554). Percebemos, então, que incluem na análise os aspectos individuais (no nosso caso, da própria criança) e do coletivo (no nosso caso, da família), apresentados por Baker and Mason, 2012, além de considerar o próprio contexto que os indivíduos vivem, também destacados por Hilhorst and Bankoff (2013).

Assim, os estudos de Hill and Sharma (2020) trazem o conceito de vulnerabilidades sistematizado, além de algumas contribuições. À luz de Baker et al. (2005), que explicam que a vulnerabilidade do consumidor não advém das percepções dos outros e, sim, da sua autopercepção, Hill and Sharma (2020) sugerem que seja identificada de duas formas: experimentada (quando os próprios indivíduos sentem que sofrem e conseguem identificá-la) e

observada (quando terceiros, como os próprios pesquisadores, conseguem observar o estado de vulnerabilidade).

A segunda contribuição refere-se aos antecedentes da vulnerabilidade do consumidor considerando os recursos limitados e o controle restritivo. De acordo com Hill and Sharma (2020), a falta de acesso aos recursos essenciais, bem como a carência de controle sobre resultados indesejados, compromete a participação dos consumidores no mercado, tornando-os suscetíveis a danos.

Sobre os recursos, além dos autores incluem perspectivas de diversas literaturas, incluindo as teorias ora apresentadas de Brenkert (1998) e as concepções sobre capital social, cultural etc. de Bourdieu (1986), contemplam outros aspectos relevantes para a discussão da vulnerabilidade do consumidor. Para apresentá-los, consideram três categorias: recursos individuais (bens e capacidades pessoais como saúde física e mental, educação/formação e recursos financeiros), interpessoais (fatores sociais como capital social, pertencimento e apoio) e estruturais (elementos do mercado e ambiente, incluindo as práticas comerciais e funcionamento do próprio mercado).

Sobre o controle, também considerando Brenkert (1998), o analisam nas três categorias: individual (associado a habilidades de autoeficácia e autoconfiança), interpessoal (o maior ou menor controle advém de dinâmicas e interações sociais construídas pelos indivíduos) e estrutural (o controle é delineado por instituições, como governos e empresas, e por fatores externos, como avanços tecnológicos, que podem facilitar ou restringir o consumo).

Hill and Sharma (2020) ainda sinalizam algo relevante para a nossa pesquisa, quando afirmam que as combinações de recursos e controle operam um papel significativo na determinação da vulnerabilidade do consumidor. As três categorias - individual, interpessoal e estrutural -, não funcionam de maneira isolada. Ao contrário, os estados de vulnerabilidade podem se intensificar ou atenuar diante da coexistência e conexão dessas categorias, criando dinâmicas complexas. Quando há limitações em uma categoria, por exemplo, pode afetar negativamente as outras, potencializando a vulnerabilidade do consumidor. E o contrário também pode acontecer. Quando há avanços em uma das categorias, podem mitigar restrições em outra. Já a terceira contribuição, os autores apresentam que os indivíduos vulneráveis podem lidar de duas formas diante das situações vivenciadas: enfrentamento como mecanismo não defensivo (quando desiste, se rende ou cede) ou defensivo (transcende, rebela ou cria novas estruturas - neste último, o consumidor estabelece contextos nos quais têm mais possibilidade de controle dos recursos expandidos) (Hill & Sharma, 2020).

Diante do exposto e à luz dos pressupostos da TCR, que contempla a criança como um consumidor particularmente vulnerável (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012), e de autores como Raggiotto et al. (2023); Rich, Tsappis & Kavanaugh (2019); Strasburger (2019), Bauman and Raud (2018); Strasburger, Donnerstein and Bushman (2014); Dias (2015); Hoffman (2012); Buckingham (2006); e Postman (1999, 2005), que afirmam que o consumo das tecnologias digitais pelas crianças impactam no bem-estar e a vulnerabilizam, utilizamos as teorias de Brenkert (1998) e Hill & Sharma (2020) para a construção sistematizada das vulnerabilidades sendo potencializadas pelo consumo das TDICs pelas crianças.

A concepção proposta não tem pretensão de ser estruturalista, até porque compreendemos que existem nuances e subjetividades que não podem ser mapeadas, mas tem o objetivo ser uma referência na construção da nossa própria tese: o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, potencializa as vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social da criança. Além disso, a sistematização (FIGURA 22) visa contribuir para ampliar as reflexões sobre a vulnerabilidade da TCR, extrapolando as definições alinhadas às vulnerabilidades por grupos (Mick. et al., 2012) ao trazer a perspectiva da caracterização do sujeito vulnerável mediante as categorias apresentadas (Brenkert, 1998; Hill & Sharma (2020).

Lembramos que não são as crianças que iniciam o processo da potencialização das vulnerabilidades. São os responsáveis por ela, sejam pais ou integrantes da rede de apoio, que permitem o acesso precoce e o consumo inadequado e sem supervisão da tecnologia digital, comprometendo o desenvolvimento saudável das crianças. E, com isso, há a intensificação das vulnerabilidades a partir do momento em que as TDICs assumem o protagonismo/antagonismo no lar e comandam a dinâmica familiar. Não estamos considerando a vulnerabilidade tecnológica como uma categoria separadamente, já que ela se apresenta como transversal na nossa pesquisa, impactando e potencializando as outras vulnerabilidades.

Assim, considerando as concepções teóricas de Brenkert (1998) e de Hill and Sharma (2020), representamos, conforme FIGURA 22:

(A) Vulnerabilidades do consumidor (Brenkert, 1998): (1) física (possui condições físicas ou biológicas que o torna mais passível de danos causados pelo consumo); (2) cognitiva (não tem habilidades essenciais para compreender e avaliar o conteúdo que acessa e consome. Fácil de ser manipulado); (3) emocional (estado emocional fragilizado ou desequilibrado); (4) social (desvantagens sociais que o torna menos competente para distinguir produtos e serviços que possam trazer danos). Os autores Hill and Sharma (2020) também partem dessas categorias-base para apresentar os antecedentes da vulnerabilidade do consumidor, ou seja, quais os

recursos limitados esse consumidor possui que o torna vulnerável. Neste caso, os recursos individuais abarcam as categorias física, cognitiva e emocional de Brenkert (1998), e os recursos interpessoais se conectam à categoria social de Brenkert (1998). Neste sentido, são as condições “prévias” que tornam o consumidor vulnerável e que, como lembra o autor, o consumidor não precisa estar presente em todas as categorias simultaneamente para ser considerado vulnerável.

Figura 22 - Sistematização das vulnerabilidades potencializadas por meio do consumo das TDICs por crianças na primeira infância.

	Potencialização das vulnerabilidades a partir do consumo das TDICs por crianças na primeira infância. Uma proposta baseada nas teorias de Brenkert (1998) e de Hill and Sharma (2020), à luz da TCR (Mick et al., 2012; Ozanne et al., 2011; Crockett et al., 2013).			
(A)	Categorias-base das vulnerabilidades do consumidor Antecedentes da vulnerabilidade do consumidor considerando os recursos limitados (recursos individuais e interpessoais). <i>Aqui, são as condições “prévias” que tornam o consumidor vulnerável.</i>			
	FÍSICA	COGNITIVA	EMOCIONAL	SOCIAL
	+			
(B)	Contextos histórico, socioeconômico e cultural			
	+			
(C)	As vulnerabilidades <u>observada e experimentada/percebida</u> .			
	=			
RESULTADO (A*)	Categorias-base das vulnerabilidades do consumidor POTENCIALIZADAS <i>Aqui, o consumidor tem as suas vulnerabilidades potencializadas pelo consumo das TDICs. O potencializador é o consumo em si, embora as vulnerabilidades possam se manifestar antes (pré-consumo), durante (o consumo em si) ou depois do consumo (pós-consumo).</i>			
Tecnologia digital atravessa todas as categorias e, assim, potencializa as vulnerabilidades existentes. Assim, podemos considerá-la como uma categoria transversal.	Causas: consumo inadequado (tempo e conteúdo) e sem supervisão das TDICs, em especial celular e TV. Causa e consequência: dependência tecnológica (<i>looping</i>): Consequência periférica (secundária): redução no bem-estar individual (criança) Consequência central: potencialização das vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social das crianças. <i>(As vulnerabilidades potencializadas são iniciadas pelo consumo das TDICs pelas crianças, mas, uma vez como parte da rotina e dinâmica familiar, podem se manifestar antes, durante ou depois do consumo).</i>			

Nota dos pesquisadores: embora não seja o nosso foco de estudo, sugere-se, em pesquisas com proposta, a inclusão de mais um item a ser analisado (D) que compõe a sistematização do consumidor vulnerável: Estratégias de MKT utilizadas no mercado/ Antecedentes da vulnerabilidade (estruturais).

Fonte: elaborada pela autora, à luz das teorias de Brenkert (1998) e de Hill and Sharma (2020).

Dando continuidade... **(B)** Contextos histórico, socioeconômico e cultural (Brenkert, 1998; Hill & Sharma (2020): os contextos do consumidor devem ser considerados para classificá-lo como vulnerável, que também está alinhado a um dos compromissos da TCR (Mick et al., 2012, p. 6) que destaca a “importância do contexto sociocultural e situacional ao abordar problemas ou oportunidades relacionados ao bem-estar dos consumidores”.

(C) As vulnerabilidades observada e experimentada/percebida. Para um consumidor ser considerado vulnerável ele precisa se perceber assim, ou seja, sentir que sofre e conseguir identificar a vulnerabilidade (Brenkert, 1998). Além dessa percepção, denominada por Hill and Sharma (2020) como experimentada, ainda precisam ser observados (vulnerabilidade obeservada) assim, pelos próprios pesquisadores (Hill & Sharma, 2020).

(Aⁿ) Quando a criança da primeira infância, no ambiente familiar, “soma” os itens (A), (B) e (C) e, ainda, realiza o consumo das TDICs, as vulnerabilidades são potencializadas. A tecnologia se apresenta como uma categoria transversal, atravessando as categorias física, cognitiva, emocional e social. Neste sentido, o potencializador é o consumo em si, embora as vulnerabilidades possam se manifestar antes (pré-consumo), durante (o consumo em si) ou depois do consumo (pós-consumo). É neste momento que identificamos causas (consumo inadequado (tempo e conteúdo) e sem supervisão das TDICs), causa e consequência (dependência tecnológica (looping); consequência periférica (redução no bem-estar individual (criança), com reflexos na família) e consequência central (potencialização das vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social das crianças.

Há um outro elemento, que poderíamos incluir na nossa sistematização, como o elemento (D), mas não o fizemos por não ter sido estudado e analisado nesta tese. São as estratégias de Marketing sinalizadas por Brenkert (1998), também chamadas de antecedentes estruturais por Hill and Sharma (2020). Essa dinâmica do mercado, que inclui as práticas comerciais e o seu próprio funcionamento em si, também deve ser considerada na categorização do consumidor vulnerável. Agora, considerando a sistematização proposta, à luz das concepções teóricas de Brenkert (1998) e de Hill and Sharma (2020), trazemos as discussões da tese, conforme apresentado no QUADRO 6.

Quadro 6: Sistematização das vulnerabilidades potencializadas por meio do consumo das TDICs por crianças na primeira infância, aplicada à nossa pesquisa

	Potencialização das vulnerabilidades a partir do consumo das TDICs por crianças na primeira infância. Uma proposta baseada nas teorias de Brenkert (1998) e de Hill and Sharma (2020), à luz da TCR (Mick et al., 2012; Ozanne et al., 2011; Crockett et al., 2013).
--	---

(A)	Categorias-base das vulnerabilidades do consumidor Antecedentes da vulnerabilidade do consumidor considerando os recursos limitados (recursos individuais e interpessoais). Aqui, são as condições “prévias” que tornam o consumidor vulnerável.			
	FÍSICA	COGNITIVA	EMOCIONAL	SOCIAL
	O consumidor possui condições físicas ou biológicas que o torna mais passível de danos causados pelo consumo.	O consumidor não tem habilidades essenciais para compreender e avaliar o conteúdo que acessa e consome. Fácil de ser manipulado.	O consumidor encontra-se em estado emocional fragilizado ou desequilibrado.	O consumidor possui desvantagens sociais que o torna menos competente para distinguir produtos e serviços que possam trazer danos.
	Sobre as crianças participantes da nossa pesquisa à luz das categorias:			
	Considerando a perspectiva biológica desta categoria, as crianças participantes da pesquisa com TDAH e TEA (além de outras com problemas de saúde pontuais) são mais passíveis de danos.	Crianças na primeira infância ainda não possuem habilidades essenciais para compreender e avaliar de maneira crítica o que consomem.	Diante da própria situação dos responsáveis e dos traumas e situações complexas vivenciadas, as crianças encontram-se em estado emocional desfavorável.	As referências sociais das crianças, com falta de acesso aos laços fracos que poderiam potencializá-las, e à falta de oportunidades a tornam menos competentes para compreender o consumo bom do mal.
	+			
(B)	Contextos histórico, socioeconômico e cultural Contextos são considerados para classificação do consumidor como vulnerável.			
	Sobre o contexto das famílias participantes:			
	As famílias participantes da pesquisa estão imersas em um contexto sócio-histórico que reflete as desigualdades estruturais e dinâmicas culturais próprias dessas áreas. São famílias de baixo nível socioeconômico (NSE) das regiões periféricas de Belo Horizonte. Sobre a moradia, algumas famílias possuem os lares em becos, outras em áreas conjugadas (conjunto de moradias em um mesmo lote) ou aos fundos de outras casas, e uma parte reside em apartamentos de conjuntos habitacionais populares. Há pouco acesso à educação, o que acaba comprometendo a ocupação profissional e, conseqüentemente, a riqueza ou rendimento dos participantes. As crianças estão matriculadas em instituições públicas (EMEI 1 e 2) e as famílias não contam com babás ou auxiliares para os momentos em que as crianças se encontram fora do ambiente escolar. Nenhum pai ou mãe participante da pesquisa da EMEI 2 possui formação superior e a maior parte não concluiu o Ensino Fundamental ou Médio. Já nas famílias participantes da EMEI 1, parte possui Ensino Médio, Técnico ou Superior. De toda forma, sobre os poucos pais que possuem a formação superior (apenas a Graduação), identificamos que não estudaram em instituições-referência ou não conseguiram realizar conexões que os impulsionassem para outros grupos de convívio ou padrões sociais.			
	+			
(C)	As vulnerabilidades observada e experimentada/percebida.			
	Sobre as vulnerabilidades observada e experimentada (percebida) nas/pelas famílias participantes:			
	Identificamos a vulnerabilidade nessas duas perspectivas. Na concepção da “experimentada”, os indivíduos estabelecem discursos ao se perceberem nesse lugar de vulneráveis, em uma ou mais categorias. Além de estarem conscientes das vulnerabilidades existentes (ou de parte delas), há momentos em que demonstram que a situação pode se			

	agravar diante do consumo exacerbado das TDICs pelas crianças, impactando nela própria e na família como um todo. Sobre a vulnerabilidade observada, é notório que há famílias que perpassam por todas as categorias-base e, outras, por parte delas.			
	=			
RESULTADO (A")	Categorias-base das vulnerabilidades POTENCIALIZADAS do consumidor Aqui, o consumidor tem as suas vulnerabilidades potencializadas pelo consumo das TDICs. O potencializador é o consumo em si, embora as vulnerabilidades possam se manifestar antes (pré-consumo), durante (o consumo em si) ou depois do consumo (pós-consumo).			
Tecnologia digital atravessa todas as categorias e, assim, potencializa as vulnerabilidades existentes. Assim, podemos considerá-la como uma categoria transversal.	Causas: consumo inadequado (tempo e conteúdo) e sem supervisão das TDICs, em especial celular e TV. Causa e consequência: dependência tecnológica (looping); Consequência periférica (secundária): redução no bem-estar individual (criança) e coletivo (família) Consequência central: potencialização das vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social das crianças. <i>(As vulnerabilidades potencializadas são iniciadas pelo consumo das TDICs pelas crianças, mas, uma vez como parte da rotina e dinâmica familiar, podem se manifestar antes, durante ou depois do consumo).</i>			
	FÍSICAⁿ	COGNITIVAⁿ	EMOCIONALⁿ	SOCIALⁿ
	Quando coloca os aspectos físicos do consumidor em risco por meio do consumo.	Quando traz para o consumidor problemas cognitivos advindos do consumo, até então não existentes.	O consumidor se torna ainda mais emocionalmente vulnerável por meio do consumo.	É o consumo que acarreta a disfunção social do consumidor.
	Sobre as crianças participantes da nossa pesquisa à luz das categorias potencializadas (exemplificação):			
	- Crianças com TDAH e TEA são hipersensíveis e sofrem impactos antes, durante e após o consumo. - Fazem mal para o próprio corpo ao se debaterem e se machucarem diante de negação ou abstinência. - Sofrem agressões dos pais na tentativa de controle ou retirada do consumo. - Interferência na rotina de sono das crianças: dificuldades para adormecer e agitação noturna. - Necessidades fisiológicas dependentes do consumo.	- Permanecem na mesma bolha digital: limita a diversidade de informações e perspectivas, retendo as crianças aos conteúdos e ideias que reforçam as suas preferências iniciais. - Novas necessidades por produtos e serviços até então não conhecidos. - Acesso e internalização de conteúdos inadequados para as crianças da primeira infância. - Percepções distorcidas sobre o que é real e imaginação. - Interferências nas formações de princípios e moral	- Frustração condicionado ao descontrole emocional; estados emocionais desregulados. - Sentimentos de tristeza, angústia, medo, ansiedade, stress. - Nervosismo intenso. - Descontroles emocionais que acarretam em ofensas e discussões.	- Disfunção Social: dificuldade de socialização, se comunicar e aceitar as normas dos grupos - Afastamento da família e das relações afetivas - Isolamento dentro do próprio lar - Isolamento em ambientes externos - Relação com o mundo digital (e seus "personagens" mais forte que com as pessoas reais)

		diante de conteúdos como pornografia, violência doméstica. - Falta de criticidade sobre o que deve e o que não deve consumir. - Comprometimento do desenvolvimento do intelecto, prejudicando habilidades essenciais como atenção e memória.		
	Sobre os impactos das vulnerabilidades potencializadas para o coletivo; os reflexos nos pais/família (exemplificação)			
	- Tem ainda mais dificuldade para lidar com as particularidades das crianças com transtornos. - São agredidos pelas crianças ao negarem o acesso ou quando tentam conter os descontroles das crianças. - Alterações no padrão do sono devido à instabilidade na rotina das crianças.	- Tensão diante da dificuldade de definir o que “faz bem” do que “faz mal”. - Desconstruir discursos apreendidos e reproduzidos pelas crianças. - Corrigir comportamentos de imitação e repetição. - Negociar as solicitações de consumismo, principalmente diante da realidade que possuem. - Exigência de novas habilidades para lidar com os conteúdos acessados e criticidade para auxiliar as crianças nos “filtros” de acesso. - Estabelecimento de novas rotinas tendo o consumo das TDICs como periférico (e não antagonista). - Busca por profissionais para tratar questões relacionadas à déficit de atenção e outros.	- Sensação de impotência. - Sofrimentos compartilhados: a criança sofre e os pais sofrem junto. - Descontrole emocional da criança traz mais descontrole para o adulto e vice-versa.	- Pais com dificuldades de inserir as crianças em programas sociais. - Pais sofrem com ausência e indiferença. - Problemas de aceitação de regras e normas em ambientes como a escola. - Dificuldade para estabelecer comunicação saudável e assertiva. - Perdem o “lugar” de pessoa-referência para as crianças.
RESULTADO	O consumo inadequado (tempo e conteúdo) e sem monitoramentos das TDICs, em especial celular e TV, por crianças na primeira infância em ambientes familiares do contexto estudado, causa dependência tecnológica (efeito <i>looping</i>) e reduz o bem-estar individual (criança), com reflexos na família, potencializando as vulnerabilidades já existentes: física, cognitiva, emocional e social. Ao assumir o protagonismo/antagonismo na dinâmica familiar, compromete o desenvolvimento saudável da criança em todos os aspectos relacionados.			

Fonte: elaborado pela autora

O QUADRO 6 apresenta os resultados da nossa pesquisa aplicados à sistematização que propusemos na FIGURA 22, demonstrando como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância potencializa as suas vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social (A), em contextos histórico, socioeconômico e cultural vulneráveis (B), com a vulnerabilidade observada (por nós, pesquisadores) e experimentada/percebida (pelas próprias crianças e pais) (C). Seguem os resultados da tese sistematizado no QUADRO 6, por etapas:

(A) as ‘nossas crianças’ já são vulneráveis nas quatro perspectivas, sendo no aspecto físico (considerando a perspectiva biológica nesta categoria, como sugere o autor, as crianças com TDAH e TEA e outras com problemas de saúde pontuais são mais passíveis de danos), cognitivo (crianças na primeira infância ainda não possuem habilidades essenciais para compreender e avaliar de maneira crítica o que consomem), emocional (diante da própria situação dos responsáveis e dos traumas e situações complexas vivenciadas, encontram-se em estado emocional desfavorável) e social (as suas referências sociais, com falta de acesso aos laços fracos que poderiam potencializá-las, e à falta de oportunidades a tornam menos competentes para compreender o consumo bom do mal). Embora Brenkert (1998) tenha sinalizado que o consumidor para ser identificado como vulnerável não precisa contemplar todas as categorias, neste caso, contempla. Poderíamos acrescentar um sinal de adição entre cada uma das categorias, o que já demonstra uma potencialização das vulnerabilidades começando do nível (A).

(B) Como apresentado, as famílias participantes da pesquisa estão imersas em um contexto sócio-histórico que reflete as desigualdades estruturais e dinâmicas culturais próprias dessas áreas. São famílias de baixo nível socioeconômico (NSE) das regiões periféricas de Belo Horizonte. Sobre a moradia, algumas famílias possuem os lares em becos, outras em áreas conjugadas (conjunto de moradias em um mesmo lote) ou aos fundos de outras casas, e uma parte reside em apartamentos de conjuntos habitacionais populares. Há pouco acesso à educação, o que acaba comprometendo a ocupação profissional e, consequentemente, a riqueza ou rendimento dos participantes. As crianças estão matriculadas em instituições públicas (EMEI 1 e 2) e as famílias não contam com babás ou auxiliares para os momentos em que as crianças se encontram fora do ambiente escolar. Nenhum pai ou mãe participante da pesquisa da EMEI 2 possui formação superior e a maior parte não concluiu o Ensino Fundamental ou Médio. Já nas famílias participantes da EMEI 1, parte possui Ensino Médio, Técnico ou Superior. De toda forma, sobre os poucos pais que possuem a formação superior (apenas a Graduação), identificamos que não estudaram em instituições-referência ou não conseguiram realizar conexões que os impulsionassem para outros grupos de convívio ou padrões sociais.

(C) Também identificamos a vulnerabilidade nessas duas perspectivas. Na concepção da “experimentada”, as crianças e seus pais (ao dizerem sobre elas) apresentam discursos ao se perceberem nesse lugar de vulneráveis, em uma ou mais categorias. Além de estarem conscientes das vulnerabilidades existentes (ou de parte delas), há momentos em que demonstram que a situação pode se agravar diante do consumo exacerbado das TDICs pelas crianças, impactando nela própria e na família como um todo. Sobre a vulnerabilidade observada, é notório que há famílias que perpassam por todas as categorias-base e, outras, por parte delas.

(Aⁿ) Ao contemplarem todos os níveis descritos (A, B e C) e somarem ao consumo inadequado (tempo e conteúdo) e sem monitoramentos das TDICs, em especial celular e TV, por crianças na primeira infância em ambientes familiares do contexto estudado, que causa dependência tecnológica (efeito looping) e reduz o bem-estar individual (criança), com reflexos na família, identificamos crianças potencialmente vulneráveis. vulnerabilidades já existentes: física, cognitiva, emocional e social. Para complementar os resultados apresentados, trouxemos no nível (Aⁿ) exemplificações sobre como isso acontece com as crianças participantes da pesquisa à luz das categorias potencializadas (exemplificação) e como os achados reverberam e refletem no coletivo, aqui representados pelos pais das crianças. Os exemplos também estão divididos por vulnerabilidade potencializada: física, cognitiva, emocional e social.

Assim, compreendemos que o potencializador é o consumo em si, embora as vulnerabilidades possam se manifestar antes (pré-consumo), durante (o consumo em si) ou depois do consumo (pós-consumo). A tecnologia digital, neste sentido, “controla as crianças” não só no instante em que o consumo acontece. Como é realizado de forma intensa e desregulada, acarreta muitos males antes do consumo (porque as crianças paralisam as atividades enquanto não conseguem ver TV ou acessar o celular), durante o consumo em si, devido ao excesso de tempo de uso e dos conteúdos equivocadamente acessados e, ainda, após o consumo, quando as crianças vivenciam crises de abstinência. Podemos dizer que o consumo traz um efeito “looping”, como se fosse, realmente, uma repetição infinita: o consumo não assistido, que potencializa a vulnerabilidade da criança e família, que quando negado gera mal físico e emocional (e outros mais) à criança e sua família, que cede novamente diante de intensas solicitações ou para aquietar a criança, que consome... Em então, a dinâmica familiar é alterada diante da centralidade que a tecnologia ocupa no lar.

Considerando que são crianças e tão pequenas, recorremos a uma importante reflexão de Brenkert (1998, p. 9): “os vulneráveis podem obter exatamente o que querem, mas o que querem pode prejudicá-los involuntariamente e injustamente (bem como sua família e/ou

comunidade)”. Ressaltamos, portanto, que o nosso estudo possibilita descortinar as vulnerabilidades já existentes nas crianças e perceber o quão intensificadas estão diante do consumo das tecnologias digitais, alinhados ao nosso compromisso de compreender os fatores que influenciam as vulnerabilidades do consumidor (Pinto, Almeida & Ássimos, 2021) para que, ao conhecê-los, trabalhemos no intuito de impactar positivamente algumas realidades (Mertens, 2007). É sobre a tentativa de impactar positivamente que discorreremos na próxima seção.

4.3 Terceira parte: as devolutivas às famílias das EMEIs e demais envolvidos

Parte fundamental da pesquisa transformativa é dar retorno ao campo sobre os resultados do trabalho, com o intuito de promover reflexões e possíveis mudanças, além de definir estratégias amplas e inclusivas de comunicação (Crockett et al., 2013).

Também há de se considerar que “talvez uma das formas mais inovadoras de disseminação seja o uso das artes performativas” (Crockett et al., 2013, p. 1176). Assim, estaremos mais propensos a alcançar uma mudança social significativa (Mick et al., 2012; Ozzane et al., 2011).

Na tela de projeção branca, instalada próxima ao hall de entrada da EMEI 1, aparece a imagem de um corredor de supermercado. Em cena, uma atriz, no papel de mãe, simulando que está fazendo compras. O seu telefone celular toca. Ela o atende, o coloca na orelha direita e inicia a conversa com o esposo, enquanto anda “de um lado para o outro”:

- Oi Ricardo!
- Hummmm... Falar do queee?
- Eu sei que ele não pode ficar esse tempo todo no celular, mas é difícil. Ele fica tão focado nos jogos e é complicado tirar o celular dele.
- AAhhh eu que tenho que dar um jeito nisso? Eu não sou polícia digital não...
- Oi? Só eu que tenho que colocar limites? Eu sei que você trabalha, mas eu trabalho em casa o dia todo!
- Ah taaaa.. eu sou a mãe, mas vc é o pai!!! O filho é nosso!
- Simmmmm... tb acho que está ficando fora de controle.

- Eu sei, Ricardo! No almoço também! Mas.... Antes do almoço, não tem jeito.. Eu deixo ele nessas telas porque tenho que fazer tudo. De manhã é muito corrido pra mim. E eu tenho que fazer almoço, uai. Ou vamos comer vento?

- Eu tento, Ricardo. Mas quando ele começa a chorar e a fazer birra, às vezes é mais fácil ceder.

- Ahhh eu que sempre cedo? Anhan.. Não é tão simples assim. Você não está aqui o dia todo para ver como é.

- E você acha que eu não sei disso? Eu faço o meu melhor todos os dias... Você precisa estar mais presente pra ajudar... ou talvez você possa ajudar mais quando está em casa, em vez de só criticar.

- Ahhh que bom que estou te fazendo pensar... Lucas precisa de nós dois. Se queremos que ele tenha limites com a tecnologia, precisamos ser uma equipe. Não dá para colocar toda a responsabilidade em mim.

- Que bom que está reconhecendo isso tb. Juntos podemos fazer isso funcionar. Lucas precisa de um bom exemplo e limites claros. Talvez possamos estabelecer algumas regras claras sobre o uso do celular.

- Sim, concordo... Isso vai ajudar muito no desenvolvimento dele.. então combinado! Nada de celular durante as refeições e um tempo limitado de uso diário, de acordo com a idade dele, né? Tem que ser... Podemos também incentivar outras atividades, como ler livros e outras brincadeiras mesmo. E vamos encontrar algumas atividades para fazermos juntos, como família. Pode ser? Nós também ficamos muito no celular e ele acaba ficando nas coisas dele. Acho que é um esforço de todo mundo.

- Ah! Tenho mais uma ideia. Podemos fazer um cronograma, sei lá, um planejamento mesmo, com horários para o uso do celular e para outras atividades diferentes.

- Sim, Ricardo! Eu sei! Vamos precisar ser firmes.. Sei que não será fácil no começo, mas é para o bem dele. E que bom que vamos fazer isso juntos. Vamos falar com o Lucas e explicar as novas regras.

- Ahhhh! Eu não vou falar sozinha. Porque aí já começamos errados. Vamos conversar juntos e começar hoje mesmo. Juntos vamos conseguir.

Esse foi um dos esquetes⁵⁰ que construímos e apresentamos em um dos eventos de devolutiva realizados para os participantes da pesquisa e demais envolvidos direta e indiretamente. É o momento, portanto, de apresentarmos como efetivamente aconteceram as devolutivas às famílias participantes da pesquisa e às demais famílias das EMEIs 1 e 2, envolvendo, também, o corpo diretivo, os docentes e a equipe administrativa das Instituições de Ensino. Podemos dizer que, ao realizar a devolutiva no formato proposto, contemplamos as etapas 7 e 8 da TCR, últimas apresentadas por Crockett et al. (2013), que são a tradução para os participantes de pesquisa e a disseminação dos resultados (Almeida et al., 2018).

Assim, como fases cruciais para qualquer pesquisa voltada a promover transformações no contexto estudado (Crockett et al., 2013), cumprimos o nosso compromisso de desenvolver ideias acessíveis que favorecessem a compreensão dos participantes. E, ainda, realizamos a disseminação dos resultados da pesquisa, visando atenuar os desafios do contexto e gerar bem-estar para os participantes (Mick et al., 2012). Mais detalhes sobre essas e as outras seis etapas da Pesquisa Transformativa, proposta por Crockett et al. (2013), encontram-se na seção “3.2.4 - TCR de volta ao campo de pesquisa”.

Buscamos produzir essa seção o mais detalhadamente possível no intuito de tangibilizar os momentos especiais vivenciados. E, ainda assim, acreditamos que falhamos porque muito do que foi vivido e experimentado durante o processo das devolutivas, em especial nos eventos nas duas EMEIs, é verdadeiramente indescritível. De toda maneira, o que é passível de descrição, contemplamos nesta seção.

Compartilhamos, assim, o processo de devolutiva, intitulado de “eventos de devolutiva”, considerando as seguintes etapas: antes (pré-evento), durante (evento) e depois (pós-evento). Importante destacarmos que o corpo diretivo das EMEIs envolveu-se ativamente durante o processo, e as famílias tiveram importante participação antes e durante o processo. Aqui, conseguimos compreender ainda mais o sentido da produção compartilhada, da coparticipação, da força do coletivo, do “fazer com” e não do “fazer para”. Seguem as etapas e as decisões e ações correspondentes a cada uma delas.

⁵⁰ Esquete: é uma cena curta, de caráter geralmente cômico, realizada por um número pequeno de atores, utilizando ou não o improviso. Fonte: www.spescoladeteatro.org.br.

4.3.1 Etapa: Pré-evento

A etapa do pré-evento, ou seja, do planejamento de cada um dos eventos de devolutiva, contou com o envolvimento direto dos participantes da pesquisa, que no campo compartilharam sugestões de como esses momentos de devolutiva deveriam acontecer. Como pesquisadores transformativos, compartilhamos sobre o nosso compromisso em desenvolver, de forma coletiva, ideias interessantes e que pudessem gerar, de alguma maneira, transformação nas famílias envolvidas (Crockett et al., 2013), bem como as demais famílias das EMEIs. Neste momento, tivemos a oportunidade de dizer que também estávamos em um processo de transformação ao sermos confrontados com as mais diversas questões que o próprio campo oferecia (Mick et al., 2012).

Após a imersão no campo, com muitas ideias na mente e no coração, realizamos encontros com o corpo diretivo das EMEIs, inicialmente com dois propósitos. Sobre o primeiro, validamos a proposta de conteúdo da devolutiva às famílias, à luz dos principais achados do campo e das análises realizadas. Sobre o segundo, pensamos, de forma conjunta, no melhor formato para que as famílias pudessem acessar o conteúdo, refletir sobre ele e ter a oportunidade de participar ativamente do momento. Levamos as inspirações que surgiram no campo e ouvimos as diretoras para que, então, chegássemos a um formato possível e interessante para todos⁵¹. Numa perspectiva de coprodução, após os nossos encontros, as diretoras conduziram reuniões com o corpo docente das EMEIs, com o objetivo de apresentarem a nossa proposta, ainda aberta às colaborações dos professores.

Após isso, formatamos eventos com as famílias participantes (pais/responsáveis e crianças), um em cada EMEI, aos sábados, sendo em 06 de julho/2024, na EMEI 1, e em 10 de agosto/2024, na EMEI 2, para as devolutivas da pesquisa. Para a realização dos eventos, contemplamos, dentre outros aspectos: produção de conteúdo e material visual da parte expositiva (personalizado para cada EMEI); planner para ser entregue às famílias (com parte do conteúdo a ser produzido no próprio evento); montagem de esquetes teatrais; apresentação musical com letras sobre família e que provocasse reflexões; produção de material de divulgação; e café da manhã/lanche (providenciado pelas EMEIs). Então, construímos o *check-list* com todas as providências necessárias para a realização do evento: “Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar”?. O título do evento, presente em todos

⁵¹ Ressaltamos que o encontro com o corpo diretivo da EMEI 2 aconteceu após o evento da EMEI 1 e, assim, a experiência positiva que tivemos no primeiro evento também foi insumo para as nossas reflexões e decisões.

os materiais digitais e impressos, teve como intuito criar uma atração e um desejo por conhecer a possível resposta para o questionamento apresentado ao participar do evento, especialmente realizado para as famílias das EMEIs.

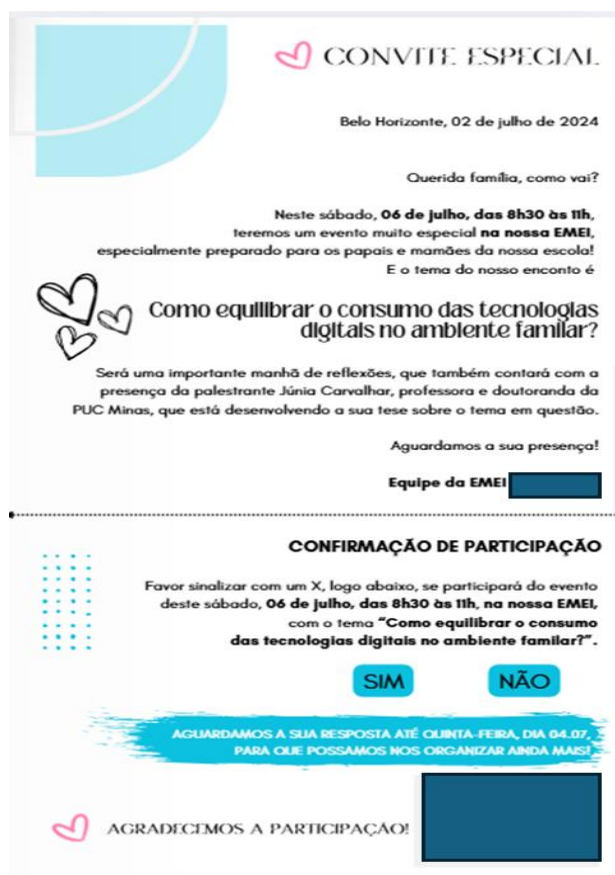
Ainda na fase do pré-evento, nós, os pesquisadores, convidamos parceiros de outras áreas, com competências e habilidades diferentes das nossas, para nos auxiliarem e engrandecerem as devolutivas. Para coprodução de esquetes, convidamos a atriz Diva Carvalhar (DRT 4413), que foi parceira tanto na elaboração dos roteiros dos esquetes, à luz dos conteúdos que produzimos, como atuou nos dois eventos junto aos pesquisadores. Foram diversas reuniões, trocas de mensagens via WhatsApp, definição de itens a serem usados (brinquedos, travesseiro, cobertor, xale, roupas, entre outros) e ensaios diversos. Sobre a produção do *layout* do planner, contamos com a profissional de Comunicação e Marketing Pauliane Dias. Além de uma reunião online para alinhamento com os pesquisadores, a profissional enviou, junto ao arquivo aprovado por nós, todas as orientações para impressão e encadernação do planner, que ficou sob responsabilidade da gestão das EMEIs.

Por fim, contamos com a participação sensível do casal de músicos Laura Dutra e Jhones Cruz, que vieram de Itabirito/MG, para apresentação nos dois eventos realizados. Laura Dutra foi, por muitos anos, integrante do Coral Canarinhos de Itabirito, conhecido por ser um coral referência para crianças e jovens, no Brasil⁵². Os músicos também se apresentam em igrejas de Minas Gerais e em eventos sociais. A seleção das músicas aconteceu de forma colaborativa, priorizando aquelas com letras sobre família, cuidado e afeto e que instigasse a reflexão.

Também preparamos, nessa etapa, materiais de divulgação que foram publicados nas agendas das crianças, no Instagram da EMEI 1 (a EMEI 2 não possui Instagram ou Facebook) e no hall de entrada das EMEIs. Iniciamos a divulgação com antecedência, mas na semana do evento potencializamos a comunicação com o intuito de garantir uma boa participação das famílias. Neste sentido, para as famílias, enviamos convite via agenda com pedido de confirmação de presença (FIGURA 23), além de reforço de comunicação na véspera do evento no hall das EMEIs e nas redes sociais da EMEI 1, que optou por também divulgar que seria oferecido um delicioso café da manhã antes da programação oficial (FIGURA 24). Além disso, produzimos comunicação especialmente para o corpo docente e equipe das EMEIs (FIGURA 25).

⁵² Disponível em [O Coral Canarinhos de Itabirito – Coral Canarinhos de Itabirito](#). Acesso em 12 nov. 2024.

Figura 23 - Convite via agenda com pedido de confirmação de presença



CONVITE ESPECIAL

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024

Querida família, como vai?

Neste sábado, **06 de julho, das 8h30 às 11h**, teremos um evento muito especial **na nossa EMEI**, especialmente preparado para os papais e mamães da nossa escola! E o tema do nosso encontro é

Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?

Será uma importante manhã de reflexões, que também contará com a presença da palestrante Júnia Carvalhar, professora e doutoranda da PUC Minas, que está desenvolvendo a sua tese sobre o tema em questão.

Aguardamos a sua presença!

Equipe da EMEI [Redacted]

CONFIRMAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Favor sinalizar com um X, logo abaixo, se participará do evento deste sábado, **06 de julho, das 8h30 às 11h, na nossa EMEI**, com o tema **"Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?"**.

☐ SIM ☐ NÃO

Aguardamos a sua resposta até quinta-feira, dia 04.07, para que possamos nos organizar ainda mais!

AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO! [Redacted]

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 24 - Reforço de divulgação na véspera do evento



ATENÇÃO!

REUNIÃO

É neste SÁBADO, 10.08, às 8 horas!

Local: EMEI [Redacted]

* Formação "Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?"

* Reunião com as professoras sobre o desenvolvimento das crianças e entrega dos relatórios.

Aguardamos vocês! [Redacted]

É AMANHÃ PESSOAL!

CONVITE ESPECIAL

Amanhã, **06 de julho, das 8h30 às 11h**, teremos um evento muito especial **na nossa EMEI**, especialmente preparado para os papais e mamães da nossa escola! E o tema do nosso encontro é

Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?

Aguardamos vocês!!!

É NESTE SÁBADO!!!

UM MOMENTO ESPECIAL, PREPARADO COM MUITO CARINHO PARA TODAS AS FAMÍLIAS DA EMEI MALDONADO!

CRONOGRAMA PARA O ENCONTRO DE AMANHÃ.

CAFÉ DA MANHÃ: 08:30

EVENTO: 9:00 ÀS 11:00

Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar?

ESPERAMOS VOCÊS PARA ESSE MOMENTO ESPECIAL.

@juniacarvalhar

Fonte: Elaborado pela autora e corpo diretivo das EMEIs

Figura 25 - Convite para professores e funcionários das EMEIs



Fonte: Elaborado pela autora

Com tudo planejado e com a comunicação realizada junto às famílias participantes da pesquisa de campo e as demais das EMEIs 1 e 2, e envolvimento do corpo diretivo, professores e funcionários das EMEIs, era o momento de, enfim, fazer os eventos acontecerem.

4.3.2 O evento: “Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar”?

O evento na EMEI 1 contou com a participação de aproximadamente 25 famílias, além de 15 profissionais da EMEI (gestão, docentes e equipe). Às famílias que perguntavam se poderiam levar crianças, a EMEI informava que teriam oficinas em algumas salas, com o apoio das auxiliares de sala, para o acolhimento das crianças. Porém, conhecendo a realidade da participação das famílias em outros eventos fora do horário letivo, o corpo diretivo optou por só fornecer a informação “por demanda”, evitando possíveis transtornos.

Na EMEI 2, contamos com a presença de mais de 45 famílias, além da participação de toda a equipe de gestão e docentes, e equipe de apoio administrativo (FIGURA 26). Consciente da importância do evento que seria realizado, mas ciente da baixa participação das famílias em momentos fora do horário letivo, a Diretora da EMEI 2 optou por incluir na programação do evento uma reunião coletiva, das famílias com a professora de cada turma, sendo mais um atrativo. E deu muito certo.

Figura 26 - Evento na EMEI 2



Fonte: registros da devolutiva

Neste evento, porém, não aconteceram as oficinas em sala de aula, já que as salas estavam preparadas para receber as famílias para os encontros com as professoras, parte da programação do nosso evento. Assim, os pais que levaram as crianças, permaneceram com elas no local principal do evento, sendo necessário, em alguns momentos, que os pesquisadores adaptassem a linguagem e o que estava sendo apresentado. Mas não houve perdas, ao contrário, as crianças interagiram e compreenderam, na realidade delas, a importância do que estava sendo dito. A criança da FIGURA 27, por exemplo, disse antes de chamar a pesquisadora para uma dança, autorizada pela mãe, enquanto acontecia a apresentação musical: *“eu vi que não posso ficar só no celular. E que minha mãe tem que deixar”*.

Figura 27 - Criança participante do evento de devolutiva

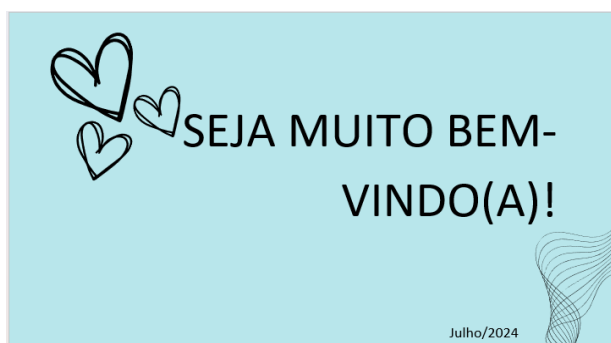


Fonte: registros da devolutiva

O material visual para a parte expositiva dos eventos de devolutiva foi produzido pelos pesquisadores no Canva (www.canva.com), que é uma ferramenta gratuita de *design* online, à luz dos principais achados no campo. A definição foi por recortes dos achados que, junto às teorias estudadas, possibilitassem reflexões reais e, possivelmente, mudanças de comportamento nas famílias participantes e demais famílias das EMEIs, no que se refere ao consumo das tecnologias digitais pelas crianças. Disponibilizamos a apresentação visual completa no Apêndice X.

Antes da chegada das famílias, projetamos na tela branca um slide com os dizeres “Seja muito bem-vindo(a)” (FIGURA 28), com o intuito de acolher cada participante do evento. Quando iniciamos a apresentação, mudamos para a tela com o título do evento “Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar”?, com a marca de cada EMEI (FIGURA 29), indicando a parceria no evento, e os nomes dos envolvidos (palestrante, atriz e músicos).

Figura 28 - Slide inicial da Apresentação Visual



Fonte: elaborado pela autora

Figura 29 - Capa da Apresentação Visual



Fonte: elaborado pela autora

O material visual foi organizado a partir de sete tópicos-macro, apresentados em esquema de sumário (FIGURA 30) aos participantes, sendo: 1) Breve apresentação dos pesquisadores, com foco na pesquisadora-palestrante, e a tese de doutorado; 2) Conceitos norteadores; 3) Situações-problema; 4) Possibilidades de Intervenção; 5) Considerações Transitórias; 6) Apresentação Musical e 7) Encerramento.

Figura 30 - Sumário os tópicos-macro da Apresentação Visual



SOBRE O QUE VAMOS CONVERSAR?

01	BREVE APRESENTAÇÃO - EU E A TESE DE DOUTORADO!
02	CONCEITOS NORTEADORES
03	SITUAÇÕES-PROBLEMA
04	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES - PILARES
05	CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS!
06	APRESENTAÇÃO MUSICAL
07	ENCERRAMENTO

Fonte: elaborado pela autora

Sobre o tópico-macro 1) Breve apresentação dos pesquisadores (pesquisadora-palestrante) e a tese de doutorado, iniciamos a fala agradecendo o corpo diretivo da EMEI (nome da EMEI), docentes e equipe escolar, além das famílias presentes e dos parceiros do evento. Após, explicamos como o tema surgiu, a importância da primeira infância para a pesquisadora e os incentivos atuais. Em seguida, explicamos o problema de pesquisa da tese e contextualizamos como é o processo da realização de um doutorado.

Em relação ao tópico-macro 2) Conceitos norteadores que poderiam contribuir para as discussões propostas, apresentamos os conceitos-base sobre as TDICs, a primeira infância, a vulnerabilidade e o bem-estar. Além disso, explicamos como ocorreu a pesquisa no campo, desde a pesquisa inicial com as crianças e adolescentes de outros contextos até o momento com as 14 famílias. Também tivemos o cuidado de discorrer sobre o nosso compromisso com o total anonimato dos participantes, já que as EMEIs encaminharam uma lista mais ampla e não sabiam, ao certo, em quais lares estivemos, e as devolutivas aos participantes da pesquisa e demais envolvidos.

Neste momento, conversamos sobre a missão do pesquisador transformativo e que também temos a oportunidade de sermos transformados durante a tese. Finalizamos essa parte apresentando a nossa tese: “A tecnologia digital é potencializadora das vulnerabilidades já existentes nas famílias” ao se tornar a protagonista (ou seria, antagonista?) da família. Vale

destacar que tivemos muita sensibilidade, neste momento, para apresentarmos as vulnerabilidades já existentes e nos colocamos “neste mesmo lugar”, também vulnerabilizados pelo próprio sistema estrutural do Brasil.

Já os tópicos-macro 3) Situações-problema e 4) Possibilidades de Intervenção estão, aqui, apresentados concomitantemente. Neste momento, mostramos algumas situações-problema encontradas no campo junto às possíveis sugestões de intervenção e reflexão. Antes, porém, incluímos um slide com imagens ilustrativas, sendo a primeira da receita de um bolo de milho e a outra com artefatos de bruxaria (chapéu, vassoura, poções mágicas...), para explicarmos que não existem receitas de bolo e nem fórmulas mágicas.

Quando o assunto é o consumo das tecnologias digitais por crianças da primeira infância, no ambiente familiar, há sinais de atenção importantes e que precisam ser considerados, já que levam à redução do bem-estar e potencializam as vulnerabilidades. Também tivemos o cuidado em dizer que era preciso compreender a realidade de cada família e avaliar o que seria possível aplicar. Mas que qualquer passo, ou seja, qualquer ação benéfica e perene para mudar essa realidade, seria melhor do que conformar com a realidade atual (que o consumo exacerbado de tecnologia digital não estava fazendo bem para crianças e famílias).

Demonstramos, então, que as propostas de intervenção para equilibrar o consumo das tecnologias digitais, no ambiente familiar, estavam sustentadas por seis pilares importantes (FIGURA 31): a) comunicação em família; b) literatura; c) natureza; d) estudos e aprendizagem; e) programas culturais gratuitos ou populares; e f) música.

Figura 31 - Pilares de sustentação para equilíbrio do consumo da tecnologia (print do próprio *planner* para incluir na apresentação visual)



Fonte: elaborado pela autora

Explicamos, ainda, que em alguns momentos de reflexão, apresentaríamos esquetes teatrais, com imagens de cenários projetados na própria tela branca (FIGURA 32), para que pudessem compreender as experiências que, verdadeiramente, vivenciamos no campo, seja pelos discursos dos próprios pais ou pela observação realizada. Este também foi conduzido pela atriz Diva Carvalhar, que explicou aos participantes sobre deixar a imaginação fluir, considerar que o tempo aqui era relativo e como aconteceriam as transições de cenas. Na EMEI 1 foram apresentados quatro esquetes e na EMEI 2 foram três esquetes. A atriz participou de todas e a pesquisadora atuou em duas, como será detalhado a seguir.

Figura 32 - Exemplo de cenário projetados na tela branca, durante esquetes



Fonte: elaborado pela autora

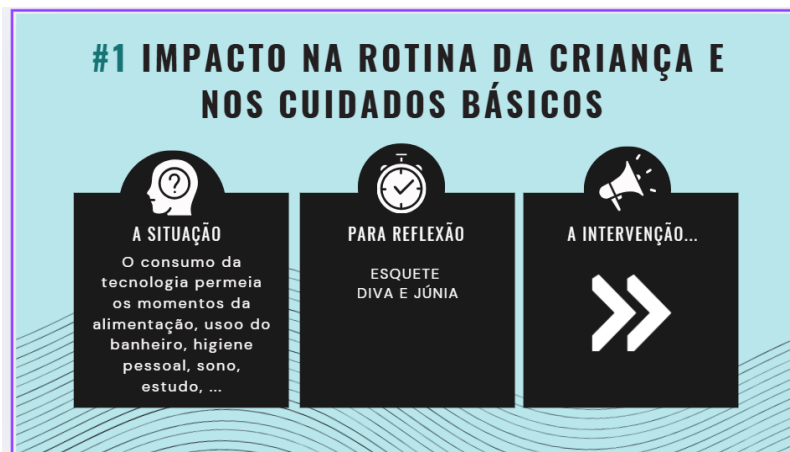
Enfim, sobre as situações-problema identificadas no campo, definimos por apresentar as sete principais, sendo que na EMEI 2, apenas a situação 6 não fez parte do conteúdo, pois não havia sentido, já que é quase inexistente a figura do pai. Foram elas:

- #1 Impacto na rotina da criança e nos cuidados básicos.
- #2 Efeitos do acesso e uso precoce (na primeira infância).
- #3 Agressividade contra si e contra os outros.
- #4 Influência do irmão mais velho no tipo e no tempo de consumo.
- #5 Influência da rede de apoio.
- #6 Falta de acordos entre pai e mãe.
- #7 Autocobrança, e cobranças da família e sociedade.

A apresentação conta com três momentos “por tema”, ou seja, para cada situação-problema apresentada (A SITUAÇÃO), usamos um artifício com o intuito de auxiliar na

compreensão e reflexão da família (PARA REFLEXÃO), além de propostas de ações que poderiam auxiliar na adequação do cenário (A INTERVENÇÃO), conforme mostra a FIGURA 33.

Figura 33: Exemplo de apresentação da situação-problema e intervenção sugerida



Fonte: elaborado pela autora

No caso da situação-problema #1 IMPACTO NA ROTINA DA CRIANÇA E NOS CUIDADOS BÁSICOS, por exemplo, discutimos sobre o consumo da tecnologia digital permeia os momentos da alimentação, uso do banheiro, higiene pessoal, sono, estudos, entre outros. Diante da situação explicada de maneira detalhada para as famílias presentes, realizamos esquete com a pesquisadora-participante da devolutiva e da atriz convidada. Na situação-problema #1, o esquete mostra vários momentos da rotina da filha sendo conduzida pela mãe e permeada pela tecnologia digital. Buscamos mostrar às famílias a realidade do campo de pesquisa, por meio dos discursos produzidos e das observações realizadas.

Figura 34: reflexões do campo relacionados à situação-problema #1



Fonte: registros da devolutiva

A FIGURA 34 apresenta uma das cenas em que a filha solicita o celular para dormir, porque está sem sono e agitada. A mãe depois de negar uma vez, cede ao pedido da filha justificando que está muito cansada. Também orienta a criança a só consumir “coisas de criança” e diz que a aguardará adormecer para pegar o celular de volta. A mãe, abaixa a cabeça e simula ‘um cochilo’ e a criança permanece consumindo o que bem deseja pelo celular do adulto. Na sequência dessa cena, a criança dorme e começa a ter um sono muito agitado, gritar, chorar e, então, despertar. A mãe desperta assustada, abraça a criança e a encenação se encerra assim.

A partir de então, a pesquisadora-participante convida as famílias presentes para, em conjunto, refletirem sobre as situações que o esquete mostrou: hora de dormir com celular, alimentação com a mãe oferecendo o celular “para a criança agilizar porque precisa ir para a escola”, a criança só conseguindo ir ao banheiro com o uso do dispositivo móvel, entre outras. Para incrementar as reflexões, mostra o slide posterior da apresentação visual que contempla alguns discursos do campo relacionados à situação-problema #1 (FIGURA 35):

Figura 35: reflexões do campo relacionados à situação-problema #1



PARA REFLEXÃO

Nós trabalhamos com evento até tarde. Aí, quando acordam muito cedo, nós mesmos oferecemos o celular para continuarem deitados por mais tempo.

Não tem jeito, porque só consegue alimentar assim. Ou faço isso ou não come nada!

Já acostumou a ir ao banheiro com o celular. Sem o celular, não faz o número 2. (Aí, o pai diz para a mãe...) Mas você também só faz assim.

Vejo fica agitado até conseguir dormir.

Ela me pede o tablet a todo momento. Negocio com ela para fazer as obrigações primeiro, porque já tem seis anos. Aí, depois empresto e nem sempre controlo o tempo. Ela já sabe mexer em tudo lá.

Fonte: elaborado pela autora

Percebemos que houve REFLEXÃO da situação-problema #1, ou seja, como a tecnologia tem ocupado o lugar central na rotina e nas relações, alterando toda a dinâmica familiar, por meio das manifestações dos presentes sobre o esquete e os discursos apresentados. Sobre a FIGURA 35, traz os seguintes relatos: “*Nós trabalhamos com evento até tarde. Aí, quando acordam muito cedo, nós mesmos oferecemos o celular para continuarem deitados por*

mais tempo.; Não tem jeito, porque só consegue alimentar assim. Ou faço isso ou não come nada!; Já acostুমou a ir ao banheiro com o celular. Sem o celular, não faz o número 2. (Aí, o pai diz para a mãe...) Mas você também só faz assim.; Vejo fica agitado até conseguir dormir.; Ela me pede o tablet a todo momento. Negocio com ela para fazer as obrigações primeiro, porque já tem seis anos. Aí, depois empresto e nem sempre controlo o tempo. Ela já sabe mexer em tudo lá.”.

Após, apresentamos o conteúdo sobre a intervenção (FIGURA 36), no sentido de pensarmos sobre as propostas de mudanças para a realidade apresentada na situação-problema #1. Compreendemos que ao refletirmos sobre possíveis intervenções, em cada uma das sete situações-problema, consideramos possibilidades do enfrentamento defensivo, apresentado por Hill and Sharma (2020). Segundo os autores, os consumidores vulneráveis possuem duas formas de lidar com as situações vivenciadas: enfrentamento como mecanismo não defensivo (quando desiste, se rende ou cede) ou defensivo (transcende, rebela ou cria novas estruturas). Pais e crianças, juntos, buscando formas de enfrentar as vulnerabilidades potencializadas na criança.

Figura 36: propostas de intervenção relacionadas à situação-problema #1



A INTERVENÇÃO...

#1 IMPACTO NA ROTINA DA CRIANÇA E NOS CUIDADOS BÁSICOS

DEFINIÇÃO DE ROTINA:
 PROPORCIONA SEGURANÇA, Previsibilidade e estrutura, essenciais para seu desenvolvimento emocional e cognitivo.
FOCO: definição de Rotina, em que a tecnologia digital não seja a protagonista. Como assim? O CAMPO!
 Cuidado com a TV, constantemente, mesmo que em 2o plano.

NEGOCIAÇÃO DE POSSIBILIDADES:
 controle dos pais; a criança escolhe entre duas alternativas interessantes definidas pelos pais. Como assim? O CAMPO!

Fonte: elaborado pela autora

Sobre o conteúdo da FIGURA 36, conversamos sobre a importância da definição de rotina, pois proporciona segurança, previsibilidade e estrutura, essenciais para seu desenvolvimento emocional e cognitivo. A rotina, ao ser estabelecida, deve retirar a centralidade da tecnologia, o que inclui a TV exaustivamente usada como segundo plano. Também conversamos sobre a estratégia de negociação com as crianças, em que os pais assumem o controle ao oferecer duas alternativas, que eles determinam como interessantes, e a

criança escolherá uma delas. Dessa maneira, ao se sentir parte da escolha, mesmo que direcionada, a criança poderá experimentar sentimentos mais positivos. Essas propostas de intervenção foram elaboradas junto às diretoras das EMEIs, que são pedagogas com especialização em educação infantil. Assim, todas as reflexões sobre 3) Situações-problema e 4) Possibilidades de Intervenção foram conduzidas considerando os três momentos: A SITUAÇÃO, A REFLEXÃO E A INTERVENÇÃO. Para acesso ao conteúdo completo, disponibilizamos a apresentação visual no APÊNDICE 6.

Importante destacarmos que, dentre as propostas de intervenção, está o uso do *Planner/Agenda* (FIGURA 37) no dia a dia da família, que ganhou o mesmo título do evento. Durante o evento, no momento de conversarmos sobre essa ação, ou seja, do planejamento em família, inclusive com a participação da criança, entregamos um *planner* para cada família, encadernado, no formato de meio A-4, com capa color e miolo em P&B.

Figura 37: Capa do *Planner/Agenda* entregue à família durante o evento



Fonte: elaborado pela autora

Como pesquisadores, pensamos cuidadosamente no conteúdo e na linguagem do *Planner*, para que fosse uma ferramenta utilizada no cotidiano das famílias para o equilíbrio do consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar. Elaborado com 20 páginas, possui capa, texto de apresentação (assinado pela equipe da EMEI e pesquisadora-palestrante), reflexão sobre como está o consumo (Vamos pensar como estamos vivendo?), os seis pilares (Comunicação em família, literatura, natureza, estudos e aprendizagem, programas culturais e música), 14 sugestões de programas culturais na Região do Barreiro, gratuitos ou com preços acessíveis, instruções e campos no *Planner* para o planejamento em família por semana

(FIGURA 38), local especial para registro das boas práticas e fechamento com a canção “Trem-Bala”, de Ana Vilela, que também foi tocada no evento.

Figura 38: Seção do *Planner*/Agenda dedicada ao Planejamento Semanal em Família

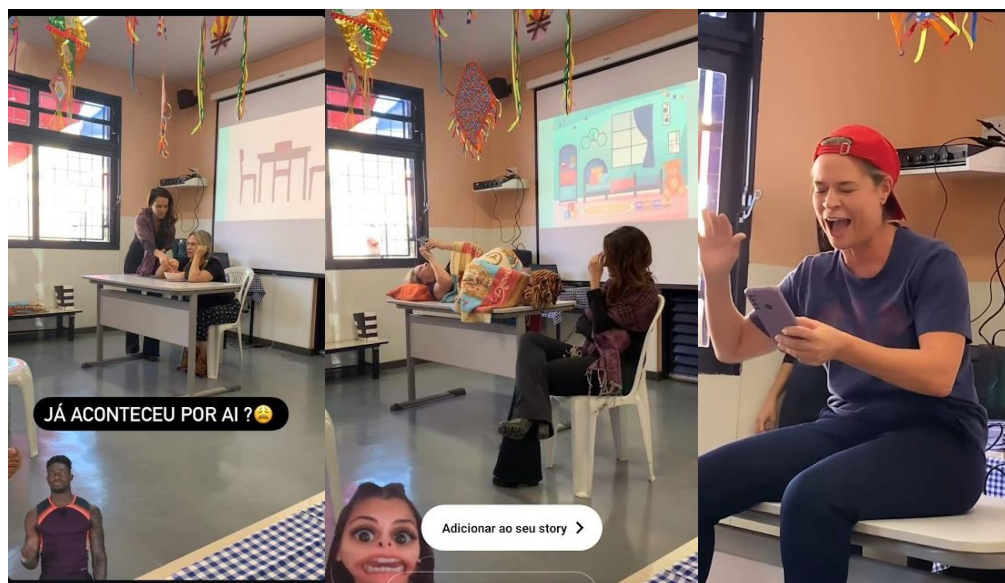
VAMOS PLANEJAR EM FAMÍLIA?	
Semana de __/__/ a __/__.	
Programas culturais em família (ir a praças e parques, visitar museus, explorar exposições educativas, participar de oficinas práticas, assistir a peças de teatro infantil, participar de feiras de livros, festivais de música e danças tradicionais, entre outros).	
Livros para ler com a criança e para a criança.	
Música para aprender e cantar em família.	
Tema especial para as conversas em família.	

Fonte: elaborado pela autora

Ainda sobre a FIGURA 38, solicitamos às famílias que abrissem o *Planner* recebido, nessa página, para que conversássemos sobre como o planejamento aconteceria em família. Explicamos cada um dos quadrantes - Programas culturais em família, livros para ler com a criança e para a criança, música para aprender e cantar em família, tema especial para as conversas em família -, e incentivamos a pensarmos, ali, no momento do evento, em possibilidades de preenchimento, respeitando a realidade de cada família. Disponibilizamos o *Planner* completo no APÊNDICE 7.

Ressaltamos, ainda, que a vice-diretora da EMEI 1 realizou publicações (FIGURA 39) no *story*, simultâneas ao evento, com perguntas de interação e uso de figurinhas (gifs) para chamar a atenção do público. Além disso, criou uma seção no *Destaque* com os registros do evento para ser acessado pelas famílias que não estavam presentes. A conta da rede social dessa EMEI conta com mais de 2.600 seguidores e nos informou que praticamente todas as famílias seguem o perfil, pois é um canal importante e institucionalizado para a divulgação de práticas com as crianças, comunicados oficiais, entre outros.

Figura 39: Publicações nos stories do Instagram da EMEI 1, durante o evento



Fonte: registros da devolutiva

Já na etapa 5) Considerações Transitórias, realizamos reflexões em grupo sobre possíveis caminhos, a curto, médio e longo prazo, para a mudança no consumo das TDICs pelas crianças, no ambiente familiar. Discorremos que temos ciência do esforço e dedicação exigidos para essa transformação, mas que também sabíamos que era possível, um dia de cada vez... Dissemos que não há sucesso sem esforço, sem dedicação, mas que os resultados valeriam a pena. Que a ideia, como conversamos, não é eliminar a tecnologia da vida das crianças, mas adequar, considerando, inclusive, a orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria quanto às faixas etárias e o consumo permitido. Caminhamos numa perspectiva de equilibrar, adequar e, principalmente, de instruir para proteger. E que todo esse esforço tem propósito: proporcionar mais bem-estar para a criança e família, e não potencializar as vulnerabilidades já existentes.

Ao fim, realizamos o sorteio de dois livros: um relacionado com as discussões da devolutiva, ou seja, da tese em si, e outro de literatura infantil. Como aconteceu o sorteio? No momento da organização do espaço, colocamos um bilhete “vale um livro” embaixo de duas cadeiras que seriam ocupadas pelas famílias. Assim, convidamos às famílias a verificarem, nesse momento, quem possuía o vale embaixo da cadeira que estavam assentados. A entrega dos livros aconteceu apenas na EMEI 1 (FIGURA 40), pois não tivemos tempo hábil durante o evento da EMEI 2.

Figura 40: Momento da entrega dos livros sorteados



Fonte: registro da devolutiva

Optamos por fazer o 7) Encerramento antes da apresentação musical, para que os pesquisadores pudessem agradecer a presença e participação de todos. O corpo diretivo fez o encerramento oficial, falando da importância das reflexões realizadas, e fez o convite para a apresentação musical (no caso da EMEI 1), já que o café da manhã foi oferecido na chegada ao evento, e da orientação sobre os locais das reuniões, para posterior apresentação musical e lanche (no caso da EMEI 2). Sobre a 6) Apresentação Musical, os músicos Laura Dutra e Jhones, em estilo voz e violão, apresentaram repertórios de músicas que tocassem o coração e proporcionasse reflexão por meio das letras das canções. Em tom intimista e leve, os participantes foram se soltando e permaneceram no local por muito tempo.

Figura 41: Momento da apresentação musical



Fonte: elaborado pela autora

Dessa maneira, encerramos a etapa do Evento “Como equilibrar o consumo das tecnologias digitais no ambiente familiar”?, ainda mais certos da importância da etapa das devolutivas. Tivemos muitos retornos positivos das famílias presentes e das direções das EMEIs, o que nos trouxe uma sensação de dever cumprido, que nos direcionou para a etapa do pós-evento.

4.3.3 Pós-evento

No pós-evento da EMEIs 1 e 2, pesquisadores e corpo diretivo fizeram a avaliação dos resultados dos eventos. Para tal, foram realizados encontros virtuais para conversarmos sobre os retornos das famílias participantes, das que estiveram ausentes e se interessaram e, ainda, da equipe da Instituição. Relembramos os combinados de uma devolutiva ainda mais detalhada para corpo diretivo e docentes, que acontecerá nos meses de janeiro e/ou fevereiro/2025. Além disso, definimos as estratégias de divulgação dos resultados para alcançar as famílias que não participaram e, ainda, que tipo de comunicação seria realizada para agradecer a todos os envolvidos. Neste caso, publicamos no Instagram da Instituição (EMEI 1) um comunicado direcionado às famílias participantes (FIGURA 42), e nos quadros de avisos das professoras, auxiliares e funcionários (FIGURA 43) um outro comunicado.

Figura 42: Comunicado direcionado às famílias participantes



Fonte: elaborado pela autora

Figura 43: Comunicado direcionado às professoras, auxiliares e funcionários



Fonte: elaborado pela autora

Os comunicados das FIGURAS 42 e 43 apresentam um agradecimento especial a cada um dos públicos, ao dizer que “foi uma manhã muito especial e de grande aprendizado”, além de registros fotográficos de momentos especiais: foto da pesquisadora-participante, atriz e diretoras, mesa de café da manhã, músicos, um dos esquetes e uma visão geral do evento. Além disso, a EMEI 1 também realizou uma divulgação no feed do Instagram da EMEI com um vídeo que apresenta os melhores momentos do evento, ao som da música Trem Bala, de Ana Vilela, canção também cantada nos eventos.

Dessa maneira, ao perpassarmos pelas etapas de pré-evento, evento e pós-eventos das devolutivas aos envolvidos nas EMEIs 1 e 2, acreditamos que cumprimos o nosso compromisso de desenvolver ideias acessíveis e que favorecessem a compreensão dos participantes, no intuito de atenuar os desafios do contexto, gerar bem-estar para os participantes (Mick et al., 2012) e oferecer possibilidades de reflexões em busca do equilíbrio do consumo das TDICs pelas crianças na primeira infância, no ambiente familiar. Assim, seguimos para as considerações transitórias dessa tese.

5 Considerações Transitórias

Diário de Campo

Sábado, 11 de maio de 2024, 10h30.

Lar da Família Melo.

Em um certo momento, no lar da Família Melo, logo após a interação com as quatro crianças para a produção dos desenhos - porque a mais nova é uma bebê de oito meses e estava no colo da pesquisadora -, a Mãe Melo, enquanto relatava sobre o consumo da tecnologia digital, via telefone e TV, intercalava sobre os momentos da sua vida “dura e real”. Com apenas 33 anos e seis filhos, sendo de quatro pais diferentes, relatou situações inimagináveis. Diante dos fatos compartilhados, a pesquisadora-participante perguntou se ela gostaria de estar em um outro local, já que as crianças estavam por perto. Ela disse: “nada. Eles sabem de tudo e já viram muita coisa”.

Em um dos relatos, a Mãe Melo compartilhou que apanhava muito quando vivia com o pai de uma das crianças. Um dia, após o homem a agredir bastante, ela pegou um ferro e correu atrás dele dentro de casa, depois pelo beco até chegarem à avenida (av. Tereza Cristina, em Belo Horizonte). Lá, quando ele foi atravessar a avenida, correndo dela, foi atropelado e “ficou ruim muito tempo. Ficou ruim das perna e aí deu sossego pra nós” (Mãe Melo). Em outra situação, relatou que também apanhava demais de outro companheiro, pai de duas crianças. “Ele me batia demais. Era muito ruim pra mim e pros meus filhos. Um dia, ele me bateu tanto que peguei uma faca e matei ele aqui, bem aqui no chão desse quarto. Eu já tinha ido na polícia e nada adiantou. Era ruim demais pra nós (Mãe Melo)”. E, depois, completou: “eu era nervosa demais, fiz muita coisa errada, usei drogas, saí do trabalho, mas agora tô melhor. Tô tomando medicação, aceitaram eu de volta no trabalho e tô melhor pras crianças também (Mãe Melo)”.

Após a imersão no lar da Família Melo, ao sair pela porta e “deixar” aquela família, com oito pessoas (dois adultos, um adolescente e cinco crianças) tão vulneráveis em todos os aspectos, em uma casa com três cômodos de ‘chão batido’ (cozinha, banheiro e quarto), o choro não pode ser contido, mais uma vez. Ao caminhar por todo o beco, dessa vez, sem a companhia da família (que se despediu na porta da casa), a pesquisadora-participante ficou refletindo sobre muitos aspectos. Muitos! O que ela presenciou naquele lar e as conversas com a mãe extrapolaram qualquer roteiro e qualquer preparação como pesquisadora. Ali, no

campo de pesquisa, foi tudo tão intenso... que precisou recorrer a toda a sua sensibilidade e, ao mesmo tempo, a toda sua força. E nem sabe dizer se foram suficientes.

Apesar do forte choro, na vivência ora relatada e em outras experiências no campo de pesquisa, compreendemos com mais propriedade o que Mick et al. (2012) nos disseram sobre a TCR mudar profundamente a nossa visão, como pesquisadores, quando somos confrontados com as mais diversas questões que os grupos vulneráveis vivenciam e as suas práticas de consumo. Embora desafiador, foi fundamental para nós, pesquisadores transformativos e etnográficos, adentrarmos na realidade das famílias para entendermos de que maneira o consumo das TDICs pelas crianças as tornavam ainda mais vulneráveis. O processo de compreensão dessa realidade aconteceu em cada contato que tivemos: as primeiras mensagens via WhatsApp, as ligações telefônicas, as imersões nos lares, as intervenções em tempo real, os contatos após as imersões, os novos encontros, o acompanhamento de algumas dessas famílias, o momento da devolutiva nos eventos realizados.

Durante a elaboração dessa tese, ainda lembramos do convite feito por Buckingham (2006, p. 6), em sua obra “Crescer na era das mídias: após a morte da infância”: *“ao ler meu texto através do filtro de suas próprias experiências culturais, certamente você verá emergir diferenças”*. A jornada do doutoramento nos trouxe novas e significativas experiências que permitiu não apenas a leitura do texto do autor, de maneira singular, mas a leitura e análise dos discursos das famílias participantes sobre a vida, de uma maneira geral, e em especial sobre o consumo das tecnologias digitais na primeira infância. Em cada lar, tivemos a oportunidade de experimentar situações diferentes e, ao mesmo tempo, convergentes, compreendendo como as crianças estabelecem “relações sociais, culturais e afetivas com as diferentes mídias às quais têm acesso” (Belloni, 2010, p. 6).

Quando iniciamos a tese, muitas e muitas perguntas surgiram à nossa mente, em um campo importante ainda a ser explorado: como a tecnologia está presente na vida da criança da primeira infância, no ambiente familiar?; como a criança se relaciona com a tecnologia a torna vulnerável?; o consumo de informação por crianças, mediado pela tecnologia digital, é benéfico ou maléfico?; pais ausentes oportunizam esse consumo pelas crianças em busca de uma compensação afetiva?; o acesso à tecnologia digital, para os “nativos digitais”, é realmente um problema ou promove o bem-estar?; qual o discurso sobre o uso ou não das TICs é praticado na sociedade em geral e que impacta essas famílias?; o discurso reproduzido no ambiente familiar torna as crianças mais vulneráveis e impactam o seu bem-estar? E outras mais!

O caminho para respondê-las (ao mesmo tempo em que novos questionamentos surgiram, naturalmente), foi planejado e, ao mesmo tempo, foi sendo repensado e adaptado enquanto o processo acontecia. Com total licença poética para um trabalho acadêmico, parafraseamos um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos, Waldir Pereira (1928-2001), o Didi, na Copa de 1958: *“Treino é treino, jogo é jogo”*. Planejamos o percurso, contudo, somos pesquisadores transformativos e etnográficos modificados ao longo da pesquisa enquanto descortinamos a realidade social a ser investigada.

E isso só é possível quando imergimos no contexto histórico, socioeconômico e cultural das famílias para compreender as práticas, os costumes, os comportamentos e os seus símbolos (Geertz, 1973). Muitas inspirações, realmente, emergiram do contato com as famílias participantes e todos os envolvidos no processo. A pesquisa inicial com famílias de escolas particulares, de realidades distintas dos nossos participantes, os diversos encontros e trocas com corpo diretivo e docente das EMEIs e as quatro famílias participantes na primeira fase e, então, as dez famílias participantes da segunda fase, foram determinantes para a nossa pesquisa e os resultados alcançados.

O processo de pesquisa no campo tornou possível identificar a relação da família com criança, via tecnologia, alcançando o nosso primeiro objetivo específico. Os pais participantes da nossa pesquisa, como apresentado, enfrentam desafios para controlar e supervisionar o consumo das TDICs pelas crianças. Os motivos são diversos e, em alguns momentos, sobrepostos: não possuem tempo diante das intensas rotinas de trabalho; acreditam que conseguem acompanhar o que as crianças consomem, especialmente pela TV; desconhecem como fazer a supervisão efetiva; não possuem consciência dos malefícios desse consumo; acreditam que estão protegendo os filhos das maldades do mundo (*“prefiro deixar os meninos no celular do que no beco”* (Mãe Melo)); não conseguem lidar com os comportamentos agressivos da criança diante da negação da tecnologia; acreditam que já possuem preocupações maiores diante das dificuldades e vulnerabilidades existentes, entre outros.

Neste sentido, constatamos que a tecnologia digital, inicialmente vista como uma ferramenta para apoiar os pais no dia a dia, acaba se transformando em um grande problema ao ocupar o protagonismo (ou antagonismo?) nos lares. Rich, Tsappis and Kavanaugh (2019, p. 7) nos lembram que “tudo começa de forma benigna”, quando os pais decidem por oferecer às tecnologias às crianças. Só que, a partir de então, constatamos que o consumo das TDICs pelas crianças vai acontecendo de forma crescente. Davis and Pechmann (2013, p. 8), nos alertam que o vício começa com três fases: “não uso, uso não viciante e uso quase viciante”. E, ainda,

que na fase de pré-dependência, os consumidores “ainda podem ser vulneráveis aos sinais do marketing e que tais sinais podem desencadear para a fase da dependência”.

Assim, além de ser um agente de distanciamento entre pais e crianças, compreendemos que a dependência da tecnologia digital para entreter, acalmar e até educar as crianças, aumenta a fragilidade da relação parental e, conseqüentemente, a vulnerabilidade das crianças, em diversas perspectivas. Percebemos, por meio da Análise de Discurso (AD), que a narrativa que os pais constroem sobre o consumo da tecnologia por crianças reflete as tensões sociais e culturais ao redor da “boa parentalidade” no mundo digital. Os pais, mesmo os que reconhecem os riscos e sinalizam que há impactos maléficos, se percebem em um contexto em que “a tecnologia faz parte”, pois são crianças de uma geração digital.

Também como parte dessa relação das famílias com a criança, via tecnologia, conseguimos compreender a influência da rede de apoio no consumo. Como todas as famílias pesquisadas não possuem auxiliar ou babá para ajudar com as tarefas do lar ou com os cuidados com as crianças, parte conta com a rede de apoio - composta por familiares e amigos das famílias participantes. Essa rede, como percebemos nos discursos das famílias, possui um relevante papel na forma como as crianças acessam e consomem as tecnologias digitais. Além das famílias não se sentirem à vontade para pedir atenção sobre o excesso do consumo pelos filhos, percebemos que essa rede de apoio também pode não possuir uma visão crítica sobre o uso dos dispositivos digitais pelas crianças, até porque os filhos dos cuidadores consomem de maneira excessiva as TDICs, na percepção das famílias participantes da nossa pesquisa. A rede de apoio, geralmente, faz parte do mesmo contexto socioeconômico e cultural das famílias participantes.

Assim, caminhamos para o segundo objetivo específico: “revelar quando o consumo da tecnologia inclina-se para o bem e para o mal”, momento em que continuamos a refletir o papel central que a tecnologia digital ocupa no ambiente familiar das famílias participantes da pesquisa. Como dissemos, alguns pais percebem que há benefícios no consumo das TDICs pelas suas crianças, mas ao mesmo tempo se sentem desconfortáveis por ela ter ocupado um papel de destaque para os filhos e para a família, de uma maneira geral. O contexto familiar passou a valorizar a conectividade digital acima da conectividade humana, alterando toda a dinâmica familiar. A partir do momento que a tecnologia deixa de ser apenas uma ferramenta e passa a ser o suporte da rotina, das relações e experiências daquele lar, traz mais malefícios do que benefícios, principalmente quando consideramos que são crianças de até seis anos de idade. No campo, as famílias relataram que começaram a refletir de maneira diferente, diante da nossa inserção nos lares, sobre o discurso “a tecnologia é um mal necessário”, tão enraizado

nas práticas sociais. O que percebemos no campo é que são exatamente as construções culturais que balizam o que é o “consumo do bem” e o “consumo do mal”, quando analisamos discursos dos pais e os comportamentos das famílias.

Identificamos no campo, nos discursos e comportamentos dos pais e, ainda, por meio das interações com as crianças e das observações realizadas, que o consumo se inclina para o mal. Esse consumo das tecnologias digitais, por crianças da primeira infância, de maneira desregulada e sem supervisão adequada, traz malefícios para elas próprias e para os familiares, de maneira geral.

Assim, há grandes tensões entre pais e crianças, inclusive, quando precisam controlar esse consumo no “antes, durante e depois”. Seja antes do acesso - quando as crianças pedem incansavelmente para usarem a TV ou celular, em detrimento de outras atividades ou quando vão saciar as suas necessidades fisiológicas -, seja durante o acesso - quando os pais precisam monitorar o tempo o tipo de consumo -, seja após o consumo - quando os pais solicitam que as crianças ‘desliguem e se desliguem’ dos aparatos tecnológicos -, há situações que reduzem o bem-estar familiar e traz sentimentos negativos. Compreendemos, no campo, que a “intenção” dos pais não é causar mal à criança ao permitir o acesso às TDICs, mas ao oferecer as tecnologias digitais como forma de facilitar a rotina, manter as crianças ocupadas para que possam cumprir com os seus compromissos ou controlar os comportamentos ‘infantis’, estão orientados pela busca por soluções rápidas e práticas (Rich, Tsappis & Kavanaugh, 2019). Mas a consequência negativa, muitas vezes desconsiderada pelos pais, chega. E chega rápido.

A partir de então, identificamos que o mal se instaura quando pais e crianças buscam negociar sobre o consumo da tecnologia, como relatado por boa parte das famílias. Há, muitas vezes, agressões verbais e corporais, da criança com ela mesma, dos pais em relação às crianças, e das crianças em relação aos pais. Além disso, crianças imitam comportamentos de personagens e influenciadores digitais que, muitas vezes, ainda não deveriam conhecer (tanto as pessoas quanto os comportamentos que essas pessoas divulgam nas redes sociais). Há uma antecipação, como apresentado pelos pais e visualizamos no campo, de conteúdos ainda impróprios para a faixa etária, trazendo malefícios para as crianças e seus pais.

Todos esses achados e reflexões nos levam ao nosso terceiro objetivo específico: “compreender o impacto do consumo no bem-estar das crianças e do seu núcleo familiar”. Como apresentamos, compreender como as TDICs estão afetando o bem-estar dos consumidores representa uma área de grande importância (Benvenuti, Scarpi & Zarantonello, 2023), embora saibamos que não seja uma tarefa fácil (Hoffman, 2012). Embora tenhamos estudado teorias sobre o bem-estar atrelados ao consumo das tecnologias por crianças, com

pesquisadores em polos opostos sobre o assunto, foi o campo que nos permitiu compreender que esse consumo assola crianças e seus pais com sentimentos negativos, angústias, dores físicas e emocionais e, portanto, acarretam a redução do bem-estar para os envolvidos.

Identificamos que, muitas vezes, as famílias estão mais concentradas no bem-estar imediato ao permitir que a criança seja atendida pelo consumo da tecnologia e os pais tenham “sossego” para resolver o que precisam. Assim, ao ter acesso ao celular, seja do responsável ou da própria criança, tablet ou TV, por exemplo, permite que, naquele exato momento do consumo, a criança usufrua do bem-estar hedonista (Ryan & Deci, 2001). Ela sente o prazer imediato e a ausência da dor já que o acesso ao consumo não foi negado, impactando positivamente no bem-estar dos pais. Além dos discursos das famílias ao nos apresentarem essas situações que vivenciam no dia a dia, também presenciamos, no campo de pesquisa, momentos em que os estímulos recompensadores da tecnologia proporcionam o bem-estar hedonista.

De toda maneira, também percebemos que o uso das TDICs, apesar de proporcionar prazer imediato, pode levar ao sofrimento quando as crianças não conseguem estabelecer limites para si mesmas ou quando o vício as impede de realizar outras atividades necessárias, como dormir, socializar ou estudar. Tanto para elas, quanto para os pais, o cenário de bem-estar imediato pode rapidamente ser modificado, diante dessa realidade relatada ou quando os pais precisam intervir e negar a tecnologia. Na maior parte das inserções que realizamos, vivenciamos situações em que as negociações sobre o consumo ou não da tecnologia permeiam as práticas familiares e afeta consideravelmente o bem-estar de crianças e pais. Ou seja, mesmo que exista uma breve sensação de bem-estar hedonista, a curto prazo, logo se transforma, na maior parte das vezes, em mal-estar a curto, médio e longo prazo. É o efeito looping, como dissemos, gerando essa repetição infinita: consome, gera bem-estar momentâneo, reduz o bem-estar diante do descontrole ou negação, que consome...

Esse comportamento repetitivo impacta, diretamente e negativamente, no bem-estar eudaimônico (Ryan & Deci, 2001), já que este está atrelado ao significado da vida e a autorrealização, muitas vezes, numa perspectiva de médio e longo prazos. Percebemos no campo que há uma grande preocupação dos pais sobre o impacto da tecnologia digital no desenvolvimento das crianças. Embora parte até sinalize que a tecnologia é uma aliada no desenvolvimento, estão considerando apenas o desenvolvimento cognitivo, uma vez que também sinalizam as fragilidades emocionais que esse consumo exacerbado e sem controle pode provocar.

Assim, seja numa perspectiva das necessidades individuais das crianças ou na perspectiva coletiva, alinhado aos pressupostos da TCR (Burroughs & Rindfleisch, 2012), compreendemos que o consumo das TDICs pelas crianças da primeira infância, no ambiente familiar, acarreta em significativa redução do bem-estar, considerando o contexto em que vivem, a falta de acesso ou desconhecimento dos dispositivos de controle, a carência de criticidade sobre o consumo, dentre outros aspectos já apresentados.

Assim, constatamos que a (1) relação das famílias com a criança sendo orientada pela tecnologia digital, junto à falta de rede de apoio especializada, (2) o mal que o consumo das TDICs causa às crianças e famílias, além (3) a redução do bem-estar no ambiente familiar antes, durante e após o consumo das telas, contribuem para potencializar as vulnerabilidades já existentes em famílias com contextos histórico, socioeconômico e cultural tão desfavoráveis. Essa constatação integra o nosso objetivo geral: “Analisar como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças, a partir das diretrizes da TCR” e, consequentemente, o nosso problema de pesquisa: “Como o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, se relaciona com as vulnerabilidades das crianças?”.

A análise discursiva que realizamos nos mostra como as famílias, em suas diversas tentativas para viver em contextos desfavoráveis e adaptar aos tempos atuais, encontram-se imersas em ideologias que as tornam dependentes do consumo digital. Assim, considerando os pais, encontramos vários “não ditos” e “ditos” que envolvem as angústias pelo desconhecido, as cobranças pessoais e sociais pelas escolhas que fazem, a desconexão que a tecnologia traz, o receio da perda de controle sobre as crianças e a sua infância, entre outros diversos apresentados ao longo da nossa tese. Não teve uma única família, inclusive considerando as poucas que ainda percebem benefícios no consumo das TDICs para o desenvolvimento infantil, que não tenha apresentado os malefícios da tecnologia digital para crianças tão pequenas. Mesmo as famílias que, num primeiro momento, diziam que “preferimos deixar no meu celular do que eles irem para o beco”, apresentam problemas reais advindos desse consumo: agressividade, desânimo para atividades que não são “tecnológicas”, interferência no sono e na rotina familiar.

Contatamos, portanto, que o consumo das TDICs pelas “nossas crianças” potencializa as vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social que já possuem (Brenkert, 1998), também conhecidas por antecedentes da vulnerabilidade do consumidor ao considerarmos os seus recursos individuais e interpessoais limitados (Hill & Sharma, 2020). Essas vulnerabilidades também são potencializadas porque as crianças e as suas famílias estão

expostas às estratégias de Marketing que corroboram para isso (Brenkert, 1998), também conhecidas como antecedentes estruturais da vulnerabilidade do consumidor (Hill & Sharma, 2020), além de pertencerem a contextos histórico, socioeconômico e cultural desfavoráveis (Brenkert, 1998; Hill & Sharma, 2020; Hilhorst & Bankoff, 2013).

Na perspectiva de Brenkert (1998), as vulnerabilidades partem de algo que o consumidor já possui, ou seja: física (o consumidor possui condições físicas ou biológicas que o torna mais passível de danos causados pelo consumo), cognitiva (o consumidor não tem habilidades essenciais para compreender e avaliar o conteúdo que acessa e consome, sendo fácil de ser manipulado), emocional (consumidor com estado emocional fragilizado ou desequilibrado) e social (o consumidor possui desvantagens sociais que o torna menos competente para distinguir produtos e serviços que possam trazer danos).

Na nossa tese, percebemos que, além dos consumidores já possuírem tais vulnerabilidades, concomitantemente, estas ainda são potencializadas e desencadeiam em situações que comprometem, em outra perspectiva, os aspectos físico, cognitivo, emocional e social. Assim, crianças em contexto tão desfavoráveis, já tão vulnerabilizadas e suscetíveis às práticas predatórias do Marketing, trazem ainda mais mal para si próprias e para os seus pais antes, durante e depois do processo de consumo das tecnologias digitais. Pais, estes, que também usam o próprio consumo das TDICs para controlar a rotina e o comportamento das crianças, permitindo que elas conheçam os aparatos tecnológicos (pais e familiares que as apresentam) e, ainda, que a tecnologia digital assume o papel de antagonista nos lares, alterando toda a dinâmica familiar.

Aqui, portanto, encontra-se o cerne da nossa contribuição teórica, ao apresentar novas perspectivas sobre o consumidor vulnerável considerando as teorias estudadas. Reforçamos, portanto, que o consumo das TDICs por crianças na primeira infância, no ambiente familiar, sem supervisão dos pais, com tempo de acesso e conteúdos inadequados, traz dependência para as crianças (e a dependência dos pais das crianças para condução da rotina e para conter os comportamentos infantis indesejados), provocando significativa redução do bem-estar individual (criança) e coletivo (familiar) e, portanto, potencializando as vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social das famílias. Esses achados estão em sintonia com os pensadores que defendem os efeitos negativos do consumo de tecnologias por crianças e nossa tese poderá corroborar para ampliar esse “coro”.

Desta maneira, compreendemos que esse consumo das tecnologias digitais se configura como um fenômeno que permeia as relações familiares e os seus desdobramentos. Em muitos momentos, nós nos perguntamos se ali, no campo de pesquisa, emergiram novas

vulnerabilidades. Acreditamos nessa possibilidade, inclusive, mas à luz das teorias mais significativas sobre vulnerabilidade do consumidor para a nossa tese, compreendemos que são as vulnerabilidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais que são potencializadas, em outra perspectiva. E é a tecnologia que atravessa todas as vulnerabilidades da família, não sendo percebida como uma nova categoria de vulnerabilidade. Nessa concepção, é a tecnologia que, de maneira transversal, potencializa as vulnerabilidades previamente apresentadas por Brenkert (1998) e Hill and Sharma (2020).

Considerando os preceitos da TCR, bem como a sua definição sobre consumidor vulnerável, acreditamos que a nossa tese contribuirá para novas reflexões e direcionamentos sobre as definições dos grupos em situação de vulnerabilidade: idosos, crianças, indivíduos com dependência, portadores de deficiências, aqueles que enfrentam condições de extrema pobreza, analfabetos, analfabetos funcionais e outros grupos similares (Ozanne et al. 2015; Mick et al., 2012). Como a própria TCR cita que, dentre a sua ênfase, está o estudo dos consumidores afetados pelo consumismo, inclusive da internet, podemos contribuir com a sistematização que apresentamos, que inclui a potencialização das vulnerabilidades física, cognitiva, emocional e social.

Ainda sobre a TCR, que se apresenta como uma perspectiva teórico-metodológica para a construção do conhecimento, validamos, no campo, o que Ássimos et al. (2018) afirmam que as abordagens tradicionais não possuem “força” necessária para mergulhar em realidades complexas, com diferentes facetas e dispersas. Por isso, fomos nos capacitando como pesquisadores, como sugerem os autores, de maneira a impulsionar o avanço deste campo. Ao cumprimos, também, cada uma das oito fases da TCR, apresentadas por Crockett et al. (2013), inclusive as fases sete e oito, que são vistas como grandes diferenciais em relação a uma pesquisa tradicional, acreditamos que também contribuimos com as reflexões transformativas. Sobre as fases sete e oito, em especial, apresentamos o passo a passo, ou seja, todo o processo realizado, no intuito de tangibilizar a real devolutiva aos envolvidos e a disseminação dos resultados para além da academia.

Acreditamos, então, que o nosso olhar como pesquisadores transformativos, além do nosso olhar etnográfico, contribuiu para as descobertas e as coproduções realizadas no campo de pesquisa. E, também, para construirmos mecanismos de análise, de estratégia de construção do corpus para análise e compreensão do fenômeno social (Sato e Batista Jr., 2018). Estarmos presentes nos lares das famílias, de maneira tão singular, nos permitiu um processo reflexivo e crítico junto a esses participantes. Ao mesmo tempo que foi desafiador, temos consciência que as descobertas só foram possíveis com a imersão na realidade (ou em fragmentos dela) das

famílias, oriundas das EMEIs 1 e 2, de baixo NSE, em contextos tão desafiadores e com experiências até inimagináveis. Como pesquisadores transformativos, começamos de uma forma e terminamos (não, não terminamos...) de outra, pois fomos grandemente impactados pelo que vivenciamos e pelas construções coletivas durante o processo.

E é por meio da nossa transformação como pesquisadores que somos capazes de contribuir para o desenvolvimento de sujeitos mais críticos e habilidosos (Davis, Ozanne & Hill, 2016). Temos como propósito não só investigar os consumos que impactam no bem-estar e tornam os indivíduos e/ou grupos vulneráveis ainda mais expostos e desprotegidos, como agir no intuito de amenizarmos esses impactos (Mick et al, 2012). Por isso, além das devolutivas já apresentadas, também fomos desafiados a, junto aos pais, construir intervenções imediatas e necessárias durante o campo.

Resgatando a vivência na Família Esteves, ao presenciarmos a *Filha Esteves* consumindo os conteúdos dos vídeos e apresentando reações diversas - medo, questionamentos, aflição, angústia, agitação -, a *Mãe Esteves* formalizou, como dissemos, por meio de ditos e não ditos, o seu pedido de ajuda. Como ela nos contou, o que presenciamos é algo constante na realidade daquela família (e de muitas outras participantes da pesquisa).

Ao definirmos, em conjunto, pela exclusão do aplicativo Kwai com a inclusão de jogos adequados à faixa etária da *Filha Esteves*, pesquisadora-participante e mãe, naquele momento, buscaram reestruturar a relação da criança com os discursos que a assolavam, apresentando novas construções discursivas sem deixar de considerar o contexto e as vulnerabilidades já existentes no âmbito familiar. Portanto, a intervenção discursiva é uma forma de resposta à interpelação ideológica, já que somos sujeitos (a criança também) resultantes dessa interpelação (Orlandi, 1996). Além disso, ponderamos que a intervenção seria a melhor solução pelos seguintes motivos:

(1) evitar que a criança fizesse ainda mais mal a ela e à mãe diante de uma negativa ou da crise de abstinência: “*Quando eu nego ela fica nervosa demais. Ela cuspiu mais cedo em mim. Vimos isso*” (*Mãe Esteves*). Como pesquisadores transformativos, estudamos exatamente essas “questões do mundo real que afetam o bem-estar do consumidor” (Crockett et al., 2013, p. 1173) para compreender e sugerir ações que possam diminuir a vulnerabilidade e gerar mais bem-estar no processo de consumo.

(2) termos a oportunidade de explicar à criança que o Kwai pode ter sido ‘excluído automaticamente’ porque possui vídeos que não são reais e que fazem mal para ela e para todos que assistem. Os próprios criadores da plataforma não a indicam para crianças de até 13 anos

de idade, e os adolescentes até 17 precisam pedir autorização dos responsáveis⁵³. O objetivo foi criar um novo espaço de significação, em sintonia com uma interpretação mais saudável, feliz e positiva da realidade.

(3) Instruir para proteger. Pelo que percebemos no campo, as famílias não pensam em retirar a tecnologia digital do ambiente familiar, mesmo para crianças tão pequenas. Ela já está enraizada na dinâmica familiar, como apresentamos. A proposta, portanto, é orientar os pais para que possam ter atitudes de proteção e de supervisão durante o consumo das TDICs. Um possível caminho é não permitir que as mídias ocupem quase totalmente o tempo ocioso das crianças (Belloni, 2010), mas buscar o equilíbrio entre o consumo tecnológico e o envolvimento em outras áreas e atividades que promovam o desenvolvimento das crianças. A própria SBP tem indicação sobre tempo de tela⁵⁴ para crianças e adolescentes: crianças menores de dois anos: nenhum contato com telas ou videogames; dos dois aos cinco anos: até uma hora por dia; dos seis aos 10 anos: entre uma e duas horas por dia.

Neste sentido e como apresentamos no nosso Referencial Teórico, Carmo (2017) destaca que o desenvolvimento do pensamento crítico nas pessoas representa um dos desafios fundamentais para a competência em informação. Portanto, oferecer a grupos vulneráveis a oportunidade de se aproximar e ter acesso a uma educação focada em informação poderia, potencialmente, impactar as características ou circunstâncias que definem a condição de vulnerabilidade desse grupo específico. Essa abordagem visa modificar ou influenciar o ambiente, assim como as condições físicas, sociais, econômicas e de trabalho em que esses grupos estão inseridos, na esperança de melhorá-las. Quanto mais vulnerável alguém for, mais desafios poderá enfrentar em áreas específicas ou aspectos de sua vida (Carmo, 2017). E “a vulnerabilidade da baixa renda é interesse de discussão ao redor do mundo” (Almeida, 2020, p. 34).

Sabemos que a mudança de comportamento não acontece rapidamente, ainda mais em contextos tão vulneráveis. Os hábitos, já enraizados, são sustentados por uma memória discursiva muito presente no âmbito familiar. Como Orlandi (2007) nos lembra, os discursos são produzidos à luz de uma memória histórica e social, e mesmo as crianças, ainda tão pequenas, já internalizam um repertório discursivo sobre violência, medo, intolerância, ideologias dominantes, entre outros. Por isso, mesmo conscientes de que algumas das famílias terão dificuldade em compreender e aceitar que a tecnologia digital deva ser periférica e não

⁵³ Disponível em <https://www.kwai.com/pt-BR/safety?id=community>. Acesso em 14 nov. 2024.

⁵⁴ Disponível em <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/criancas-no-celular-saiba-o-tempo-ideal-para-cada-idade/>. Acesso em 03 nov. 2024.

central na dinâmica familiar, precisamos tentar. Acreditamos que a criança, ao ser exposta a um novo discurso, que inclui o dito, o não dito e o comportamento dos envolvidos, poderá reconstruir a sua compreensão do mundo. Isso nos mostra que nós, sujeitos, podemos ser afetados e ‘reconfigurados’, mesmo que isso aconteça em plena consciência (ou inconscientemente também). Foi durante a pesquisa de campo (intervenções) e após o campo de pesquisa (devolutivas) que tivemos a oportunidade de “instruir para proteger”, de oferecer acolhida e informação, de possibilitar que muitas famílias, ao menos, considerassem a possibilidade de refletir para agir diferente. Plantamos a semente? Seguimos desejosos que sim...

Ainda sobre o processo de devolutiva, no intuito de colaborar com quem tanto construiu junto conosco, lembramos que já apresentamos alguns resultados ao corpo diretivo das EMEIs 1 e 2, durante as reuniões de alinhamento e coprodução, mas nos comprometemos a realizar novas devolutivas e, juntos, produzirmos conteúdo significativo com o corpo diretivo e o corpo docente. No início do nosso trabalho, quando iniciamos a pesquisa exploratória nas EMEIs, identificamos a falta clareza sobre o uso da tecnologia no ambiente escolar. E ao finalizar o processo, no fim de 2024, o cenário permanece praticamente igual. Há uma insegurança do uso do aparato tecnológico fornecido pela Prefeitura de BH, já que as instituições de ensino atendem apenas crianças da primeira infância e acreditam que elas precisam de estímulos, no ambiente escolar, para o seu amplo desenvolvimento.

O corpo diretivo da EMEI 1 concede às professoras, e consequentemente às crianças, o acesso aos tablets fornecidos pela Prefeitura, com jogos infantis baixados por professoras, à TV e utilizam os *chromebooks* e projetores instalados nas salas de aula para passar algum “vídeo educativo”. Mas tudo com muita restrição e desde que tenha propósito pedagógico, como já apresentamos. As professoras precisam justificar em seu planejamento semanal a inclusão de atividade com tecnologia digital, sendo uma por semana, geralmente. E o controle da TV permanece na sala da direção para que, se necessário for, seja solicitado. Também há uma interativa que é utilizada de maneira incipiente por falta de habilidade para o seu uso. Já o corpo diretivo da EMEI 2 tem postura mais conservadora e não permite o acesso aos tablets, que ainda estão guardados no armário da sala da direção até que encontrem um propósito pedagógico para o seu uso.

Assim, ao tomarem ciência de mais detalhes sobre a realidade em que as crianças estão inseridas, ainda garantindo o total anonimato dos participantes, poderemos pensar em estratégias para possíveis atualizações de práticas educativas e de conscientização sobre o consumo da TDICs. Considerando a ideia de “instruir para proteger”, poderão realizar ajustes

no Projeto Político Pedagógico (PPP), considerando os impactos das transformações advindas da tecnologia digital. Os resultados do nosso estudo também poderão ser relevantes para outras EMEIs, com perfis parecidos aos do presente estudo. E, em uma perspectiva mais ampla, para a Secretaria Municipal de Educação (SMED), em Belo Horizonte, que está em constante desenvolvimento de diretrizes para as Instituições de Ensino da Rede Pública. Portanto, compreendemos que a nossa pesquisa também possui uma contribuição de cunho social, visto que se trata de crianças da primeira infância de famílias de baixo NSE.

Sobre as limitações da pesquisa, consideramos a não contemplação de arranjos familiares diversos, embora tenhamos solicitado às EMEIs acesso a famílias homoafetiva, parental, entre outras. A nossa investigação aconteceu em famílias com arranjos familiares tradicional e união estável. Além disso, também nos percebemos, em muitos momentos, pouco preparados para lidar com situações de vulnerabilidade das famílias. Em alguns momentos, fomos muito “exigidos” emocionalmente, sem preparo prévio para as vivências. Por fim, também constatamos pouca literatura produzida, no Brasil, sobre o fenômeno estudado.

Agora, como sugestões de pesquisas futuras, compreendemos que ainda há um vasto campo a ser pesquisado e trazemos algumas inquietações que nos confrontaram durante o processo de elaboração da tese. É importante um olhar dedicado sobre o consumo das TDICs por crianças com transtornos como TDAH e TEA, considerando (ou não) contextos de desigualdades sociais, econômicas e culturais. Seria possível, neste sentido, analisar os efeitos do tempo excessivo de tela e de consumo inadequado por essas crianças, incluindo a relação com sintomas como impulsividade, irritabilidade e isolamento social. Além disso, pesquisadores poderiam realizar estudos com o mesmo objetivo que o nosso, mas em outras faixas etárias, focando em alguns contextos e *softwares* específicos para cada idade. Outra sugestão estaria em torno dos métodos, com inovação na estratégia de análise dos dados, por exemplo, como a Análise Crítica do Discurso (ACD). E, ainda, um estudo de outras tecnologias como redes sociais e papel dos influenciadores digitais no dia a dia dos jovens.

Por fim, sabemos que realizamos muitas descobertas e que trouxeram sentido e significado para nós, pesquisadores transformativos. Da mesma forma, estamos cientes que aqui não é o fim. Talvez, um outro belo começo, acreditando que nunca estamos prontos... Seguimos sendo transformados...

REFERÊNCIAS

- Almeida, G. T. (2020). Consumo de crédito e violência financeira com idosos de baixa renda: Uma investigação na perspectiva da Transformative Consumer Research. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
https://bib.pucminas.br/teses/Administracao_GustavoTomazDeAlmeida_8567.pdf
- Almeida, G. T., Ferrão, F. C. C., Silva, J. A., & Ássimos, B. M. (2018). O consumo de crédito e seus prejuízos e os benefícios na sociedade: um estudo interpretativista na perspectiva de idosos como consumidores. *Revista Alcance*, 25(3), 381-401.
- Almeida, G. T., Pinto, M. R., Ássimos, B. M., & Batinga, G. L. (2018). A Construção de Tecnologias Sociais como Produto das Pesquisas Transformativas do Consumidor. *Revista eletrônica Gestão e Sociedade*, 13, 2710-2720.
- Althusser, L (1998). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Alves, M. T. G; Soares, J. F. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 1–30, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641318>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- Andreasen, Goldberg & Sirgy, 2012. In Mick, D. G., Pettigrew, S., Pechmann, C., & Ozanne, J. L. (2012). *Transformative consumer research for personal and collective well-being: for personal and collective well-being*. New York: Routledge.
- Arruda Filho, E. J. M. A., Gammarano, I. D. J. L. P., & Barreto, I. A. (2021). Technology-driven consumption: digital natives and immigrants in the context of multifunctional convergence. *Journal of strategic marketing*, 29(3), 181–205.
<https://doi.org/10.1080/0965254X.2019.1656278>.
- Ássimos, B. M., Almeida, G. T., Batinga, G. L., & Pinto, M. R. (2018). O Uso das Tecnologias Sociais como Método de Pesquisa em Estudos Transformativos do Consumidor. *Revista ADM.MADE*, 22, 80-89.
- Baker, S. M., & Mason, M. (2012). Toward a process theory of consumer vulnerability and resilience. In: Mick, D. G., Pettigrew, S., Pechmann, C. C., & Ozanne, J. L. (Eds.). (2012). *Transformative consumer research for personal and collective well-being*. Routledge.
- Baker, S. M., Gentry, J. W., & Rittenburg, T. L. (2005). Building understanding of the domain of consumer vulnerability. *Journal of Macromarketing*, 25(2), 1-12.
- Baker, S. M., & Mason, M. (2012). Toward a process theory of consumer vulnerability and resilience: illuminating its transformative potential. In: Mick, D. G.; Pettigrew, S.; Pechmann C., & Ozanne J. (eds.). *Transformative consumer research: for personal and collective well-being* (pp. 543–563). New York: Routledge.
- Bankoff, G., Frerks, G., Hilhorst, D. (2013). *Mapping Vulnerability: Disasters,*

- Development, and People, Earthscan. Disponível em: https://www.academia.edu/18707404/Mapping_Vulnerability_Disasters_Development_and_People. Acesso em 08 dez. 2023.
- Batista Jr., J. R. L.; Sato, D. T. B., Melo, I. F. (org.). (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola. 224p.
- Belloni, M. L. (2010). *Crianças e mídias no Brasil: cenários de mudanças*. Campinas, SP: Papirus.
- Benvenuti, M., Scarpi, D., & Zarantonello, L. (2023). Information Technologies and Consumers' Well-Being: Latest Research and Future Research Directions. *Journal of Interactive Marketing*, 58(2-3), 109-114. <https://doi.org/10.1177/10949968231161722>
- Berezan, O., Krishen, A. S. Agarwal, S., Kachroo, P. (2018), "The pursuit of virtual happiness: exploring the social media experience across generations". *Journal of business research*. 89, 455-61
- Bessa, D., Sato, D. T. B. In Batista Jr., J. R. L., Melo, I. F. (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. 224p.
- Brenkert, G. G. (1998) "Marketing and the Vulnerable". *Business Ethics Quarterly* 8(S1):7-20
- Buckingham, D. (2006). *Crescer na era das mídias: após a morte da infância*. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis. 2006. Título original: After the death of childhood: growing up in the age of eletronic media. Trabalho não publicado.
- Buckingham, D. (2007). *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Edições Loyola.
- Burrell, G.; Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books.
- Burroughs, J. E., & Rindfkeisch, A. (2012). What welfare? On the definition and domain of Transformative Consumer Research and the Foundational role of materialismo. In: Mick, D. G.; Pettigrew, S.; Pechmann C., & Ozanne J. (eds.). *Transformative consumer research: for personal and collective well-being* (pp. 249–266). New York: Routledge.
- Cardoso, F. e M. (2017). Representações e significados do consumo de internet para famílias de classes populares em Recife.
- Carmo, A. V. F. (2017). Competência informacional desenvolvida em analfabetos e semi-analfabetos do conjunto Bárbara de Alencar II-Curió-Messejana. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*, 13, 1836–1849. Recuperado de <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/899>.
- Casas, F. (2004). De afrontar problemas sociales a promover la calidad de vida. *Revista de Historia de La Psicología*, 25 (4), 305-322.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Rede de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*.

Rio de Janeiro: Zahar.

- Chaplin, L.N. (2009), “Please May I Have a Bike? Better Yet, May I Have a Hug? An Examination of Children’s and Adolescents’ Happiness,” *Journal of Happiness Studies*, 10 (5), 541–62.
- Chaplin, L. N., Hill, R. P., & John, D. R. (2014). Poverty and Materialism: A Look at Impoverished Versus Affluent Children. *Journal of Public Policy & Marketing*, 33(1), 78–92. <http://www.jstor.org/stable/43305368>
- Clifford, J., & Marcus, G. E. (Eds.). (1986). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. University of California Press.
- Coelho, P. F. C. (2015). A Pesquisa transformativa do consumidor: reflexões e diretrizes para pesquisadores brasileiros. *Economia & Gestão*, v. 15, n. 40, p. 4-27.
- Connor, S. (1993). *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola. *Cultura pós-moderna: Introdução às teorias do contemporâneo* - Steven Connor - Google Livros. 01.10.2023
- Coracini, M. J. R. F. (org.) (1995). *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas/SP: Pontes.
- Corrêa, C.; Rocha, E; Carvalhais, J. (2014). A sociedade da informação e do conhecimento e os estados brasileiros. *La sociedad de la información y el conocimiento e los estados de Brasil*.
- Couto, E. S. (2013). A infância e o brincar na cultura digital. *Perspectiva*, 31(3), 897–916. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n3p897>.
- Crockett, D. *et al.* Conceptualizing a transformative research agenda. *Journal of business research*, [s. l.], v. 66, n. 8, p. 1171-1178, ago, 2013.
- Crotty, M. (1998). *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*. London: SAGE Publications Inc.
- Davis, B., & Pechmann, C. (2013). Introduction to the special issue on transformative consumer research: Developing theory to mobilize efforts that improve consumer and societal well-being. *Journal of business research*, v. 66, n. 8, p. 1168–1170.
- Davis, F. D. (1989). Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. *MIS Quarterly*, v. 13, n. 3, p. 319-339, 1989.
- Davis, F. D.; Bagozzi, R.; Warshaw, P. R. (1989) User acceptance of computer technology: a comparison of two theoretical models. *Management Science*, v. 5, n. 8, p. 982-1003.
- Dias, J. P. Da S.; Hemais, M. W. (2015). Consumidores de baixa renda e compras on-line: receios em consumir pela internet. *REGE*, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 1, p. 115-132, jan./mar. 2015.
- Dhiman, N. and A. Kumar (2023), “What we know and don’t know about consumer happiness: three-decade review, synthesis, and research propositions”. *Journal of interactive marketing*, 58 (2–3), 115–35.

- Elgaaid-Gambier, L., Bertrandias L., and Bernard Y. (2023). “How using parental control software can enhance parents’ well-being: the role of product features on parental efficacy and stress,” *Journal of interactive marketing*, 58 (2–3), 280–300.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB.
- Fairclough, N., & Melo, I. F. (2012). Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D’Água*, 25(2), pp. 307-329. doi:10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307- 329
- Ferreira, M. C. L (2003). O caráter singular da língua na análise do discurso. *Organon*. Porto Alegre. Vol. 17, n. 35, p. 189-200
- Geertz, Clifford. *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books, 1973. 476 p.
- Gobbi, M. (2009). Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3. ed. São Paulo, SP: Autores Associados.
- Gómez, E. (2020). Digital Inequality in Latin America: The Role of Social Context and Individual Resources. *Journal of Latin American Studies*, 52(1), 85-104.
- Gomes Neto M.B., Nascimento Silva L.E., Lima S. H. de O, Grangeiro R da R. Analysis of Scientific Production on Transformative Consumer Research and Transformative Service Research. *Organ. Soc.* [Internet]. 2021Apr.26 [cited 2024Feb.9];28(96). Available from: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/31826>
- Grant, D., Keenoy, T., & Oswick, C. (1998). Of diversity, dichotomy and multi-disciplinarity. Em D. Grant, T. Keenoy, & C. Oswick, *Discourse and organization*. London: Sage.
- Haidt, J. (2024). *A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais*. Tradução de Lígia Azevedo. Editora. Companhia das Letras. 440 p.
- Hemais, M. W., Borelli, F. C., Casotti, L. M., & Dias, P. I. (2014). Economia, Marketing e Indivíduos de Baixa Renda: o interesse após uma história de indiferença. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), pp. 49-64. doi:10.5007/2175-8077.2014v16n39p49
- Hilhorst, D., Bankoff, G. (2013). Introduction: mapping vulnerability. In: Hilhorst, D., Bankoff, G. (2004). *Mapping vulnerability*. https://www.academia.edu/18707404/Mapping_Vulnerability_Disasters_Development_and_People.
- Hill, R. P., & Sharma, E. (2020). Consumer vulnerability. *Journal of Consumer Psychology*, 30(3), 551-570.
- Ho, H. & K. Ito (2019), “Consumption-Oriented Engagement in Social Network Sites: Undesirable Influence on Personal Well-Being,”. *European journal of marketing*. 53 (7), 1355–77.

- Holder M. D., Coleman B., Singh K. Temperament and Happiness in Children in India. *J happiness stud.* 2012 Apr;13(2):261–74.
- Holloway, D., Green, L., & Livingstone, S. (2013). Zero to eight: Young children and their internet use. EU Kids Online.
- Indursky, F (1997). A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Indursky, F (2008). Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra. Porto Alegre: Nova Prata.
- Indursky, F. (2011). A memória na cena do discurso. In: Memória e história na/da análise do discurso, editado por Freda Indursky, Solange Mittmann e Maria Cristina Leandro Ferreira. Campinas: Mercado de Letras.
- Indursky, F. As determinações da prática discursiva da escrita. *Revista Desenredo do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 12 - n. 1 - p. 30-47 - jan./jun. 2016.
- Kelli, A. (2023). *Segredos da Internet que crianças e adolescentes ainda não sabem*. Rio de Janeiro: Editora Verso.
- Kesharwani, A. (2020). Do (how) digital natives adopt a new technology differently than digital immigrants? A longitudinal study. *Information & Management*, 57(2), 103170. <https://doi.org/10.1016/j.im.2019.103170>.
- Kirk, C. P., Chiagouris, L., Lala, V. & Thomas, J. D. (2015). How do digital natives and digital immigrants respond differently to interactivity online?: A model for predicting consumer attitudes and intentions to use digital information products. *Journal of advertising research*, 55(1), 81-94. <https://doi.org/10.2501/JAR-55-1-081-094>.
- Lira, L. C. E; Alves, R. B. C. (2018). Teoria Social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In. Batista Jr., J. R. L.; Sato, D. T. B., Melo, I. F. (org.). (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola. 224p.
- Llanes, G. D. (2001). El bienestar subjetivo: actualidad y perspectivas. *Revista cubana de Medicina General Integral*. 17(6), 572-579.
- Lugones, G. (org.). (2002). *Indicadores de la sociedad del conocimiento: aspectos conceptuales y metodológicos*. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre Ciencia-Desarrollo y Educación Superior. Documento de Trabajo nº2.
- Lugones, G., Suárez, D., Alves, N. A. (Coord.). (2009). *Manual de Lisboa: orientações para a interpretação dos dados estatísticos disponíveis e para a construção de indicadores referentes à transição da América Latina para a sociedade da informação*. Lisboa: RICYT.

- Martins, A. R. N. *Análise de Discurso da Mídia* (2018). In: Batista Jr., J. R. L.; Sato, D. T. B., Melo, I. F. (org.). (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola. 224p.
- Maingueneau, D. (2020). *Discurso e análise do discurso [recurso eletrônico] / Dominique Maingueneau ; tradução Sírio Possenti*. - 1. ed. - São Paulo : Parábola.
- Mcgregor, S., & Goldsmith, E. (1998). Expanding our understanding of quality of life, standard of living, and well-being. *Journal of Family and Consumer Sciences*, v. 90, n. 2, p. 2-6, 1998.
- Melo, I. F. (2009). *Análise do discurso e a análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções*. Letra Magna.
- Mendes, J. M. (2018). Risco, vulnerabilidade social e resiliência: conceitos e desafios. *RG&SA*, 7(esp.), pp. 463-492. doi:10.19177/rgsa.v7e02018463-492
- Mertens, D. M. (2007). Transformative paradigm. *Journal of mixed methods research*, 1(3), pp. 212-225.
- Mick, D. G. (2006). Meaning and mattering through transformative consumer research. *Advances in consumer research*, 33, pp. 1-4.
- Mick, D., & Fournier, S. (1998). Paradoxes of technology: consumer cognize, emotions and coping strategies. *Jornal of Consumer Research*, pp. 123-143.
- Mick, D. G., Pettigrew, S., Pechmann, C. & Ozanne, J. L. (2012). *Transformative consumer research for personal and collective well-being: for personal and collective well-being*. New York: Routledge.
- Moore, N. (2014). *The information society*. Chapter 20. Policy Studies Institute. United Kingdom.
- Moraes, M. & Marin, S. (2021). *Bem-estar na abordagem das capacitações e da economia feminista: Alguma complementaridade?* Universidade Federal de Santa Catarina.
- Morgan, G., & Smircich, L. (1980). The case for qualitative research. *Academy of Management Review*, 5, 491-500.
- Mussalim, F. (2003); Bentes, A C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, v. 2.
- Nascimento, N. A. (2014) *As mídias digitais como instrumentos culturais no desenvolvimento infantil*. 2014. 153f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Novak, 2012. Quality of Virtual Life. In Mick, D. G., Pettigrew, S., Pechmann, C., & Ozanne, J. L. (2012). *Transformative consumer research for personal and collective well-being: for personal and collective well-being*. New York: Routledge.

- Obeidat, M. S., & Young, D. W. (2017). An assessment of the recognition and use of online shopping by digital immigrants and natives in India and China. *Journal of international consumer marketing*, 29(5), 293–302.
- Orlandi, E. P (1996a). A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P (1996b). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes.
- Orlandi, E. P (1996c). Exterioridade e Ideologia. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (30):27-33.
- Orlandi, E. P. (Org.) (1998a). A leitura e os leitores. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. P. (1998b). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição.
- Orlandi, Eni P (1999). *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, Eni P (2003). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.
- Orlandi, E. P (2004). Autoria e interpretação. In: *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, p. 63-78.
- Orlandi, E. P. (2007). A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica.
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (7ª ed.). Campinas: Pontes Editores.
- Ozanne, J., Pettigrew, S., Crockett D.; Firat, A. F., Downey, H., & Pescud, M. (2011). The practice of transformative consumer research: some issues and suggestions. *Journal of research for consumers*, 19, 1-7.
- Ozanne, J. L., & Fischer, E. (2012). Sensitizing principles and practices central to social change methodologies. In D.G. Mick et al. (Org.), *Transformative consumer research for personal and collective well-being: reviews and frontiers* (pp. 89-106). New York, NY: Routledge.
- Ozanne, J. L., & Saatcioglu, B. (2008). Participatory action research. *Journal of consumer research*, 35(3), 423–439.
- Parker, C., Roper, S., & Medway, D. (2015). Back to basics in the marketing of place: The impact of litter upon place attitudes. *Journal of Marketing Management*, 31(9), pp. 1090-1112. doi:10.1080/0267257X.2015.1035307
- Pêcheux, M. [1969] *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997
- Pêcheux, M. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

- Pêcheux, M. (1998) [1975] *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Pêcheux, M. (2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983). Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes,.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp.
- Pedró, F. (2015). Modelos pedagogicos y cultura digital: aprender de los alumnos. *Ruta Maestra*, Bogotá, n. 9, 13-16.
- Pinto, M.; Almeida, G.; Ássimos, B. (2021). *Pesquisa Transformativa do Consumidor*. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2021.
- Pinto, M. R., Batinga, G. L., Ássimos, B. M., & Almeida, G. T. (2016). Transformative consumer research: reflexões, diretrizes e uma análise do campo no Brasil. *Revista interdisciplinar de Marketing*, 6(2), 54-66.
- Postman N. (2005). *O desaparecimento da infância*. Alencar, S. M. de. & Melo, J. L. (trad.). Rio de Janeiro: Graphia.
- Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants. *On the horizon*, 9(5), 1–6. <https://doi.org/10.1108/10748120110424816>.
- Prensky, M. (2010). *Teaching Digital Natives: Partnering for Real Learning*. Thousand Oaks, CA: Corwin.
- Prensky, M. (2012). *From digital natives to digital wisdom: Hopeful essays for 21st century learning*. Corwin Press, <https://doi.org/10.4135/9781483387765>.
- Prensky, M. (2012). *Não me atrapalhe, mãe - Eu estou aprendendo!* Como os videogames estão preparando nossos filhos para o sucesso no século XXI - e como você pode ajudar! São Paulo: Editora Phorte.
- Ryan, M.; Deci, E. L. (2001). On happiness and human potentials: a review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual review of psychology*, 52, 141-166.
- Raggiotto, F., D. Scarpi (2023), “It’s Not Just a Game: Virtual Edgework and Subjective Well-Being in E-Sports,” *Journal of Interactive Marketing*, 58 (2–3), 185–97.
- Resende, V. (2009). *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- Rich, M., Tsappis M., Kavanaugh J. R. (2019). Uso problemático de mídias interativas entre crianças e adolescentes: dependência, compulsão ou síndrome? In: Young K., Abreu C.N. (orgs), Armando, M. G. (trad). *Dependência de Internet em crianças e adolescentes*. Porto Alegre, Artmed, 2019. P.7-31.
- Roedder, Deborah L, 1981. "Age Differences in Children's Responses to Television Advertising: An Information-Processing Approach," *Journal of Consumer Research*,

- Journal of Consumer Research Inc., vol. 8(2), pages 144-153, September.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1069-1081.
- Ryff, C. D. & Keyes, C. L. M. (1995). The structure of psychological well being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.
- Saatcioglu, B., & Corus, C. (2016) Exploring spatial vulnerability: inequality and agency formulations in social space. *Journal of Marketing Management*. 32 (3-4), 230-251.
- Sato, D. T. B.; Batista Jr., J. R. L. (2018). Análise de Discurso das práticas: etnografia. In. Batista Jr., J. R. L.; Sato, D. T. B., Melo, I. F. (org.). (2018). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola. 224p.
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Ed. Record: Rio de Janeiro - São Paulo, 2001.
- Serrano, P. H. S. M., & Abreu, N. R. de. (2023). Marketing Social, Transformative Consumer Research e Design Science Research: Um Percurso Metodológico com Ideais Compartilhados. *Revista Interdisciplinar De Marketing*, 13(1), 33-46. <https://doi.org/10.4025/rimar.v13i1.66411>
- Souza, J. (2020). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Souza, S. V., Camargo, D. e Bulgacov, Y. L. M. (2003). Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. *Psicologia em Estudo*. jan./jun. 2003, vol.8, no.1, p.101-109.
- Stiglitz, J., Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2009). Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf
- Strasburger V. C. (2019). *The Death of Childhood: Reinventing the Joy of Growing Up*. Cambridge Scholars Publishing.
- Strasburger VC, Donnerstein E, Bushman BJ. Why is it so hard to believe that media influence children and adolescents? *Pediatrics*. 2014 Apr;133(4):571-3. doi: 10.1542/peds.2013-2334. Epub 2014 Mar 3. PMID: 24590743.
- Tadajewski, M., Chelekis, J., Deberry-Spence, B., Figueiredo, B., Kravets, O., Nuttavuthisit, K., Moisaner, J. (2014). The Discourses of Marketing and Development: Towards "Critical Transformative Marketing Research". *Journal of Marketing Management*, 30(17-18), 1728-1771. <https://doi.org/10.1080/0267257x.2014.952660>.

- Tapscott, D. (2009). *Grown up digital: how the net generation is changing the world*. New York, McGraw-Hill.
- Tapscott, D. (2010). *A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos*. Rio de Janeiro: Agir Negócios.
- Tikkanen, H., Heinonen, K., and Raval, A. (2023). “Smart Wearable Technologies as Resources for Consumer Agency in Well-Being”. *Journal of interactive marketing*, 58 (2–3), 136–50.
- Vieira, J. A; Macedo, D. S. (2018). Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In. Batista Jr., J. R. L.; Sato, D. T. B., Melo, I. F. (org.). (2018). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola. 224p.
- Veen, W.; Vrakking, B. (2009). *Homo Zappiens: educando na era digital*. Trad. de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed. 141 p.
- Vygotsky, L. S. (2000). *Construção do pensamento e linguagem: as raízes genéticas do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Weber, F. (2009). A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170.
- Zarzar P.M, Jorge K.O, Oksanen T., Vale M.P., Ferreira E.F., Kawachi I. (2012) Association between binge drinking, type of friends and gender: A cross-sectional study among Brazilian adolescents. *BMC Public Health*.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro para compreender o consumo de tecnologia digital no ambiente familiar, via WhatsApp

Bom dia, querida! Tudo bem? Estou desenvolvendo o meu projeto do doutorado e o objetivo é conhecer o consumo de informação das crianças e pré-adolescentes, via tecnologia, e os seus desdobramentos no ambiente familiar. Posso contar com você e o pequeno?

Neste 1o momento, gostaria de entender o seu olhar... e q fizesse um "levantamento" do que “o pequeno” se interessa quando acessa TV, tablet, computador ou celular, por favor. Mas não mencione que está fazendo essa “investigação” (rs), ok? Acredito que você já tenha algumas dessas informações, porque o acompanha diariamente, mas se puder observá-lo neste processo de consumo, com esse propósito, será excelente! As identidades serão preservadas, viu?

- 1) Nome criança (XX anos):
- 2) Tem Tablet, celular ou outros?
- 3) Que apps acessa?
- 4) Gosta de jogos?
- 5) Conversa com amigos no whats?
- 6) Acessa YouTube ou outros via TV?
- 7) Comenta sobre influenciadores?
- 8) Por quanto tempo acessa conteúdo via tecnologia, por dia (média)?
- 9) Há alguma outra observação que realizou que poderia relatar?

APÊNDICE 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a), este Termo de Consentimento pode conter palavras ou informações que gostaria de esclarecimentos para melhor compreensão. Assim, peça à pesquisadora que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente. Esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar o consentimento.

1) Introdução

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa sobre hábitos de consumo de famílias, que está vinculada ao Grupo de Estudos em Marketing, Consumo e Sociedade – GEMACONS, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PPGA PUC Minas, orientada pelo professor Dr. Marcelo de Rezende Pinto e desenvolvida pela aluna Júnia Carla Ferreira Carvalhar. O objetivo da pesquisa é compreender o consumo de informação, mediado pela tecnologia digital, em famílias.

2) Procedimentos da Pesquisa

Para participar deste estudo, solicito a sua especial colaboração em conceder sua participação que abordará perguntas relativas ao tema da pesquisa e observação. O encontro será gravado em áudio e/ou vídeo. Além disso, ao longo do estudo, serão registrados, se necessário, fotos, anotações em dias e horários agendado. Caso seja preciso, o encontro para entrevista e observação será agendado em outro dia, horário e local, segundo a sua disponibilidade.

3) Caráter Confidencial dos Registros

Os registros em vídeos, fotografias, gravações das entrevistas bem como suas transcrições serão salvas, guardadas e mantidas em sigilo, e apenas os responsáveis por este estudo terão acesso aos registros, os quais ficarão sob a responsabilidade do professor Dr. Marcelo de Rezende Pinto e da aluna Júnia Carla Ferreira Carvalhar, a disposição do grupo de pesquisa GEMACONS para que possa usá-los integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data, em futuras pesquisas realizadas nesta instituição. Os resultados da pesquisa serão sempre apresentados sem retratar o nome de uma pessoa específica. As fotografias e vídeos não individuais, se houver, poderão ser utilizados na promoção, em quaisquer meios, dos trabalhos realizados pelo GEMACONS. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou acadêmica.

4) Participação

4.1 – Você não terá nenhuma despesa com a sua participação no estudo e não receberá pagamento. Sua participação neste estudo é totalmente voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidade ou perda de qualquer benefício. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar os pesquisadores que estejam acompanhando-o. Você e família também podem ser desligados do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações do estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine.

APÊNDICE 3 – Roteiro semiestruturado para entrevista com pais/responsáveis

1ª etapa – Aquecimento

- Nome e idade
- Naturalidade
- Com que pessoas vive em casa (nome e idade)? Composição familiar...
- Tem alguma profissional que te ajuda com crianças (cuidadora, auxiliar, babá)?
- Qual é a sua atividade profissional?
- Em que você já trabalhou?
- E sua formação?
- Hobbies e o que gosta de fazer no tempo livre (sozinha(o) e em família)
- Fale um pouco sobre sua família, de uma maneira geral.
- Como é o seu dia a dia? Conte-me com detalhes como é o seu dia.

2ª etapa – Consumo das TIDIs no ambiente familiar e criança

- Quais as TDICs possuem no ambiente familiar?
- Como é o comportamento de consumo de TDICs da família. Poderia falar um pouco sobre sua família e sua experiência com o uso de tecnologia digital em casa?
- Conte-me sobre a rotina da criança, em dias úteis e fins de semana/feriados, de uma forma geral. O que ela gosta de fazer, brincar, jogar...
- E como é o consumo de TDICs pela criança: quais TDICs acessam, com que frequência as crianças em sua família usam dispositivos eletrônicos e com qual finalidade.
- Pensando em uma escala, por exemplo, o que acessa mais, durante a rotina: mais TV? Mais celular? Tablet?
- Possuem alguma rede social? Produzem conteúdo para alguma delas?
- Dependendo de quem “está com a criança” (mãe, pai, avós e outros responsáveis), o consumo é diferente?
- Quando estão fora do ambiente familiar, aos fins de semana, por exemplo, ou quanto ficam na casa de alguém, há alguma orientação sobre o consumo das TDICs? Como acontece nestes espaços?

3ª etapa – Consumo das TIDIs e bem-estar da família e da criança

- Como você percebe que o uso de tecnologia digital impacta a dinâmica familiar e o bem-estar das crianças?
- Quais são os desafios específicos enfrentados por pais/mães que trabalham em casa em relação ao equilíbrio entre trabalho, cuidado com os filhos e supervisão do uso de tecnologia digital?
- Quais os sentimentos advindos desse consumo (a criança com ela mesma, a criança e responsável, responsável e demais familiares e, ainda, responsável e a sociedade).
- Elas demandam os pais/responsáveis quando acessam a internet, por exemplo? E comentam sobre os “achados” na internet?
- Reflita sobre a frase: “o uso excessivo de tecnologia pode levar a conflitos familiares ou dificultar o tempo de qualidade juntos”. O que tem a dizer sobre as suas reflexões?
- Quais medidas você acha que as famílias podem tomar para garantir que o uso de tecnologia digital seja positivo e saudável para todos os membros da família?
- Quais são os benefícios percebidos do uso de tecnologia pelas crianças para o bem-estar da família? E os malefícios?
- Você tem preocupações em relação ao conteúdo digital ao qual as crianças têm acesso? Se sim, quais são essas preocupações?
- Como você percebe que o consumo de tecnologias pelas crianças afeta a qualidade das interações familiares e o tempo passado juntos?

- Quais são suas maiores preocupações em relação ao impacto do uso de tecnologia pelas crianças no bem-estar emocional da família?
- Como o uso de tecnologia pelas crianças afeta a comunicação entre os membros da família?
- Como o consumo de tecnologias pelas crianças afeta seu próprio bem-estar como pais/mães ou responsáveis?
- Como você acha que o uso de tecnologia pelas crianças afeta sua conexão com a natureza e o mundo exterior?
- Como você equilibra o tempo que as crianças passam usando tecnologia digital com outras atividades, como brincadeiras ao ar livre ou leitura de livros?
- Você percebe diferenças no humor, comportamento ou saúde emocional das crianças quando estão usando tecnologia digital em comparação com outras atividades offline?
- Quais estratégias você utiliza para garantir que o tempo de tela das crianças seja equilibrado com outras atividades importantes para o bem-estar familiar?
- Como você se sente em relação ao papel dos pais/mães ou responsáveis na promoção de um ambiente familiar saudável em relação ao uso de tecnologia pelas crianças?
- Você acredita que o uso de tecnologia digital pode afetar o relacionamento entre pais/mães e filhos? Se sim, de que maneira?
- Como você percebe que o uso de tecnologia pelas crianças impacta a felicidade e a satisfação geral da família?
- Quais são os sinais de que as crianças estão usando tecnologia digital de forma excessiva em sua família?
- Como você acha que o uso de tecnologia digital pode afetar a autoestima e a autoimagem das crianças?
- Você percebe que o uso de tecnologia digital pode afetar o comportamento das crianças, como a atenção, a concentração ou a impulsividade?

Consumo das TIDIs e saúde da criança - SBP

- Há isolamento pela criança para ver TV, usar o celular ou outro equipamento para “joguinhos”?
- A criança abandona outras atividades de lazer, práticas esportivas ou culturais pelas tecnologias? Se sim, em quais situações? Quais as preferências dela?
- Prefere as TDICs ao convívio com os amigos, pais e familiares.
- Tem dificuldades de cumprir a rotina de hábitos de higiene e auto-cuidado (ou os cuidados oriundos dos pais/responsáveis) por causa do consumo das TDICs? Ou seja, tem dificuldade em interromper esse consumo para essas tarefas?
- O sono e a alimentação da criança ficam comprometidos? Se sim, como? Percebe que dependendo do horário do consumo há interferência no “dormir”?
- Há sedentarismo e obesidade?
- A criança queixa de dores de cabeça, tonturas, dores nos olhos ou dores musculares no corpo?
- A criança fica mais irritada, agressiva ou tem outras reações neste sentido quando estão consumindo as TDICs e são interrompidas? Ou durante o próprio consumo?
- A criança desenvolveu algum problema de saúde mental devido a esse consumo (mesmo que ele tenha sido responsável apenas por “parte de”): ansiedade, crises de angústia, depressão ou outros?

Bem-estar referência: físico, mental, social. BES e BEP. Níveis micro, médio e macro.

4ª etapa – Consumo das TIDIs e vulnerabilidade da família e da criança

- Quais são os principais desafios que sua família enfrenta em relação ao uso de tecnologia pelas crianças?
- Como você percebe que o consumo de tecnologias pelas crianças afeta a unidade familiar e as interações entre os membros da família?
- Quais são suas maiores preocupações em relação à segurança online das crianças em sua família?

- Que medidas você tomou para proteger suas crianças de conteúdo inadequado ou interações perigosas online?
 - A criança precisa pedir permissão dos pais/responsáveis para consumo das TDICs. Se sim, em quais situações.
 - Há combinados com a criança sobre o consumo das TDICs? Se sim, quais?
 - Como acontece o controle do tempo e do conteúdo acessado (uso tbm de controle parental oferecido pelos próprios aplicativos e sistemas)?
 - Conte-me sobre o estabelecimento (ou não) de limites de tempo de tela para as crianças.
 - Como o consumo de tecnologias pelas crianças afeta seu tempo e recursos disponíveis como pais/mães ou responsáveis?
 - Você acredita que o uso excessivo de tecnologia pelas crianças aumenta sua exposição a riscos físicos, como problemas de saúde relacionados à postura ou visão?
 - Como você equilibra o acesso à tecnologia com outras atividades importantes, como interações sociais, atividades físicas e tempo ao ar livre?
 - Quais são os maiores obstáculos que sua família enfrenta em relação ao acesso e à utilização adequada de tecnologia pelas crianças?
 - Como o uso de tecnologia pelas crianças afeta sua própria saúde mental e bem-estar como pais/mães ou responsáveis?
 - Você percebe diferenças no comportamento ou bem-estar das crianças quando estão usando tecnologia digital em comparação com outras atividades offline?
 - Quais recursos ou suportes você acha que poderiam ajudar sua família a lidar melhor com os desafios relacionados ao uso de tecnologia pelas crianças?
 - Como você se sente em relação ao acesso de suas crianças a dispositivos digitais e à internet em comparação com outras famílias?
 - Como o consumo de tecnologia pelas crianças afeta a dinâmica de trabalho e relacionamentos entre pais/mães ou responsáveis?
 - Você acha que o uso de tecnologia pelas crianças está afetando negativamente a saúde emocional ou o desenvolvimento social delas? Se sim, de que maneira?
 - Quais estratégias você utiliza para garantir que o tempo de tela das crianças seja equilibrado com outras atividades importantes?
 - Como você se sente em relação ao papel dos pais/mães ou responsáveis na supervisão do uso de tecnologia pelas crianças em comparação com o papel das escolas ou outras instituições?
 - Como você acha que as disparidades econômicas afetam o acesso e o uso de tecnologia pelas crianças em famílias vulneráveis?
 - Como você acha que as desigualdades sociais e culturais influenciam a maneira como as famílias lidam com questões relacionadas ao uso de tecnologia pelas crianças?
 - Que mudanças você gostaria de ver em termos de políticas públicas ou apoio comunitário para ajudar as famílias a lidar melhor com os desafios relacionados ao uso de tecnologia?
- Vulnerabilidades-referência: econômica, emocional, social, física, cognitiva, tecnológica.*

6ª etapa – Fechamento

Estamos chegando no final de nossa entrevista. Antes, porém, vamos fazer um exercício de imaginação? Feche os olhos, imagine a seguinte situação, conte-me em detalhes o que estiver sentindo e seja a mais sincera(o) possível.

- Imagine que você esteja em um lar em que você pudesse controlar efetivamente tudo (você tem o controle em mãos em suas mãos). Que você tivesse o poder de “fazer acontecer” e comandar o comportamento e a atitude dos membros da casa, considerando o consumo das tecnologias digitais. Pense de maneira geral, mas dê ainda mais atenção à sua criança e a sua relação com ela, neste sentido. Como seria? Descreva para mim o que vê, o que pensa, o que faria, por favor. Agora, tem alguma questão que não foi discutida sobre o consumo das tecnologias digitais pelas crianças no ambiente familiar que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE 4 – Guia para interação com a criança

O guia está dividido em três momentos principais, como apresentados a seguir. Lembramos, porém, que é apenas uma referência, já que o processo de interação com a criança precisa acontecer respeitando totalmente o seu momento, a sua forma de ser e estar. Ou seja, ela só fará o que realmente desejar, que também contribuirá para descobertas diversas. A ideia é compreender a criança em sua rotina, com e sem situações de intervenção.

1º momento - Explicar “quem sou e o motivo de estar lá” e perguntar o que a criança gostaria de fazer (brincar, me mostrar algo que gosta de fazer, me contar algo...?)

2º momento - Durante a produção dos desenhos, sempre por meio do “brincar” e das brincadeiras escolhidas por ela, é possível criar interação e diálogo. Mesmo que não seja o nosso instrumento principal de coleta de dados, convidaremos a criança, no momento do brincar: a) a realizar um desenho livre e nos contar sobre ele; b) em uma folha com três divisões, a desenhar “o que gosta de brincar”, na primeira parte, “o que gosta de assistir”, na parte central, e, então, “que jogo mais gosta”, na terceira parte.

3º momento – Perguntar se gostaria de realizar algum novo registro, contar algo que ainda não foi dito ou se gostaria de brincar de mais alguma brincadeira.

APÊNDICE 5 – Roteiro de entrevista com a equipe diretiva da EMEI

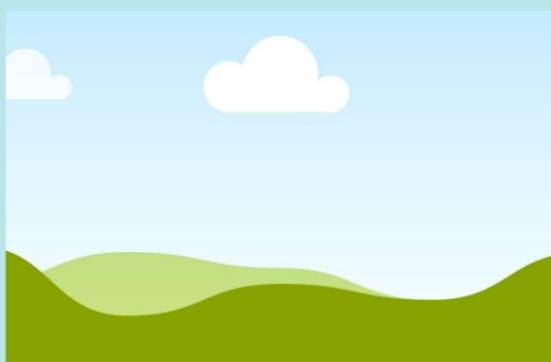
- 1) O que é infância?
- 2) O que é ser criança, na EMEI?
- 3) Qual a relação da criança, no ambiente escolar, e as tecnologias? O que escutam das crianças e quais as suas solicitações, neste sentido?
- 4) Como é o consumo de tecnologia digital na EMEI?
- 5) Quais os aparatos tecnológicos vocês possuem na EMEI? O que acessam e disponibilizam para as crianças em cada um deles?
- 6) Como é, para vocês, a possibilidade de também educar crianças por meio da tecnologia digital? Há resistência? Se sim, acredita que seja por falta de conhecimento ou por acreditarem que o uso da tecnologia é nocivo para as crianças da primeira infância.
- 7) Como a equipe diretiva e docentes são preparados para o ensino por meio das tecnologias digitais? Promovem ou participam de formação sobre o uso das TDICs no ambiente escolar?
- 8) O planejamento pedagógico considera o uso da tecnologia digital, de acordo com as faixas etárias?
- 9) Possuem projetos que envolvem o uso da tecnologia digital. Se sim, quais? Quais crianças participam e como participam?
- 10) Acreditam que há jogos digitais que potencializam o aprender?
- 11) As professoras podem propor o uso das TDICs durante as suas aulas (o planejamento)? Há revisão deste planejamento, neste sentido?
- 12) Quais aparatos tecnológicos o corpo docente pode acessar fora e dentro de sala?
- 13) O que escutam dos pais/responsáveis sobre o uso da tecnologia digital no ambiente escolar?
- 14) O que escutam dos professores sobre o uso da tecnologia digital na sala de aula? Há demandas, neste sentido?
- 15) Como acreditam que seja o acesso à tecnologia digital no ambiente familiar? Antes, durante e após a pandemia...
- 16) Fazem algum movimento (evento, palestra...) sobre o uso consciente das TDICs no ambiente familiar, junto às próprias crianças? E com as famílias?
- 17) Gostariam de compartilhar algo que não foi conversado aqui?

APÊNDICE 6 – Apresentação visual do evento de devolutiva

SOBRE O QUE VAMOS CONVERSAR?

- 01** BREVE APRESENTAÇÃO - EU E A TESE DE DOUTORADO!
- 02** CONCEITOS NORTEADORES
- 03** SITUAÇÕES-PROBLEMA
- 04** POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES - PILARES
- 05** CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS!
- 06** APRESENTAÇÃO MUSICAL
- 07** ENCERRAMENTO

BREVE APRESENTAÇÃO...



A origem de tudo!

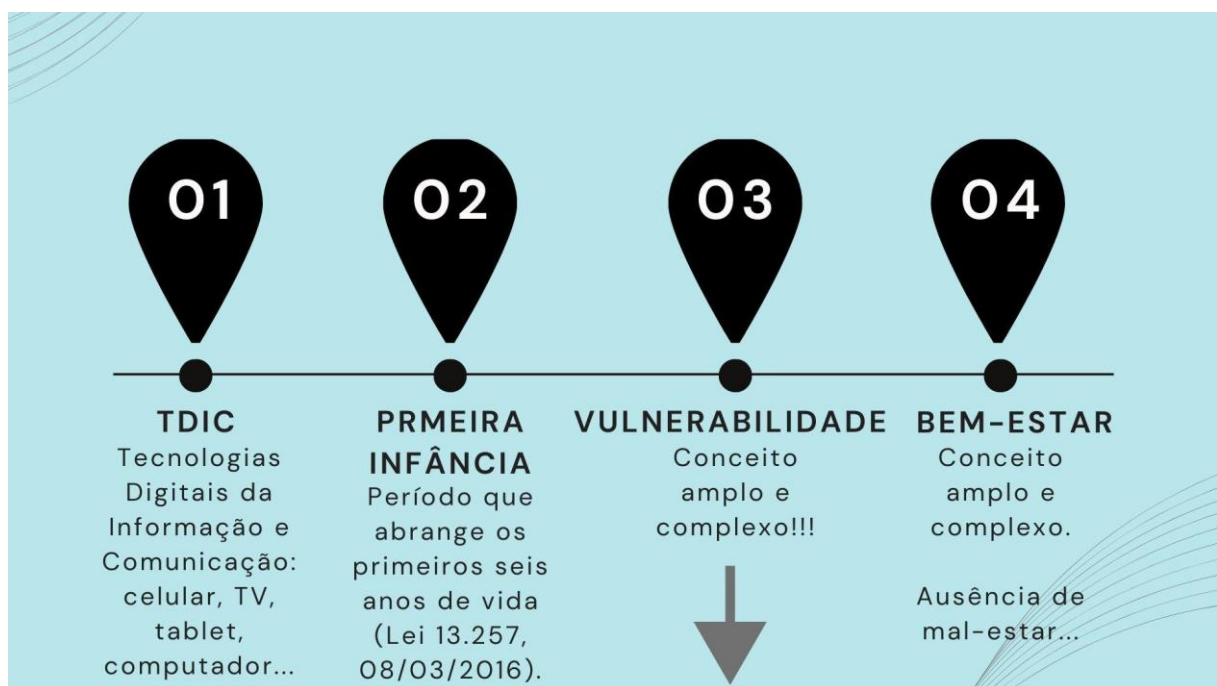


O incentivo
(e o desafio) atual!

PROBLEMA DE PESQUISA

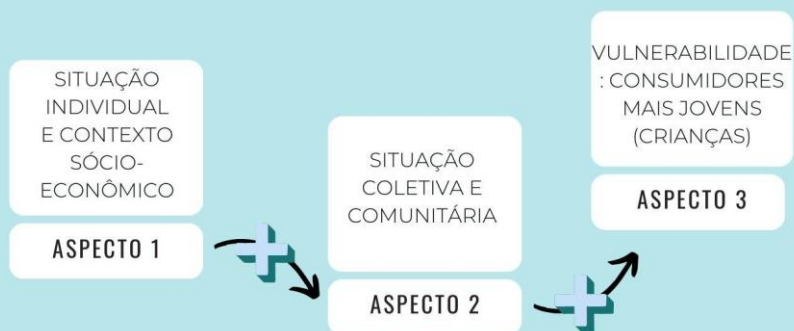
Como o consumo de **TDICs** por crianças na **primeira infância**, no ambiente familiar, influencia a **vulnerabilidade** e o **bem-estar** das famílias?

Doutorado em Administração
Estudos da Cultura e do Consumo



VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade “está incorporada em relações e processos sociais complexos” (Hilhorst & Bankoff, 2013, p. 5).



A PESQUISA DE CAMPO COM AS FAMÍLIAS



COMPROMISSO #1

Termo de compromisso assinado por cada família participante que garante TOTAL anonimato!

Apresentação de resultados sem NENHUMA identificação. Sobrenomes fictícios foram criados!

ANONIMATO



COMPROMISSO #2

Ser transformada (pessoa e pesquisadora) e, de alguma maneira, contribuir com os participantes da pesquisa (e, no nosso caso, com os mediadores também).

AS DEVOLUTIVAS!!!

PESQUISADORA TRANSFORMATIVA



TESE DE DOUTORADO

A tecnologia digital é POTENCIALIZADORA da vulnerabilidade das famílias!

A tecnologia é o elemento que oportuniza outros tipos de vulnerabilidades.



A TECNOLOGIA TORNOU-SE A PROTAGONISTA DA FAMÍLIA!

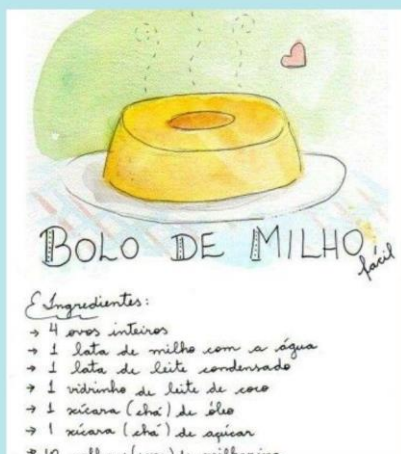
APRESENTAR ALGUMAS SITUAÇÕES-PROBLEMA ENCONTRADAS NA PESQUISA DE CAMPO



POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES/REFLEXÕES



NÃO SÃO “RECEITAS DE BOLO”!



**NÃO EXISTEM
FÓRMULAS MÁGICAS!**

PILARES DE SUSTENTAÇÃO

COMO EQUILIBRAR O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS NO AMBIENTE FAMILIAR?

ALGUNS PILARES PARA SUBSTITUIÇÃO DO USO/CONSUMO DA TECNOLOGIA DIGITAL:



O CENÁRIO E AS CENAS...

UMA BREVE EXPLICAÇÃO!



designed by freepik.com

#1 IMPACTO NA ROTINA DA CRIANÇA E NOS CUIDADOS BÁSICOS



A SITUAÇÃO

O consumo da tecnologia permeia os momentos da alimentação, uso do banheiro, higiene pessoal, sono, estudo, ...



PARA REFLEXÃO

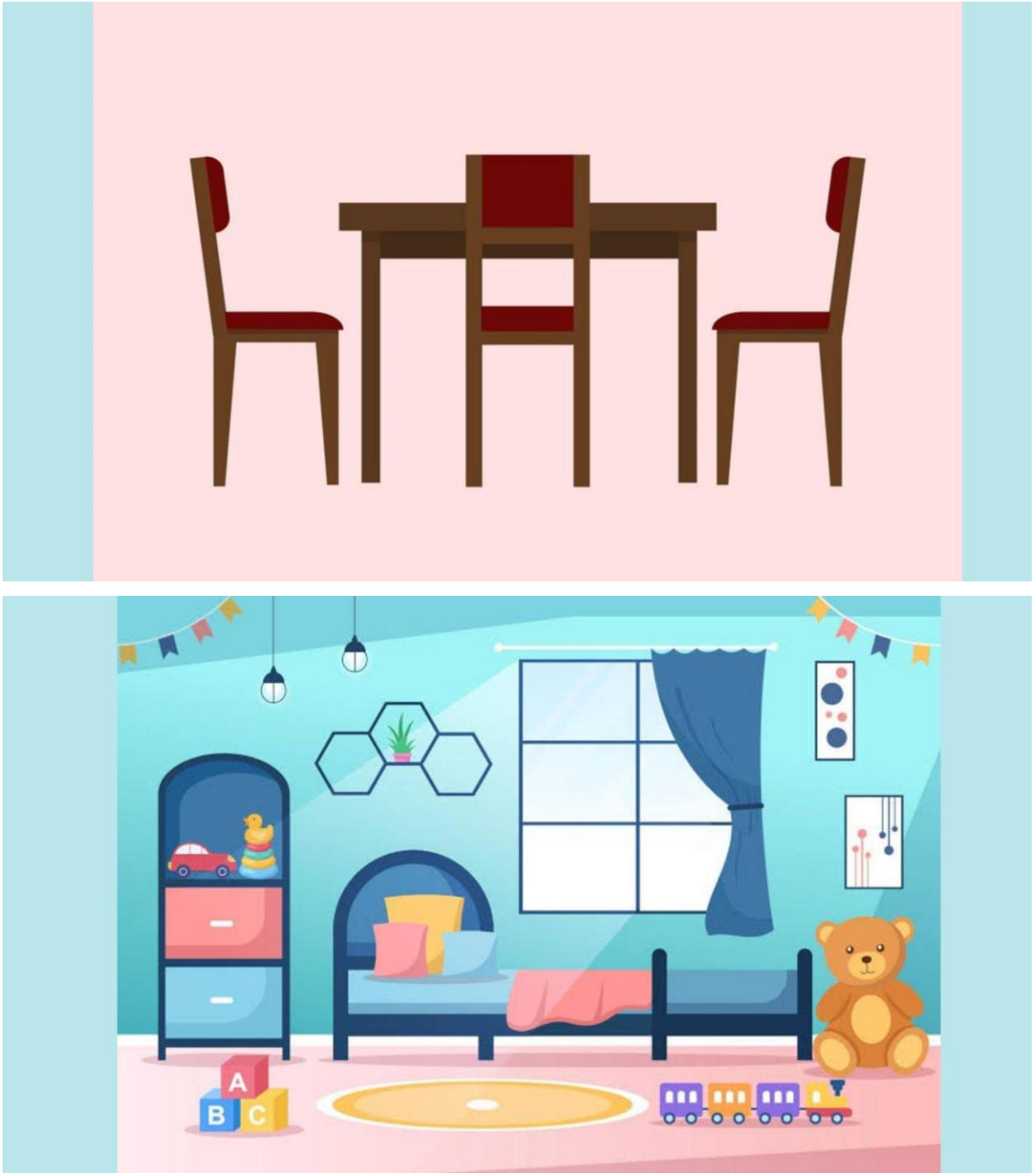
ESQUETE
DIVA E JÚNIA



A INTERVENÇÃO...









“

Nós trabalhamos com evento até tarde. Aí, quando acordam muito cedo, nós mesmos oferecemos o celular para continuarem deitados por mais tempo.

Não tem jeito, porque só consegue alimentar assim. Ou faço isso ou não come nada!

Já acostumou a ir ao banheiro com o celular. Sem o celular, não faz o número 2. (Aí, o pai diz para a mãe...) Mas você também só faz assim.

Vejo fica agitado até conseguir dormir.

Ela me pede o tablet a todo momento. Negocio com ela para fazer as obrigações primeiro, porque já tem seis anos. Aí, depois empresto e nem sempre controlo o tempo. Ela já sabe mexer em tudo lá.



#1 IMPACTO NA ROTINA DA CRIANÇA E NOS CUIDADOS BÁSICOS

DEFINIÇÃO DE ROTINA:

PROPORCIONA SEGURANÇA, Previsibilidade e estrutura, essenciais para seu desenvolvimento emocional e cognitivo.

FOCO: definição de Rotina, **em que a tecnologia digital não seja a protagonista.** Como assim? O CAMPO!

Cuidado com a TV, constantemente, mesmo que em 2o plano.

NEGOCIAÇÃO DE POSSIBILIDADES:

controle dos pais; a criança escolhe entre duas alternativas interessantes definidas pelos pais. Como assim? O CAMPO!

#2 EFEITOS DO ACESSO E USO PRECOCE (NA PRÓPRIA 1ª INFÂNCIA)



Só que foi muito difícil, porque tinha acesso desde novinha. Ela tinha crises (de abstinência) e começou a explorar o corpo e se debater no chão. Foram muitos meses assim, até melhorar. Por isso, estamos desse jeito hoje. Podem até não concordar (pelo controle rígido de acesso às TDICs), mas achamos que assim tá melhor.

Tem hora que preciso que ele fique quietinho para eu fazer as coisas da casa. Agora, acostumou desde pequenininho.

O meu problema aqui não é a de 11 e nem o de cinco anos. O meu problema é a minha de um ano e oito meses. Ela é terrível (contexto da tecnologia).



RECOMENDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP)

Qual o tempo de tela recomendado por dia?

Até 2 anos



2 a 5 anos



6 a 10 anos



11 a 18 anos



*Nunca
"virar a
noite"
jogando

WWW.MURALZINHODEIDEIAS.COM.BR



OUTRAS RECOMENDAÇÕES...

- Estabeleça limites claros: tempo de tela não é recomendável.
- Modelagem de comportamento: dê o exemplo limitando seu próprio uso de tecnologia na presença da criança.
- Ofereça alternativas com um ambiente rico em estímulos: estimule a criatividade e a curiosidade da criança com brinquedos educativos, música e tempo de qualidade com a família.
- Engajamento ativo: participe ativamente das brincadeiras e interações com a criança, fornecendo atenção e carinho.
- Educação e consistência: explique, conforme a capacidade de compreensão da criança, o motivo dos limites de tela e mantenha a consistência nas regras para criar hábitos saudáveis.

#3 AGRESSIVIDADE CONTRA SI E CONTRA OS OUTROS



A SITUAÇÃO

A criança, ao ter a tecnologia negada ou retirada, irrita-se e se torna agressiva (com o próprio corpo) e com os outros, que tentam controlá-la.



PARA REFLEXÃO

ESQUETE
DIVA E JÚNIA



A INTERVENÇÃO...





- Acolher, mesmo que com tecnologia (para conter a crise abstinência e garantir a segurança da criança e dos envolvidos). É um processo...

O CAMPO!

PARA
REFLETIR:
o que
aconteceu
até chegar
"nesse
extremo"?

- Comunicação e Negociação.
- Cumprir os acordos! Dos dois lados...
- Tempo para o "ócio criativo": conceito desenvolvido pelo sociólogo italiano Domenico De Masi, que se refere ao uso produtivo e enriquecedor do tempo livre.
- Só a resistência para conter a insistência e gerar mudança efetiva!

#4 INFLUÊNCIA DO IRMÃO MAIS VELHO NO TIPO E TEMPO DE CONSUMO



A SITUAÇÃO

Embora a maior parte dos pais tenha dito que há tempo de acesso e tipo de consumo de acordo com a idade, na realidade percebe-se que não acontece sempre assim.



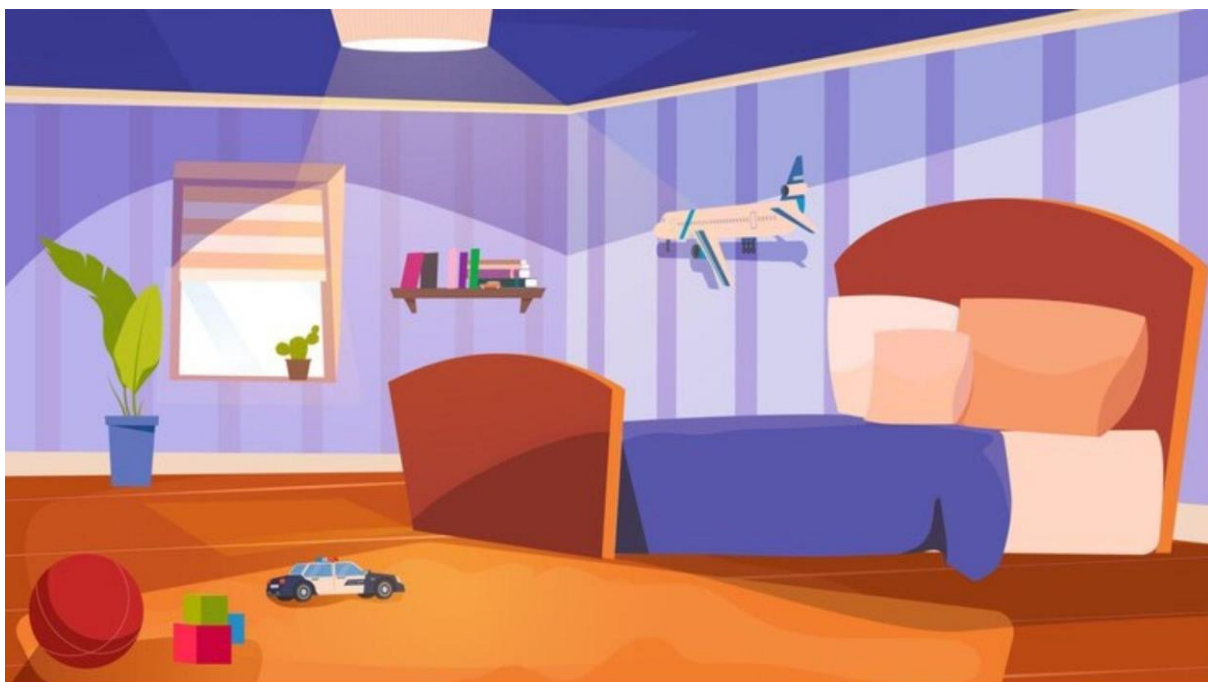
PARA REFLEXÃO

ESQUETE DIVA



A INTERVENÇÃO...





Encontrar um equilíbrio para que todos na família possam aproveitar as suas atividades preferidas pode ser um desafio, mas com soluções criativas e planejamento, é mais possível garantir que todos fiquem satisfeitos e que as necessidades de cada um sejam atendidas.

Na cena em si... de uma maneira geral, parece caminhar bem...

Criança mais nova sem acesso ao jogo da mais velha.

Criança mais velha consciente que o pai disse que o jogo é violento.

Criança mais velha dizendo que cumpre as regras, porque, caso contrário, nem poderá jogar mais. Acordos sendo cumpridos!

Pontos de atenção:

tempo de tela da criança mais velha (12 anos). conteúdo acessado e horário de acesso (tarde da noite).

#5 INFLUÊNCIA DA REDE DE APOIO



“

Não tenho ninguém para me ajudar aqui em casa. Quando saio ou vou trabalhar, ficam nos meus pais. São mais velhos já.

Não tenho como exigir nada lá, porque já nem tem obrigação de ficar com eles. É tipo uma ajuda.

A madrinha olha a mais nova pra mim quando eu preciso. E ela já me falou que para dar faxina só deixando ela no celular. Aí fica quietinha. Ela só tem um ano de oito meses, uai.

Lá é bem mais solto. Na casa dos meus sogros aí que estragam mesmo. Volta de lá pior (contexto da tecnologia).



SITUAÇÃO MUITO DELICADA!

A ideia não é exigir ou criar embates.

A ideia é construir algo mais sólido e orientado no contexto do lar... para evitar possíveis desvios (lá e quando voltar).

Construir, desconstruir, reconstruir!

Sugestões:

- Uso do celular específico (e não da rede de apoio), para controle parental.
- Compartilhar alguns aprendizados/reflexões.
- Envolver em projetos culturais e outros eventos.

#6 FALTA DE ACORDOS ENTRE PAI/MÃE



A SITUAÇÃO

Cobrança, de uma das partes, para que o outro controle o consumo, para que estabeleça as regras e a façam ser cumpridas!



PARA REFLEXÃO

ESQUETE DIVA



A INTERVENÇÃO...





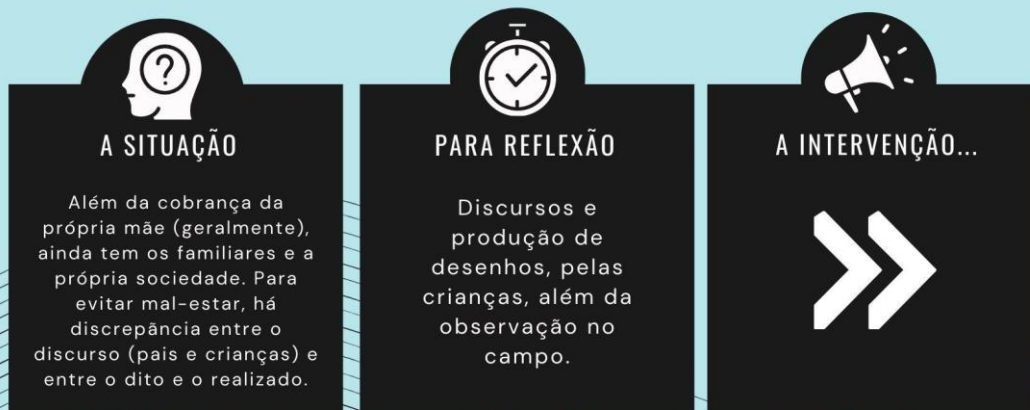
#6 FALTA DE ACORDOS ENTRE PAI/MÃE



A INTERVENÇÃO...

Negociação/Comunicação
Definição, em conjunto,
das regras relacionadas
ao uso/consumo das
TDICs, com a participação
da criança (após acordo
prévio entre os pais).

#7 AUTOCOBANÇA, COBRANÇA DA FAMÍLIA E SOCIEDADE (VER #1)



Eu me cobro muito e não sei se estou acertando.

Eu faço o que dou conta. (E o não dito?)

Todo mundo cobra da gente e a gente já se cobra.

Ele (o marido) quer que eu dê conta de tudo. Ele acha que as crianças ficam muito na tela. Mas ele chega do trabalho e vai deitar com eles, usa o tel e eles ficam olhando....

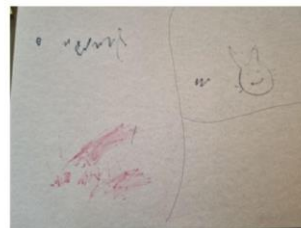
Não gosta de influenciador nenhum. Nem sabe o que é!

Isso meus filhos nem assistem!



Eu adoro o
Enaldinho.
Você também?

Figura 8 - Desenhos explicados por meio da oralidade



Fonte: registros da Pesquisa de Campo

Figura 9 - Desenhos com escrita da pesquisadora



Fonte: registros da Pesquisa de Campo



AGENDA/PLANEJAMENTO

AGENDA

COMO EQUILIBRAR O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO AMBIENTE FAMILIAR?

SOBRENOME DA FAMÍLIA

Júnia Carvalho
Doutoranda em Administração
da Puc Minas



VAMOS PLANEJAR EM FAMÍLIA?

Semana de ____/____/ a ____/____.

Programas culturais em família (ir a praças e parques, visitar museus, explorar exposições educativas, participar de oficinas práticas, assistir a peças de teatro infantil, participar de feiras de livros, festivais de música e danças tradicionais, entre outros).

Livros para ler com a criança e para a criança.

Música para aprender e cantar em família.

Tema especial para as conversas em família.

**POSSÍVEIS
CAMINHOS E
BENEFÍCIOS A
CURTO, MÉDIO E
LONGO PRAZO!**





**1% É INSPIRAÇÃO E
99% É TRANSPIRAÇÃO..**

Thomas Edison referiu-se à genialidade, ao talento...



**1% É INSPIRAÇÃO E
99% É TRANSPIRAÇÃO..**

**MAS VALE PARA O NOSSO
CONTEXTO TAMBÉM!!!**

**NÃO HÁ SUCESSO SEM ESFORÇO, SEM DEDICAÇÃO,
MAS VALE E VALERÁ A PENA!**

**NÃO É ELIMINAR A TECNOLOGIA DA VIDA DAS
CRIANÇAS, NO AMBIENTE FAMILIAR!**

**É EQUILIBRAR!
É ADEQUAR!
É INSTRUIR!
(Instruir/informar para proteger)!**

ASSIM...

**HÁ UMA MAIOR CHANCE DE NÃO
POTENCIALIZARMOS AS VULNERABILIDADES
E PROPORCIONAR MAIS BEM-ESTAR
INDIVIDUAL E PARA A FAMÍLIA!**

E QUANDO ESTIVER MUITO PESADO?

**RESPIRAR, BUSCAR AJUDA/APOIO,
ENCONTRAR ALTERNATIVAS!**



**VAMOS CONTINUAR
CONTINUAR A NOSSA
REFLEXÃO E, AINDA, CRIAR
BOAS MEMÓRIAS, CANTANDO?**



CONVIDADOS ESPECIAIS!



Laura Dutra

&

Jhones Cruz

PALAVRA DA GESTÃO DA EMEI

AGRADECEMOS!

Nomes e contatos!

APÊNDICE 7 – Planner/Agenda entregue à família durante o evento



Belo Horizonte, 10 de agosto de 2024.

Querida família, como vai?

No mundo atual, a tecnologia digital desempenha um papel cada vez mais central em nossas vidas diárias. Os celulares, computadores, tablets e televisores, por exemplo, estão profundamente integrados em nosso cotidiano, inclusive no ambiente familiar. No entanto, enquanto essas ferramentas oferecem muitas vantagens e facilidades, é essencial que as famílias estabeleçam um equilíbrio no uso dessas tecnologias, especialmente no que diz respeito às crianças na primeira infância.

Durante os primeiros anos de vida, as crianças passam por um período crucial de desenvolvimento físico, emocional e mental. A interação direta com o mundo ao seu redor, por meio de brincadeiras, socialização e atividades físicas, é fundamental para um crescimento saudável. O uso excessivo de dispositivos digitais pode interferir nesses processos naturais, levando a consequências diversas como aumento da vulnerabilidade das relações familiares e comprometendo o bem-estar de todos os envolvidos.

Por isso, cabe às famílias criar um ambiente equilibrado onde a tecnologia seja utilizada de forma consciente e construtiva. Estabelecer limites claros para o tempo de tela, promover atividades ao ar livre, realizar programas culturais, incentivar a leitura e o brincar sem a mediação tecnológica são algumas das práticas que podem ajudar a garantir que as crianças aproveitem os benefícios das tecnologias digitais sem prejuízo ao seu desenvolvimento integral. Dessa forma, ao equilibrar o consumo digital no ambiente familiar, os pais não apenas protegem a saúde e o bem-estar de seus filhos, mas contribuem para a formação de indivíduos capazes de usar a tecnologia de maneira crítica e responsável no futuro.

Um grande abraço,

Equipe EMEI [] e Júnia Carvalho



VAMOS PENSAR EM COMO ESTAMOS VIVENDO?

RESPONDA PENSANDO EM VOCÊ...

Quando estou em família, quanto tempo diário eu dedico às tecnologias digitais (celular, computador, tablet, televisão, entre outros)?

É possível reduzir esse tempo, de alguma maneira? E se a resposta for positiva, em quanto tempo consigo diminuir?

O que posso fazer com o tempo que sobrar, pensando no convívio com a família?



2

COMO EQUILIBRAR O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS NO AMBIENTE FAMILIAR?

ALGUNS PILARES PARA SUBSTITUIÇÃO DO USO/CONSUMO DA TECNOLOGIA DIGITAL:



4

QUE TAL ALGUMAS SUGESTÕES DE LOCAIS PARA PROGRAMAS INTERESSANTES E DIVERTIDOS EM FAMÍLIA, GRATUITOS OU COM PREÇOS ACESSÍVEIS, NA REGIÃO DO BARREIRO?

Parque Ecológico Roberto Burle Marx (Parque das Águas) - Av. Ximango, 809, Flávio Marques Lisboa. Um ótimo lugar para um passeio em família, com espaço para piqueniques, caminhadas e áreas de lazer para as crianças.

Biblioteca Comunitária Barreiro de Cima - Praça Modestino Sales Barbosa, 11 - Barreiro de Cima. Além de sala de leitura permanente para serviços de pesquisa escolar, realiza empréstimos domiciliares de livros e revistas, contando com um acervo de aproximadamente 11.000 títulos.

Feiras de Artesanato e Gastronomia (MERCADO DI CASA) - Av. Sinfrônio Brochado, 1053, Barreiro de Baixo. A feira de artesanato local acontece todas as sextas-feiras, das 17h às 23h, com oportunidade de conhecer o artesanato local e, às vezes, apresentações artísticas.

Teatro de Bonecos Origens - Rua Triunfo, 200 - Miramar (Barreiro). Apresentações teatrais de bonecos que encantam crianças e adultos, além de oficinas de teatros e atividades especiais no período de férias escolares. Conta com programações gratuitas ou com ingressos acessíveis.

Cristo Redentor (Barreiro) - Praça Cristo Redentor (rua Dona Lalá Fernandes com rua Mannes), Milionários. Revitalizada em 2023, a praça é ideal para passeios em família, com playgrounds e áreas verdes para brincar. A obra do Cristo, em sua parte de alvenaria, tem uma altura de 11,8 metros, sendo avistada de longe por muitos moradores e visitantes de BH.

Centro Cultural Bairro das Indústrias (CCBDI) - Rua dos Industriários, 289, Barreiro de Baixo. Oferece uma programação variada com exposições, oficinas de artes plásticas, dança, música e eventos culturais. Vale a pena conferir a agenda para atividades infantis.



5

E ALGUMAS SUGESTÕES DE LOCAIS PARA PROGRAMAS INTERESSANTES E DIVERTIDOS EM FAMÍLIA, GRATUITOS OU COM PREÇOS ACESSÍVEIS, EM OUTRAS REGIÕES DE BELO HORIZONTE?

Museu de Arte da Pampulha (MAP) - Av. Otacílio Negrão de Lima, 16.585 - Jd. Atlântico (Pampulha). Embora localizado um pouco mais distante, oferece exposições e atividades educativas com ingressos a preços mais populares.

Feira de Artesanato da Afonso Pena - Av. Afonso Pena, 1.060 - Centro. Referência econômica, cultural e turística de BH, a feira conta com mais de 1,5 mil expositores, além áreas de alimentação.

Parque Municipal de Belo Horizonte - Av. Afonso Pena, 1.677, Centro. O maior parque urbano de BH, com áreas verdes, trilhas e um lago. É interessante levar as crianças para caminhadas, brincadeiras, piqueniques, visita ao lago e observação de aves.

Circuito Liberdade - Composto por diversos espaços culturais, dentre museus, arquivo público, biblioteca, centros de cultura e de formação. Abrigado em uma área histórica de Belo Horizonte (MG), delimitada pela Avenida do Contorno, o complexo já é reconhecido como um importante corredor de cultura do País, dedicado à promoção e ao acesso à cultura, à arte e ao patrimônio cultural. Dentre os espaços culturais, estão o Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), Museu Gerdau, Casa Fiat de Cultura, Memorial Vale, Biblioteca Pública Estadual de MG, Museu Mineiro, Espaço do Conhecimento UFMG. Muitos possuem entrada gratuita ou valor de ingresso acessível.

Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego (Parque Ecológico da Pampulha) - Av. Otacílio Negrão de Lima, 6.061 - Pampulha. Espaço para contemplar a natureza praticar esporte e participar de eventos culturais. São cinco áreas internas delimitadas, oferecendo à população diferentes opções de lazer e descanso. Também existem algumas atividades a preços acessíveis, incluindo passeios de barco e eventos culturais específicos.



6

E ALGUMAS SUGESTÕES DE LOCAIS PARA PROGRAMAS INTERESSANTES E DIVERTIDOS EM FAMÍLIA, GRATUITOS OU COM PREÇOS ACESSÍVEIS, EM OUTRAS REGIÕES DE BELO HORIZONTE?

Parque Municipal Jacques Cousteau - Rua Augusto José dos Santos, 366, Bairro Betânia. É um parque com trilhas e áreas verdes para passeios, além de brinquedos, espaços para contemplação, áreas de convivência e academia a céu aberto.

Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte. Rua Carangola, 288, Santo Antônio. Uma biblioteca dedicada ao público infantil e juvenil, com um acervo amplo e atividades voltadas para crianças. Com empréstimo de livros, leitura no local, contação de histórias e participação em oficinas literárias, a criançada pode se divertir!

Parque Municipal das Mangabeiras - Av. José do Patrocínio Pontes, 580 - Mangabeiras. Localizado nas encostas da Serra do Curral, o Parque das Mangabeiras é a maior reserva ambiental da capital mineira e um dos maiores parques urbanos da América Latina. Lugar para descanso, lazer e esportes. Possui recantos naturais, quadras de peteca, tênis e poliesportivas e brinquedos. Também conta com atividades culturais em datas comemorativas na Praça das Águas e no Teatro de Arena.



7

VAMOS PLANEJAR EM FAMÍLIA?

Planejar em família é uma prática valiosa que oferece inúmeros benefícios para o bem-estar e a harmonia do núcleo familiar, principalmente com atividades que reduzam o tempo de consumo das tecnologias digitais. Assim, para cada semana, a ideia é pensar e já planejar programas em conjunto, livros para ler “com e para” as crianças, além de definir uma nova música para aprenderem a cantar juntos e um tema especial para as conversas em família. Vamos lá?



8

VAMOS PLANEJAR EM FAMÍLIA?

Semana de ____/____/ a ____/____.

Programas culturais em família (ir a praças e parques, visitar museus, explorar exposições educativas, participar de oficinas práticas, assistir a peças de teatro infantil, participar de feiras de livros, festivais de música e danças tradicionais, entre outros).

Livros para ler com a criança e para a criança.

Música para aprender e cantar em família.

Tema especial para as conversas em família.



9

VAMOS REGISTRAR AS BOAS PRÁTICAS?



17

AS MEMÓRIAS EM FAMÍLIA!

Música: **Trem-Bala**
([Ana Vilela](#))

Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si
 É sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti
 É sobre cantar e poder escutar mais do que a própria voz
 É sobre dançar na chuva de vida que cai sobre nós
 É saber se sentir infinito
 Num universo tão vasto e bonito, é saber sonhar
 Então, fazer valer a pena
 Cada verso daquele poema sobre acreditar
 Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu
 É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu
 É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações
 E assim ter amigos contigo em todas as situações
 A gente não pode ter tudo

Qual seria a graça do mundo se fosse assim?
 Por isso, eu prefiro sorrisos
 E os presentes que a vida trouxe pra perto de mim
 Não é sobre tudo que o seu dinheiro é capaz de comprar
 E sim sobre cada momento, sorriso a se compartilhar
 Também não é sobre correr contra o tempo pra ter sempre mais
 Porque quando menos se espera a vida já ficou pra trás
 Segura teu filho no colo
 Sorria e abraça os teus pais enquanto estão aqui
 Que a vida é trem-bala, parceiro
 E a gente é só passageiro prestes a partir
 Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá
 Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá
 Segura teu filho no colo
 Sorria e abraça os teus pais enquanto estão aqui
 Que a vida é trem-bala, parceiro
 E a gente é só passageiro prestes a partir.

O nosso desejo é que vocês construam lindas e valiosas memórias, em família!

QUE TAL COLORIREM, JUNTOS, OS DESENHOS QUE TÊM NA AGENDA?





PUC Minas